



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – 2ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates Dia Internacional da Mulher – Mulheres contra a Violência: Autonomia, Reconhecimento e Participação
- 1.3 – 3ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates Dia Internacional da Mulher – Mulheres contra a Violência: Autonomia, Reconhecimento e Participação
- 1.4 – Evento Realizado na 9ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates Dia Internacional da Mulher – Mulheres contra a Violência: Autonomia, Reconhecimento e Participação
- 1.5 – 38ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.6 – 21ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.7 – 22ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.8 – 23ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.9 – Reunião de Comissão

2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Comissão

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MANIFESTAÇÕES

5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 17/3/2016

Presidência do Deputado Lafayette de Andrada

Sumário: Comparecimento – Falta de quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Lafayette de Andrada – Ulysses Gomes – Agostinho Patrus Filho – Antônio Jorge – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Celinho do Sinttrocel – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 19h30min, nos termos do edital de convocação.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/3/2016****Presidência da Deputada Rosângela Reis**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa para o 1º Painel – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras da Presidente – Palavras da Sra. Ermelinda Ireno Melo – Palavras da Sra. Maria Elvira Salles Ferreira – Palavras da Sra. Larissa Amorim Borges – Palavras da Sra. Gláucia Brandão – Palavras da Sra. Christiane Neves Procópio Malard – Palavras da Deputada Geisa Teixeira – Palavras da Deputada Ione Pinheiro – Palavras da Deputada Marília Campos – Palavras da Deputada Celise Laviola – Registro de Presença – Composição da Mesa para o 2º Painel – Apresentação Musical – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Sr. Julio Jacobo Waiselfisz – Palavras da Sra. Vanessa Beco – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Celise Laviola – Doutor Jean Freire – Geisa Teixeira – Ione Pinheiro – Marília Campos – Professor Neivaldo – Rosângela Reis – Wander Borges.

Abertura

A presidente (deputada Rosângela Reis) – Às 18h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– A presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Dia Internacional da Mulher – Mulheres contra a Violência: Autonomia, Reconhecimento e Participação, que tem por objetivos: analisar o *Mapa da violência 2015*, que traz dados relativos aos homicídios de mulheres no Brasil, em série histórica, e as suas variações por território, cor, raça e faixa etária, além de informações sobre o atendimento às vítimas de violência, com base nos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde – Sinan – e da Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE; debater as diversas situações de violência contra as mulheres, motivadas por questões relativas a raça, orientação sexual, faixa etária, situação de privação de liberdade, mulheres deficientes, mulheres do campo e da floresta, quilombolas e profissionais do sexo; refletir sobre os avanços obtidos nas políticas de prevenção e de proteção contra as violências de gênero, tendo em vista os 10 anos da Lei nº 11.340, de 7/8/2006, Lei Maria da Penha; resgatar o significado do Dia Internacional da Mulher como uma data de luta contra as violências de gênero e pela construção da paridade política; neste último caso, em linha de continuidade dos esforços para remover os entraves encontrados pelas mulheres para participação na política institucional e em instâncias decisórias e de representação; discutir questões referentes às masculinidades no enfrentamento da violência contra as mulheres.

Composição da Mesa para o 1º Painel

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; Gláucia Brandão, secretária municipal de Direitos de Cidadania de Belo Horizonte, representando o prefeito Marcio Lacerda; Larissa Amorim Borges, subsecretária de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais; Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Minas Gerais, representando a comissão

organizadora do ciclo de debates Mulheres Contra a Violência; Maria Elvira Salles Ferreira, presidente da Associação das Caminhantes da Estrada Real, ex-deputada federal e ex-deputada estadual; e deputadas Celise Laviola, vice-presidente da Comissão Extraordinária das Mulheres, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos, membros efetivos da Comissão Extraordinária das Mulheres; e o Exmo. Sr. deputado Wander Borges, membro suplente da Comissão Extraordinária das Mulheres.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença, nesta solenidade, das Sras. Cláudia Franco, presidente da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB –, Seção de Minas Gerais, representando Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, presidente da OAB-MG; Aparecida Moura, representando a Secretaria Estadual de Cultura; Samantha Vilarinho Mello Alves, defensora pública, coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência; Maria Cecília Oliveira e Cibele Maffia, defensoras públicas; Isabel Cristina Lima Lisboa, superintendente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Subsecretaria de Políticas para as Mulheres; Cleide Hilda, subsecretária do Combate ao Racismo do Estado de Minas Gerais; e Rita Calazans, secretária estadual de Mulheres do PT.

Registramos também o recebimento de mensagem que nos foi encaminhada pelo Exmo. Sr. conselheiro Sebastião Helvecio, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio da qual parabeniza a Assembleia Legislativa pela realização deste ciclo de debates, desejando-lhe êxito e lamentando sua ausência em razão de compromissos agendados anteriormente, cujos horários conflitam.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor – Com a palavra, a deputada Rosângela Reis, presidente da Comissão Extraordinária das Mulheres da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente desta Casa.

Palavras da Presidente

Quero saudar a Exma. Sra. deputada Celise Laviola; a Dra. Christiane Neves Procópio, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; a Sra. Gláucia Brandão, secretária municipal de Direitos de Cidadania de Belo Horizonte, representando o prefeito Marcio Lacerda; a Sra. Larissa Amorim Borges, subsecretária de Políticas para as Mulheres; a Exa. Sra. deputada Geisa Teixeira; a Exma. Sra. deputada Ione Pinheiro; a Exma. Sra. deputada Marília Campos; o Exmo. Sr. deputado Wander Borges; a Sra. Ermelinda Ireno Melo, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais; a ex-deputada Maria Elvira, que também está aqui; e o Exmo. Sr. deputado Professor Neivaldo.

É com muita alegria que estamos aqui para a realização de mais um 8 de março. Quero justificar a ausência de nosso presidente da Assembleia Legislativa, que se colocou à disposição para participar deste evento hoje, mas agora, no último momento, não pôde estar presente. Estamos aqui para a realização de mais um trabalho com a extensão ainda maior que nos anos anteriores. Por isso, em primeiro lugar, quero parabenizar todos os movimentos que puderam participar da construção deste grande debate que hoje estamos realizando na Assembleia Legislativa. Houve várias reuniões desde o ano passado. Quero parabenizá-los pela participação, pelas ideias colocadas, pelos avanços que foram construídos relativos a esses temas que serão discutidos hoje e amanhã.

A realização deste ciclo de debates representa para a Assembleia mineira, junto à comemoração do Dia Internacional da Mulher, uma reflexão sobre os problemas que o gênero feminino continua enfrentando, sobretudo a violência física, o assédio e as atitudes machistas do cotidiano. As diversas situações que envolvem essa violência dizem ainda respeito à raça, à

orientação sexual, à privação da liberdade, à faixa etária, à deficiência física, às profissionais do sexo, às quilombolas e também às mulheres do campo e da floresta.

Além de um exame sobre os avanços trazidos pela Lei Maria da Penha, o evento deve considerar a necessidade de maior presença feminina na política, uma vez que o Brasil ocupa o último lugar na América Latina e o 131º lugar no mundo, em relação à presença efetiva das mulheres no Parlamento. Neste sentido, o Plenário desta Casa vem analisando a Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, que garante a presença de pelo menos uma representante na composição da Mesa da Assembleia. As sete mulheres que integram esta legislatura destacam-se nesta luta para trazer ao gênero maior representatividade, que venha traduzir melhor sua real presença no eleitorado. Queremos todos garantir a segurança de nossas cidadãs, cobrando rigor na sua proteção, maior eficácia nas medidas protetivas, evitando a impunidade que leva à continuidade das agressões.

A todas e todos os participantes deste evento, nossos agradecimentos, na expectativa de que, desses debates, surja uma contribuição importante para que tenhamos uma sociedade mais justa e uma democracia com maior representatividade. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Ermelinda Ireno Melo

Boa noite. É com muita alegria que chegamos à abertura deste seminário, sobre o qual vimos debruçando atenção desde o ano passado e que tem, em sua composição, as deputadas da Comissão das Mulheres da Assembleia, o movimento feminista, o movimento de mulheres e órgãos públicos municipais e estaduais.

Minha fala é breve. Quero dizer que os nossos esforços, neste momento e no mês de março, deverão estar concentrados na perspectiva da aprovação da PEC nº 16, em tramitação nesta Casa. No ano passado, houve a apresentação dessa emenda à Constituição, e ontem fizemos uma breve visita a alguns gabinetes de deputados. Acredito na sensibilidade e responsabilidade dos deputados desta Casa para votar a favor dessa PEC, mas acredito muito mais na força, na coragem e na organização das mulheres na pressão a esses deputados para essa aprovação. Sabemos que não vai ser fácil. Numa prévia, em algumas das visitas de ontem, percebemos que ainda há resistência, e podemos pensar que é um pouco natural essa resistência, porque estamos mexendo com as relações de poder desta Casa.

Hoje vemos aqui grandes lideranças partidárias, grandes mulheres, e quero conclamar todas nós a, neste mês de março, tomar posse da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, visitando os deputados que apoiamos, ocupando o Plenário nas votações e enchendo de mensagens as caixas de *e-mail* dos deputados, para tentar essa mobilização. Março de 2016 precisa ser uma data histórica em Minas Gerais, e acredito que, com a força e a coragem de todas nós, ao final de março teremos essa PEC aprovada. É isso o que desejo para todas nós. Obrigada.

Palavras da Sra. Maria Elvira Salles Ferreira

Boa noite, gente. Primeiro, eu não sabia que ia ser convidada para a Mesa; segundo, não sabia que ia ter a chance de falar na noite de hoje. Mas, como ex-parlamentar e mulher política, não posso perder a oportunidade. Então, quero saudar a turma toda e dizer que, fazendo as contas, Bebelá, temos 40 anos de militância feminista. Alguns podem dizer que somos jurássicas. Não acho ruim; sinto-me bem sendo jurássica. Até porque, Rosângela, talvez você não saiba, mas, na nossa época, não havia banheiro feminino para nós aqui dentro. A ex-deputada Sandra Starling e eu lutamos para conseguir um banheiro para usarmos, ao sair do Plenário na hora das votações intensas, que muitas vezes vão pela noite adentro.

Isso é apenas um símbolo do que nós tivemos e ainda temos de enfrentar neste mundo de Deus, neste mundo em transformação, neste mundo em que, a cada dia, o humanismo, o senso de humanidade se torna mais longínquo. É um grande desafio para nós, seres deste planeta, lutarmos para que não nos desumanizemos totalmente. E por falar em humanismo, de quem a gente se lembra em primeiro lugar? Sempre da mulher, porque é a mulher não apenas a que dá a luz, mas a grande cuidadora do universo. É a mulher que cuida dos nenês, das crianças, dos idosos, dos doentes, dos deficientes. Sempre fomos nós que estivemos na ponta desse desempenho vital, visceral, humanizador da sociedade.



Por isso, em mais um 8 de março, a gente se concentra com a ausência dos homens, que deveriam estar aqui e que, no fundo, sempre acham que esta reunião não vai ser tão importante, embora necessitem dos nossos votos para se elegerem, do nosso trabalho para fazer as empresas funcionarem, os lares funcionarem, a educação acontecer, a saúde e tudo mais.

Estamos hoje em toda a parte, a maioria ainda silenciosa. Mas nós sabemos que, neste universo em transformação, não há como segurar o ímpeto que a mulher vem acrescentando à sociedade com suas ideias, com suas provocações, com sua rebeldia, com sua competência, com sua sensibilidade, com sua permanência, com sua capacidade de ser muitas em uma só. Sem dúvida nenhuma, nós, mulheres, brasileiras e deste planeta, apesar das desigualdades, apesar da violência, apesar das leis que fazemos e não são cumpridas, vamos chegar lá. Só não podemos nos dispersar, como também não podemos desistir do Brasil, como disse o meu grande líder Eduardo Campos. Eu tenho a certeza de que a mulher não vai desistir, não vai se dispersar. Mais cedo ou mais tarde, esses mais de 50% da população que nós representamos haverão de participar de forma igualitária do poder. Aí eu tenho a certeza de que vamos ter sucesso e de que a sociedade será mais justa, mais humanizada e mais generosa para com todos os seus filhos.

Quero cumprimentar o deputado Wander Borges pelo seu esforço. Ele é um homem fazendo cartilha sobre a mulher, é um homem sensibilizado com os problemas das mulheres. E quero cumprimentar também a minha brava deputada Marília Campos. Lugar de mulher é onde ela quiser. É isso mesmo. Nós queremos estar em toda a parte, nós não queremos aceitar amarras, violência, cercas, portas, cofres. Nós queremos participar de tudo, saber de tudo e fazer a diferença, porque é esse o real papel das mulheres. Obrigada.

Palavras da Sra. Larissa Amorim Borges

Boa noite. Quero que os homens se sintam incluídos na saudação às mulheres, que têm feito deste estado e deste país um lugar que aponta para um mundo de possibilidades de dignidade, de transformação e de crescimento. É uma honra estar aqui e, na figura das companheiras da Associação das Prostitutas do Estado de Minas Gerais, saúdo a todos e todas presentes.

A construção deste ciclo de debates, para nós, é um marco muito significativo. Como já foi dito, houve várias reuniões desde o ano passado. Particpei de várias, mas a minha equipe, que está presente, participou da maioria, com a Lucinha, a Bel, a Rita Calazans e a Eliane Dias. Na medida do possível, colaboramos com a construção deste ciclo de debates, que hoje marca o início das atividades que o Estado tem proposto para as mulheres. Este é o momento para demarcar que o mês de março, o dia 8 de março, não é somente um momento de celebração, mas principalmente um momento de afirmação dos direitos e de reafirmação da importância das mulheres como sujeitos políticos que podem transformar esta sociedade. Podem deixar que cuidamos do dinheiro, do poder e dos espaços de comando do País. Nessa perspectiva de cuidado que historicamente foi tão imposta às mulheres e que permanece, podem deixar que cuidaremos do poder, e o homem pode cuidar do resto.

Hoje estou subsecretária de Políticas para as Mulheres, mas a minha infância foi em Belo Horizonte, entre o Serra Verde e o Alto Vera Cruz, comunidade que fica aqui perto. Passei pelo movimento *hip-hop*, cantei muito *rap* por aí em vários lugares e participei de vários movimentos e organizações em prol das mulheres. Passei também pela academia, pois é necessário ocuparmos o espaço acadêmico. Hoje, ocupar esse espaço na gestão pública é um momento de reflexão muito profunda, pois cada uma de nós, com as nossas histórias e trajetórias, tem uma contribuição importante a dar para a transformação desta sociedade. É inadmissível que ainda hoje haja mulheres morrendo em razão da violência doméstica, do machismo patriarcal e do racismo, que é naturalizado neste estado desde o período colonial. Cada uma de nós precisa reconhecer a sua importância para a transformação dessa realidade.

Por isso trago o abraço do governador Fernando Pimentel e reafirmo o compromisso que essa gestão do governo do Estado firma com todas as mulheres, considerando a sua diversidade e importância. Há mulheres negras, jovens, idosas e com deficiência, mulheres no sistema prisional e em diversos espaços, com características e vivências diferentes e que têm direitos



e merecem políticas públicas. Hoje reafirmo esse compromisso e anuncio que o governo do Estado publicou decretos de reconstituição do Conselho Estadual de Políticas para as Mulheres. (- Palmas.) Esse conselho é uma construção dos movimentos das mulheres e dos movimentos feministas do Estado. Agora ele será recomposto. Com esse decreto novo, começará um processo de seleção das organizações que recomporão o conselho, para que possamos, a partir da voz das mulheres, fazer o controle social das políticas que estão sendo desenvolvidas no Estado. Nesse sentido o governo do Estado, neste mês de março, tem uma série de atividades construídas, coletiva e conjuntamente, pelo seu corpo de governo. Várias secretarias, como a Sedese, a Seds, a Seplag, a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Esportes e a Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, desenvolvem, conjuntamente, uma série de ações voltadas para as mulheres. A nossa perspectiva é de que esse trabalho conjunto de enfrentamento à violência e de empoderamento das mulheres no Estado de Minas Gerais seja conjunto e contínuo.

Ninguém vai vencer a violência sozinho. Ninguém vai conseguir se empoderar ou empoderar o outro individualmente. São processos coletivos que estamos assumindo o compromisso de fazer juntos.

Fazer política para as mulheres é trabalhar em conjunto, considerando a diversidade delas e o potencial que têm de transformar a realidade. Na região metropolitana, além desses ciclos de debates em que somos parceiras e das atividades da sociedade civil que vão acontecer, sobretudo nos dias 6, 7 e 8, estamos colaborando e construindo conjuntamente, com as diversas secretarias e prefeituras, um conjunto de mais de 400 atividades. Serão cerca de 75 atividades na região metropolitana, entre palestras, oficinas, seminários, rodas de conversa, exibição de vídeos. No interior estamos programando aproximadamente 450 atividades, em mais de 200 municípios. A ideia é que, a partir dos feminismos, possamos construir políticas públicas mais adequadas às realidades das mulheres e trabalhar juntas, e juntos, para mudar de fato a vida das mulheres em Minas e no mundo.

Com essa perspectiva dos feminismos que trabalham com o respeito entre as mulheres, com a sororidade, com essa perspectiva de construção conjunta, compartilhada e contínua, a gente celebra e saúda todas as guerreiras que nos antecederam nessa tarefa de enfrentamento à violência, de empoderamento das mulheres, e saúda também o nosso esforço conjunto, que será contínuo daqui para a frente, neste mês de março e em toda essa gestão. Muito axé a todas! Que possamos manter esse espírito das ancestrais, que nos coloca em roda para construir as partilhas necessárias para que a vida seja de fato possível. Obrigada.

Palavras da Sra. Gláucia Brandão

Boa noite a todos e a todas. Quero saudar todas as mulheres na pessoa da Rosângela Reis, que está presidindo esta reunião, e, na pessoa do deputado Wander Borges, parabenizar e agradecer a presença de todos os homens.

Quero dizer da minha alegria em voltar a esta Casa e estar com vocês nesta noite. Parablenizo a bancada feminina e todos os movimentos sociais pelo privilégio de estarmos tirando um tempo para debater tema tão importante no mês em que celebramos e fazemos uma reflexão importante sobre os direitos da mulher, sobre as necessidades de avanço da política pública nessa área, na perspectiva da promoção, proteção e garantia dos direitos da mulher; da necessidade de não nos calarmos diante das violências tantas, como a doméstica e várias de outros tipos. É preciso aproveitar o momento para debater os nossos avanços e as nossas necessidades de mais conquistas nessa área.

Trago o grande abraço do nosso prefeito Marcio Lacerda, que é um defensor da política para a mulher. Além de ser presidente da Frente Nacional de Prefeitos, hoje ele também é presidente do consórcio Mulheres das Gerais, cuja superintendente Ermelinda falou aqui inicialmente e que trabalha num projeto de política pública na região metropolitana. Conta hoje com oito municípios: Belo Horizonte, Contagem, Betim, Sabará, Itabira, Nova Lima, Ribeirão das Neves e Lagoa Santa. São oito municípios consorciados, um trabalho com vistas a uma política de empoderamento e fortalecimento da mulher, combate à violência, um trabalho de proteção. É um projeto interessante, em que temos à frente o nosso prefeito.



Trouxe um abraço para todas as mulheres de Minas Gerais, um abraço específico para a bancada, para a Assembleia Legislativa, e reafirmo o nosso compromisso no avanço desta luta. Quero parabenizar todas as mulheres pelas vidas que geram, pelo amor que irradiam e pelo trabalho que desenvolvem em tantos espaços nesse mundo grande. E aponto nossa necessidade de reafirmar a nossa competência, a nossa dignidade e a nossa luta veemente de trabalhar junto aos homens por uma sociedade mais justa, mais igualitária, onde os direitos de todos sejam respeitados.

Parabéns a todos, que possamos aproveitar os dias de hoje, de amanhã e este mês para discutirmos, em todas as instâncias, nos movimentos sociais, nas nossas casas, nas nossas comunidades, nos departamentos onde trabalhamos, sobre a necessidade de combatermos a violência e de realmente garantirmos o direito de todas as mulheres no local em que vivemos, na nossa comunidade, na nossa cidade, no nosso estado e no nosso país.

Que Deus nos dê força, sabedoria e coragem pra continuarmos essa luta e sermos mais que vitoriosas. Parabéns a todos e obrigada pela presença de todos aqui.

Palavras da Sra. Christiane Neves Procópio Malard

Boa noite a todas e a todos. Na pessoa da excelentíssima presidente desta Mesa, deputada Rosângela Reis, cumprimento todas as mulheres aqui presentes. A deputada Rosângela Reis é exemplo de mulher, esposa, mãe, profissional. Ninguém melhor que ela para presidir esta Mesa nesta noite. Na pessoa do excelentíssimo deputado Wander Borges, cumprimento os homens, pois é muito importante que, neste debate, haja a contribuição dos homens, porque, para a sensibilização para a causa das mulheres, realmente precisamos da contribuição dos homens. Este debate não pode acontecer sem a presença deles.

Quero fazer um cumprimento especial às minhas colegas defensoras públicas aqui presentes, que atuam, especialmente hoje, na Defensoria Especializada de Mulheres Vítimas de Violência. Elas estão lidando diretamente com esta causa, que é a violência contra a mulher. Quero parabenizá-las por, diariamente, trabalharem com isso; são guerreiras e lutam contra a violência.

Estamos aqui, mais uma vez, para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Novamente, é oportuno e necessário que a data seja celebrada com debate e reflexão. Pois, apesar do expressivo avanço das conquistas das mulheres, o preconceito, a discriminação, a violência e as desigualdades sociais ainda atingem a mulher e muito. A violência contra a mulher é real e diária. E a Defensoria Pública de Minas Gerais orgulha-se de, desde 1987, atuar em defesa das mulheres. Dezenove anos antes da promulgação da Lei Maria da Penha, representantes da Defensoria de Minas atuavam dentro da Delegacia de Mulheres, esclarecendo e orientando as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar sobre seus direitos.

Em 2005, instalamos a Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência de Belo Horizonte, oferecendo atendimento individualizado e especializado às mulheres e garantindo seu acesso à Justiça. Em 2015, a Defensoria Especializada na Defesa da Mulher realizou 4.667 atendimentos. Desde a sua fundação, foram efetuados – assombrem-se – 41.036 atendimentos pelos defensores públicos e pelo setor psicossocial. Não há dúvida de que está em marcha um processo revolucionário em favor dos direitos da mulher. As mulheres, hoje, estão com muito mais força que antigamente. Elas estão lutando muito mais pelos seus direitos e estão mostrando para a sociedade do que são capazes.

Mulheres, contem conosco. Contem com o apoio da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais nessa luta. Parafraseando a deputada Marília Campos: “Lugar de mulher é onde ela quiser”.

Obrigada a todos. Novamente, por meio da presidente desta Mesa e de todas as deputadas que compõem esta Mesa, parabenizo a todos por este debate, por mais um ano deste ciclo de debates, extremamente importante para a solução desse problema que é muito grave para as mulheres não só de Minas, mas para as mulheres brasileiras. Obrigada a todos.



Palavras da Deputada Geisa Teixeira

Boa noite a todas as mulheres que estão compondo a Mesa. Boa noite a todas as presentes e a todos os presentes. É uma alegria muito grande ver esta Casa cheia em prol do mês de março, que, para nós, mulheres, é tão simbólico na nossa luta em função do evento de 8 de março, quando comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Conseguimos grandes conquistas. Infelizmente, há uma causa que ainda marca muito a mulher brasileira, a mulher mineira e as mulheres em geral, que são as agressões contra a mulher, a violência contra a mulher. Por isso devemos combater a violência contra a mulher. A presidenta Dilma, quando sancionou a lei do feminicídio, em 2015, afirmou que 15 mulheres são mortas por mês no País. Conforme um diagnóstico feito em 2015, 47,1 mulheres são mortas por mês em Minas Gerais. O Brasil ocupa o 5º lugar no mapa da violência contra a mulher. É um mapa muito triste.

Não conseguiremos trabalhar contra essa violência se não estivermos unidas, se não colocarmos a nossa voz para ser ouvida. Por isso, durante o nosso ciclo de debates realizado no ano passado com movimentos de mulheres, visitamos diversos municípios de Minas Gerais convidando as mulheres para um debate amplo. O nosso lema era mais mulheres na política, mais mulheres ocupando espaços de poder. Infelizmente, temos conhecimento da sub-representatividade da mulher nos espaços de poder. Nas assembleias, câmaras e prefeituras não chegamos a 10%. Sabemos que há mais de 52% de mulheres eleitoras. Nada melhor que a própria mulher para saber dos problemas e das dores que envolvem as mulheres. É muito importante que criemos cada vez mais agendas, que estejamos cada vez mais unidas aos movimentos de mulheres. Esta Casa, a nossa Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por meio da Comissão Extraordinária das Mulheres, está ampliando esse debate. Queremos cada vez mais que haja participação de todas e de todos. São 77 parlamentares nesta Casa, mas somente sete mulheres exercem o mandato de deputadas estaduais.

Por isso, deputada Marília Campos e demais deputadas, a nossa reivindicação é a PEC nº 16. Queremos uma mulher na Mesa da Casa. Até hoje – estamos na 18ª Legislatura –, apenas duas mulheres ocuparam essa cadeira. Queremos que essa PEC seja aprovada. No dia 24 de fevereiro, comemoramos 84 anos do voto feminino. No dia 25, foi criada a comissão especial, sendo aprovada a PEC nº 16, que virá a Plenário para votação. Depois voltará à comissão para ser aprovada, retornando ao Plenário num segundo momento.

Então eu gostaria de pedir a todas as mulheres que acompanhem os deputados que estão votando a nossa PEC, se são a favor ou não, porque é mais uma forma de colocarmos as mulheres no poder para que juntas estejamos lutando por uma sociedade mais justa, uma sociedade onde as mulheres realmente tenham voz e vez, fortalecendo a nossa democracia, porque uma democracia onde há a separação, onde há a fragilidade da mulher é uma democracia muito frágil. É por isso que conclamamos a todos e a todas que aqui estão para fortalecer os nossos movimentos de mulheres, porque aqui nesta Casa, na Assembleia Legislativa, as sete mulheres estão trabalhando bastante para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Muito obrigada a todos e vamos em frente.

Palavras da Deputada Ione Pinheiro

Boa noite a todos, boa noite a todas; boa noite, mulheres guerreiras, mulheres de fibra, mulheres de luta, mulheres que não se calam. Eu estava ali entre duas mulheres guerreiras, de luta, as duas conversando, e eu no meio. Eu falei: estou ficando tonta.

Marília, Rosângela, Celise e Geisa, mais duas deputadas acabaram de firmar o compromisso de nos ajudar na aprovação da PEC. Temos que bater palmas para essas duas mulheres. Elas estabeleceram o compromisso, e eu no meio. A Gláucia e a Maria Elvira firmaram o compromisso de ir até o presidente pedir a aprovação da PEC. Gente, o número é preocupante. Estou escutando a Geisa falar que estamos em 5º lugar. O caso é sério. Mais de 1,2 milhão de mulheres sofrem violência a cada ano e somente 52 mil vão até a delegacia fazer ocorrência; 500 mil são estupradas. Que quadro é esse? E esse quadro de violência não é só no Brasil, é no mundo inteiro. Às vezes fico pensando e indagando. A maioria das idosas



são violentadas pelos filhos. Que é isso? Por que as mulheres negras estão sofrendo mais violência? A maioria dos casos de violência acontece no lar, praticada por companheiros, ex-companheiros, pais e filhos.

O que podemos fazer? Como podemos ajudar essas mulheres para que não fiquem caladas, para que não sofram silenciosamente? Por que elas têm vergonha? A maioria tem vergonha de se expor. Às vezes, há dependência financeira e por isso não denunciam o parceiro, não denunciam o filho. Então, eu acho que esse debate é o momento de encorajarmos, de ajudarmos essas mulheres a dizerem: “Não, chega de violência!”. Não vamos ficar caladas. Nós podemos combater essa violência.

Então, sinto-me hoje muito honrada de, como mulher, participar desse evento. Que Deus nos abençoe. Quero parabenizar as nossas deputadas, companheiras no dia a dia, mulheres guerreiras, mulheres de luta, mulheres de fibra. Boa noite e muito obrigada a vocês.

Palavras da Deputada Marília Campos

Boa noite, companheiras da Mesa. Boa noite, companheiras do Plenário. Em nome de todas vocês, cumprimento todos os líderes e colegas de trabalho que estão aqui neste Plenário. Está fresco na nossa memória o que aconteceu no ano passado, nesta Casa. Fizemos um encontro, não só aqui, em Belo Horizonte, mas em várias cidades do interior. A nossa luta focalizava a luta por mais mulheres na política. Sim, porque, naquela época, discutíamos a possibilidade de haver uma reforma política na Câmara dos Deputados que mudasse as regras do jogo e garantisse que mais mulheres não apenas fossem laranjas no processo eleitoral, mas que mais mulheres se elessem na disputa eleitoral.

Hoje estamos aqui em mais um encontro para comemorar essa data tão importante na nossa luta: o 8 de março. A *hashtag* que estamos distribuindo é “#nãoosecale”, muito oportuna. Não se cale. Não se cale, porque temos uma subrepresentação nos executivos municipais, nas câmaras de vereadores e vereadoras, na Assembleia Legislativa, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Não chegamos aos 12% de representação. “#nãoosecale”. Não se calem, porque, mesmo depois de ter sido aprovada a Lei Maria da Penha – e vamos comemorar 10 anos de existência dessa lei –, não se calem, porque, mesmo depois da Lei Maria da Penha e mesmo depois da Lei do Feminicídio, nós, no mapa da violência, somos destaques, porque não param de matar mulheres, não param de violentar mulheres, não param de humilhar mulheres. Tudo isso é violência contra as mulheres. Então, não podemos nos calar. Por essa razão, este encontro vai discutir a violência e chamar as mulheres não apenas para continuar a nossa luta por mais mulheres na política, mas também para que as mulheres não se calem.

Continuem a denunciar, até porque não bastam só os problemas que temos, ainda querem tirar as nossas conquistas. Recentemente, tivemos grandes disputas que foram travadas pelos conservadores na Câmara dos Deputados, nas câmaras de vereadores e na Assembleia Legislativa para que tivéssemos retrocesso nas nossas conquistas. Particularmente, o grande retrocesso que tivemos foi na disputa do Plano Nacional de Educação – PNE –, quando os municípios não permitiram que colocássemos a questão de gênero nesse plano. Se a gente quer enfrentar a discriminação, se a gente quer enfrentar o preconceito, se a gente quer que o desejo da mulher seja respeitado para que esteja onde quiser, temos que ter um novo padrão de educação que emancipe. Portanto, a questão de gênero tem que estar colocada em todo o processo de educação das nossas meninas e dos nossos meninos.

Então, companheiras de luta, este nosso encontro será marcado por essas bandeiras, para que as mulheres sejam mais empoderadas. Haverá eleições municipais, e queremos que elas sejam mais eleitas como vereadoras, queremos mais mulheres nas prefeituras, para que as mulheres mais empoderadas sejam mais respeitadas na nossa sociedade.

Quero convidá-las a se levantarem e erguerem a nossa palavra de ordem, para que a Assembleia Legislativa possa filmar e fotografar este momento histórico. A nossa luta na política continua, para que tenhamos um poder mais democratizado. Não vamos nos calar, porque queremos mais mulheres na política e queremos o fim da violência. Mais respeito com as mulheres. Não se calem.



– A plateia se levanta e mostra os cartazes.

Palavras da Deputada Celise Laviola

Boa noite. Primeiramente, quero dizer que hoje escolhi uma cor diferente, o azul, porque nós, mulheres, além de termos o direito de escolher o nosso lugar, escolhemos a nossa cor de acordo com a nossa vontade, com o que desejamos. Não temos uma cor nossa, todas as cores são nossas. Todo espaço é nosso, e vamos conquistá-lo. Somos apenas 7 em 77, mas seremos muito mais. Ao defender a nossa PEC, tenho levado essas palavras: precisamos do apoio dos deputados porque, futuramente, essa PEC será vantagem para eles, pois deverão conquistar um lugar na Mesa. Nós vamos conquistar o nosso espaço, e já estamos lutando para isso.

Fico muito feliz de, no meu primeiro mandato, contar com uma Mesa que nos apoiou, com o presidente Adalclever Lopes. E todas as minhas colegas deputadas abraçaram essa bandeira de tal forma que, no nosso primeiro ano, conseguimos lotar esta Casa com a discussão do empoderamento da mulher. Foi tão bom, a participação de vocês foi tão importante, que hoje o Senado e a Câmara Federal estão discutindo esse tema. Neste ano, elegeram para o mês de março o tema do empoderamento da mulher. De alguma maneira, copiando-nos, porque fizemos isso no nosso primeiro ano.

Encho-me de orgulho para falar disso, porque, para nós, foi muito difícil chegar aqui. Como a Marília falou, tivemos esperanças com a reforma política. Não alcançamos o que queríamos; nossa grande luta era pelo financiamento justo de campanha, que nos desse oportunidades iguais. Mas isso também não nos fará desanimar, vamos continuar na luta. Neste ano, temos um tema importantíssimo, que precisa ser levantado: a violência contra a mulher. Esse é um tema que nos preocupa muito, porque sofremos violência em todos os sentidos. Não é apenas violência física, e sabemos disso, mas no trabalho, no dia a dia, nos relacionamentos. Isso precisa ser mudado e denunciado. No ano passado, houve uma palestra aqui, da delegada Luciana Libório, da Delegacia de Mulheres. Ela dizia que, apesar de toda a estrutura que já existe – a Defensoria Pública foi citada como parceira ativa –, a mulher ainda tem muita dificuldade de denunciar a violência que sofre.

Então, precisamos levar essa bandeira tão seriamente como levamos a bandeira do empoderamento da mulher. Considerando que o Senado e a Câmara estão fazendo esse movimento pelo empoderamento da mulher, acho que vamos incentivá-los para que, no próximo ano, no mês de março, em homenagem às mulheres, eles tratem o tema da violência com alcance nacional. Isso terá uma repercussão expressiva, e fará com que as mulheres se sintam encorajadas para denunciar as violências que sofrem.

Portanto, esse nosso primeiro passo, esse passo que a nossa Assembleia dá me enche de orgulho para dizer a vocês que estamos mais uma vez aqui todas juntas e juntos, porque os homens estão aqui nos acompanhando. Inclusive, o Professor Neivaldo está ali firme, junto conosco; e outros deputados também. Algumas não puderam comparecer, mas sabemos que grande parte deles está conosco, nos acompanhando. Então, vamos levar isso à frente, vamos fazer esse ciclo de debates crescer, como cresceu no ano passado. Fizemos a interiorização do tema, levamos para todas as regiões, fomos parceiras nisso. Cada uma disponibilizou espaço na sua região para que acontecesse a interiorização do tema do empoderamento e, agora, vamos levar o tema da violência também. Vamos incentivar, para fazer com que isso aconteça. Vocês, que estão aqui hoje interessadas, participando, são fundamentais para que isso aconteça.

O meu momento hoje é para agradecer a vocês, que nos deram força para continuar esse trabalho, que no ano passado teve tanto sucesso, e levantar esse novo tema. Quero dizer que vocês é que vão incentivar as mulheres a denunciar a violência. Vamos acabar com isso. Precisamos levantar essa bandeira. Não se calem. Muito obrigada.

Registro de Presença

A presidente – Quero registrar a presença da Sra. Cleonice Liborino, do Grupo das Caminhantes – temos seis presentes aqui. Ela é presidente da Sociedade Mineira de Aleitamento Materno. Obrigado pela presença. Também gostaria de dizer que esta semana, no dia 24, foi aprovada a PEC nº 16 na comissão especial. O relator dessa matéria é o deputado Fábio Cherem e, agora, está na pauta do Plenário para ser aprovada. Essa PEC não tem cor. É uma PEC apartidária, é uma PEC do PMDB,



do PT, do Pros, do Partido Verde, do PSDB, enfim, de todos os partidos. Então, vamos nos mobilizar, vamos cada um conversar com o seu deputado, enviar os *e-mails* solicitando que eles aprovelem essa PEC, que é de fundamental importância para o avanço das mulheres nos espaços de poder.

Neste momento agradecemos à Assembleia Legislativa, que manifesta os seus agradecimentos às autoridades que participaram da mesa de abertura desse ciclo de debates. Faremos agora a recomposição da mesa e, em seguida, daremos continuidade à programação do evento.

O locutor – Muito obrigado, autoridades que fizeram parte desta Mesa de abertura. Gostaríamos de registrar a presença, nesta solenidade, de Lúcia Apolinário, coordenadora do centro de atendimento à violência contra a mulher.

Composição da Mesa para o 2º Painel

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Vanessa Beco, representante do coletivo Negras Ativas, e o Exmo. Sr. Prof. Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da Área de Estudos sobre Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Flacso.

Apresentação Musical

A presidente – Convidamos a cantora Dóris, que interpretará a canção *Chega*, de Mart'nália.

– Procede-se à apresentação musical.

A Sra. Dóris – Esse samba é da Mart'nália. Fica aqui este recado: “Mulheres contra a violência não se calem. Chega!” Boa noite. Obrigada pelo convite.

A presidente – Agradecemos à cantora Dóris.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

A presidente – Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário disponível no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas, por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia – www.almg.gov.br –, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Com a palavra, o Prof. Julio Jacobo Waiselfisz, para sua exposição sobre o tema “Mapa da violência 2015 – homicídio de mulheres no Brasil”.

Palavras do Sr. Julio Jacobo Waiselfisz

Boa noite a todos e a todas. Prezadas colegas, prezados colegas e amigos e deputada Rosângela Reis, presidente da Mesa, na pessoa de quem saúdo todos os deputados e todas as deputadas presentes e demais colegas. No ano passado, fui convocado, na programação da Semana Internacional das Nações Unidas em Defesa dos Direitos da Mulher, para elaborar especificamente o *Mapa da violência contra a mulher*. Já havíamos feito alguns anteriores, mas nunca com a especificidade que vimos agora nesse mapa, divulgado em fins de 2015, que foi o mapa de homicídio de mulheres no Brasil, divulgado pela ONU Mulheres, pela OMS e vários outros organismos.

Antes de entrar especificamente no tema da mulher e de violências contra a mulher, gostaria de esclarecer um pouco sobre o que são os mapas da violência.

O mapa da violência é um assunto relativamente comentado. Não se seguiu a história desse mapa. Começamos a elaborar os mapas na Unesco, no organismo internacional do qual eu era diretor de pesquisa nessa época. No ano de 1998, elaboramos o primeiro mapa. Portanto, o mapa já tem praticamente 18 anos de vida de produção. Neste momento estamos no Mapa nº 28 e acabamos de publicá-lo.



O foco global foi sempre a violência dirigida contra a população brasileira, com vários temas específicos – mulher, arma de fogo, juventude, crianças e adolescentes. Cada vez tomamos um tema específico que nos remete a temas de interesse, porque há um fato novo, um fato determinante que está marcando a necessidade de atualizar e divulgar dados.

O mapa teve diversas parcerias. Quero esclarecer umas questões sobre as quais sempre me perguntam: quanto demora o mapa, qual é o seu orçamento e quem colabora com ele. Esclareço que o mapa é unipessoal, sou eu que o faço, não tem equipe por trás. As parcerias são apenas para sua divulgação. O mapa não é financiado por ninguém, por nenhum organismo, é autofinanciado. Já tivemos parcerias especificamente para a divulgação: com o Instituto Ayrton Senna, com a Unesco, com os Ministérios da Justiça e da Saúde, com a Rede de Comunicação Latino Americana, com o Instituto Sangari, com a Flacso, na qual trabalho agora, o Cebela, a Secretaria-Geral da Presidência da República, com a Secretaria Nacional de Juventude, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, com a ONU Mulheres, etc. Foram diversos organismos nacionais e internacionais que clamam em conjunto para a divulgação dos dados do mapa.

Feito esse esclarecimento, gostaria de mostrar a vocês mais ou menos a estrutura desse último mapa. Será muito problemático tentar divulgá-lo em 40 minutos; então, vou pegar alguns aspectos muito específicos. O mapa tem notas conceituais e técnicas – fala-se da metodologia, das fontes, como ele é elaborado, o glossário de termos, a definição do termo nele utilizado etc. Fizemos um histórico da violência contra a mulher, que começa em 1980 e termina em 2013, último ano de dados divulgados por nossa fonte. Trabalhamos com o mapa da violência nas unidades federativas do Brasil e nas regiões brasileiras, nas capitais dos estados, nos municípios. Tentamos compilar estatísticas internacionais; contextualizamos a mortalidade feminina, trabalhando com raça, cor, idade, meios utilizados, local da agressão, etc. Trabalhamos com uma base secundária que não trata de homicídios, mas de violência. É a única base que nos permite caracterizar quem é o autor da violência, dado que as fontes, que são as certidões de óbito, não caracterizam o autor da violência, só caracterizam a vítima. Para vermos quem é a pessoa que agride, tivemos de recorrer a outros dados, que são os do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan –, que é do Ministério da Saúde. De acordo com eles, todos os agentes públicos de saúde, diante da suspeita de violência contra a mulher, contra crianças ou contra idosos, têm obrigação de fazer um registro que se chama registro de violências domésticas. Recorremos à base de dados para ver quem é o autor da violência contra a mulher.

Trabalhamos em atendimentos no SUS, em 2014, com a violência contra a mulher por unidade federada, idade, agressor, tipo de violência, local da agressão etc. Na conjuntura da Pesquisa Nacional de Saúde 2013, uma pesquisa nacional organizada pelo Ministério da Saúde e IBGE, fiz duas perguntas à população, a aproximadamente 68 mil mulheres no Brasil. Foram duas perguntas muito simples: “No último ano você sofreu alguma agressão por pessoa conhecida? No último ano você sofreu uma agressão por pessoa desconhecida?”

É a única pesquisa que temos neste momento, no Brasil, que permite identificar agressões contra mulheres. Porque todo o resto de nossa fonte, de 1980, etc., são agravos de notificação. A pessoa tem de notificar. Não sabemos quantas pessoas notificam e quantas não notificam. No resto de nossa fonte, exceto homicídio, que não precisa de notificação, mas de violência, não temos uma fonte fidedigna da violência que acontece em nossa vida cotidiana. Essa pesquisa já nos permite, já em primeiro *approach*, ficar apavorados pela quantidade de violência que existe no Brasil e em Minas Gerais.

Por último, fizemos uma estimativa da nova lei do feminicídio, de quantos feminicídios, crimes domésticos por ódio, que é um pouco da definição sintética de feminicídio pela legislação brasileira, quantos feminicídios existem no Brasil como ódio de gênero?

Sempre tentamos utilizar fontes oficiais, não utilizamos fontes de ONGs, por mais fidedignas que sejam. Só utilizamos fontes oficiais do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça, do IBGE, etc., para não ter de discutir a fidedignidade da fonte. Nenhum governo deve discutir sua própria fonte. Se utilizamos fontes de alguma organização não governamental, provavelmente o governo vai discutir e desmentir essa fonte. Então, sempre utilizamos fontes oficiais. Fazemos nossa crítica da fonte, falamos o que está faltando nessa fonte, porque utilizamos sempre fontes oficiais.



O que utilizamos para caracterizar homicídio? O sistema de informação de mortalidade do Datasus, do Ministério da Saúde. Há uma lei brasileira que diz que, diante de qualquer morte, deve haver uma certidão de óbito para se poder fazer qualquer tipo de trâmite, enterrar, trâmites sucessórios, INSS, enfim. Tem de ter certidão de óbito. Essa certidão de óbito é lavrada à vista, é uma declaração de óbito assinada por médico competente, que, no caso de violência – causas externas –, tem de ser um médico forense ou pessoa investida de capacidade forense.

Então, temos essa fonte. O sistema de informação de mortalidade começou a funcionar em 1979, mas na realidade temos dados relativamente fidedignos a partir de 1980. São dados nacionais com a mesma definição nacional. Por isso utilizamos essa fonte. Há outra fonte que se utiliza também, que são os boletins de ocorrência policial, mas preferimos utilizar a fonte do Ministério da Saúde. Para a população do IBGE, internacional, a Organização Mundial da Saúde e Sinan, como já esclareci, pesquisa nacional de saúde, IBGE de 2013.

Vamos tentar passar os resultados. Não tentarei explicar toda essa tabela. Simplesmente vou dizer do que se trata. Aqui são dados de homicídios de mulheres para o Brasil. A primeira coluna é o ano, que vai de 1980 a 2013, ano por ano. A segunda coluna traz o número de homicídios no Brasil. Terceira coluna: taxa de homicídios por 100 mil mulheres – isso no Brasil. As duas primeiras são número e taxa do Brasil, e números e taxas em Minas Gerais de 1980 até 2013.

Podemos observar o seguinte. O gráfico mostra mais ou menos a mesma coisa. A linha azul é a linha do Brasil; a linha vermelha é a linha de Minas Gerais. Minas Gerais, em volume de forma diferenciada, com respeito ao Brasil.

Enquanto o Brasil tem um crescimento íngreme de 1980 a 1996, Minas Gerais permanece praticamente estagnada nesse período. O Brasil se estabiliza, em 1996; permanece estável até 2006; depois, com a Lei Maria da Penha, cai por um ano; depois, começa a subir de novo, e drasticamente. Em Minas Gerais, superou-se o grande crescimento. Vocês sabem melhor do que eu em que época foi isso: de 1995 a 2003. Esse foi o *boom* da violência contra a mulher no Brasil. Olhem na curva que passamos de 1,8 homicídios a cada 100 mil mulheres para 4 homicídios, ou seja, mais do que duplica a violência contra a mulher nesse período. Depois, se estabiliza; também com a Lei Maria da Penha, tem uma queda por um ano; depois começa a subir de novo, para 3,6, em 2000, e 4,2, em 2013. Nesse momento, a taxa de Minas Gerais é praticamente semelhante à do Brasil. Mas houve uma evolução totalmente diferenciada da brasileira, em função de fenômenos estritamente locais – políticas locais, etc. Diferentemente do resto do País, que teve algum tipo de apoio, Minas Gerais não teve.

Se observarmos as estatísticas internacionais – conseguimos estatísticas de 83 países, padronizadas pela OMS –, veremos que o Brasil ocupa, como já se disse aqui, a 5ª posição internacional. Ou seja, a taxa do Brasil é muito elevada no contexto internacional. Se Minas Gerais fosse um país – e tem todas as condições territoriais e populacionais para isso, pois é muito maior do que muitos países europeus, tanto em tamanho, quanto em população –, estaria em 7º lugar internacional. Seria o Brasil, com 4,8; México, com 4,4; e Minas Gerais, com 4,2. Enfim, o Brasil e Minas Gerais teriam, nada mais, nada menos, 48 vezes mais homicídios femininos do que no Reino Unido e 24 vezes mais do que em países como Irlanda e Dinamarca. Ou seja, para cada mulher que é assassinada nos países medianamente civilizados da Europa – vejam que não falo em civilizado, mas em medianamente civilizado –, no Brasil morrem entre 24 e 48 mulheres mais. São estatísticas obscenas de observarmos, com o tipo de carnificina que temos no Brasil.

Mas quero esclarecer que não é só de mulheres; a carnificina é de homens, crianças, idosos... Temos taxas obscenas e totalmente inaceitáveis de mortalidade, e ninguém se importa. Digo isso, porque, com muito assombro, vi que temos uma enorme mobilização pela zica, a chicungunha e a dengue, que matam a centésima parte das vítimas de homicídios, e não temos a mínima mobilização pelos homicídios, nem o mínimo recurso para tratar disso, como temos para tratar da dengue e da chicungunha. Ou seja, para um mal que mata 100 vezes mais do que todos esses outros males, não temos orçamento para trabalhar. Vemos que todos os estados estão fazendo milagre para trabalhar em uma área determinada.

É claro que houve uma gritaria internacional. Uns gritam, todo mundo grita, e aí o Estado coloca dinheiro nessa área. Eu gostaria que houvesse essa mesma gritaria, nacional e internacional, em uma área 100 vezes mais violenta que a área em que ocorrem queixas.



O primeiro gráfico marca a posição nacional das diversas unidades federativas do Brasil. O primeiro estado, o estado mais violento contra as mulheres, em 2003, é o Espírito Santo. Em 2003, Minas Gerais ocupava a 15ª posição, com uma taxa de 4 homicídios em 100 mil. E a taxa nacional era de 4,4, ou seja, estava, mais ou menos, muito perto.

No resto do País, a taxa de violência contra a mulher cresceu muito mais se comparada à de Minas Gerais. Em 2013, Minas Gerais, com 4,2, ocupa a 22ª posição, isto é, é um dos estados menos violento contra as mulheres do Brasil. Mas, ainda assim, é um Estado altamente violento; seria o 7º país em violência no mundo.

Se você observarem a taxa de crescimento entre 2003 e 2013, poderão perceber que Minas Gerais cresceu 4,9% em 10 anos. Não foi um grande crescimento. Outros estados cresceram muito mais. Em Roraima, a taxa de homicídio de mulheres cresceu 343%; na Paraíba, 229%, ou seja, triplicou; na Bahia, quase 200%. Em alguns estados, como Amapá, Rondônia, Pernambuco, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo, as taxas caíram, houve políticas que permitiram queda nas taxas de homicídio de mulheres, bem como queda na taxa de violência geral. Isso quer dizer que há uma enorme correlação entre homicídio de mulheres e violência geral na sociedade. Sociedades com enorme quantidade de homicídios possuem também enorme quantidade de homicídios de mulheres.

Depois, entre 2006, ano da Lei Maria da Penha, e 2013, a taxa de alguns poucos estados caiu. Caiu em Rondônia, no Espírito Santo, em Pernambuco, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, desde a Lei Maria da Penha, a taxa de homicídio de mulheres aumentou quase 6%. Nas capitais acontece aproximadamente o mesmo fenômeno. Belo Horizonte, em 2013, estava na 18ª posição. Observem que em Belo Horizonte as taxas caem 27,6%; no resto do Estado, as taxas aumentam. Isso significa uma excessiva concentração de política na capital do Estado. Vamos ver esse tipo de concentração em outras áreas. Na capital, há uma diminuição de 27%, uma boa diminuição em 10 anos, enquanto no restante do Estado há aumento. Há, portanto, muita concentração na capital.

Se nós falarmos de município, apenas um município de Minas está entre os mais violentos do Brasil. É um município muito pequeno, e 1 homicídio já faz pular a taxa. Isso aconteceu com um município em São Paulo, o Município de Borá, com 800 habitantes. As taxas foram as maiores do Brasil, com 1 homicídio. Agora isso ocorre com um município com mais de 10 mil mulheres. O único município de Minas que aparece como o mais violento de Minas Gerais é Buritizeiro, que eu não sei onde fica.

Se vocês observarem no País, praticamente em 75% dos municípios, em 2013 não houve nenhum homicídio de mulheres. Em 25% dos municípios brasileiros concentra-se a matança de mulheres. Em Minas Gerais, a questão está muito espalhada. Em 2013, dos 853 municípios de Minas Gerais, 453 não tiveram registro. São 53% contra 75%. Em Minas Gerais, a violência é menor, mas se encontra muito mais espalhada, o que dificulta enormemente uma política pública de enfrentamento à violência. A territorialidade da política pública é um desafio, devido à extensão de Minas Gerais e a sua diversidade territorial.

Esses são os 50 municípios de Minas com as maiores taxas de violência. Já falei de Buritizeiro, que está no 6º lugar nacional. Conceição das Alagoas está em 17º lugar; São Joaquim de Bicas, em 3º; Nanuque, em 4º; Itambacuri, 5º; Itaobim, 6º. Esta seria um apoio às políticas públicas centradas naqueles municípios que manifestam violência extremamente elevada. Não é necessário trabalhar em todo o território do Estado. Pega-se o município que tem elevado índice de violência para fazer um diagnóstico, a fim de saber a que se deve esse nível de violência e realizar atividades.

Estes são os 50 municípios que apresentam as maiores taxas. Este é um outro tema com o qual trabalhamos, que é o de homicídio por cor. A parte esquerda da tabela fala do Brasil, e a parte direita fala de Minas Gerais. Homicídio por cor no Brasil e em Minas Gerais. Observem que eles são estritamente paralelos. As taxas de homicídios de mulheres brancas no Brasil caíram 11,9% de 2003 a 2013. As taxas de homicídios de mulheres negras aumentaram 19,5%. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que a vitimização das mulheres passou de 22,9% para 66,7%. Essa é a vitimização por cor. Morreram, em 2013, 66% mais mulheres negras do que mulheres brancas. Em Minas Gerais, as taxas de homicídio de brancas caíram 2,1%, e as taxas de homicídio de mulheres negras aumentaram 9,6% no mesmo período. A vitimização é de 50%. Morrem 50% mais negras do que brancas no Estado. A tendência são as mínimas nacionais, mas em menor magnitude do que a do País.



A segunda questão é a seguinte: por que isso acontece? Uma das nossas hipóteses de trabalho é que as nossas políticas públicas, da mesma forma que se concentram nas capitais, concentram-se nos bairros abastados, preferentemente de brancos. Enquanto política pública, a primeira questão é política. Impacta muito mais politicamente a morte de um empresário branco, que sai em todos os jornais, do que a morte de um pretinho da favela, que nem sequer é noticiado pelos jornais. Politicamente, a Secretaria de Segurança Pública prefere transferir a segurança pública para bairros com impacto político do que para bairros com pouco impacto político.

Os bairros abastados, geralmente de brancos, têm maior segurança, porque há um destacamento da segurança, mas também por um fator econômico. Às vezes, surge uma estrutura empresarial de segurança privada, que aconteceu em todos os outros nossos benefícios sociais. Isso aconteceu na educação: quem pode manda seu filho para a escola privada, quem não pode manda para a escola pública. Aconteceu com a saúde: quem pode paga seu plano de saúde, quem não pode tem de se contentar com o SUS, com a previdência, etc. E, nos últimos anos, aconteceu com a segurança: quem pode tem guarita, guarda, carro que passa, *chip* na orelha para detectar algo, carro blindado, celular para o filho; quem não pode tem de se contentar com o pouco de segurança que o Estado fornece, e quando fornece, na periferia urbana. Tudo isso faz com que a população branca, mais abastada, tenha uma dupla segurança, enquanto as outras não tenham segurança; ou, como acontece em alguns estados, acham melhor não ter segurança que ter. Aí vai todo um processo de erradicação dos autos de resistência, porque é uma forma legal que tem o aparelho de Estado de matar nequinho da favela.

Em 2013, a taxa de homicídio de mulheres brancas em Minas Gerais está na 14ª posição, com 3,1 homicídios a cada 100 mil mulheres brancas, enquanto que a de negras está no 20º lugar, com 4,6 homicídios a cada 100 mil mulheres negras.

Ali vemos a evolução histórica das mortes de brancas e negras. Em 2003 eram 152 e caiu para 144, enquanto que a de negras aumenta de 199 para 274, em 2013.

Idades das vítimas homens e vítimas mulheres. A única diferença é o platô que vai dos 18 aos 30 anos de idade. A mulher apresenta uma espécie de platô, enquanto os homens têm um pico aos 19 anos de idade. A mulher, mais ou menos, conserva a faixa de 3,4 homicídios até os 30 anos de idade. A idade de risco da mulher de morrer assassinada vai dos 18 aos 30 anos da idade. É a idade de maior incidência de homicídios.

Que meios e instrumentos se utiliza em um e em outro caso, ou seja, quando é homicídio de homem e quando é homicídio de mulheres? Morte por estrangulamento e sufocação: 6,1% dos homicídios femininos e 1,1% dos masculinos. Mulher morre mais por força física. Arma de fogo: 48% a mulher e 73% o homem; homem morre mais por arma de fogo. Objeto cortante penetrante: 25% dos homicídios de mulheres são por objeto cortante penetrante, enquanto os dos homens são 14,9%. Objeto cortante é faca, ponta de faca. Objeto contundente: 8% mulher e 5% homem. Considera-se, na criminologia, que existe premeditação quando se utiliza arma de fogo. Quem porta arma de fogo provavelmente quer matar ou vai usá-la para matar. Uso de força física e objeto cortante é mais crime de ódio e crime por motivos fúteis e banais. A pessoa pegou uma faca, um tacaque, um ferro e matou ou sufocou por força física.

Há uma tendência a que o homem morra mais. Agora vamos ver onde se morre, o local. Em estabelecimento de saúde é mais ou menos a mesma quantidade: 25% mulheres e 26% homens. Em domicílio: 27% das mulheres morrem em seu próprio domicílio e 10% dos homens morrem em seu domicílio. Na via pública, morrem 31% de mulheres e 48% de homens. Tudo isso nos leva a crer que, em geral, as mulheres estão mais propensas a crime doméstico, crimes por motivos fúteis, banais, por ódio, etc. Os homens também morrem pelos mesmos motivos, mas em proporção bem menor. Esses são dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação – Sinan –, pelo qual os agentes de saúde do sistema SUS têm de notificar, compulsoriamente, algumas enfermidades, como coqueluche, dengue, meningite, etc. São notificações obrigatórias pelo risco de epidemia.

Em 2009, a tudo isso se juntou a violência contra crianças, idosos e mulheres. Essa foi a tabela que fizemos de mulheres objetos de violência e dos atendimentos realizados pelo SUS. Deem uma olhada nos números de 2014: foram atendidas 223 mil mulheres vítimas de violência no Brasil. Quem recorre ao SUS para ser atendida não é por uma violência

www.almgov.br Página 15 de 123



verbal, por uma violência leve, mas porque foi vítima de uma violência pesada, causando um tipo de trauma que faz com que essa mulher tenha de ir a um posto de saúde. E já é uma violência de média para cima, violência pesada mesmo.

O que temos aqui é que mais de 200 mil mulheres tiveram de ir ao sistema de saúde para se submeter a algum tipo de atendimento, que foi registrado. A portaria do Ministério da Saúde estabelece que, diante da suspeita de violência à mulher – e essa mulher pode até afirmar que bateu em uma porta –, o profissional, suspeitando que se trata de uma violência, tem a obrigação de fazer o registro. Nem sempre se registra, mas há a obrigação de registrar a violência contra a mulher.

Observando as idades: crianças, 11%; adolescentes, 18%; e jovens, 15%. Isso significa que há uma concentração de violência em mulheres jovens. As idades são as mesmas que levantamos nos atendimentos. Em relação às idades, há um pico aos 14 anos para as meninas, uma idade preocupante. Esse primeiro esboço, à esquerda, mostra que, até 1 ano de idade, se registra o máximo nível de atendimento por violência no sistema SUS. Temo que isso passe despercebido. Quem são as vítimas de violência preferenciais no Brasil? São tanto os meninos quanto as meninas de menos de 1 ano de idade, quando os pais, os parentes, nos levam a um posto de saúde e se especula que houve violência no trato dessa criança, por isso ela teve de ser atendida. Há uma enorme quantidade de crianças que são atendidas pelo sistema SUS.

Depois é a mesma história. Há picos, aos 14 anos de idade, para as meninas e, 17 anos de idade, para os meninos. O interessante de tudo isso está registrado nas duas últimas linhas da tabela. Na penúltima linha da primeira coluna, 82% das crianças são vítimas de violência pelos pais. As meninas são vítimas de violência pelos pais. Quando passa a adolescência, começam a ser vítimas tanto da família quanto dos parceiros. Quando jovem, são 50% das mulheres que recorrem ao posto de saúde, e o agressor foi o parceiro.

Jovens e adultas, o parceiro é o principal agressor dentro do sistema de atendimentos. Conforme a coluna 1, 24% dos agressores são os filhos. Todos os tipos de agressões acontecem praticamente no âmbito familiar. A menina, a mulher, vai mudando de agressor: quando criança, são os pais; quando adolescente ou adulta, são os parceiros; quando idosa, são os filhos. Vai mudando de agressor, mas conserva-se o caráter de agressão doméstica.

Dos 4.762 homicídios registrados em 2013 pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade, 2.394, isto é, 50,3% foram perpetrados por um familiar da vítima. Isso representa perto de sete feminicídios diários nesse ano. Mil quinhentos e oitenta e três dessas mulheres foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro, o que representa 33,2% do total de homicídios femininos nesse ano.

A Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE fez duas perguntas a 60 mil mulheres maiores de 18 anos de idade. As duas perguntas foram muito simples. A primeira foi: no último ano, você foi objeto de violência por parte de alguma pessoa conhecida? Sim ou não? Segunda pergunta: no último ano, você foi objeto de violência por alguma pessoa desconhecida? Sim ou não? Números. Em Minas Gerais, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE, em 2013, 412 mil mulheres foram vítimas de violência, ou seja, tudo o que presumimos a respeito de violência, as 180 atuações da polícia ficam insuficientes diante do grau de violência que foi registrado nessa pesquisa objetiva. Dividido dessa forma, em Minas Gerais, 260 mil mulheres foram vítimas de agressão por parte de pessoas conhecidas e 152 mil por pessoas desconhecidas. No País, 5.500.000 mulheres agredidas, de 18 anos ou mais.

Não é toda a população. Provavelmente, projetando para o conjunto da população, são 10 milhões ou mais de mulheres agredidas em um ano. É muita agressão. Para quem quiser ler, esses dados estão no IBGE e no Ministério da Saúde na pesquisa nacional de saúde. É um relatório que tem acesso livre. Tiramos daí duas ou três conclusões. Podemos encontrar todos esses dados nesse *site* de exposição pública. Tudo isso vai ser disponibilizado no *site* da Assembleia para vocês poderem trabalhar.

Quero dizer uma coisa muito simples: não vou colocar em dúvida a política pública, não vou colocar em dúvida a suficiência de tudo que se está fazendo. Só vou colocar em dúvida a suficiência do que estamos fazendo. Se estamos dando remédio a um paciente para baixar febre, e ela aumentar, temos que duvidar ou do nosso tratamento, ou da dose que estamos



dando. Eu pessoalmente penso que o que se está fazendo não é incorreto. Nossas leis são muito boas. São leis avançadas. Temos a Lei Maria da Penha, a lei do desarmamento, o Estatuto da Criança e do Adolescente, instrumentos avançados. Mas vou colocar muito em dúvida a suficiência da alocação de recursos para as atividades que isso está gerando, para não colocar em dúvida todo o conjunto de leis. Não tenho muitos dados para avaliar a eficiência dessas atividades que estamos fazendo porque não avaliamos muito. Investimos muito. A Secretaria de Direitos Humanos me pediu para fazer uma avaliação dos investimentos feitos por organizações públicas e privadas na área de direitos humanos. Fiquei assustado com o que organizações públicas, bancos, organizações privadas investem. De todas, eu listei 850 atividades, das quais só cinco tinham avaliação. E essa avaliação é meio fajuta. Perguntavam ao próprio freguês: “Você acha que melhorou ou piorou?”. Só uma tem uma avaliação séria. Um modelo interessante para ver qual foi a eficiência das políticas públicas. Investimos muito e olhamos pouco. Eu penso que é chegada a hora de colocar em jogo uma máxima que eu respeito enormemente. É uma máxima psicanalítica que diz mais ou menos isso: o primeiro passo da cura é a consciência da enfermidade. Se não estamos conscientes da enfermidade, nunca vamos nos curar. Ora, ser consciente da enfermidade não garante a cura. Falta muito mais. É condição necessária, mas não suficiente. Estamos trabalhando no escuro, dando paulada no escuro e fazendo muita coisa no escuro porque faltam dados, os dados que temos são fajutos, as instituições que produzem os dados sabem que seus dados são fajutos, a começar pelo IBGE, que, nos últimos anos, produz dados fajutos, ministérios que produzem dados, ocultam dados, porque são muito fajutos. Estamos trabalhando no escuro e não tomamos nenhuma medida para ter um mínimo de clareza. Penso que essa clareza é a condição necessária para operar com um mínimo de fidedignidade. Só isso.

A presidente – Agradecemos ao ilustre expositor, professor Julio Jacobo Waiselfisz, que nos trouxe dados importante e nos traz também uma reflexão sobre a situação de violência contra as mulheres. Enquanto estamos aqui, milhares de mulheres estão sendo violentadas, estão sendo estupradas, infelizmente estão sendo assassinadas. Tenho a certeza de que as mulheres e os homens que estão aqui terão perguntas para o senhor, professor. Agradecemos as suas importantes contribuições para esse nosso debate.

Com a palavra, a Sra. Vanessa Beco, para sua exposição sobre o tema “O crescimento da violência contra as mulheres negras e jovens”.

Palavras da Sra. Vanessa Beco

Boa noite. É um prazer estar aqui com vocês. Quero agradecer o convite que veio numa parceria que temos com algumas representações deste espaço, em especial, a equipe que trabalha com a Daniela, com a deputada Marília.

Sobre o tema violência contra negras e jovens, gostaria de passar, dentro desse tempo que é bem curto, por três pontos, que consideramos importantes. Sou Vanessa Beco, da Organização de Mulheres Negras Ativas; participo de uma articulação de instituições e pessoas autônomas que trabalham pela garantia de direitos da juventude, que é o Fórum das Juventudes da Grande Belo Horizonte; e trabalho, há cerca de dois anos, como mobilizadora do Canal Futura em Minas.

A questão da garantia de direitos da população negra, com foco maior nas mulheres negras e na juventude, tem sido um trabalho, um comprometimento muito grande nesses espaços, dos quais faço parte. Esses três pontos que trago para dialogar com vocês são as violências que persistem especificamente contra esse público, o descomprometimento social que há com mulheres negras e jovens na sociedade e um pouco das resistências que temos, apesar dos pesares.

O professor, representante da Flacso, trouxe, no *Mapa da violência de 2015*, a questão do feminicídio bem detalhada. Esse é um dos pontos dessas violências que trazemos para dialogar com vocês. É importante frisar mais uma vez. Ele já trouxe bem detalhado, mas é importante deixar em negrito esse ponto, que é fundamental. As mulheres negras são a maioria das vítimas nessa sociedade. As mulheres negras são a maioria das violentadas; as mulheres jovens são as maiores vítimas de violência doméstica; e as mulheres negras são as que mais sofrem violência na sociedade. Isso é um ponto fundamental



quando discutimos a violência contra a mulher. É preciso, o tempo todo, nos remetermos a isso, pensarmos nisso e nos comprometermos com isso.

Outro ponto dessas violências que as mulheres negras e jovens enfrentam são as violências institucionais e institucionalizadas, racistas e adultocêntricas, que se fazem presentes e persistem nos vários espaços.

Esse é um ponto importante, e cada vez mais os movimentos sociais têm tentado dialogar e discutir a respeito, o qual precisa, de alguma forma, ser aprofundado por instâncias diferenciadas da sociedade. Seja pensando como racismo institucional, seja com racismo institucionalizado, ele é fato, já existem vários estudos a respeito da institucionalização do racismo nas várias instâncias da sociedade. Essa questão da institucionalização do racismo nos remete a um grande ponto de luta, o movimento social negro, em que temos tido alguns avanços, mas precisamos caminhar mais. É o ponto das ações afirmativas. As mulheres negras são as mais prejudicadas historicamente na sociedade, e, quando se trata dessa institucionalização das violências nos espaços, nas várias instituições, mais uma vez as mulheres negras e jovens serão as mais prejudicadas. É um ponto importante dessas violências que as mulheres sofrem.

Outro ponto de violências sofridas pelas mulheres na sociedade é a falta de serviços especializados, tanto os que se comprometem com a especificidade das mulheres negras, quanto os que se comprometem com a especificidade das mulheres jovens. E sobre as mulheres negras, devemos lembrar que são as maiores vítimas. Se dermos como exemplo o serviço de saúde, temos dados muito recentes que mostram que as mulheres negras recebem cinco vezes menos anestesia na hora dos atendimentos quando vão dar à luz ou passar por alguma cirurgia do que outros tipos de mulheres. É importante pensar de que maneira essas violências estão se dando. De várias formas, esse foi só um dos exemplos.

Há outro ponto importante a tratar e que persiste, mesmo tendo havido alguns avanços e vitórias significativas com a lei das trabalhadoras domésticas. Ocorreram mudanças muito importantes e uma vitória sobretudo dos movimentos de mulheres, em especial do movimento de mulheres negras, dos vários sindicatos e federações de trabalhadoras domésticas que existem no País. Apesar das aprovações mais recentes nesse campo dos direitos e das garantias das trabalhadoras domésticas, ainda existe uma maioria de mulheres negras nesse trabalho, que é um lugar de subalternidade ainda, é um lugar onde ainda ocorrem diversas violências. É um lugar ainda menor, pouco reconhecido socialmente, de um valor muito pequeno na sociedade, mas é uma maioria de mulheres negras que ocupam esse lugar.

Consultando algumas referências e dados de pesquisadores dessa questão, no final de 2015, na página *Não Me Calo* foi postada uma pesquisa que traz várias informações a respeito de diversas trabalhadoras domésticas em várias regiões. Isso foi em 2015.

Então, é um ponto importante para pensarmos. No geral, temos muitas violências que são cometidas contra os vários tipos de mulheres presentes na sociedade, mas a gente tem algumas mulheres que sofrem agravantes, sofrem violências muito maiores. Das informações que vêm, por exemplo, na pesquisa registrada nesse *site*, ainda temos milhares de meninas Brasil afora e com crescimento dessa exploração do trabalho doméstico de crianças e adolescentes. Ainda agora, neste ano de 2016, crianças e adolescentes, uma maioria delas negras, estão sendo exploradas no trabalho doméstico, mesmo com os avanços importantes e fundamentais que a gente teve para essa categoria.

Então, meninas de 15 a 17 anos ainda são exploradas no trabalho doméstico. Os dados dessa pesquisa parcial apresentada, que ainda será concluída, mas que já é com uma grande quantidade de trabalhadoras domésticas em várias regiões, relaciona muito, e tem sido feito por outros espaços, outras instituições e outros pesquisadores também, o período escravista como uma manutenção desse espaço social de caça que a gente ainda tem na sociedade brasileira, e também uma forma de controle social dessa população, desse tipo de mulheres negras. Então, a persistência desse lugar específico para as mulheres negras está muito relacionado com esse lugar escravocrata, com essa mentalidade, com a persistência de algumas violências que temos na sociedade.



Existe uma ocupação compulsória de mulheres negras, e manter tais mulheres em um lugar específico na sociedade está muito relacionado também. Essas trabalhadoras de várias gerações relatam os abusos físicos, morais, sexuais, o que comprova que a sociedade continua sendo hostil com as trabalhadoras domésticas, sobretudo com as mulheres negras, porque há um desrespeito e um descomprometimento enorme com esse tipo de ser humano na sociedade. A verdade é essa.

Essas várias mulheres, desde a menina até a adulta, relatam que vêm de um ciclo vicioso. Então, muitas delas tiveram como única opção essa ida para o trabalho doméstico, muitas vezes dando continuidade a um trabalho que suas mães e avós já faziam. Muitas delas, principalmente as adolescentes, além de cumprirem o trabalho, os vários afazeres nessas moradias que trabalham, também têm de cumprir a função de babá dos filhos dos seus patrões. Então, essa ainda é uma realidade das trabalhadoras domésticas. E o fato de serem desprovidas de capital socioeconômico, e também capital cultural, deixa essas trabalhadoras numa situação extremamente vulnerável e perigosa. Essas são as persistências que temos da violência.

Outras questões que vêm com essas pesquisas que foram feitas: o lugar que é destinado para essas adolescentes dormirem nessas casas em que trabalham, muita vezes, é o quarto de despejo daquela casa. Então elas dormem em meio a vários objetos, não há uma condição digna para dormirem, e ainda, a forma como elas se alimentam também é desumana. Principalmente nas Regiões Norte e Nordeste do País e no interior dos estados, encontraremos ainda essas situações persistindo muito. Então, há uma situação de muita insegurança financeira, falta de instabilidade. Várias delas relatam falta de acesso ao sistema de saúde. Muitas vezes são impedidas de fazer tratamentos médicos, de ir a um dentista, há relatos de pessoas que arrancaram seus dentes de qualquer forma, na própria casa, porque não tiveram condição de sair.

O atraso nos estudos é um relato também recorrente no depoimento dessas mulheres, porque às vezes vão para um trabalho e, ao chegar lá, são impedidas ou têm dificultada a sua ida para a escola, o seu acesso aos estudos. Muitas delas também têm dificuldades, como, uma remuneração muito baixa; às vezes, são semiescravidadas, e, em determinados momentos da vida, serem descartadas por essas famílias; a falta perspectiva de crescimento profissional. Passam, muitas vezes, por fome, abandono, dificuldade de acesso a uma moradia digna. Muitas delas também deixam de cuidar dos seus próprios filhos para cuidar desses vários filhos. Então há várias violências. A questão do feminicídio é um ponto que tem sido muito discutido, e uma das principais violências que os movimentos de mulheres têm discutido. Mas é importante também trazer esse outro ponto.

Outro ponto também importante é a questão das violências sexuais que essas mulheres ainda sofrem. Assédio moral e violência sexual nessas casas onde trabalham. O tempo está apertado, mas enfim. Depois de tratar um pouco de algumas violências, e sabemos que são várias por que passam mulheres negras e mulheres jovens na sociedade, mas, um segundo ponto que quero registrar é o aspecto do descomprometimento social. É importante registrar a pouca cumplicidade e o pouco apoio social, de uma forma geral, que mulheres negras têm na sociedade. Esse comprometimento de homens e mulheres na sociedade, de uma forma geral, tem uma questão intragênero que é importante destacar. Mesmo as mulheres sofrendo diversos tipos de violência, há vários agravantes na vida das mulheres negras, e entre as mulheres não há ainda a cumplicidade e a solidariedade que precisaria haver. Então, muitas vezes vamos constatar – e muitas vezes mesmo – a falta de solidariedade de outros tipos de mulheres com relação aos enfrentamentos que as mulheres negras têm que fazer em seu cotidiano.

Isso é algo muito importante a se pensar. A maioria das mulheres negras se encontra nas camadas mais populares da sociedade. Para as mulheres brancas, há um diferencial nesse lugar social. Então, muitas vezes essas mulheres negras são subestimadas, há tentativas de tutela, entre outras coisas. Além disso, existem dificuldades dessas mulheres – aliás, de homens também, mas, só para pensar essa relação entre as mulheres – de lidar com mulheres negras quando ascendem e estão num lugar de chefia e de maior prestígio social. Isso tudo está relacionado com o racismo. Se essa mulher for jovem, enfrentará também posturas adultocêntricas. Então, é importante pensar nisso.

Há outro ponto ainda sobre a questão dos comprometimentos que a sociedade tem com esses dois segmentos. O direito à educação das mulheres e meninas negras na sociedade continua negligenciado. É importante pensar nisso. O genocídio as



atinge. Acredito que a maioria saiba que o Estado brasileiro é genocida e tem matado cotidianamente a população negra com uma violência maior sofrida e principalmente letal dos jovens homens negros. Isso não quer dizer que as mulheres negras não estejam sendo atingidas. As mulheres negras, em especial as jovens, estão sendo também atingidas por esse extermínio que está acontecendo, violentadas na prática, nas expressões simbólicas e culturais, de várias formas. Há um ponto que tem sido discutido, sobretudo nos movimentos feministas negros, que é a solidão da mulher negra, com questões de depressão, ansiedade. As violências psicológicas são diversas. É importante pensar nisso e se comprometer com isso, já que estamos tratando do descomprometimento social nesse ponto. As mulheres que exercem função precisam contar com o respaldo social para que tenham autonomia de escolha.

Outro ponto importante é que temos tido algumas agendas conservadoras que prejudicam – e muito – esse segmento: mulheres negras, mulheres jovens. Essas agendas conservadoras que temos tido em representações importantes do País têm avançado com o apoio de parte significativa da sociedade. Ainda não é a maioria, mas parte significativa da sociedade apoia agendas homofóbicas, que vão contra a laicidade do Estado e querem rever direitos conquistados pelas populações negras. Então, é importante também pensar nessas lideranças que estão tocando essas agendas reacionárias, homofóbicas, adultocêntricas e racistas.

Para concluir o terceiro ponto, que são as resistências negras e juvenis, é importante registrar algumas. Mesmo com todas as violências sofridas e enfrentadas cotidianamente pelas mulheres negras e jovens, temos algumas lutas importantes que vêm sendo travadas e alguns avanços também. Há uma luta cotidiana das mulheres negras para avançar na agenda de igualdade racial que é importante registrar para fortalecer as ações afirmativas e para fazer crescer esse campo. Aí, mais uma vez, é importante lembrar que o todo da sociedade precisa se comprometer.

No ano passado, tivemos, em novembro, a Marcha Nacional das Mulheres Negras. Foi mais um espaço de reivindicação para dar visibilidade às várias questões relacionadas às mulheres negras. As mulheres negras têm tido, cada vez mais, acesso à informação e à educação. Mesmo que a questão da educação dessas mulheres tenha sido e esteja sendo, o tempo todo, negligenciada na sociedade, a duras penas e com muita luta, essas mulheres persistem, batalham e têm acessado, cada vez mais, os espaços de educação e de informação.

Outra forma de organização das mulheres, e principalmente das mulheres jovens, é por meio das mídias alternativas e independentes. Existem várias campanhas nas redes sociais que foram puxadas nos últimos tempos por essas mulheres jovens, que estão se mostrando e se colocando cada vez mais. Isso é muito importante. Há uma nova geração de militantes, de mulheres ativistas, sobretudo jovens e negras, com acesso à universidade, o que também é um ponto importante nas resistências. Há também a participação nos vários movimentos sociais.

Agora, em março, teremos a segunda mostra Diversas, que é uma mostra feminista que reúne uma diversidade enorme de mulheres de perfis, de gerações e de segmentos diferenciados da sociedade, que se aliam para trazer arte, cultura e também discussões políticas para esse mês, na Grande BH especificamente.

Está na hora de terminar. É isso. Mais uma vez, agradecemos.

A presidente – Agradecemos à ilustre expositora Vanessa Beco, que veio aqui trazer informações tão importantes com relação às mulheres negras.

Esclarecimentos sobre os Debates

A presidente – Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos às pessoas que fizerem uso do microfone que se identifiquem e sejam objetivas e sucintas. Vocês terão 2 minutos para fazer sua intervenção ou pergunta aos nossos palestrantes. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.



Debates

A presidente – Estamos com algumas inscrições para perguntas orais. Solicito à cantora Madalena, da sociedade civil, que se dirija ao microfone.

A Sra. Madalena – Boa noite. Sou a cantora Madalena. Trabalho voluntariamente com haitianos, principalmente mulheres. Já passei por tudo isso que você falou, Vanessa, como empregada doméstica. Agora não passo mais porque venci, sou cantora. A situação se inverteu. Fico muito preocupada e gostaria de saber a posição de vocês. Por quê? Porque estamos aqui no Brasil com um grande número de imigrantes haitianos, entre outros. Eu e meu esposo trabalhamos com haitianos, africanos, angolanos. A maioria é de mulheres, e elas estão passando pelo que passei há anos. Fico muito preocupada, estou preocupada, por isso gostaria de saber como você vê a vinda dessas imigrantes negras para um país que diz abrir os braços para elas, mas, na prática, continua fazendo com elas pior do que fizeram e fazem com nós mulheres negras.

A presidente – Faremos o seguinte. Chamarei as pessoas que querem fazer perguntas. Podem se dirigir ao microfone. Depois passaremos para a fase final. Solicito à Vanessa que registre as perguntas e, posteriormente, responda a elas. Assim, também peço ao palestrante, Prof. Julio. Convido Mary Santos, da Associação Novo Aarão Reis.

A Sra. Mary Santos – Boa noite a todos. Cumprimento e parabenizo todas as mulheres guerreiras que jamais desistiram dessa luta. Meu nome é Mary Santos, como foi falado, e sou presidente da Associação Novo Aarão Reis.

Segundo o DataSenado de 2015, sobre violência contra mulheres, uma em cada cinco mulheres já foi espancada pelo marido, companheiro, namorado ou ex, e 100% das brasileiras já conhecem a Lei Maria da Penha. As mulheres se sentem desrespeitadas e desprotegidas, denunciando ou não essas agressões.

A pergunta é: o que pode ser feito para a elaboração de uma legislação de combate às agressões contra essas mulheres? Pergunta para as parlamentares presentes. Obrigada.

A presidente – O.K. Essa pergunta pode ser respondida pelo Prof. Julio. Convido a Sra. Sandra Rosa, da entidade Somos Todos Iguais com Nossas Diferenças.

A Sra. Sandra Rosa – Boa noite a todos. Primeiramente, quero agradecer a oportunidade de estar aqui e poder debater e exercer a democracia. Parabenizo todas as mulheres presentes que aqui ficaram por um exercício de cidadania e democracia. Parabenizo primeiramente o Prof. Julio, que me fez lembrar do saudoso Umberto Eco, que tinha uma literatura crítica, um ponto de vista que instigava o pensamento. Fazia uma crítica dos pontos de vista, procurando sair um pouco da posição de só criticar, passando a pensar e a agir.

Essa pessoa que veio aqui agora, que me antecedeu, falou sobre a mulher, sobre os haitianos. Isso me incomoda muito, porque a lei fala de igualdade.

Então, somos todos iguais com as nossas diferenças. Mas que igualdade temos hoje no Brasil? Que transparência passam para a gente, para que realmente possamos acreditar e ter segurança?

A violência psicológica, por exemplo, acontece todos os dias, mas nós omitimos o preconceito que temos, que vira algumas palavras ou uma sopa de letrinhas em cima de uns livros. Mas esse preconceito está conosco. Falamos que o Brasil é um berço e aceita todo mundo. Mas que aceitação é essa? Que credibilidade há nisso se, ao ligar uma mídia, vemos políticos sendo presos e a violência inserida em todos os cantos?

Mas nós, mulheres, estamos na luta. Como disse o professor, em sua pesquisa, Minas aparece como um país, em termos de violência. Agradeço muito por sua pesquisa e vou procurá-la na internet. Falou-se na violência às mulheres brancas e negras, mas a Lei Maria da Penha não abrange só a violência contra a mulher que se vê na recepção de uma delegacia. Não se discute a amplitude da Lei Maria da Penha, mas a violência acontece no próprio seio familiar. E a pior violência contra a mulher, para mim, é a mulher brigando com ela mesma, a mulher tendo inveja dela mesma.

Sei que estou demorando na pergunta, mas a situação me instigou a ter esses pensamentos e não posso perder a oportunidade de estar em frente ao Prof. Júlio. Gostaria de lembrar que, nesses índices, não se inclui a violência que sofrem a



mulher surda, a mulher indígena, a mulher deficiente. As piores violências são à mulher surda. Aliás, gostaria de relatar o que aconteceu com um grupo de surdas convidado a vir aqui. Cheguei aqui atrasada, porque estava em outro evento, mas, quando cheguei, elas estavam lá embaixo, indo embora. Muitas delas vieram acompanhadas dos filhos, porque lhes falaram que não havia intérprete de libras. Então, não podemos ser tão idealistas, porque aqui mesmo houve uma violência hoje: a violência da mulher contra ela mesma. Essas mulheres vieram para um seminário para o qual foram convidadas. Eu ainda indaguei se tinham perguntado isso, porque a Assembleia sempre tem intérprete, mas me disseram que o que lhes falaram é que não tinha. Fiquei muito triste ao ouvir isso. Até porque, nas pesquisas que faço, na prática, na experiência, as surdas não são ouvidas. Por que nos calamos, por que não nos questionamos sobre o que estamos fazendo conosco, já que temos uma boca e dois ouvidos? Então, precisamos de mais atos, mais atitude.

Na próxima pesquisa, gostaria de ver as pessoas cadeirantes e as que não têm acesso à informação. Trabalho com pessoas com paralisia cerebral severa e levo informações a elas – já andei o Brasil dos miseráveis; trabalho com os miseráveis dos miseráveis, invisíveis à sociedade e aos políticos. Então, gostaria de pedir que isso fosse lembrado. Nós, que tivemos acesso à informação, podemos dizer que temos o privilégio de estar aqui. E temos de ir para um debate, principalmente para as conferências que vão acontecer em Brasília a partir do mês que vem, cientes de tudo isso. Não estou ali procurando poder; estou querendo um Brasil melhor. Tenho esperança de que podemos, e podemos muito. Precisamos dizer não à violência de todos os níveis, seja contra branco, contra preto, contra pardo. O Prof. Júlio terminou dizendo que a clareza traz um mínimo de dignidade, e acho que a transparência também. Quero ligar uma televisão e participar de um debate em que não tenha preconceito, em que a igualdade e o respeito sejam exercidos dignamente.

Gostaria que alguém da Mesa colocasse seu ponto de vista sobre isso, para que eu possa ter menos inquietude, possa elaborar o meu escrito e me aprofundar mais na pesquisa sobre a mulher. Muito obrigada. Boa noite.

A presidente – Agradecemos à Sandra Rosa. Eu solicito às participantes que se atenham ao tempo de 2 minutos, até mesmo para darmos oportunidade a todos de participar. Aproveito para agradecer a toda a equipe técnica que construiu este trabalho junto aos movimentos sociais e às deputadas desde o ano passado. Agradeço a todos vocês.

Está havendo um processo de licitação para que haja um tradutor de libras para todos os eventos que ocorrerem nesta Assembleia, como este, e também nas audiências da Pessoa com Deficiência. Sandra, realmente é muito importante a presença desse tradutor aqui.

Convido agora a Rosa Beiby, para fazer a sua pergunta. (– Pausa.) Ela não está mais, já saiu. Vamos passar então a palavra ao Prof. Julio, para responder às perguntas.

O Sr. Julio Jacobo Waiselfisz – Muito obrigado. Vou responder às perguntas. Uma diz: O que ocorreu no domicílio da mulher negra que provocou aumento tão grande da violência? Eu acho que não foi apenas no domicílio da mulher negra, mas um aumento da violência muito geral, não só no Brasil, mas no mundo também.

Eu penso que há um aumento da violência doméstica em função de um processo de reação conservadora que está vivendo a sociedade brasileira, inclusive a sociedade mundial. Quer dizer, a reação conservadora não é patrimônio do Brasil. Há reação conservadora na França, em Portugal, na Espanha, na Inglaterra. Há um mínimo sintoma de reação conservadora perante os avanços da sociedade. A reação conservadora contesta, por exemplo, o Estatuto do Desarmamento, que está sendo tratado na Assembleia Nacional neste momento; o Estatuto da Criança e do Adolescente, com a redução da maioridade penal; o Estatuto da Família. Enfim a reação conservadora é pontual em várias áreas da sociedade. Está se marcando uma espécie de reação dos que estão perdendo privilégios em nossa sociedade e que resistem historicamente à perda desses privilégios. Na física, há uma lei que se aplica à sociedade: a toda ação corresponde uma reação determinada.

Neste momento, na área da mulher, está havendo uma reação daqueles que ainda acreditam que a relação matrimonial é uma relação patrimonial, que a mulher é posse do homem e que a mulher tem de cumprir certos papéis pré-definidos na família: de mulher, de esposa, de amante, de mãe, etc. Tudo o que transgride essa imagem, essa norma é produto de pressão.



Mas agora, neste momento da mulher, a própria denúncia está originando uma reação contrária por parte do homem. Diante da possível reação da mulher, da ameaça da mulher que vai à polícia, etc., isso também origina uma reação. Então penso que há um aumento da violência. A pergunta é: o que provocou um aumento tão grande da violência no domicílio da mulher negra? A própria postura da mulher negra neste momento, se opondo a esse papel subordinado, querendo assumir outro papel, está originando uma reação contrária. Eu penso que isso deveria ser natural, mas não é natural a violência nesse tipo de relação.

Há um aumento da violência domiciliar, mas penso que a violência é mais de caráter institucional que interpessoal. A violência está aumentando em nossas instituições, o aparelho do Estado está aumentando o sintoma de violência. Uma colega está dizendo agora que seria o racismo institucional que neste momento está começando a ser mais aguçado que antigamente, quando era mais oculto.

Penso que o racismo seja um processo natural de ação e reação, mas que há condições possíveis de superação.

Há outra pergunta: “Entre 2003 e 2013, houve alguma mudança na forma de autodeclaração de raça que possa ter influenciado no número de mulheres negras que sofrem violência? Ou seja, será que esse número, antes de 2003, já não era elevado, porém subnotificado?”.

É provável que exista todo um processo, não de subnotificação, mas de assumir a raça, de orgulho de ser negro, que neste momento é muito maior do que era há 20 anos. Há um aumento, entre o censo de 2003 e 2013, de população negra sobre as brancas que não se justifica por fatores demográficos, mas por fatores ideológicos. Neste momento mulheres negras assumiram a sua negritude com orgulho. Antigamente o orgulho era ser branco. Isso já não existe. Há uma hipernotificação, e não uma subnotificação de mulheres negras. Como disse, isso é autodeclaração. Os censos trabalham com a autodeclaração de raça. Eles perguntam: “Você se considera branca, negra, mulata ou amarela?”. A pessoa se autodefine. Com essa autodefinição, passa-se a entrar o orgulho de ser negro.

Essas são as duas perguntas que me fizeram por escrito. Penso que esses problemas são extremamente complexos e mereceriam uma discussão um pouco mais profunda do que uma simples pergunta e resposta. Por quê? Porque esse fenômeno que estamos vendo no Brasil também o vemos na Europa com muito mais intensidade e dramaticidade. Vemos a questão da nacionalidade surgir de uma ou outra forma, com diversos tipos de nacionalismos no pior sentido da palavra. Penso que isso deveria ser tratado de forma diferente, mas também deveríamos tratar da questão da democracia racial no Brasil. Toda a sociologia histórica brasileira, de Gilberto Freyre para frente, baseou-se na democracia racial. “Que bom. Aqui existe racismo, mas meio de brincadeira”. Não é de brincadeira. O racismo no Brasil se equipara ao racismo na África do Sul e nos Estados Unidos. Digo isso pensando nas mortes, e não como segregação. Estou falando em racismo como violência, que se equipara ao racismo da África do Sul. No Brasil, negros morrem pela violência de cor e de raça, equiparando-se à África do Sul.

Temos de desmistificar a democracia racial brasileira e a ideia de que não há violência nas relações raciais do Brasil. Temos de trabalhar sabendo que, no Brasil, existe a cultura da violência, que faz com que qualquer conflito se resolva com o extermínio do próximo, e não com a superação do próprio conflito. A cultura da violência foi pesquisada em 2012 pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Isso era tudo o que poderia agregar.

A presidente – Agradecemos ao Prof. Julio Jacobo. Professor Julio, foi feita a programação do debate e resolvemos convidá-lo justamente para que pudéssemos trabalhar por uma maior capacitação das mulheres em nosso estado. Isso é necessário para que consigamos uma democracia verdadeira. Diante desses dados e informações de hoje, percebo que temos de avançar muito no processo de democratização de nosso país.

Agradecemos ao senhor e passamos a palavra à Vanessa Beco, para as suas considerações e para responder às perguntas. Gostaria apenas, Vanessa, que você abordasse o que se pode fazer para que a discriminação das mulheres diminua e que indicasse aspectos em que instituições como a Assembleia Legislativa, os municípios e o Estado podem



trabalhar. O que podemos implementar de sugestão sua nos nossos trabalhos legislativos? Muitas pessoas que estão nos ouvindo pela TV Assembleia também precisam participar dos vários movimentos de mulheres e apresentar suas reivindicações nos seus municípios.

A Sra. Vanessa Beco – Pegando um gancho na fala sobre democracia, essa ideia de democracia que se tem é muito complicada para a população negra do Brasil, porque, na realidade, não existe uma democracia para essa população no País. O que a gente tem é a persistência e a insistência dessa população, muita batalha, muita luta. É muito complicado até conseguir dialogar quando as pessoas ainda estão apegadas ao mito da democracia racial. O mito da democracia racial ainda está muito arraigado nas pessoas, ou seja, essa ideia que é passada o tempo todo de uma igualdade, de direitos que estão descritos em leis, que na prática a gente não constata, porque a população negra está morrendo, as mulheres negras estão morrendo, estão se acabando, estão ficando responsáveis sozinhas por suas famílias, ainda são objetificadas, ainda são hipersexualizadas, têm três vezes mais chances de serem estupradas à noite que uma mulher branca, recebem cinco vezes menos atenção no serviço de saúde que as mulheres brancas, entre outras questões. Existem muitos estudos e pesquisas sobre isso, e poderíamos ficar falando aqui a noite inteira.

Então, apegar-se a esse mito da democracia racial é algo que não ajuda. As pessoas precisam rever seus lugares de privilégio e se comprometer verdadeiramente com essa população. Esse comprometimento precisa vir para a prática, ele não pode ficar só na falácia. Quantas pessoas negras há no seu espaço de trabalho? Com quantas pessoas negras você se relaciona na sua universidade? Existem quantas pessoas negras nos espaços de poder deste país? Na hora de abrir oportunidade para qualquer espaço que seja, você prioriza pessoas negras? Consegue fazer ação afirmativa na sua prática cotidiana? É disso que se trata. As pessoas e instituições precisam se comprometer, precisam rever o racismo que está institucionalizado, as práticas “adultocêntricas” que estão institucionalizadas e fazer uma transformação real e verdadeira.

Os papéis socialmente construídos para homens e mulheres na sociedade também são um problema sério que temos e precisa ser revisto e repensado o tempo todo.

Outro problema que temos também são os estigmas, os olhares marginalizantes que existem sobre esse público. Então aquela ideia de pessoa negra como pessoa pobre ou pessoa marginal ainda está muito arraigada na sociedade. É muito tranquilo abrir vaga para uma mulher negra para faxineira da empresa que se gerencia, mas não se abre vaga para ela como uma supervisora, como uma coordenadora de setor, entre outras coisas, que poderíamos citar. É disso que estamos falando, é nisso que precisamos pensar. É muito tranquilo pensar em uma pessoa negra em uma ocupação subalterna, e é muito mais difícil pensar essa pessoa negra como presidente do País, ou como a médica ou o médico especialista que vão tratar de alguém da sua família. É disso que estamos falando, e que está arraigado, é dessa tranquilidade de, o tempo todo, a nossa participante se direcionar ao professor, e em nenhum momento se direcionar a mim ou lembrar o meu nome aqui nesta Mesa. É disso que estamos falando. É dessas sutilezas, ou dessas diretas, ou de práticas racistas cotidianas, que existem na sociedade e em que as pessoas não param para pensar como diferenças de tratamento, de desigualdades que estão presentes o tempo todo.

Em relação aos haitianos, recentemente, houve o depoimento de uma pessoa que participa de um grupo de São Paulo que também trabalha com esse apoio aos haitianos, que me tocou muito, e até conversamos coletivamente sobre isso, que é a situação das mulheres haitianas que vêm para cá e não sabem falar o português. Os homens vêm, depois elas vêm. E, na realidade de São Paulo, essas mulheres estão se transformando em empregadas desses homens, porque nesse lugar que a mulher é colocada de fazer o trabalho doméstico, de cuidar da casa, de cuidar dos homens, como elas chegam aqui e não têm trabalho, eles vão conversando com elas, e elas ficam nas casas, lavando as roupas deles, fazendo a comida para eles, e eles saem para o espaço público, para buscar trabalho. Boa parte deles consegue se empregar, e as mulheres ficam ali limitadas. O tempo vai passando, elas não se entrosam com a sociedade, na região em que elas estão, não aprendem a falar o idioma e se tornam quase escravas desses conterrâneos delas. Então, essa situação está acontecendo.



O fato de essas pessoas serem consideradas estrangeiras hoje não as livra também desse estereótipo, ou seja, elas sofrem da mesma forma que nós, população negra trazida para o Brasil, sofreremos com o racismo. Então, alguém que vem dos países árabes, com uma pele mais clara é tratado de uma forma. E já existem muitos dados e informações sobre isso. Alguém que venha do Haiti ou de um país africano é tratado, socialmente, de uma forma, e estrangeiros de pele branca são tratados de outra forma. Esse é o racismo que existe por aparência no Brasil, entre outras coisas. Em relação a outros tipos de pessoas e povos sofrerem também preconceitos e discriminações ser uma realidade, em nenhum momento, temos a intenção de medir qual violência é mais pesada ou menos pesada, quem sofre mais ou quem sofre menos.

Violência é violência sempre. Preconceitos são preconceitos sempre. Não estamos pensando nem medindo isso. O nosso comprometimento é focar nesse público específico. Foi o que tentei fazer a partir de um diálogo com os coletivos dos quais faço parte, que é pensar, nesse pouquíssimo tempo, alguns pontos relacionados principalmente com as mulheres jovens e as mulheres negras. Não é possível aprofundá-los, mas são pontos importantes e relevantes. É fundamental que as pessoas considerem, revejam e se comprometam. É importante também respeitar esse lugar de fala que temos como mulher negra. Além do respeito, devemos conseguir ouvir, porque é o nosso lugar, a nossa experiência. Como ocorreu com a colega, à medida que eu ia trazendo parte dos pontos – que são muitos – relativos às dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras domésticas, ela ia se identificando. Ao ler essas pesquisas e fazer todos esses estudos, vou identificar-me com várias, porque também tenho na minha trajetória a experiência de ter sido trabalhadora doméstica ainda na infância. Chegando aos 40 anos de idade, se tivéssemos uma sociedade justa, que respeitasse, que garantisse direitos aos trabalhadores, eu estaria em outra situação econômica e financeira, mas a sociedade é injusta e desrespeitosa com tipos de pessoas como eu. Essa é uma realidade. Obrigada.

A presidente – Agradecemos as palavras da Vanessa Beco. A desigualdade ainda impera. Na realidade, o assunto que você trouxe a esta Casa muito vai contribuir para que deputadas e deputados possam rever alguns conceitos dentro da disputa política, das desigualdades que existem. Fala-se muito na busca pela igualdade, pelos espaços. A nossa PEC é fichinha diante do problemão que está aí fora – no País e no Estado –, mas não é solucionado. Infelizmente, pessoas estão sentindo isso na pele no dia a dia, mas este Parlamento é o espaço onde temos voz, onde podemos mobilizar e buscar forças na sociedade que está lá fora. Assim, temos condições de intervir e de melhorar as condições de vida das pessoas, buscando a igualdade.

Tenho aqui duas perguntas, mas tenho a certeza de que as deputadas também querem fazer algumas considerações. Vou conceder a palavra à deputada Celise Laviola, depois às deputadas Geisa Teixeira e Marília Campos, para que possam responder a perguntas e fazer suas considerações.

A deputada Celise Laviola – Obrigada, deputada Rosângela Reis. Tenho aqui uma pergunta da Maria Aparecida, a D. Cida. Ainda está presente? Eu disse que devemos ter coragem para denunciar. Você está questionando, querendo saber onde fazer a denúncia. A senhora é de Passos?

Ela está dizendo que lá só há uma delegada de mulheres e não há estrutura. Na realidade, hoje a estrutura da segurança pública está deficitária. A Polícia Civil tem um efetivo mínimo e está trabalhando de forma muito precária. A coragem está exatamente aí. Não precisamos nem de delegacia de mulheres. Queremos que a estrutura exista, e estamos lutando muito por isso. Trabalho na área de segurança e tenho buscado isso sempre, uma estrutura melhor e uma condição melhor de trabalho para a Polícia Civil. Mas o que queremos é que a coragem venha independentemente do espaço. Ainda que não tenhamos a estrutura, que tenhamos a voz, a forma de chegar. Se não temos a delegacia de mulheres, se não temos a estrutura, se for necessário, que nos façamos acompanhar por alguém, mas que denunciemos, com ou sem estrutura, sem nos calarmos. Precisamos mostrar o que acontece para que os dados sejam reais, para que os fatos sejam reais e possamos ter atitudes para combater essa violência. E para isso precisamos ter uma coragem muito grande.

Quero também agradecer a participação de todos vocês, dizendo da importância que tem essa data para nós e da necessidade que tínhamos de discutir o tema.



Vanessa, suas colocações foram muito importantes, assim como as do Prof. Julio. Fiquei impressionada com um dado, que é essa questão de as mulheres negras terem menos acesso à anestesia. Eu não sabia disso. É um absurdo, uma coisa inconcebível. Custa-me assimilar um fato como esse. Como a Rosângela disse, a nossa PEC é muito pequena perto do que estamos ouvindo e assistindo aqui. E é isso que precisamos saber, a que ponto chega a realidade, para que possamos tentar levantar a voz de vocês, lutar por vocês, por todas nós, mulheres.

Esse trabalho de hoje está sendo muito importante. E tenho a certeza de que amanhã também virão muitas contribuições para que possamos tirar daqui uma lição e aprender a caminhar nessa luta de mãos dadas com vocês. Então, quero agradecer a participação de vocês e me colocar à disposição para sanar mais alguma dúvida.

A presidente – Agradecemos à deputada Celise Laviola. Passo a palavra, neste instante, à deputada Geisa Teixeira.

A deputada Geisa Teixeira – Serei breve em razão do horário. Primeiro, gostaria de agradecer aos nossos expositores, Prof. Julio Jacobo, Vanessa, que, tenho certeza, enriqueceu bastante a nossa noite, o nosso debate de hoje.

Tenho aqui a pergunta da Diana Aparecida Reis: “Que ação concreta a comissão extraordinária tem para levar à casa de apoio para mulheres vítimas de violência, para a nossa cidade e regiões?”. Diana, o que eu gostaria de dizer para você e para todos que estão aqui é que nós, da nossa bancada feminina, através da nossa Comissão Extraordinária das Mulheres, estamos trabalhando em uma sintonia fina com a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais, buscando o fortalecimento da rede dentro de cada município.

O que seria isso? O que seria parte dessa rede? Seria dos centros de referência que necessitam do envolvimento das ONGs, das instituições feministas, seja na saúde, na educação, na assistência social, na segurança pública, da Câmara de Vereadores, enfim, é preciso que haja uma mobilização local para que possamos estar cada vez mais fortalecendo o movimento de mulheres e dizendo não à violência.

Enquanto a Vanessa fazia a sua exposição, passou um filme da história da mulher na nossa cabeça. Quando pensamos no tempo das nossas avós, que é tão próximo, e das nossas bisavós, parecia que havia até uma santidade em torno da mulher que sofria violência doméstica, porque ela era criada exclusivamente para seus afazeres domésticos e para criar seus filhos. Se sofresse violência de seu esposo, de seu companheiro, era tida pela sociedade como santa. “Ela sofre, mas permanece ali, cuidando dos filhos”. O. K., mas hoje, graças a Deus, esse conceito não está mais em moda, está em desuso, porque nós, mulheres, ao entrarmos no mercado de trabalho e sermos protagonistas de nossas histórias, invertemos esse quadro.

Hoje o que queremos cada vez mais é sensibilizar as mulheres a dizerem não à violência. Então não existe santidade, não existe beleza na mulher que sofre violência. Isso tem que ser denunciado. Por isso, nossa deputada presidente, a nossa PEC nº 16 pode parecer pequena, mas não é pequena porque queremos que seja mais um canal que dê voz às mulheres de Minas Gerais. Em momentos como este, em que estamos conclamando, ouvindo as mulheres, seja de qualquer instituição ligada às mulheres, e cada uma tem uma denúncia, cada uma tem muito sofrimento, o que percebemos é que temos que avançar muito e muito mais. Por isso, o Parlamento está aqui através da nossa Comissão Extraordinária das Mulheres. Estamos trabalhando, e trabalhando muito. Então contem com o nosso mandato, contem com Comissão Extraordinária das Mulheres, contem com a Assembleia Legislativa de Minas. Muito obrigada e boa noite a todos.

A presidente – Agradecemos as considerações da deputada Geisa. Passo a palavra à deputada Marília Campos.

A deputada Marília Campos – Sendo a última, tenho que ser mais rápida. Queria agradecer a grande contribuição da Vanessa Beco e do Prof. Julio e sinteticamente dizer o que ficou para mim. Ficou para mim – e peguei uma frase solta da Vanessa – que a gente tem que cobrar das instituições. As instituições precisam se comprometer com a luta democrática, entendendo que a luta democrática não é só pelo direito de votar. É ter uma composição mais democrática.

Há um negro nesta Assembleia, sete mulheres e 70 deputados. Esse não é um Parlamento democrático. Então, além de termos uma postura individual, de militância, de construir o processo de articulação social, devemos cobrar mais das instituições, cobrar mais políticas públicas, cobrar mais apoio às nossas lutas. No caso da PEC nº 16, conversei muito ontem



com vários deputados, pedindo-lhes apoio. Alguns diziam: "Isso é uma cota, e sou contra cotas". Isso não é uma cota, porque cota são 10%, 20%, 30%, 50%. Queremos garantir pelo menos uma mulher na Mesa da Assembleia para simbolicamente este parlamento dizer à sociedade que temos uma sub-representação aqui dentro, dizer que este Parlamento reconhece que as mulheres estão aqui nesta Assembleia e que precisam ter mais visibilidade na nossa sociedade.

Este Parlamento precisa ser democratizado. Não vai ser uma luta pequena, porque, quando ocupamos um espaço, obviamente alguém perde. E é um homem que perde quando a mulher ocupa esse espaço, esse espaço para ter reconhecimento, para empoderar a mulher, para que consigamos mudar a nossa estatura, porque contra a mulher se pode tudo. Pode-se violentar, pode-se matar, pode-se humilhar, tudo isso é violência. Podemos xingar, vivem xingando a nossa presidenta de vaca, vivem xingando as mulheres de vagabundas. Para mudar todo esse tratamento, é necessário um novo padrão cultural, porque esse tratamento que temos, na minha opinião, cria condições para o exercício da violência contra nós.

A nossa luta individual, no dia a dia, é fundamental. A nossa luta para escolhermos representantes que tenham compromisso com a luta democrática é fundamental, mas a nossa luta para que sejamos escolhidas também é fundamental. Porque nós precisamos estar aqui. Isso é democratizar o Parlamento. Não queremos que só eles nos representem, nós queremos a representação das mulheres, dos negros, das negras dentro do Parlamento, porque é assim que vamos democratizar.

Vocês dois deram uma grande contribuição, professor, pelo *Mapa de Violência contra as Mulheres*, por dar visibilidade a esse problema da violência. Muitas vezes nos falamos: vocês estão se vitimizando, isso é um alarme. O professor traz um dado que merece uma análise, e é por essa razão que estamos fazendo esse encontro, para analisarmos por que a violência aumenta. Basta lutarmos por leis que garantam a punição? Basta lutarmos por leis que garantam a proteção? Basta lutarmos por equipamentos ou políticas públicas que promovam e emancipem a mulher? O que mais precisamos fazer?

Novas estratégias políticas devemos ter para atuar em todas as áreas, na política, na representação, na organização social para que tenhamos um mundo e um Brasil mais democrático. Contamos com todos e com todas amanhã, às 9 horas, para continuarmos essa maratona de debates e discussões. Obrigada.

A presidente – Agradecemos à deputada Marília Campos. Há mais uma pergunta do Sr. Wallace Medeiros, secretário municipal de Saúde de Belo Horizonte e mestre em promoção de saúde e prevenção da violência. Ele pergunta até quando as autoridades, Câmara, Senado, governo e a sociedade vão negligenciar as estatísticas de violência contra as mulheres.

Vou responder, mencionando a apresentação do Prof. Julio. Ele coloca um dado de 2013, em que dos 853 municípios, em 453 não houve registro de homicídio. Não temos aquele aparato nos municípios, o que confirma o que você fala em relação à negligência. Muitas vezes não temos as redes de proteção necessárias para que essas pessoas tenham o acesso. Como disse a deputada Celise, a nossa luta é para que tenhamos em todos os municípios as delegacias especializadas de mulheres, as varas especializadas, para que possam julgar os processos.

Mas, infelizmente, os recursos para esses investimentos ainda são muito pequenos dentro da realidade em que vivemos. Realmente muitas ainda buscam reclamar, ou dar a queixa, e ainda não conseguem ter o acesso. Por uma série de motivos isso pode não ser registrado. Às vezes, vai a uma delegacia comum, mas o delegado nem ouve essa mulher. Então, são situações inúmeras que vivenciamos aí. Realmente temos grandes responsabilidades aqui com essa bancada feminina para que possamos avançar em recursos para ampliar essas redes de proteção do nosso Estado de Minas Gerais.

Quero imensamente agradecer aos nossos expositores, às deputadas e a todos vocês que aqui ficaram até esta hora. Realmente o debate foi grande e o assunto também é de extrema importância. Na minha análise, vejo que avançamos. Tivemos grandes avanços, como o direito ao voto; as mulheres no mercado de trabalho; grande inserção dessas mulheres; elevação do nível de ensino, pois antes não tinham o direito nem de cursar uma faculdade. Mas, ao ouvir os levantamentos que aqui foram dados, percebemos que ainda temos muito o que avançar, muito o que buscar.



Considero essa PEC de extrema importância para o nosso espaço aqui na Assembleia Legislativa, a fim de que tenhamos esse espaço de, pelo menos, uma mulher na Mesa. Isso nem é pedido, é um trabalho que está sendo feito para minimizarmos essa grande diferença que hoje existe e as dificuldades que as mulheres enfrentam para estar aqui também. Por exemplo, quando o homem vai fazer uma campanha, ele tem um aporte financeiro muito maior que as mulheres. Por outro lado, enfrentar uma campanha política, andando vários quilômetros e visitando as cidades é muito mais difícil para nós, mulheres, do que para os homens.

Quero imensamente agradecer. Tenho certeza de que o debate amanhã vai ser muito produtivo. Faremos aqui um marco na história da Assembleia Legislativa de não receber apenas homenagem. Merecemos, sim, as homenagens, porque a luta tem sido grande, tanto do dia 8 de março como da história de luta que temos dessas mulheres. Merecemos, sim, mas estamos aqui fazendo um novo tempo, uma nova revolução para que possamos realmente qualificar essas mulheres. Diante de tantas coisas sobre as quais estão nos ouvindo falar pela TV Assembleia, que vocês possam também trabalhar nos seus municípios, se organizar e criar movimentos para suas reivindicações. E que reivindiquem melhores políticas públicas também. A violência está aí decretada, e a nossa luta é para que possamos minimizar esses problemas tão alarmantes de que temos ouvido aqui, com os quais as pessoas têm sofrido lá fora.

Muito obrigada. Boa noite e um grande abraço a todos vocês.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para e especial de amanhã, dia 3, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/3/2016

Presidência da Deputada Geisa Teixeira

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras da Sra. Fernanda Marcelino – Palavras do Sr. Vandir Fernandes – Registro de Presença – Palavras da Sra. Júnia Sales Pereira – Palavras da Sra. Fernanda Coelho – Palavras da Sra. Gisella Lima – Palavras da Sra. Amyky Lima – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – Palavras da Sra. Neusa Melo – Palavras da Sra. Isabel Cristina Brandão Furtado – Exibição de Vídeo – Palavras da Sra. Maria Aparecida Menezes Vieira – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Ulysses Gomes – Antônio Carlos Arantes – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Elismar Prado – Geisa Teixeira – Ione Pinheiro – Marília Campos – Noraldino Júnior – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia.

Abertura

A presidente (deputada Geisa Teixeira) – Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– A presidência, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.



Destinação da Reunião

A presidente – Esta reunião se destina à realização do ciclo de debates Dia Internacional da Mulher – Mulheres contra a Violência: Autonomia, Reconhecimento e Participação, que tem por objetivos analisar o Mapa da Violência 2015, que traz dados relativos aos homicídios de mulheres no Brasil, em série histórica, e as suas variações por território, cor, raça e faixa etária, além de informações sobre o atendimento às vítimas de violência, com base nos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan –, do Ministério da Saúde, e da Pesquisa Nacional de Saúde, do IBGE; debater as diversas situações de violência contra as mulheres, motivadas por questões relativas a raça, orientação sexual, faixa etária, situação de privação de liberdade, mulheres deficientes, mulheres do campo e da floresta, quilombolas e profissionais do sexo; refletir sobre os avanços obtidos nas políticas de prevenção e de proteção contra as violências de gênero, tendo em vista os 10 anos da Lei nº 11.340, de 7/8/2006, Lei Maria da Penha; resgatar o significado do Dia Internacional da Mulher como uma data de luta contra a violência de gênero e pela construção da paridade política, no último caso, em linha de continuidade dos esforços para remover os entraves encontrados pelas mulheres para participação na política institucional e em instâncias decisórias e de representação; e discutir questões referentes às masculinidades no enfrentamento da violência contra as mulheres.

Composição da Mesa

A presidente – Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Júnia Sales Pereira, subsecretária de Informação e Tecnologias Educacionais da Secretaria de Educação de Minas Gerais; Amyky Lima, presidenta do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais – Cellos-MG – e representante, em Minas Gerais, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra; Maria Aparecida Menezes Vieira, coordenadora geral da Associação das Prostitutas de Minas Gerais; e deputada Marília Campos, membro efetivo da Comissão Extraordinária das Mulheres.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

A presidente – Esclarecemos que, após as palestras, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário disponível no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos os debates, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito, no formulário próprio, que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia – www.almg.gov.br –, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Passaremos agora às intervenções de contextualização sobre o tema “Violência e as Questões de Gênero nas Escolas”. Com a palavra, a Sra. Fernanda Marcelino, militante do Levante Popular da Juventude e participante do grupo de trabalho Diversidade Sexual, do Conselho Regional de Psicologia.

Palavras da Sra. Fernanda Marcelino

Bom dia. Meu nome é Fernanda. Falarei sobre a minha experiência na educação infantil, com a qual trabalhei por um ano e meio. Na escola, sentia a necessidade da discussão de gênero desde a educação infantil, visto que crianças de aproximadamente 2 anos falavam conosco que não podiam participar de determinada brincadeira porque aquele brinquedo era de menina ou aquele brinquedo era de menino. Isso me incomodou muito, e comecei a ver a importância de se discutir a questão de gênero da educação infantil até o ensino superior, passando pela capacitação dos professores, pois, tanto no âmbito da educação quanto da saúde, temos visto uma deficiência na formação e na preparação de profissionais para lidar com essa questão.

A presidente – Obrigada, Fernanda. Com a palavra, o Prof. Vandir Fernandes, representando o Comitê de Mobilização Social pela Educação.



Palavras do Sr. Vandir Fernandes

Gostaria de iniciar citando Cora Coralina, que diz o seguinte: “Há muros que só a paciência derruba e pontes que só o carinho constrói”.

No dia 26/2/2016, a Globo News apresentou uma reportagem sobre a violência contra a mulher, com os seguintes dados: 49,82% sofrem agressão física; 30,40% sofrem agressão psicológica; 4,86% sofrem agressão sexual; e 4,87% sofrem cárcere privado. Sabemos que a história da mulher tem sido uma constante luta contra a opressão. As mulheres, em sua maioria, têm dificuldades de falar, de contar as agressões que sofrem. Trata-se de uma situação muito difícil de prejulgar, vez que muitas são educadas, em pleno século XXI, para serem dependentes do homem. Já houve alguns avanços, mas ainda há um longo caminho a percorrer para a concretização de uma real independência.

Diante disso, como educador e como formador de educadores, levanto as seguintes questões: qual deve ser o papel da educação e da escola na questão da violência contra a mulher? Que respostas nós, professores e formadores de opinião, devemos apresentar? Que contribuições a escola poderá dar para minimizar a violência contra as mulheres? Como trabalhar essa e outras questões no contexto da escola? O professor está sendo preparado para lidar com essas questões?

Como fazer emergir no currículo e nos conteúdos ministrados e também nas diversas disciplinas a temática da violência contra a mulher? Que pauta de luta devemos estabelecer? Como contribuir para a mudança dessa cultura machista na família, na escola, na sociedade, no País? A cultura machista depende da cultura do País? Como mudar? Como se explica o fato de, em cada três presas, duas serem negras? Como a escola e a educação trabalham o tema da raça no contexto escolar? O que o Comitê de Mobilização Social tem feito para minimizar tudo isso?

A presidente – Obrigada, Prof. Vandir Fernandes. Isso nos mostra o quanto ainda temos de caminhar na luta dentro das escolas, no âmbito da educação para mudarmos essa triste realidade que acomete as mulheres, a violência contra as mulheres.

Registro de Presença

A presidente – Quero fazer uma saudação a todas as presentes e às nossas funcionárias da empresa Arte e Brilho, que estão aqui conosco. Muito obrigada pela presença de vocês, sejam muito bem-vindas.

Quero ainda agradecer a presença da nossa vereadora Elaine Matozinhos, a única vereadora que compõe a Câmara de Vereadores da cidade de Belo Horizonte. Obrigada pela sua presença.

Recebi um cartão do presidente da câmara de vereadores, Wellington Magalhães, que diz: “Sra. Presidente, impossibilitado de participar do ciclo de debates Dia Internacional da Mulher, apresento-lhe meus cumprimentos pelo evento e comunico que a vereadora Elaine Matozinhos é a representante desta casa legislativa”.

Gostaria de agradecer as intervenções, e vamos iniciar o nosso painel “Múltiplos olhares sobre as violências contra as mulheres”. Com a palavra a Sra. Júlia Sales Pereira, para sua exposição sobre o tema “Violência e as questões de gênero nas escolas”.

Palavras da Sra. Júlia Sales Pereira

Bom dia a todas. Primeiramente parabeno a Marília Campos pela iniciativa. Quero cumprimentar minhas colegas da Mesa, desejando a todas um excelente debate e força para as intervenções necessárias.

Pela Secretaria de Educação, venho representar uma equipe que está bastante engajada nessa agenda. Algumas de minhas colegas estão presentes. Vamos apresentar alguns dados do Estado de Minas Gerais. Estamos completando um ano de gestão.

Vou apresentar dados da rede estadual de Minas Gerais e, na sequência, alguns pressupostos dessa agenda na secretaria e alguns programas e ações em andamento.



É necessário dizer que esta é uma agenda que foi silenciada historicamente, e, socialmente, a violência contra a mulher está banalizada. Então, começo minha fala contrapondo-me a todo processo de banalização de qualquer tipo de violência, porque as violências não devem ser hierarquizadas. Não há violência menor ou maior, toda violência é violenta.

Em Minas Gerais, temos 853 municípios, e a Secretaria de Educação é composta por 47 SREs. São, ao todo, 3.654 escolas estaduais em Minas Gerais. Compondo toda a rede estadual e municipal, ultrapassamos 10 mil escolas. Então, o enfrentamento dessa agenda deve levar em conta que somos um Estado que é um continente complexo e está imerso numa sociedade que herdou uma cultura de violência.

O último censo populacional registra 20 milhões de habitantes, distribuídos no Estado da forma ali mostrada, com maior concentração no sul. Na área rural estão as maiores desigualdades de oportunidades, inclusive do direito a educação, com a população assim dispersa no Estado. É onde estão, portanto, nossos maiores desafios.

As unidades de ensino estão distribuídas em conformidade com a demanda de escolarização da população. Nosso desafio de universalização da educação está praticamente cumprido no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental, mas isso não está acompanhado da garantia do direito de permanência nas escolas. Ali vocês veem as matrículas distribuídas por rede e nível de ensino. A nossa rede estadual é a maior no ensino médio, onde está também o maior desafio de permanência e formação juvenil no País.

Esse é o perfil docente da rede estadual: 76% professoras e 23% professores; 96% residentes em áreas urbanas; 40% autodeclarados brancos; 39% autodeclarados pretos e pardos; 19% não declarados; 0,2% amarelos; 0,3% indígenas. Esses dados estão de acordo com o censo de 2014 e utilizam a própria nomenclatura da pesquisa. São 30% de docentes efetivos e cerca de 70% de docentes designados. Esse quadro, associado ao seguinte, que é de faixa etária, revela que as docentes da rede estadual têm cerca de 10 anos de conclusão do ensino superior e que estão, em maioria, em situação funcional instável. Logo, não se vinculam à rede estadual e tampouco à sua profissão de maneira frontal e estável numa carreira, o que já nos dispõe também a um desafio enorme de garantia da formação desses profissionais que se revezam no Estado de Minas Gerais, mas que sustentam pedagogicamente essa rede. Estamos socialmente diante desse desafio.

Ao cobrarmos formação e atuação docente, é necessário que saibamos em que condições as docentes do Estado de Minas Gerais estão atuando. Há uma baixa profissionalidade na docência, e isso é responsabilidade do Estado.

Na Secretaria de Estado de Educação, estamos diante, neste primeiro ano, do desafio de realizarmos um diagnóstico das ações em curso nas escolas e, ao mesmo tempo, garantir um ambiente seguro de registro de ocorrência, de percepção da violência e de formação docente e continuada em serviço, de modo a enfrentarmos coletivamente e socialmente os desafios de enfrentamento de toda forma de violência, entre elas a violência contra as mulheres.

O registro de ocorrência da violência será fundamental para que as professoras e os professores em atuação na rede estadual possam romper com a invisibilidade dessa agenda. Isso garante que a escola não trate essa questão de forma banalizada e constitua condições para apoio, acolhimento e assistência na escola e fora dela às pessoas vitimadas por violência. O registro de percepção da violência, bem como o debate e a intervenção acerca disso também poderão garantir que, associado ao quadro de registro de ocorrência, as pessoas comecem a ter maior percepção desses processos, apropriem-se dessa agenda e se formem no curso dessa formação. Não houve, até então, de forma sistemática e permanente, a formação docente para esses enfrentamentos.

Quero ressaltar também que não podemos criar uma agenda seletiva dos tipos de violência, pois toda violência é condenável. Essa agenda da violência contra a mulher – que não é ocasional, dadas as incidências –, apesar do silenciamento social e educacional face a essa realidade, incorpora, chama e considera todas as outras pautas relacionadas a violências. Gênero, portanto, é um assunto silenciado historicamente e nas escolas – estamos considerando aqui a violência de gênero. É claro que estamos num debate e, sendo assim, os conceitos estão dispostos ao diálogo. A dialogia é parte constitutiva de qualquer debate.



A violência se apresenta como materialização das diferenças transmudadas em desigualdades hierárquicas, com o propósito de dominar, explorar e oprimir. A dominação masculina é produzida e reproduzida tanto por homens quanto por mulheres. A violência de gênero ocorre em relações assimétricas e hierarquizadas, denotando uma relação desigual ou de subordinação, interferindo de forma negativa no desenvolvimento do sujeito agredido. A violência de gênero se institui também de forma violenta contra homens que não exercem masculinidades hegemônicas e também contra homens que não confirmam uma agenda masculina violenta.

Mulheres são muitas: mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres professoras, mulheres do campo, mulheres idosas, mulheres jovens, mulheres lésbicas, mulheres transexuais, mulheres trabalhadoras domésticas. Todas as mulheres sabem o que é viver num País em que vige a violência contra elas. Mulheres com deficiência, bissexuais, mulheres que evoluem, que estudam mais, mulheres idosas que sofrem muita opressão, mulheres em situação de rua, mulheres que não têm acesso à educação, mulheres profissionais do sexo, mulheres ciganas, mulheres do sistema prisional, mulheres pai e mãe, mulheres nas corporações do Exército, mulheres do Corpo de Bombeiros, mulheres de todas as instituições, mulheres na política, mulheres professoras com salários baixos, mulheres quilombolas, mulheres trabalhadoras do campo, mulheres das águas, mulheres domésticas, mulheres donas de casa, mulheres sofredoras, mulheres abandonadas.

A Sra. Aparecida Maria Martins Pereira – Ai é fácil, basta arranjar outro. Gente, pelo amor de Deus, há muitos homens no mundo.

A Sra. Júnia Sales Pereira – Certamente há mais segmentos.

Temos uma agenda pedagógica orientada pelo fortalecimento do trabalho coletivo, pela ampliação da relação da escola com as comunidades, pela superação das desigualdades e pelo fortalecimento da gestão e da convivência democrática e participativa. Consideramos que essa agenda mais ampliada requer, incorpora e, necessariamente, convoca todas as agendas de enfrentamento das formas de violência.

Visamos promover a formação e as ações relativas à diversidade nas escolas, o respeito às peculiaridades de cada segmento em suas características físicas, étnicas, socioculturais, etárias e de gênero e a confirmação da convivência democrática como pressuposto fundamental das interações.

Quais são as condições necessárias do processo democrático? A educação é uma condição da democracia plena, portanto o direito à educação para todas e todos, com igualdade de oportunidades, sem hierarquizações ou exclusões, é um pressuposto, assim como a superação das hierarquias de gênero. Isso causa um efeito multiplicador da ação pedagógica destinada ao compromisso com a ampliação e a manutenção da arena democrática inclusiva, plural e diversa. Esses são os pressupostos.

Agora, passamos à apresentação de alguns projetos em andamento na rede estadual. Vamos começar com os projetos das escolas. Fizemos, no início de 2015, por meio da secretaria estadual, uma chamada às 3.654 escolas para apresentarem projetos inovadores em diferentes campos do currículo.

Foram recebidos cerca de três mil projetos. Desse total, 91 estão relacionados à abordagem das relações de gênero, diversidade e sexualidade. Destaquei três deles: Gênero e Sexualidade na Escola: Educando para a Diversidade – Escola Estadual Juliana Catarina da Silveira, da Superintendência Regional de Ensino de Diamantina; Melhorando a Aprendizagem, Prevenindo contra as Drogas, Violência e Prostituição, Despertando uma Perspectiva para o Futuro – Escola Estadual de Goiabeira, na SRE de Governador Valadares; Refletindo sobre as Relações de Gênero e seus Impactos na Era da Sociedade – Escola Estadual Odilon Behrens, na SRE Metropolitana A. Nós destacamos esses três projetos porque as questões discutidas no desenvolvimento deles enfrentam, sem subterfúgio, a temática do evento. Três em três mil, ou seja, uma escola em mil.

Por parte da Secretaria Estadual de Educação está em curso uma série de ações, programas, elaboração de diretrizes, constituição de GTs, constituição de conselhos estaduais, de maneira a formular, implementar, acompanhar e aprimorar políticas públicas. Vou listar algumas campanhas, alguns programas e ações: programa Convivência Democrática, campanha



Afroconsciência, realização da exposição Lélia Gonzalez. Eu trouxe aqui para a Assembleia um *kit* da exposição da biografia dessa importante militante do movimento negro. Duzentas escolas receberam esse *kit* e estão integradas a uma programação constante de encenação de uma peça teatral, oficina e também diferentes ações de empoderamento de mulheres negras. Encenação da peça *Memórias de Bitita: o coração que não silenciou*, com biografia de Carolina Maria de Jesus – uma peça encenada nas escolas do Sistema Socioeducativo e no presídio feminino; divulgação do gibi *As Marias em: Maria da Penha vai às escolas*, que está disponível no *site* da Secretaria Estadual de Educação; desenvolvimento do programa Justiça vai às Escolas, em parceria com o Tribunal de Justiça, com palestras sobre a Lei Maria da Penha, teatros, oficina, construção de material sobre a violência contra as mulheres; projeto Iguais na Diferença, convênio com a UFMG, que prevê formação e intervenções com alunas e alunos nas escolas; seminário regional Gênero e Violência contra a Mulher, em Araçuaí e Almenara; publicação de cadernos temáticos em educação e direitos humanos; roda de conversa com a juventude feminina em escolas quilombolas sobre estética negra; publicação do catálogo literário *Autorias da Diversidade*, em que consta, entre outras, a temática dos direitos humanos, e também de gênero. Desde 1997 a Secretaria Estadual não distribui livros literários e pedagógicos de forma sistemática para as bibliotecas das escolas estaduais. Agora vamos constituir um acervo de cerca de 300 obras literárias, pedagógicas destinadas à mediação literária e pedagógica, incluindo obras literárias acessíveis. Apoio ao TransEnem, que é uma iniciativa da sociedade – é a primeira iniciativa dessa natureza que ocorre dentro de uma escola; deferimento de todos os pedidos de uso de nome social na vida escolar pela Secretaria Estadual; realização de levantamento das ações sobre as temáticas gênero e diversidade nas escolas.

Para o dia 8 de março está prevista – sugerida pela nossa equipe – a realização de uma mostra fotográfica com o tema “Lugar da mulher é onde ela quiser”, bem como gravações de vídeos com o tema “Onde o machismo te afeta?”, feitas por meio de celular pelas alunas, e também um painel com o mesmo tema, “Onde o machismo te afeta”, com depoimentos, e ainda um trabalho com o tema “Mulher”, no mês de março, dentro do conteúdo diversidade, de forma interdisciplinar, considerando o dia 8 de março como um dia de luta. Obrigada.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

A presidente – Obrigada, Júnia, pela sua belíssima explanação. Existem 3.654 escolas estaduais, e ainda podemos trabalhar com a nossa juventude, com as nossas crianças, enfim, com todos aqueles que estão dentro da escola, e, a partir daí, mudar essa triste realidade que é a violência contra as mulheres.

Quero agradecer à nossa deputada Marília Campos a presença, uma deputada atuante na luta em defesa dos direitos da mulher. É uma grande honra termos a Marília compondo a nossa bancada da Comissão Extraordinária das Mulheres. Obrigada, Marília, pela presença. A deputada Ione Pinheiro também está presente na nossa bancada. Obrigada, Ione, pela presença.

Passaremos agora às intervenções de contextualização sobre o tema “Violência contra as lésbicas, bissexuais e transexuais, LBT”. Com a palavra, a Sra. Fernanda Coelho, ativista bissexual do Coletivo Bil e representante da Rede de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Minas Gerais.

Palavras da Sra. Fernanda Coelho

Bom dia a todas e a todos. É um prazer estar aqui para fazer essa fala de contextualização, principalmente como representante do segmento das mulheres bissexuais, que foram lembradas neste seminário. É um momento histórico desta Casa Legislativa. Curiosamente, é interessante ver que elas não constaram nos *slides* que a Júnia apresentou. Ela até perguntou quem eram as outras mulheres, e eu lhe disse que eram as mulheres bissexuais já que, em geral, sempre falamos das mulheres lésbicas e trans e nos esquecemos das outras mulheres que são as bissexuais.

É importante dizer que não somos extensões das mulheres lésbicas, já que temos nossas demandas específicas. Também é importante entendermos que vivemos numa sociedade monossexista e que partimos do pressuposto de que todas as pessoas são heterossexuais ou o seu oposto, ou seja, lésbicas e *gays*. Então apagamos a bissexualidade e consideramos,



via de regra, a identidade bissexual como de menor valor e ilegítima, o que impacta diretamente no adoecimento das mulheres e dos homens bissexuais, corroborando para uma violência específica que sofremos, que é a violência bifóbica. Isso também está presente nas nossas relações afetivas e de forma muito marcada.

Recebemos um caderninho sobre a questão da violência doméstica e é importante pautar isso já que, nos relacionamentos, a bissexualidade é um fator específico de uma violência distinta.

É comum que os homens objetifiquem as mulheres bissexuais pela pecha da promiscuidade. É comum também que mulheres lésbicas digam que não namorariam uma mulher bissexual, em razão da pecha da promiscuidade, pela ideia equivocada de que pessoas bissexuais seriam vetores de doenças. Todas essas situações trazidas nos marcam e nos afetam. Elas nos afetam ao nos deixar mais expostas a violências e a assédios sexuais.

Quanto ao ambiente escolar, citado na apresentação anterior, não temos dados no Brasil, mas pesquisas dos Estados Unidos mostram que meninas bissexuais estão mais propensas a sofrer assédio sexual no ambiente escolar. Isso tudo tem a ver com essa identidade que precisamos melhor conhecer e respeitar; tem a ver com o rompimento dessa lógica, desse padrão monossexista que vige em nossa sociedade.

Essa é uma breve introdução à fala da Amyky. Ela falará muito bem das mulheres travestis. Pontuamos que mulheres bissexuais existimos. Precisamos obter respeito. A nossa visibilidade precisa ser contemplada e marcada. Isso nos adocece, isso nos mata. Mais que isso, existimos. Não somos extensões de lésbicas, não somos heterossexuais. Não tem nada a ver com isso. É muito difícil romper o armário como bissexual, por estarmos o tempo inteiro tendo de provar que somos bissexuais. Se temos um relacionamento com mulher, somos tachadas de lésbicas; se temos um relacionamento com homem, dizem que voltamos a ser hétero. Não é isso. Somos muito mais que seres monossexuais. A bissexualidade existe, e é importante que divulguemos essa mensagem de respeito e de combate à bifobia. Obrigada.

A presidente – Obrigada, Fernanda, pelas suas palavras que enriquecem muito o nosso debate do dia de hoje. Gostaria de passar a palavra para Gisella Lima, mulher trans, militante ativista e mobilizadora social do Instituto Pauline Reichstul.

Palavras da Sra. Gisella Lima

Bom dia a todas – os homens sintam-se cumprimentados.

Primeiramente gostaria de destacar a importância da ocupação de nós, mulheres trans e travestis, neste espaço, neste dia, nesta data de extrema importância, onde só viemos reforçar o machismo opressor como mulher, como mulher trans, como mulher negra. Assim como a Fernanda registrou o fato da Júnia, como mulheres também não vimos lá as mulheres travestis. Esse nome não pode ser higienizado porque existem as mulheres trans e as mulheres travestis. Eu poderia ter dito na hora, mas preferi deixar para falar agora, para não higienizarmos um nome de luta e de resistência.

Falando da educação das mulheres travestis e trans, vejo com bons olhos o Trans Enem, que representou avanço na educação na universidade, embora ainda seja pouco. Existem travestis, mulheres trans que nem têm ensino fundamental, que nem estão alfabetizadas. Acho importante garantir, no mínimo, essa educação para que consigamos pleitear uma vaga na universidade. Fica também a provocação para que a Secretaria Estadual de Educação visibilize o interior. Minas Gerais é um estado muito grande. A capital tem mais demandas, é mais fácil chegarmos à Cidade Administrativa. Todavia, no interior também há demandas. Sou filha do interior e vim para Belo Horizonte, para a capital, atrás de melhorias, mas não posso me esquecer de meus pares, que estão à margem de tantos direitos que lhes são negados. Ao mesmo tempo, fico feliz ao estar ao lado de tanta mulher de luta e por ser recebida numa Casa que respeita minha identidade de gênero como mulher. Obrigada.

A presidente – Obrigada, Gisella. Com a palavra, a Sra. Amyky Lima, que disporá de até 20 minutos para sua exposição sobre o tema “Violência contra as lésbicas, bissexuais e transexuais – LBT”.



Palavras da Sra. Amyky Lima

Bom dia a todos e a todas. Sou Amyky Lima, como a Gisella frisou. Posso não parecer, mas sou uma mulher travesti, e com muito orgulho. Jamais vou deixar de usar esse nome, porque travesti é um nome de luta. Quem morreu foi a travesti; quem foi assassinada foi a travesti; quem foi espancada foi a travesti. Então esse nome não pode ser esquecido.

Quero agradecer imensamente o convite. Quero dizer que a deputada Marília Campos é uma mulher corajosa. É muito importante ter uma parceria com essa mulher, repito, corajosa, que nos respeita e nos traz a lugares que quase não ocupamos. Para mim, é um orgulho muito grande tê-la como parceira.

Em primeiro lugar, quero fazer uma pergunta. Sei que a deputada Marília Campos apresentou um projeto do nome social nesta Casa. Quero saber como está o trâmite desse projeto, se está indo, se alguém se opôs a ele ou se foi arquivado. Sabemos que uma andorinha só não faz verão. Sei que a senhora é uma mulher de luta, está à frente, mas que precisa se unir a outras pessoas para que as coisas aconteçam.

Outra coisa de que gostaria de falar é sobre a criação do conselho LGBT, que é muito importante. As pessoas podem achar que é uma coisa sem importância, mas não é. Com esse conselho, a nossa voz de militante terá mais visibilidade. Nós que militamos todos os dias sabemos que precisamos desse conselho, que vai nos dar visibilidade e para onde poderemos levar nossas demandas.

Vou falar com todo respeito sobre a mulher lésbica e bissexual. Não posso falar muito porque não sou lésbica, nem bissexual, sou uma travesti. Mas sei da violência que essas mulheres sofrem. Sei de tudo sobre violência. Falar de violência para mim é uma coisa muito fácil porque a sinto na pele, principalmente quando falo que sou uma mulher travesti. Nem falo mulher travesti, falo travesti, e as pessoas se horrorizam: “Nossa! Aquela senhora é uma travesti”. Falo porque consegui sobreviver. Chegar aos 60 anos é uma glória muito grande para uma travesti, porque elas são assassinadas, com requintes de crueldade, aos 12, 13 e 15 anos; e isso está acontecendo até hoje. Estou com 60 anos e vejo isso acontecer em todo o Brasil, em Belo Horizonte e Minas Gerais também. Fico muito triste porque Belo Horizonte é muito acolhedora. É uma cidade onde as pessoas acolhem as outras, onde há pessoas sensíveis. Mas isso acontece em Minas Gerais: meninas são apedrejadas na Pedro II. Conseguimos juntar todos os tipos de prova, mas até hoje não tivemos nenhuma resposta sobre isso. Quer dizer, aquelas meninas foram apedrejadas, chegaram em casa sangrando. Vejo isso todos os dias. Até hoje isso acontece. Quando uma menina é assaltada na Pedro II, a polícia ri na cara dela e fala que não pode ajudar porque não tem viatura. No entanto, se ela for pega em uma esquina com uma gilete, um estilete ou qualquer outra coisa para se defender é presa na hora.

Vocês podem ir à carceragem, onde estão as meninas, que ouvirão delas mesmas que foram presas por coisas banais. Por quê? Porque é muito fácil prender uma travesti e uma transexual, pois a comunidade é pequena e fechada. É fácil para as pessoas as prenderem, mas é difícil prender o assassino que mata na esquina a travesti e a transexual.

Sofremos violência desde o momento em que saímos para ir a uma padaria. Sei disso, pois sofro essa violência. Moro com algumas meninas e, todo dia, as vejo sofrer essas violências com pedradas e extintor. E as pessoas dizem: “Elas estão nas esquinas porque querem”. Não; não é bem assim. Vamos procurar saber por que essa comunidade está na esquina. Por que essa comunidade não está ocupando este espaço? Por que elas não confiam em nada. Elas não confiam nem em mim, que falo por elas. Sabem por quê? Porque elas nunca tiveram crédito. Ninguém nunca parou para perguntar por que uma travesti ou uma transexual está na esquina se prostituindo. Por que ela não está em uma escola? Ela não está em uma escola porque ali não é o lugar dela. As pessoas dizem que ali não é o lugar dela. Eu não precisaria estar aqui dizendo que uma travesti e uma transexual têm direito a estudo, a educação. Eu não precisaria fazer isso, pois elas são seres humanos como qualquer outro. Por que elas não podem ocupar esses espaços?

Vejo uma violência maior quando acompanho uma menina em um posto de saúde, que está doente e debilitada, e a pessoa olha para a sua cara e para o documento e ri e debocha daquele ser humano que está ali sensível. Já presenciei isso.



Não li isso em livro, não. Várias vezes vi meninas se automedicando em casa e morrendo por medo de ir a um posto de saúde, ou a um hospital, pois sabe que não terá o seu nome social respeitado, nem sua identidade de gênero.

Gente, isso tudo é uma violência. Isso é uma violência. Às vezes as pessoas pensam que o que a gente fala são banalidades. Isso acontece porque elas não sentem na pele. Senti em minha pele a vida inteira o que é ser uma travesti. “Ah, mas você é travesti porque quer”. É bobo quem pensa assim. Quem vai querer sofrer a vida inteira, ser apedrejada e ser apontada porque quer? Não, eu nasci assim e sou assim. Existo e estou aqui. Então, olhem para essa população.

Sou como algo tombado pelo patrimônio, pois tenho 60 anos, gente. Farei 61. É muito difícil ver uma travesti passar dos 30 anos. As pessoas veem aquele corpo jogado na esquina, onde estava para ganhar o pão. E é nesse lugar que ela morre esfaqueada ou com um monte de tiros. Quando a pessoa mata uma travesti, ou uma transexual, não dá somente um tiro, pois quer deformar aquele ser. Eles querem trucidar, para dizer que é melhor e superior àquele ser que está ali. Não é? Pois é, gente.

Recebo todos os dias, pelo Facebook, notícias do Brasil inteiro, dizendo que travestis e transexuais foram assassinadas com requinte de crueldade. Já vi policiais chegarem perto de um corpo e dizerem: “Ah, mas é uma travesti”. Eles dizem isso como se uma travesti não fosse nada, fosse lixo. Nem se ela fosse um bicho, eu pensaria assim, pois amo os animais. Quando vejo um animal jogado na rua, levo-o para a minha casa. Jamais olharia para um ser humano e diria: “Ah, mas é uma travesti”.

Que valor nós temos para a sociedade? Nós votamos e pagamos impostos. Que valor tem isso? Quando damos 10 passos para a frente, temos de dar 30 para trás. Não tenho nada contra nenhuma religião, mas a bancada evangélica empata a maioria das coisas. Fico admirada com as pessoas que se dizem evangélicas, pois o Deus que conheço é diferente. Ele é um Deus de amor, que está ali para acolher e não para destruir e para fazer com que haja uma revolução, a fim de que as pessoas matem e espanquem outros seres humanos.

Que religião é essa? Expliquem. Que Deus é esse, que não conheço? Conheço um Deus que quer produzir, quer o amor, quer a compreensão entre as pessoas, quer seres iguais. Quero que vocês reflitam bem, pensem bem, porque a violência contra travestis e transexuais é parecida com a aids, que, quando surgiu era chamada de peste *gay*. Somente travestis, transexuais, lésbicas e *gays* eram contaminados. Quando o HIV entrou nas casas dos heterossexuais, começaram a tomar providências. A transfobia e a homofobia estão entrando na casa de vocês, mas vocês não estão vendo. As mães não podem mais beijar suas filhas na porta de escolas porque serão consideradas lésbicas e espancadas por isso. Um pai não pode abraçar nem beijar o seu filho na rua porque será visto como *gay* e pode ser assassinado a qualquer momento. É necessário que se encontre uma solução para esse problema, que está entrando no seio familiar. Quer dizer que você não pode mais abraçar a sua filha porque será considerada lésbica? Um pai não pode abraçar nem beijar o seu filho porque será visto como *gay*? Que país é esse em que vivemos? Por favor, quero que vocês me digam que país é esse.

Quero viver muito mais tempo, porque tenho muita coisa para fazer. Quero um país decente, igualitário para todas as pessoas. Não quero privilégios para mim nem para qualquer pessoa LGBT, quero direitos humanos iguais, quero ser vista como um ser humano qualquer, não quero ser vista como um objeto, como um pedaço de carne. O que tenho no meio das pernas diz respeito só a mim, ninguém tem nada a ver com o que tenho no meio das pernas: se sou mulher, se sou homem, se sou travesti ou transexual. O que vale é a minha dignidade, o meu trabalho, o meu respeito a outro ser humano. Isso é que vale, e não o que sou.

Hoje estou me sentindo importantíssima por estar nesta Casa. Dizem que é a nossa casa. Vamos ver se, a partir de hoje, será minha casa também. Vou montar barraca aqui para mostrar realmente o que é LGBT, uma pessoa como outra qualquer. Se você passar a faca, vai sangrar do mesmo jeito. Se você bater, vai sentir a mesma dor. Não somos diferentes. Travestis e transexuais são figuras femininas. Ligo a televisão e vejo um repórter, que entra em nossa casa sem pedir permissão, chamar as pessoas de *travecos*, de homem vestido de mulher. Isso é um desrespeito, porque, se a sociedade não define travestis e transexuais como seres humanos e como mulheres, as pessoas podem pensar: posso fazer o que quiser, aquilo ali não é nada, não é homem nem mulher, não é nada. O que é um *gay*? Um homem que gosta de outro homem. O que



é uma lésbica? Uma mulher que gosta de outra mulher. O que é uma travesti, uma transexual? Onde ela se encaixa? Em qual caixinha será encaixada? Em nenhuma. Desde o momento em que modificamos os nossos corpos, somos vistas como seres abomináveis, de outro planeta, como se fôssemos nada. Se a própria sociedade reforça esse estigma da violência, como as pessoas vão respeitar, vão olhar para aquele ser e dizer: essa pessoa precisa de saúde, de educação, precisa de tudo? O Hospital Eduardo de Menezes acolhe muito bem as meninas, mas não precisamos somente de tratamento contra a aids.

Nós precisamos de todo um aparato da sociedade, da saúde integral. Travesti tem dor de dente, dor de cabeça, dor de barriga. Estou cansada de chegar ao hospital, o médico vir a mim e perguntar se já fiz exame de HIV. Como se ainda fôssemos um poço de aids. Há pouco tempo vi uma reportagem em que a Fiocruz falou algo sobre travestis, transexuais, lésbicas e *gays* estarem transmitindo HIV. Algo assim, porque não consegui ler direito a reportagem. Está voltando esse estigma de nos apontarem como poços de aids.

Vi muitas meninas sendo assassinadas na época da ditadura, quando a aids surgiu, quando o Cazusa se foi, quando muitos se foram. Muitas coisas melhoraram. Hoje as pessoas não morrem de HIV porque o remédio está muito bom. Às vezes falta, temos de gritar, mas isso é a violência. É você passar na Pedro II e ver travestis e transexuais nas esquinas ganhando o pão de cada dia e sendo apedrejadas, roubadas, esfaqueadas e ninguém fazer nada. Eu, militante, estou na luta há anos. Arrumamos todo tipo de coisa para incriminar quem estava jogando as pedras, mas até hoje ninguém me deu uma resposta.

As pessoas têm de entender, a sociedade tem de entender que travestis e transexuais são seres humanos, que a própria sociedade que nos joga pedra, que nos mata é a sociedade que nos alimenta. Há muitas meninas, travestis e transexuais menores de idade já migrando para a rua por serem expulsas de casa. Quem expulsa não é o pai nem a mãe, quem expulsa é a sociedade oprimindo essas famílias, apontando, debochando. Isso faz com que os pais as expulsem de casa.

Tive muito ódio da minha família quando, aos 12 anos, fui expulsa de casa. Aos 12 anos. Imaginem uma pessoa, aos 12 anos, ser expulsa de casa. Hoje, numa idade mais avançada, sei que a culpa não foi da minha família. Não foi. A culpa foi da opressão da sociedade, da humilhação. Minha família, meu pai e minha mãe sofreram muito mais do que eu, que estava na rua, que passei fome, que comi lixo, que me atraquei, que briguei, que apanhei, que bati. Até hoje sinto o calor da mão de um policial na minha cara. Na minha época não existia isso aqui. Não existia para onde correr ou gritar. Hoje vemos muitas pessoas que não são LGBT, mas que estão na luta para defender essas pessoas, pois tomaram consciência de que são pessoas iguais às outras. Entendeu? Não quero que me vejam e nem que vejam as meninas como objeto, como um pedaço de carne. Quero que nos vejam como seres humanos.

Quero aqui reforçar junto à deputada Marília Campos a necessidade relativa ao projeto do nome social, porque é muito importante, e sobre a criação do conselho LGBT. As pessoas podem pensar que é bobagem, mas não é bobagem. Isso é muito importante, pois é o que dará visibilidade a minha voz e fazer com que eu chegue frente a frente e consiga conversar com as pessoas sobre os interesses da minha comunidade.

Muito obrigada, deputada Marília Campos, a senhora é uma guerreira, merece todo o meu carinho. Obrigada a todos e todas.

A presidente – Obrigada. As suas palavras nos emocionam e nos entristecem, porque nós vimos o quanto é difícil a vida da mulher que tem o seu caminho, a sua escolha sexual e, em detrimento disso, sofre violência desde o início da sua vida e opressão por parte da sociedade.

Hoje aqui neste Parlamento queremos dar voz às mulheres, para que possam mostrar as suas dores, as suas dificuldades e, principalmente, para que tenhamos ações concretas. Uma das ações que, tenho certeza, será de todos nós é a mudança dessa cultura, dessa visão que, infelizmente, mata e ainda torna tantas mulheres vítimas de violência em nosso Estado e em nosso país. Obrigada, Amyky.



Esclarecimentos sobre os Debates

A presidente – Agora vamos dar início aos debates. Solicitamos àquelas e àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos e dispensem as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Debates

A presidente – Com a palavra, Marinalva Maria de Jesus, da Apis-BH.

A Sra. Marinalva Maria de Jesus – Bom dia a todos e a todas. O meu nome é Marinalva e sou representante dos indígenas de Belo Horizonte e da região metropolitana. Encaminhei uma pergunta à Mesa e acredito que quem a recebeu vai ter um pouco de dificuldade para responder.

É até curiosidade de muitas pessoas saber como é tratada a violência doméstica entre os indígenas. O que acontece? Quando a indígena está na aldeia e acontece uma violência doméstica, leva o assunto à liderança, não à polícia. Quem resolve o problema é a liderança. Como nós estamos no meio urbano, também não é diferente. Foram totalmente conflitantes os casos de algumas indígenas que foram atendidas pelas políticas que existem hoje. Os casos não foram resolvidos. De lá para cá, já houve mais dois problemas de violência doméstica, e nós não acessamos o serviço, porque é muito contraditório. Muitas vezes, as indígenas não se abrem com pessoas diferentes e acabam cansando a gente, porque elas nos fazem levá-las para acessar o recurso, o benefício, mas, quando chegam lá, elas o rejeitam. Então a liderança acaba sendo sobrecarregada para resolver o problema da indígena que sofre violência doméstica e dialoga com o agressor.

Eu gostaria, neste momento, de aproveitar este espaço e saber das colegas, dos companheiros o que tem sido pensado politicamente para fazer o enfrentamento à violência doméstica contra as indígenas que estão no contexto urbano. Obrigada.

A presidente – Também para fazer uso da palavra, como intervenção escrita, a Sra. Marlene das Dores do Carmo, do Conselho Municipal da Mulher, de Nova Lima.

A Sra. Marlene das Dores do Carmo – Bom dia. Meu nome é Marlene do Carmo. Falo como filha de pai agressor, como professora, como mulher.

Aos 9 anos, vi a minha mãe sendo agredida pelo meu pai. E tudo que eu lembro de ter feito foi abraçá-la. Acho que quem ama abraça. Quem ama abraça essa causa. Quem ama abraça sua causa, Amyky. Quem ama abraça a causa de todos. Como ser humano, quem ama abraça.

Farei uma intervenção poética: “Ele chegou mais calmo. Em sua primeira frase, questionou se o jantar estava pronto. Ela, trêmula, respondeu que já estava quase terminando. Enquanto fazia o jantar, ensinava o dever ao filho mais novo e instruía a filha, que tentava fazer um sapatinho de crochê. Ele sentou-se na poltrona, tomou o controle das mãos do filho mais velho que, cabisbaixo, foi para seu quarto. Assistiu ao jornal. O jantar ficou pronto, e ele foi servido. Os filhos jantaram junto à mãe, sentados todos, espremidos no sofá. Após jantar e deixar o prato no chão, junto à poltrona, ele disse que iria ao bar e saiu. Os corações se estremeceram. Os filhos a ajudaram a arrumar a cozinha e foram se deitar. Talvez naquela noite tivessem paz. Gritos na frente da casa... O arrastar dos chinelos em direção à porta que se abriu. Um baque denunciou o primeiro soco, seguido pelo grito dela. Os filhos acudiram. Nessa noite todos apanharam e dormiram ouvindo o choro interminável dela. No outro dia, houve atrasos e bronca da diretora da escola. O mais velho brigou novamente no recreio, e a menina esteve ainda mais calada. A cena se repetia dia após dia, e ela, resignadamente: levantava-se cedo, com seus olhos roxos e saía para limpar as casas das madames. Com o que recebia, comprava comida, o básico em roupas para os filhos e ainda sobrava para economizar. É para pagar o meu sonho. Não contem ao pai de vocês. Às vezes, era chamada à escola e se entristecia pelos filhos. O mais velho mostrava-se violento, o menor estava sempre cheirando a xixi, e a menina não conversava com ninguém. A polícia estava sempre na porta. Eles vinham num dia e no outro, ela apanhava ainda mais! Sempre disse a ela: – Vamos embora pra casa da avó... Ela nada respondia. Hoje sei: a avó não admitia filha separada. Um dia, parou na porta um carro



com algumas mulheres e homens. A polícia também estava junto. Minha mãe arrumou nossas malas, pegou nosso material escolar e alguns brinquedos e nos colocou no carro. Perguntei para onde íamos, e ela nos respondeu: rumo à felicidade. E me abraçou de um jeito que nunca havia feito. Fomos para um abrigo. Mudamos de casa por muitas vezes. Ela sempre dava um jeito de arrumar um emprego e não nos deixava faltar nada. Um dia disse-me que iria comprar seu sonho: comprou-nos uma casa. Crescemos, nos formamos, nos casamos. Ela foi visitar-me. Minha esposa e eu brigamos. Dei-lhe um tapa e mais outro. Ela se colocou entre nós; chorava e disse-me: 'não faça como seu pai. Quem ama abraça. E abraçou-me forte. Tive vergonha, lembrei-me daqueles dias de agonia, da minha irmã que se entregou à loucura, do meu irmão tão perdido, tão sem referência. Ajoelhei-me e pedi perdão à minha esposa. Meu filho não será um pai agressor, ele não terá este exemplo em casa.

Outro dia, minha esposa se surpreendeu comigo e meu filho esperando-a na saída da faculdade e, mais ainda, com o abraço que lhe demos. Perguntou-me o porquê daquilo e lhe respondi: – Quem ama abraça. O sorriso dela e de meu filho justificavam todo e qualquer ato de amor.

Outro dia vi meu filho abraçando sua avó e dizendo-lhe 'quem ama abraça'. Ela me buscou com o olhar e sorrimos cúmplices. Eu estava perante uma rainha, e seu olhar condecorou-me. Estamos quebrando o ciclo”.

A vocês, eu só pergunto: quem pode nos dar um abraço? Obrigada.

A presidente – Vamos chamar a pastora Rita Torres, para sua apresentação.

A Sra. Rita Torres – Bom dia a todos e a todas. Sou do Conselho dos Pastores de Minas Gerais, uma instituição muito séria. Gostaria de lhes dizer que pregamos amor e a palavra do Senhor. Não somos contra as pessoas, somos contra algumas de suas atitudes. Nossa função é pregar o amor, indiferentemente da escolha de cada um. Transmitimos o amor para o homem, para a mulher, para todo o ser humano. Então, fico triste quando aqui ouço dizer que a bancada evangélica é contra.

Não estamos aqui para jogar pedras, mas para ensinar a palavra do Senhor. Como pastores, jamais atiramos pedras, muito menos por meio de palavras. Aprendemos a respeitar o ser humano, a quem pregamos a salvação, indiferentemente de sua crença, raça ou cor. A palavra é uma só, e a bíblia é uma só. Não queremos fazer a cabeça de ninguém, queremos pregar a verdade.

Deixo esse esclarecimento. Como pastora, não faço acepção de pessoas: da mesma maneira que tenho amor pela Elaine Matozinhos, vereadora, também abraço aquele que está caído na sarjeta, indiferentemente se é homem ou mulher. E isso não ocorre porque sou pastora, mas porque tenho um Deus que habita em mim, que faz com que eu ame.

Os evangélicos não querem defender uma crença, queremos fazer um mundo melhor. Sou mãe, sou mulher, sou avó e sou pastora. Tenho de saber o que digo e o que falo sem ofender a quem quer que seja, porque tenho de ensinar o caminho certo.

Agradeço a todos. Que tenhamos um dia abençoado. Não são apenas os travestis e as lésbicas, a própria mulher é discriminada, e isso por outra mulher. Não somos discriminadas somente pela sociedade: somos discriminadas pelas próprias mulheres. Uma mulher não confia na outra. Somos a maioria, mas vejam quantas mulheres estão na câmara ou na Assembleia. Entristeço-me ao ver a mesa cheia de parlamentares ou, em qualquer segmento, uma mesa cheia de homens, e apenas umas poucas mulheres. Fui a uma reunião em que havia 13 homens e apenas 2 mulheres. Se somos a maioria, é um absurdo termos de lutar para conseguir nossos direitos. Obrigada. Agradeço a todos.

A presidente – Obrigada, pastora, por suas considerações. Passo a palavra à Elza Ribeiro, que fará uso do microfone.

A Sra. Elza Ribeiro – Bom dia, gente. Acredito no diálogo, eu faço diálogo. Estou aqui nervosa, dizendo a quem me importunar que eu processo.

Amyky, você é uma bênção assustadora para mim. Desculpe-me falar isso, Amyky, porque acho que uma das coisas mais difíceis da relação humana é aceitar aquilo que a gente não está acostumado. Falo isso com muita tranquilidade porque uma raça que nos escravizou, a nós negros, e que até hoje faz absurdos conosco tem de ter perdão. E até pensei: “Graças a Deus, a Amyky não falou da Igreja Católica, senão eu teria de defendê-la”.



Somos seres humanos, Amyky, muito falhos. Fomos postos para amar, mas a coisa que menos sabemos fazer é o amor respeitoso, porque usamos a palavra “amor” para matar, para discriminar, para torturar fisicamente, para torturar emocionalmente, psicologicamente e nos arrasar. A pessoa que coloca um ser humano debaixo de caixas ou atrás de portas e impede que pessoas o vejam, o respeitem e o conheçam não é um animal qualquer, mas um animal amado por Deus. É esse ser amado por Deus que faz atrocidades neste mundo, que faz discriminações. Acredito, Amyky, que fazemos essa discriminação passando pela dominação, pela força física, pela força psicológica e pelo tal desconhecimento, porque algumas pessoas estão encarceradas em alguns lugares, foram colocadas lá violentamente e sem amor por pessoas que se consideram melhores e superiores.

Detesto microfone, mas falo para caramba e fico nervosa, porque fico com medo de não dizer a coisa apropriada. Por exemplo, na hora em que você se apresentou, levei um susto: “Gente, estou vendo uma mulher de cabelos brancos, no entanto ela é um homem”. E me ficou na cabeça: qual será o nome de homem dela? Não tenho conceitos bons nem elaborados, Amyky, sobre o que é ser travesti. Entendo de algumas outras coisas, transexuais, homossexuais, bissexuais, e numa confusão atroz, porque o nosso encontro humano é mais recente, não é? Como cristã, como católica, tento fazer o espaço da luz, da superação, do respeito, mas não nego as minhas estranhezas. Eu gostaria muito de saber o seu nome.

A presidente – Pedi para vocês não interferirem, plateia.

A Sra. Amyky Lima – Já mudei os documentos. O juiz me deu meus documentos, me deu minha permissão, já tenho a certidão como Amyky Lima. Consegui aqui em Minas Gerais, Belo Horizonte.

A presidente – Elza, pedimos que você atente ao tempo; por gentileza, seja mais breve.

A Sra. Elza Ribeiro – Não faço isso, Amyky, com desrespeito, mas com um sentido de conhecer. Vou dizer que você me encantou, você me encantou. Sou ex-assistente social e hoje sou comissária voluntária no juizado, e uma das coisas que mais me causou sofrimento foi tentar colocar um menino de 16 anos, vindo da Pedro II, na proteção de uma das casas que mais respeito, que é a Casa Dom Bosco.

Quando cheguei à porta com ele, achando que ali era um lugar de proteção, ele não foi recebido por causa das dificuldades que haveria ao deixá-lo na casa. Quando virei o carro, ele já estava saindo dessa casa. O que mais me moveu a falar, amiga, foi o fato de uma pessoa ter dito: “Fernanda, isso nos adocece, isso nos mata”. O ser humano, Amyky, não foi feito para viver em sociedade, para adoecer, para ser morto e nem para se calar. Há um ditado árabe de que gosto muito, e vou encerrar minha fala com ele: o caminho é longo e nós temos de dar passos pequenos. Aos 60 anos, Amyky, você já quer passos grandes. Você está de parabéns por querer passos grandes.

A presidente – Obrigada, Elza.

A Sra. Amyky Lima – Posso falar só uma coisinha?

A presidente – Depois teremos um momento final, aí haverá esse espaço. Com a palavra, Nanci Ramos de Menezes, do Núcleo Diversidade, de Ribeirão das Neves.

A Sra. Nanci Ramos de Menezes – Bom dia a todas. Fico imaginando como deve ser muito difícil para as nossas sete deputadas terem conseguido nos trazer aqui. Fico muito preocupada com a violência simbólica que vivemos nesta sociedade. E nós, mulheres, muitas vezes entramos nela sem perceber. Vejam o que está acontecendo aqui agora. É nosso papel estarmos aqui, essa é uma formação para nós, com essa Mesa maravilhosa. E quem também deveria estar aqui sendo formados seriam os nossos 70 deputados que não se fazem presentes aqui. A falta desses homens que dizem que conduzem o Estado é de indignar. Eles não querem ouvir o que nós, mulheres, passamos nessa sociedade.

Estou na Secretaria de Educação, essa herança maldita que o governo atual tem recebido. Estou, junto com as técnicas, tentando descobrir o número de escolas que temos entre as estaduais e municipais. Deram-me uma média de mais ou menos 10 mil escolas. E nós ainda não podemos, representante da Secretaria de Educação, nos voltar para trabalhar projetinhos, não. Estou na educação há 30 anos, e trabalhar a mulher, trabalhar a diversidade é questão de formação. Nesta semana coordeno



o Núcleo de Diversidade da Secretaria de Educação de Ribeirão das Neves. Nesta semana ouvi diretores da escola falando que não poderiam encampar esse trabalho de formação nas escolas porque os pais entenderiam que suas crianças estariam sendo chamadas de mulheres. E nós nascemos mulheres. Foi pregado para nós que os homens é que nos fazem mulheres. Neste momento temos de estar, sim, tentando sair dessa violência simbólica e pedir às igrejas, às Secretarias de Educação que realmente promovam uma formação de fato para podermos transformar essa sociedade.

A presidente – Com a palavra, Douglas Miranda, coordenador de Políticas de Diversidade Sexual do governo de Minas Gerais.

O Sr. Douglas Miranda – Bom dia a todas – que os homens se sintam cumprimentados dessa forma. Primeiro, queria parabenizar a Assembleia Legislativa na pessoa da deputada estadual Marília Campos, por estar aqui a nossa companheira Amyky Lima, travesti, militante histórica, que hoje compõe este espaço legislativo que esteve fechado, muitos anos, para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ressalto a importância desse diálogo e da formação; ainda precisamos promovê-los nesses espaços, inclusive os colegas que querem agregar-se a essa luta, os heterossexuais.

Os conceitos são importantes. Dizemos que não existe uma opção sexual porque não optamos por sofrer violência; na verdade, então, temos uma orientação sexual. A pessoa nasce gay; nasce mulher trans; nasce homem trans; nasce bissexual, nasce travesti. Se tenho o nome de registro masculino e me identifico como mulher, não tenho que me chamar Douglas Miranda. O caso da Amyky Lima é muito claro: ela sempre se identificou como travesti, como mulher, como Amyky Lima.

Este espaço de luta é importante. Precisamos dialogar muito nesta Casa. Vemos a Amyky fazer o diálogo com a deputada Marília Campos, que tem a coragem de trazer essa discussão para dentro da Assembleia Legislativa, onde há 70 deputados homens – alguns machistas – e 7 mulheres – algumas feministas. Queremos deixar claro que o projeto de lei do nome social tem que avançar muito neste Estado. Queremos que todos os estabelecimentos públicos respeitem o nome com que as pessoas se identificam, independentemente se o juiz o ratificou ou não. É necessário deixar isso claro.

Para concluir, presidenta – e desculpe-me avançar um pouco –, estamos encaminhando a esta Casa um importante projeto de lei, em parceria com o gabinete da deputada Marília Campos, que apresentou, entre as medidas para a população LGBT, a necessidade de se constituir um conselho de cidadania LGBT no Estado, o único conselho que ainda não existe. Este governo vai ter a coragem de enfrentar este debate dentro desta Casa, e pedimos o apoio dos católicos e da pastora, que aqui expôs muito claramente. Venha discutir conosco e com os 17 deputados fundamentalistas da Assembleia Legislativa, que têm dificultado muito o debate da diversidade sexual em Minas Gerais. Convido a senhora, pastora Rita, para compor conosco esse espaço de diálogo com seus pares, pois esse diálogo é muito difícil para nós, uma vez que seus pares não entendem o que a senhora expôs. Então, queremos que a senhora venha lutar conosco e dialogar esse amor com todos os fundamentalistas religiosos desta Casa.

Para concluir, queria mesmo parabenizar a Assembleia Legislativa. Aguardem, pois vamos ocupar esta tribuna. Da mesma forma, a secretária estadual de Educação deixou muito claro: fora os fascistas!

A presidente – Obrigada, Douglas. Gostaria de chamar Neuma Soares, do Comitê de Mobilização FMM.

A Sra. Neuma Soares – Bom dia. Na verdade, fui atendida pelas duas últimas falas. Queria realmente questionar a representante da secretaria, a Júnia. Não adianta falarmos de gênero se as próprias bancadas evangélicas estão tirando essa questão dos planos municipal, estadual e nacional.

Quero saber a posição dessa secretaria, se ela vai permitir que uma bancada evangélica, que não tem o mesmo pensamento de toda a comunidade escolar, vença os planos, porque, como disse a professora, é realmente necessário trabalharmos a questão de gênero na escola para que os nossos filhos, os nossos adolescentes não sejam discriminados. A aceitação começa dentro da escola. Espero que a secretaria se posicione. Sinceramente eu esperava mais da palestra da representante da Secretaria de Educação para falar especificamente de gênero, porque, quando falamos de gênero na escola, estamos falando de alunos e professores que também sofrem com essa questão. Obrigada.



A presidente – Obrigada, Neuma. Vamos chamar agora a Carla Theonília, da Federação das Mulheres Mineiras.

A Sra. Carla Theonília – Bom dia. Vemos que as coisas são bem subdivididas. Mas eu vim aqui para falar de mulher e como protagonista de violência doméstica, de agressão física e sexual. Houve uma época em que eu quase me internei porque achava que estava ficando louca. Temos de assumir a responsabilidade da criação dos nossos filhos sem ajuda, sem um companheiro, sem poder viver a nossa vida, e a única coisa com que podemos contar é realmente a escola. Tenho três filhos. Um deles sofre muito *bullying*. É chamado de esquisitinho. Provavelmente por uma questão de gênero, de opção, ainda não sei por quê, e a escola não está preparada para me dar a força que eu necessito na educação de meus filhos.

Ficamos o ano passado inteiro discutindo planos de educação, fomos para as conferências das mulheres levar as nossas bandeiras e estamos aqui hoje fazendo este debate. Mas, próximo de nós, efetivamente nada aconteceu. Pelo contrário, estamos tendo um retrocesso muito grande na área da educação, com vários cortes, com perdas na nossa secretaria e com coisas que deixam de acontecer por causa de verba, de dinheiro. Com isso, a violência vai aumentando. Agora serão retiradas 21 mil crianças da escola integrada, o que dificultará a vida de muitas mulheres que dependem dessa escola. Efetivamente, fisicamente, estruturalmente, o que vamos levar daqui para a sociedade civil, para o nosso bairro, para o aglomerado? De todos esses debates, todas as conferências, de tudo que vem ocorrendo do ano passado para cá, o que vamos ter de concreto que realmente vai fazer a diferença? Obrigada.

A presidente – Passo a palavra agora para a Júnia e para a Amyky para que possam responder aos questionamentos feitos pelas nossas inscritas.

A Sra. Júnia Sales Pereira – Pela Secretaria Estadual de Educação, estamos mobilizados para acompanhamento e participação de todas as GTs do Plano Estadual de Educação. No Estado há uma agenda social da Assembleia Legislativa em colaboração com a Secretaria Estadual de Educação. A participação na audiência pública é muito importante. Não é uma agenda da secretaria, é uma agenda social.

Estivemos em Coronel Fabriciano no I Fórum Técnico, e não havia um representante social. Esperamos que os representantes dos movimentos sociais compareçam aos próximos. O próximo será nesta sexta-feira, em Sete Lagoas, e ainda haverá mais oito. São audiências públicas no Estado de Minas Gerais para discussão e reescrita do projeto de lei que institui o Plano Estadual de Educação.

Ele vai ser resultado da força social presente nas audiências públicas. Então ele é de responsabilidade de todas nós. Isso é muito importante a ser dito, sobretudo porque a secretária Macaé abriu a agenda do Plano Estadual de Educação pautando-se pelo seu compromisso com a diversidade e com a inclusão em uma escola plural e diversa. Aliás, quem esteve presente por rede social pôde compreender esse compromisso da Secretaria Estadual de Educação, hoje confirmado pela minha apresentação.

Vocês disseram “sim”, a Secretaria Estadual de Educação está aquém da força dessa agenda, e ela realmente está. Essa agenda só vai avançar com o compromisso compartilhado. O nosso esforço de formação docente deve ser permanente. A formação docente não ocorre com ação isolada e assistemática, mas somente em longo prazo, inclusive a prática. Não basta receber um curso de formação docente. É preciso enfrentar, na escola, a realidade da docência. Aliás, existe um conceito chamado horizonte de exterioridade: eu olho o mundo do meu ponto de vista, mas você olha o mundo do seu ponto de vista e olha o meu mundo num horizonte exterior ao meu; então, a minha palavra só vai se expandir com a sua palavra. É por isso que fiz um movimento empático de amplificação da minha palavra com as múltiplas que estão aqui e que estão silenciadas. Deixei um silêncio no final da palavra porque silêncio é palavra. O silêncio só se torna audível se alguém o quebra. É com a força dessa articulação dialógica, empática e plural, que não aniquila os sujeitos e não admite violência, que conseguiremos fazer não só do Plano Estadual de Educação, mas também da educação nas escolas algo que seja humanizador do cidadão. Humanização e cidadania são os dois compromissos do Plano Nacional de Educação para esta década, diferentemente do que foi feito nas últimas décadas.



Resumindo, faremos uma agenda participativa com toda a agenda dos direitos humanos, com o compromisso da superação de toda forma de violação dos direitos humanos. Estamos exatamente engajados nessa agenda e participando muito dos GTs do Plano Estadual de Educação. Vamos fazer força para que a escrita desse Plano Estadual de Educação comporte todas as diversidades e desafios que as professoras e professores já enfrentam na escola. Essa não é uma agenda que simplesmente será garantida pelo Plano Estadual de Educação, posto que ela já esteja na escola e seja parte da vida social.

Não sei se me fiz compreender, mas, sim, vocês têm razão, ao dizer que estamos aquém do que se espera de um efetivo processo de formação docente. Temos, sim, uma herança histórica e estamos, no nosso dia a dia, mobilizando conceitos, teorias, práticas e ações, com vistas a garantir maior dignidade às professoras da rede estadual e maior compromisso da sociedade com a escola. A escola não pode ser compreendida como um universo à parte da sociedade, porque ela foi construída pela sociedade. Nós, mulheres, precisamos nos unir. Aliás, uma das marcas do patriarcalismo é justamente a desunião das mulheres.

Nós todas, mulheres, precisamos nos unir não exatamente com um discurso consonante. É na dissonância, na discordância, no conflito que avançaremos, umas com as outras, numa agenda que deve ser participativa, democrática e inclusiva. Para isso, o direito à voz, à palavra é muito importante.

Encerro minha pequena intervenção reproduzindo a palavra da secretária Macaé: temos direito a voz. Que isso seja um mote para ampliação da participação social nas reuniões técnicas do plano estadual, assim como nas escolas. Obrigada.

A presidente – Obrigada, Júnia. Sra. Amyky, por gentileza.

A Sra. Amyky Lima – Vou dar bom dia mais uma vez. Quero primeiro responder à pastora. É com todo o respeito que me dirijo à senhora. Jamais discutiria religião porque respeito demais a sua religião. O que falei sobre a bancada evangélica não é sobre as pessoas que servem a Deus, mas sobre as pessoas que não servem a Deus, que prestam um desserviço à sociedade. A senhora é pessoa que serve a Deus, é diferente. Existem pastores que fazem um desserviço. O que a senhora sabe da vida? Que Deus é amor, é proteção, é acolhimento. Não é isso? Então, por que existem certos tipos de pastores que incitam à violência, à morte, ao crime? Por que isso? Eles existem, a senhora sabe que existem. Está na televisão todos os dias. Vemos isso, passamos por isso.

Tenho pela senhora todo o respeito. A senhora é mãe, é avó. Agora eu, Amyky, não preciso estar em nenhuma religião, em nenhuma igreja para estar com Deus. Deus é amor, Ele está em qualquer lugar do mundo, desde que a pessoa esteja com o coração aberto, querendo Ele ao seu lado. Deus está na minha casa, na casa de qualquer um. Basta que a pessoa tenha realmente vontade e desejo de fazer o bem. Certo? Desculpe-me por algo que disse. Tenho todo o respeito pela senhora.

Agora, quanto a essa outra senhora, quero dizer que fiquei muito decepcionada. A senhora, que é uma mulher negra, que sofre todo tipo de preconceito, fazer com que eu passasse por esse vexame, por essa vergonha na frente de todo o mundo, perguntando pelo meu nome de registro? Eu, Amyky, briguei a vida inteira para ser o que sou hoje. Fui expulsa de casa, passei fome, comi lixo. Fui roubada, roubei, para ser o que sou hoje, o que quero ser, o que quis ser. Hoje sou Amyki Lima. Consegui, do juiz, meu nome, meu sexo feminino. Isso para mim é um orgulho.

Peço desculpas à senhora. Sendo uma mulher negra, jamais faça essa pergunta a uma pessoa que passou pelo que passei. A senhora nunca vai sentir o que senti na minha pele a vida inteira. Aliás, sinto até hoje, não consigo, mas com as pessoas que convivem comigo, dentro de minha casa e fora dela. Vejo meninas morrerem sem nenhum tipo de ajuda. A senhora verá muitas meninas menores passando fome na rua porque nós, militantes, não podemos fazer nada porque são menores. O Instituto da Criança não me permite dar sequer um prato de comida a elas, pois dirão que estou incentivando a prostituição. Não incentivo ninguém à prostituição. Tenho uma casa de meninas. Elas moram comigo na pensão. A melhor maneira de se respeitar um ser humano é olhando para aquele ser humano e vendo o que ele quer ser, o que ele é, o que ela é, respeitando aquela pessoa.



Desculpe-me, a senhora como negra, que sofreu a vida inteira, jamais poderia me fazer essa pergunta. Eu me fiz mulher a minha vida inteira. Não estou brincando com a senhora. Quero que sinta na pele o que sinto e sei que a senhora sente, por ser negra e mulher. A travesti, a transexual, quando é negra, sofre 10 vezes mais que qualquer outra travesti. No nosso movimento também existe a higienização: a travesti loura, do olho verde, a bonita; a negra de cabelo duro, aquela que não serve para nada. Quando a polícia chega, olha para a cara do travesti e diz: “Além de veado, é preto”. Já vi muito disso.

A gente é expulsa de casa muito cedo, e isso continua a acontecer. Então, é para a religião, para todo o mundo acolher. Não quero que ninguém me ame: quero que me respeitem, que respeitem os meus direitos.

A presidente – Obrigada, Amyky, pelas considerações, pela resposta.

Passaremos agora às intervenções e contextualizações sobre o tema “Violência contra as prostitutas”. Com a palavra, a Sra. Neusa Melo, integrante da Rede Feminista de Saúde, para fazer a sua intervenção.

Palavras da Sra. Neusa Melo

Bom dia. Parabéns, Amyky! Seu discurso foi bonito e emocionante. Tenho só 3 minutos, portanto tenho de ser rápida.

Queria começar falando o seguinte: eu estava pensando no que dizer a vocês, em 3 minutos, sobre prostituição. Acho que o principal dessa questão é que prostitutas são mulheres, e elas têm as mesmas necessidades de todas as mulheres.

Quanto às políticas públicas para as mulheres nesta cidade, neste Estado e neste país, a gente teve muito trabalho ao longo de todos esses anos para construir uma linguagem própria, para construir um discurso que foi capturado pelos governos, mas só temos o discurso neste momento. A gente acabou dissecando tanto as mulheres, que compartimentamos cada uma – a mulher branca, a mulher negra, a mulher lésbica, a mulher prostituta, a mulher não sei quê – e colocamos cada uma em um caixotinho, de que não há por onde sair. As prostitutas são mulheres muitas vezes negras, muitas vezes mães, muitas vezes lésbicas e muitas vezes avós. Então as políticas públicas neste país têm de incorporar a questão da prostituta no conjunto geral, senão ela vai ficar isolada, encaixotada no seu cantinho e só pensando na situação específica da prostituição.

A violência que a prostituta sofre em seu cotidiano é bem próxima da que todas as mulheres sofrem: violência física, violência sexual, violência psicológica, violência da sociedade, preconceito e discriminação. Todas nós estamos acostumadas a lidar e combater essas violências. O que amplifica isso são os riscos que a profissão apresenta. Esta é uma questão que tem de ser pensada: a violência no espaço de trabalho, no exercício da profissão que a prostituta exerce. Se não incorporarmos essa mulher no conjunto geral das políticas públicas, vamos mantê-la à margem, como a sociedade costuma e gosta de colocá-la.

Além de estar no conjunto das políticas públicas, ela tem de ter assento no Conselho dos Direitos da Mulher, quando este voltar a existir, para que tenha voz, seja ouvida e participe desse conjunto de discussão sobre as políticas para as mulheres e para que tenha também condição de intervenção. Muito obrigada.

A presidente – Obrigada, Neusa. Com a palavra, a Sra. Isabel Cristina Brandão Furtado, psicóloga da Pastoral da Mulher.

Palavras da Sra. Isabel Cristina Brandão Furtado

Bom dia. Apenas contextualizarei o vídeo que a Pastoral da Mulher optou por apresentar. Ele é parte de uma ação que desenvolvemos. O projeto Diálogo pela Liberdade foi inspirado nas falas e experiências das próprias mulheres que frequentam o espaço da Pastoral.

Exibição de Vídeo

A Sra. Isabel Cristina Brandão Furtado – O objetivo desse vídeo é dar visibilidade ao que consideramos ser a maior violência exercida sobre a mulher. A Amyky expôs isso bem. O vídeo trata do preconceito e da discriminação sofridos pelas pessoas, que produzem um estigma que naturaliza e banaliza a violência e dificulta o acesso das diversidades aos espaços reivindicativos de direito e cidadania. Obrigada.



– Procede-se à exibição de vídeo.

A presidente – Agradecemos as pertinentes intervenções sobre o tema. Daremos prosseguimento ao painel “Múltiplos olhares sobre as violências contra as mulheres”. Com a palavra, a Sra. Maria Aparecida Menezes Vieira, para a sua exposição sobre o tema “Violência contra as prostitutas”.

Palavras da Sra. Maria Aparecida Menezes Vieira

Bom dia. Gostaria de agradecer à deputada que nos convidou para participar deste evento. Não foi o governo, não foram os movimentos sociais, não foi a Secretaria de Mulheres, mas uma deputada desta Casa. Lugar de mulher é onde ela quiser. É a democracia, a autonomia e o reconhecimento. Lugar de mulher é no trabalho que ela quiser exercer.

Vou abordar a violência contra as prostitutas, a sociedade conservadora e os direitos. A violência contra as prostitutas é, muitas vezes, invisível; por isso esse ponto de discussão se torna imprescindível nos dias de hoje. Nós mulheres prostitutas não fugimos ao contexto de violência historicamente construído. Para a sociedade, a atividade que exercemos é lícita e reconhecida por meio da Classificação Brasileira de Ocupação nº 5.198-05. O tipo de ambiente onde atuamos – legalizados ou não legalizados – também nos deixa vulneráveis, pois nas ruas estamos sujeitas a agressões arbitrárias da população em geral e dos clientes, principalmente em relação ao uso de camisinha.

Infelizmente, os programas do governo não nos atingem. Essas agressões ainda não são registradas nos serviços de saúde, que até hoje só veem a questão da região pélvica; não veem a questão da saúde integral dos profissionais do sexo, o que se configura num dos maiores problemas sofridos por essas mulheres. Ainda não há um levantamento estatístico dos casos de violência contra as profissionais do sexo, não sendo possível quantificá-los. Também não há mecanismos eficazes para coibir as violações de direitos sofridas pelas prostitutas.

Nesse caminho de riscos, as mulheres prostitutas são alvo dessas violências, porque os agressores entendem que o pagamento lhes confere poder para o abuso físico, sexual e psicológico, além da interpretação da imagem que a sociedade criou da prostituta. Não se pode negar que há uma banalização dessa violência, mas, com as prostitutas, isso é um pouco mais acentuado. O fato de a sociedade fechar os olhos para a violência sofrida por profissionais do sexo está atrelado à repressão do comportamento feminino.

Nós mulheres não temos a quem recorrer, porque os programas de governo – municipais, estaduais e federais – não nos atendem. Algumas mulheres têm medo de ser taxadas de prostitutas, porque isso poderia fazê-las parecer menos que as demais mulheres. Esse estigma é posto para controlar, para que a situação continue oculta e para que as prostitutas não tenham voz nem espaço. Essa relação estabelecida entre homens e mulheres, tendo como mecanismo a desigualdade de poder, constitui violação dos direitos humanos e gera problemas de ordem social, colocando-nos à mercê de vários tipos de violência.

Diante do exposto, torna-se necessário dar visibilidade a essa violência, dar voz a esse grupo de risco, a fim de que se compreenda o impacto da violência, o que sentem essas mulheres, bem como para dar empoderamento a elas e fazer com que as políticas públicas e o serviço de saúde possam aproximar-se mais para desenvolver trabalhos de promoção da saúde e prevenção da violência no cotidiano dessa atividade, para que se possam defender os interesses das profissionais do sexo por meio da promoção da cidadania e de atividades de cunho educacional e social.

Nesse sentido, é necessário reforçar os direitos e também deveres de nós, prostitutas, bem como o papel da segurança pública e dos órgãos ligados aos direitos humanos, com a perspectiva de que prostitutas merecem respeito e têm voz própria, seja ela na Secretaria de Mulheres, nos direitos humanos, em âmbito social.

A sociedade é conservadora, a sociedade é preconceituosa. As pessoas ainda reprimem o que o outro faz ou deixa de fazer com o corpo. O corpo é meu, faço o que quero. Existe essa contraposição. Eu sou um indivíduo, mas o outro não pode ser, e posso julgar o que ele faz ou deixa de fazer. São conceitos muito deficitários hoje em dia. A história das prostitutas é mais uma questão moral e religiosa do que legal. É questão do moralismo do corpo, da sexualidade e das agendas



conservadoras. Nós prostitutas temos o direito e podemos denunciar. Temos consciência. Com base no direito constitucional, podemos processar alguém por qualquer tipo de violência, seja ela física, emocional ou moral. A violência nunca é justificada pelos órgãos responsáveis, pelos direitos humanos. Dentro do Reds, sequer há espaço para ter uma especificação onde sofremos violência. Sou mulher, tenho toda a política que me ampara. Estou falando do meu trabalho. Posso ser puta, gosto de ser puta. Larguei uma carreira jurídica – e tem mais: amo minha profissão.

Estamos debatendo hoje; dialogamos muito. A questão teórica tem que estar nos espaços do governo, falando dos profissionais do sexo. As trans sequer têm direito, porque ninguém nunca terá a estatística. Dentro do governo, não há essa pauta. É muito importante discutir esses espaços. Trabalho, cada um escolhe o seu. No passado, havia a discussão de que as prostitutas eram coitadinhas sem estudo. Hoje, somos formadas, temos direitos, temos escolas. Cabe a mim discutir o que eu quero e como quero ser. Posso ser puta, advogada, dentista. Enquanto não unirmos forças para termos uma puta no governo, uma puta nos espaços políticos, uma puta debatendo suas próprias questões... Há pautas específicas, campanhas. Não incentivamos a prostituição, pelo contrário, denunciemos. Reconhecemos o trabalho sexual acima de 18 anos de quem quer que seja e queira fazer. Pode ser para ter uma renda extra para seu estudo, para seu trabalho, para construir seu dia a dia.

A Associação das Prostitutas do Estado de Minas Gerais trabalha com quem já está na profissão. Não incentiva nem busca ninguém. Entra quem quer e faz o que quer de sua vida. Temos que deixar essa cultura de preconceitos, a profissão do outro. A mulher não tem escrito na testa o que ela quer ser ou deixou de ser na profissão. É preciso uma regulamentação de espaços para reduzir o índice de violência que hoje é discutido na Câmara Federal. Para isso, precisamos entender, dialogar.

Ter garotas, três, duas, sabemos, hoje é crime. Sabemos, mas temos que dizer, e não deixar esse número à toa. Como relata a nossa colega, lésbicas, por exemplo, na questão do trabalho, jamais serão mapeadas. Também jamais se falará que uma prostituta, em qualquer estatística, sofreu abuso, foi estuprada, foi morta dentro do trabalho, nos pontos de prostituição.

Ainda temos muito a conhecer; é preciso deixar o debate aberto para levar questões dos direitos humanos à Secretaria das Mulheres. Dizem-nos que somos mulheres e estamos enquadradas. Não estamos, porque a política pública não chegou até nós. Você sequer diz a palavra “prostituta” ou “puta” dentro da Secretaria de Mulheres. Esse discurso tem mesmo que ser aprofundado.

Eu gostaria de agradecer mais uma vez à deputada por trazer esse assunto para dentro da Casa. Eu não conto como mulher; estou aqui como prostituta. Sou avó, sou mãe, sou tia, tenho a minha família, eu a amo, mas gosto de ser chamada de puta, de prostituta, uma puta mulher. E o espaço de trabalho da mulher tem também uma puta, que em qualquer espaço tem de ser respeitada. Eu posso também ser uma governante futuramente, eu sou prostituta. Qual o problema disso? Esse preconceito também deve cair na nossa sociedade.

E também conto que estou debatendo muito. Aí começa a jogadinha. Estamos cansadas de bater dentro da Delegacia da Mulher, e a Lei Maria da Penha nos ampara. Vamos à delegacia dos homens, e começa o jogo de empurra-empurra. As mulheres estão lá peladas, todo mundo rindo, e o delegado manda voltar para a Delegacia da Mulher. Queremos também um núcleo dentro da Delegacia da Mulher. Se há para o LGBT, as prostitutas também têm direito, para que, quando houver violência no seu local de trabalho, elas sejam atendidas dignamente nas delegacias. Mulher também é prostituta e tem direito a esse espaço.

A presidente – Obrigada, Maria Aparecida pela sua explanação.

Esclarecimentos sobre os Debates

A presidente – Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.



Debates

A presidente – Não há nenhum inscrito para este momento, não houve nenhuma inscrição para o debate.

Eu gostaria de convidar as deputadas Marília Campos e Ione Pinheiro para estar à Mesa conosco, de forma que fizéssemos então o encerramento deste primeiro momento do nosso ciclo de debates da nossa Casa Legislativa. A deputada Ione Pinheiro deu uma saída, mas daqui a pouco deve retornar.

Com a palavra, a deputada Marília Campos. Há uma pergunta dirigida a você, não é, Marília?

A deputada Marília Campos – A pergunta dirigida a mim, feita pela Gláucia Batista, é a seguinte: “O que as coordenadoras deste evento farão a partir deste ciclo de debates, que registra a grande quantidade e diversidade das vidências? As mídias reverberam estereótipos e preconceitos 24 horas por dia, que reforçam, banalizam e naturalizam as várias vidências”.

Eu vou juntar à pergunta que a Amyky fez sobre os projetos. Sou coautora junto ao Estado do projeto da criação do Conselho Estadual LGBT e também do projeto do nome social.

Nós não podemos ocupar este espaço, mulheres, negras, LGBT, apenas um dia no ano. Nós temos de ocupá-lo sempre. Eu gostaria muito de ter vocês sempre aqui nesta Casa para discutir as políticas de inclusão que devemos ter na educação, na saúde.

O tempo todo aqui nós denunciemos o quê? A nossa exclusão – não é isso? –, a violência que atinge as mulheres. E para que tenhamos as políticas aprovadas, para que tenhamos menos preconceito, para que não haja discriminação nem violência, precisamos empoderar as mulheres, todas as mulheres.

O que eu faço é o seguinte: convidar vocês para estar aqui mais vezes, para que os nossos projetos não fiquem dentro do armário, para que o armário não seja trancado. E, para que a gente possa abrir os armários e os projetos sejam aprovados, precisamos contar com a mobilização de todas vocês.

Há várias comissões na Assembleia: de Educação, de Saúde, de Participação Popular, das Mulheres.

E a Comissão de Participação Popular é provocada pelas entidades. Temos a associação das prostitutas, que pode querer fazer um debate, uma denúncia. Para isso procurem a Comissão de Participação Popular para realizarmos o debate. Meu convite para vocês, esta mobilização tem de ser permanente, pois os projetos só serão aprovados se a mobilização for permanente. Que não seja apenas o dia de hoje o dia de vir aqui. Que você venha aqui junto com seu povo, junto com as travestis, para que esse segmento não fique invisível. Para ele não ser invisível, é preciso aparecer sempre. Ocupem o espaço de poder, ocupem as comissões para que aprovemos os projetos e implementemos políticas públicas que definam a violência, que construamos uma sociedade cada vez mais igualitária.

É isso o que tinha a dizer. Obrigada.

A presidente – Obrigada, Marília, pelas suas considerações. Gostaria de saber se a deputada Ione Pinheiro está presente. A senhora gostaria de fazer uso da palavra?

A Sra. Maria da Conceição Gonçalves – Eu gostaria de fazer uso da palavra aproveitando esta oportunidade. Meu nome é Conceição, sou enfermeira formada. Trabalhei no PSF em várias cidades de Minas Gerais, sou filha de agricultor, capataz de fazenda. Estudei em Petrópolis e detenho uma bagagem muito grande. Lamentavelmente, às vezes não tenho adequação para aproveitar o espaço que vocês me dão.

Aproveito para parabenizar todo mundo e a sua fala. Quem é estudado está em uma escola decente, bem acompanhado, bem monitorado; é uma escola saudável para alunos doentes. E nós temos o contrário, temos escolas doentes para alunos mais doentes ainda. Todos querem ser bons na vida. Nada contra ser puta, mas acho que as pessoas gostariam de escolher uma outra profissão. Não tenho dúvida disso. Então, começa no que a Marília falou do empoderamento das pessoas, pois as políticas públicas não têm essa intenção.



Quando chego a um evento, a primeira coisa que faço é olhar para o auditório. Pelo visual, sei a porcentagem de pessoas que são da Casa e que são do pé vermelho, do calcanhar rachado. Normalmente, eles não estão lá.

Vou dar um exemplo a vocês, rapidinho. Moro em Belo Horizonte, no Conjunto Ribeiro de Abreu. Muito parecido com a história daquele conjunto lá do Guarujá, só que lá moram ricos e aqui são pobres. O que acontece lá em cima, lamentavelmente, acontece lá embaixo também. As pessoas que moram em um lugar desses são destratadas.

Temos apartamentos que são do Estado, outros da prefeitura, e há uma porção de gambiarras. As pessoas que ali moram têm de ficar caladinhas para que isso não venha à tona porque ganharam esses apartamentos quando foram construídos pelo Newton Cardoso e a MinasCaixa, e foram doados por alguma razão. E hoje estão em situação de risco.

A presidente – Poderia concluir, por gentileza?

A Sra. Maria da Conceição Gonçalves – Sim, vou concluir, mas todo mundo precisa falar. Se a gente vai a um evento e não pode falar o que sente, voltamos para casa com a sensação de que saímos de casa, pegamos um trânsito horrível à toa. Eu saí de casa para falar alguma coisa.

O processo de troca, no Conselho do Idoso, começou ontem. Eu disse aos conselheiros que lá estavam que não seria candidata na próxima eleição. Lá fiquei apenas por um ano porque queria aprender. Espero que vocês, antes de darem seu nome para ser conselheiro, saibam que estão representando a população que não tem a mínima coragem de estar aqui.

Falando com Marília Campos, temos aqui a Escola do Legislativo, que eu conheço, e por que essa escola nunca foi utilizada para preparar a população para o empoderamento? E fazer isso, de verdade, não dar só exemplo, não. A gente chega, come e vai embora com a sensação de que não fez nada.

Tenho bastante experiência, mas há mais gente para falar. Acredito que minha fala não ofenderá a muitos porque há pouca gente do meu segmento aqui. Obrigada.

A presidente – Com a palavra, a Sra. Ana Lúcia de Souza Carvalho.

A Sra. Ana Lúcia Souza Carvalho – Sou Ana Lúcia de Souza Carvalho, fui sindicalista, hoje sou idosa, negra e defendo a causa de aposentados e pensionistas de Minas Gerais.

Gostaria de falar à D. Aparecida que participei de um fórum de microempreendedores sobre empréstimo com menor valor para que as pessoas possam se emancipar. E, nessa discussão, surgiu o tema da prostituta; que, para que tenha dignidade, seja-lhe oferecida possibilidade de se registrar como microcidadã e, principalmente, usar a máquina para descontar os programas, a fim de que não haja também essa violência na hora do pagamento. A maioria das violências se dá quando a prostituta faz um programa mais prolongado e o cidadão, após utilizar os seus serviços, acha que não deve pagar e ainda costuma violentar essa prostituta, como já aconteceu até com jogadores de futebol.

No meu mundo de sindicalista, várias vezes ouvi essa bandeira de que a prostituta deveria ter um código, poder assinar sua carteira de trabalho, apresentar-se à previdência e aposentar-se como qualquer cidadão. E o sistema nunca permitiu que isso acontecesse. Acho que está na hora de enfrentarmos essa discussão. Assim como foi dito que a pessoa tem o direito de escolher o que quer ser, estar onde deve estar e fazer sua opção, deveriam poder apresentar-se, no final de sua vida laboral, à previdência e aposentar-se com o título ou profissão que desejarem. Obrigada.

A presidente – Obrigada, Ana Lúcia. Com a palavra, Aparecida Moura, do PMDB Mulher estadual.

A Sra. Aparecida Moura – Cumprimento a todas. Apenas uma reflexão sobre o tema das mulheres contra a violência. A violência contra a mulher, companheiras, manifesta-se de muitas e variadas formas, assumindo características do abuso físico, psicológico, social e também político.

Aproveito o momento para fazer aqui uma reflexão para um futuro debate, quem sabe, com essa comissão que realiza hoje este evento, com as mulheres nas instâncias partidárias ou os núcleos femininos de todos os partidos políticos, a respeito do cenário político, do cumprimento dos 5% do fundo partidário no fomento e apoio a mais participação das mulheres na



política, sobre a vontade das mulheres de se candidatar, ter seu espaço na eleição, e não apenas mulheres cabos eleitorais dos homens.

Como meu trabalho está muito próximo às bases, nos municípios, vivo mais na estrada e nas cidades que em Belo Horizonte. E tenho ouvido relatos impressionantes: “Você não será candidata a vereadora nem a deputada, porque vamos negociar seus votos para apoiar fulano de tal”. Muitas bandeiras nos unem, deputada, e essa é uma delas. Não adiantam 30%, 50% se, nos bastidores, nós sofremos essa violência política. A parceria política, a harmonia, o compartilhar com os homens os projetos políticos são muito importantes, mas sermos sempre comandadas pelos homens, quando somos capazes e competentes para agir – e temos esse direito –, não é mais aceitável.

Precisamos ter vez e voz nos partidos políticos, nos diretórios, nas executivas. Não se calem! Não vamos nos calar! A grande bandeira agora é trabalhar nas nossas instâncias partidárias pela aprovação da PEC nº 16. Obrigada.

A presidente – Obrigada. Gostaria de chamar a Cida Martins, da Associação Comunitária Social.

A Sra. Aparecida Maria Martins Pereira – Muito obrigada. Estou falando aqui como presidente de escola de samba, como mulher, como mãe, filha e avó. Tenho um carinho muito grande por todas as mulheres guerreiras, pois viemos para cá trabalhar com políticas públicas não por acaso. Também tenho a sorte de ter esse sangue da D. Conceição, que é minha vizinha onde nasci, na cidade de Guanhães, Minas Gerais. Então, posso representar a mulher do campo e da cidade, modéstia à parte.

Tenho paixão pela Cida Vieira e por todas essas mulheres lindas que estou tendo o prazer de conhecer. Na entrada conheci essa senhora linda. Foi uma emoção para mim ouvir a fala dela, quase chorei; sou muito sensível, sou canceriana. Participamos das conferências municipais, estaduais e vamos para a nacional, sim. Acontece que a D. Cláudia Rocha, a mulher que representa o Comdim de Belo Horizonte, foi violenta várias vezes na conferência. Nós não aceitamos esse tipo de violência também. Queremos tentar modificar o Comdim, porque a Cláudia Rocha deveria estar aqui, pois ela falou horrores lá, tentou nos diminuir. Ela tem de dar a cara a tapa para se defender. Gostaria que se convidasse a D. Cláudia Rocha para estar presente aqui, porque essa mulher que representa o Comdim de Belo Horizonte é uma senhora machista, porca e chauvinista.

Não vou deixar de falar isso como mulher do interior, que chegou a Belo Horizonte há 45 anos. Defendo a bandeira da minha escola de samba, que foi vice-campeã, a Acadêmicos de Venda Nova. Nós somos mulheres guerreiras demais para sermos agredidas em conferências estaduais. Muito obrigada, tudo de bom! Vamos para a nacional, vamos encarar. Cadê a D. Cláudia Rocha? Por favor, convide-a para estar aqui. Queremos que, pelo menos, ela nos peça desculpas, já que não tem ombridade de caráter para pedir perdão. Muito obrigada.

A Sra. Maria da Conceição Gonçalves – Ela está falando da manipulação nas conferências. Precisamos ter uma assessoria para as conferências, que hoje são do poder, e será conselheiro quem eles quiserem, porque aí podem votar e fazer o que quiserem. Nós estamos cada vez mais sós. Eles fazem núcleos e deles tiram representantes que não são representantes nossos, são representantes deles.

A presidente – Gostaria de informar a respeito da Escola do Legislativo: basta se cadastrar no *site* para receber o boletim informativo sobre as diversas atuações e capacitações que existem nela. Também é pertinente dizer quais os cursos que a escola se propõe a oferecer. Recentemente tivemos o curso de capacitação para as mulheres no âmbito da política, que foi muito bacana. Acredito que houve em torno de 150 inscrições, e foi muito interessante. É importante que todos que tiverem interesse na Escola do Legislativo entrem no *site* dela para ver essa comunicação e receber o boletim informativo.

Vou passar a palavra para Zulma Pires, do Conselho Municipal de Educação.

A Sra. Zulma Pires – Bom dia. Sou Zulma, de Ribeirão das Neves. Sou presidente do Conselho Municipal de Educação e também do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Quero endossar a fala da companheira do PMDB, que defende que precisamos de mais cadeiras e de mais participação na política. Também estou na Secretaria Municipal de Educação. Quero dizer o quanto temos sofrido – a Nanci é testemunha



disso – com a resistência machista e o trabalho que temos feito naquela cidade. Hoje temos uma câmara que não tem nenhuma mulher vereadora e, como presidente desses dois conselhos, temos sofrido muito com a resistência daqueles coronéis. O grande questionamento é: como as mulheres que moram na periferia – moro no último bairro de Neves – chegam para fazer essa discussão na câmara municipal, para questionar a cultura machista daquela cidade?

A minha pergunta é para a Cida. A sociedade ainda não as aceita como profissionais do sexo. Qual é o tipo de articulação que vocês estão discutindo? Vocês vão levar algum debate para as escolas? Qual é a mobilização que vocês estão fazendo? Obrigada.

A presidente – Obrigada, Zulma. Vou passar a palavra para a Maria Aparecida, para que responda a algumas perguntas e faça também suas considerações finais.

A Sra. Maria Aparecida Menezes Vieira – A primeira pergunta em relação a aceitar ou não é uma questão de cada um. Ela não é obrigada a estar numa ocupação de profissão permanente. Ela tem um trabalho, junta dinheiro, faz sua construção, abre seu comércio temporariamente, sempre que for necessário, constrói sua família, sua casa, se casa, estuda e volta e sai do trabalho. Isso não tem problema nenhum. Outras se formam e fazem o contrário: não querem exercer a profissão e pegam essa ocupação por gostar, que é o meu caso. Larguei a área bancária, do Bacen, larguei a escola de direito, com pai delegado e família militar. Não quis, isso não serve para mim. Adoro as fantasias eróticas. Meu trabalho não é com sexo, é com fetiche. Isso é outra coisa, porque saí de cima e vim para esse espaço.

Um participante – Eu tenho dó é do seu corpo.

A Sra. Maria Aparecida Menezes Vieira – Mas eu não trabalho com o corpo; ao contrário, trabalho com a mão.

Quanto à segunda questão da colega sindicalista, desde a Copa já temos uma discussão com o governo federal. Quanto ao Sebrae, já temos a máquina. Como o pernoite e a noite são caros e o banco não está aberto, para evitar problemas, temos a máquina de crédito, até parcelado; tudo é instituído, até crédito em celular nós colocamos. Então, tivemos essa conquista.

Somos autônomas, então pagamos também a Previdência, embora algumas não estejam aceitando, por isso temos que abrir esse discurso. Somos prostitutas e já somos reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, sendo assim a Previdência faz o nosso recolhimento. Algumas, porém, ainda têm esse tabu. Nós pagamos pela assistência profissional de sexo. Somos autônomas. Não temos carteira assinada. A lei não fala disso, pois ganhamos além do salário mínimo; somos nós quem estabelecemos nosso preço, ninguém faz isso por nós. Nós damos o nosso preço, temos honorários; somos como advogados, que cobram seus honorários.

A terceira pergunta é do Carlos. Estamos debatendo a questão da exploração. Existe o Estatuto da Criança e do Adolescente, que fala de exploração de adolescentes e crianças. Nós denunciemos essa exploração; esse trabalho não é para menor; isso está na Rede Brasileira de Prostitutas. Essa ocupação é para pessoas acima de 18 anos.

Quanto à exploração do trabalho, vou perguntar: quem não é explorado em seu local de trabalho? Desde caixas de supermercado até deputados, pois a lei fala de seis a oito horas – e ontem escutamos um deputado dizer que vira a noite. Ele também não é explorado, não? Ele não deveria ter horário para começar e terminar o seu trabalho também? Então essa questão da exploração está vinculada a todo trabalho. Existe essa exploração, e o sindicato dos trabalhadores existe para defender essa causa. Somos nós que estabelecemos o tempo e o horário que queremos trabalhar; o que fazer e como fazer e atender.

A presidente – Obrigada.

A Sra. Maria Aparecida Menezes Vieira – Se houver mais perguntas, estou à disposição. Queria agradecer à Casa a oportunidade de estar aqui, o que é inédito. Em pleno século XXI, a profissão mais antiga do mundo está aqui representada. A deputada tem uma trajetória de discussão; estamos nos movimentos sociais e, às vezes, nem eles nos chamam para os debates. Então, agradecemos a ela e aos deputados que a apoiaram. Queremos estar aqui sim. A puta também pode estar no governo, nas suas pastas, defendendo os direitos das prostitutas. Vamos acabar com o preconceito.



Quanto ao Reds, é um pedido nosso, considerando-se os direitos humanos, que se crie o boletim de ocorrência policial para essas mulheres serem atendidas na hora da violência. Se há violência, a polícia tem que estar no local. Não saímos de nossas casas para falar que a prostituta está sofrendo violência, pois isso já fazemos como mulheres. Se, no local de trabalho, no prostíbulo, há uma violência, a polícia é chamada lá dentro, mas isso não é colocado em boletim de ocorrência, apesar de ser importante para as estatísticas. Quantas mulheres estão sendo violentadas? É preciso haver essa discussão. A SPM que me desculpe, somos mulheres sim, mas não queremos ser tachadas como LGBT, e sim como prostitutas. As políticas públicas precisam avançar.

A presidente – Obrigada, Maria Aparecida, por suas considerações. Gostaria de agradecer às nossas expositoras Amyky Lima e Júnia Sales Pereira, subsecretária estadual de Informações e Tecnologias Educacionais da Secretaria de Estado de Educação, e também a cada uma aqui presente.

Queria dizer da importância dessa agenda que criamos dentro da Comissão Extraordinária das Mulheres, em comemoração do mês de março e do Dia Internacional da Mulher.

Estaremos aqui para ampliar sempre esse debate de mãos dadas, para estarmos mais fortalecidas dentro da nossa busca pela legitimidade, e agora com o não à violência: não se cale. Infelizmente o nosso país caiu do 7º para o 5º lugar no Mapa da Violência, onde a maior violência cometida é contra as mulheres. Quando a presidenta Dilma sancionou a lei do feminicídio no ano passado, foi constatado que 15 mulheres são mortas por dia no nosso país e o nosso Estado de Minas Gerais dá uma grande contribuição para esse dado. No nosso Estado são assassinadas 47,1 mulheres por mês. Então precisamos unir as nossas forças. Precisamos que cada uma esteja aqui conosco na Assembleia Legislativa, ocupando os diversos espaços onde temos abertura de fala. Queremos mais mulheres ocupando as instâncias de poder. As mulheres estão abertas ao diálogo que lhes é pertinente, e por isso precisamos que mais homens estejam ouvindo o nosso clamor. Estão aqui conosco os deputados Rogério Correia e Ulysses Gomes. Agradeço a presença e contamos com vocês para a nossa Proposta de Emenda à Constituição nº 16, com a proposta de uma mulher com assento à Mesa, uma vez que estamos na 18ª Legislatura e isso aconteceu apenas duas vezes na história desta Assembleia Legislativa. Queremos que as mulheres sejam mais participativas.

Amyky, tudo que você e as nossas expositoras trouxeram aqui é muito importante para o nosso debate, para que possamos trazer aqui a voz e o sentimento das mulheres que são maltratadas, excluídas, violentadas, agredidas. São milhões de mulheres por dia no nosso país. Não podemos mais nos calar e banalizar essa situação que acomete as mulheres em pleno século XXI.

Encerramento

A presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/3/2016

Presidência da Deputada Marília Campos

Sumário: Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários – Composição da Mesa – Registro de Presença – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras da Deputada Geisa Teixeira – Palavras da Sra. Sandra de Mendonça Malet – Palavras da Sra. Laura Aparecida de Souza Martins – Palavras da Sra. Kátia Ferraz Ferreira – Palavras da Sra. Eliane Aparecida Fernandes Souto Silva – Palavras da Sra. Alaíde Lúcia Bagetto Moraes – Palavras da Sra. Valéria Evangelista – Palavras da Sra. Maria de Lourdes de Oliveira – Apresentação Artística – Palavras do Sr. Felipe Lattanzio – Palavras da Sra. Nelci Barreiros da Silva – Palavras da Sra. Denise Coutinho – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates.



Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

A presidente (deputada Marília Campos) – Destina-se esta parte da reunião à realização do ciclo de debates Dia Internacional da Mulher – Mulheres contra a Violência: Autonomia, Reconhecimento e Participação, que tem por objetivos: analisar o mapa da violência de 2015, que traz todos os dados relativos aos homicídios de mulheres no Brasil, em série histórica, e suas variações por território, cor, raça e faixa etária, além de informações sobre o atendimento às vítimas de violência, com base nos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde – Sinan – e da Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE; debater as diversas situações de violência contra as mulheres, motivadas por questões relativas a raça, orientação sexual, faixa etária, situação de privação de liberdade, mulheres deficientes, mulheres do campo e da floresta, quilombolas e profissionais do sexo; refletir sobre os avanços obtidos nas políticas de prevenção e de proteção contra as violências de gênero, tendo em vista os 10 anos da Lei nº 11.340, de 7/8/2006, Lei Maria da Penha; resgatar o significado do Dia Internacional da Mulher como uma data de luta contra as violências de gênero e pela construção da paridade política, neste último caso em linha de continuidade dos esforços para remover os entraves encontrados pelas mulheres para participação na política institucional e em instâncias decisórias e de representação; discutir questões referentes às masculinidades no enfrentamento da violência contra as mulheres.

Composição da Mesa

A presidente – Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Sandra de Mendonça Malet, analista de Políticas Públicas do Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte; Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e coordenadora da Rede Mineira de Tecnologia Assistiva; Alaíde Lúcia Bagetto Moraes, integrante da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaemg; Maria de Lourdes de Oliveira, coordenadora da Pastoral Carcerária em Belo Horizonte; deputadas Rosângela Reis, Celise Laviola, Geisa Teixeira e Cristina Corrêa, respectivamente presidente, vice-presidente, membro efetivo e membro suplente da Comissão Extraordinária das Mulheres desta Casa; e o Exmo. Sr. Felipe Lattanzio, coordenador metodológico do Instituto Albam.

Registro de Presença

A presidente – Quero anunciar a presença da Sra. Ana Paula Lamego Balbino, delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, representando a Sra. Danúbia Quadros, chefe da Divisão Especializada em Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência. Muito obrigada pela presença.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

A presidente – Esclarecemos que, após as palestras, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário disponível no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia – www.almg.gov.br –, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Palavras da Deputada Geisa Teixeira

Desejo um ótimo dia de trabalho a todos nós, agradecendo novamente a presença das convidadas. Espero que tenhamos uma ótima tarde, para que possamos avançar mais em todas as questões ligadas à mulher, ao enfrentamento da violência e a diversas causas das quais sabemos que nós, mulheres, ainda somos excluídas. Então, obrigada pela presença de todas e de todos.

A presidente – Passaremos agora ao painel “Múltiplos olhares sobre as violências contra as mulheres”. Com a palavra, a Sra. Sandra de Mendonça Malet, para sua exposição sobre o tema “Violência contra as mulheres idosas”.



Palavras da Sra. Sandra de Mendonça Malet

Boa tarde a todos e a todas. Temos mais todas do que todos aqui. As mulheres sempre estão à frente dos movimentos. Por mais que a pauta seja sobre a mulher no mês de março – este é o seu mês –, os homens têm de acompanhar essa mobilização. Agradeço a Assembleia Legislativa pelo convite e cumprimento os membros da Mesa, as deputadas Marília Campos, Geisa Teixeira, Celise Laviola e Rosângela Reis. Falarei um pouco sobre a violência contra a pessoa idosa. Foi interessante o que me ocorreu quando eu estava selecionando o material que abordaria aqui, porque imaginei que esse tema daria um semestre inteiro de conversa. Precisamos pensar em como modificar o cenário que vou apresentar a vocês.

Fenômeno do envelhecimento. Cerca de 1 milhão de pessoas ultrapassam a barreira dos 60 anos de idade, por mês, em todo o mundo. Em 2025, o Brasil será considerado o 6º país em número de idosos. Cerca de 55 mil pessoas ultrapassam os 60 anos aqui. É considerada idosa a pessoa que tem idade igual ou superior a 60 anos. Até 1980 a nossa população era representada por uma pirâmide, cuja base era a quantidade de crianças, e o ápice, a quantidade de idosos. Em 2000, houve estreitamento da base dessa pirâmide, com menor número de crianças, e o ápice passou a ser composto por pessoas idosas. Vocês observem que a parte vermelha é representada por mulheres, que são a maioria dos idosos. Temos, então, a feminização da velhice. As mulheres estão vivendo mais que os homens.

Peço um instante, por favor, para que eu possa pegar meus óculos.

Em 2010, não existia mais uma pirâmide populacional. Hoje, a média de crianças por família é de 1,5, ou seja, não temos sequer a taxa de reposição da população. Não há sequer dois filhos por casal. Portanto, não somos mais um país de jovens, e sim de adultos. De 2025 a 2050 teremos um país de idosos.

A parte vermelha indica a quantidade de mulheres, e a parte azul, a quantidade de homens.

A principal população nesse Brasil serão as mulheres. Vejam como está a sobrevida. No início do século XX, a expectativa de vida ao nascer era de 33,5 anos. Na metade do mesmo século, a expectativa passou para 50 anos. No final do século, 70 anos. No século XXI, em 2011, a expectativa de vida ao nascer seria de 74 anos, porém as mulheres vivem em média 7 anos a mais que os homens. Isso em virtude de quê? Da redução da morbimortalidade, com a melhoria das condições de saneamento básico e do avanço da medicina, principalmente em função da descoberta dos antibióticos. A diminuição da fecundidade veio a partir da década de 1960, com a pílula anticoncepcional, possibilitando o controle da fecundidade.

Também houve mudança do papel da mulher na família e na sociedade, com a mulher entrando no mercado de trabalho. Essa transição demográfica gerou também uma transição social, ou seja, a fecundidade diminuiu, diminuindo também a disponibilidade daquele cuidador familiar. Com isso houve aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, e, com os novos arranjos familiares – casamentos, descasamentos e tudo mais –, as mulheres estão ficando sozinhas, os casais, sem filhos, e os filhos, migrantes. Isso tudo aumenta a taxa de institucionalização da pessoa idosa e diminui a perspectiva de uma pessoa envelhecer na casa de sua família.

De acordo com a Lei nº 10.741, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, a responsabilidade inicial do idoso é da família. Mas será que esse novo arranjo, esse novo panorama, a família tem condição de cuidar? Com isso, temos observado um aumento em relação à violência, principalmente a intrafamiliar. A violência é um fenômeno mundial, social e nasceu com a sociedade. Todos os mitos da humanidade falam da luta fratricida como elemento constitutivo das organizações sociais. Na Bíblia, a história de Caim e Abel é exemplo de como é difícil falar da trajetória humana sem reconhecer a convivência com o uso da força, a experiência de dominação e a tentativa de exclusão do outro.

Segundo a bibliografia da Organização Mundial de Saúde de 2002, a violência contra os idosos é qualquer ato, único ou repetitivo, ou a omissão que ocorra em qualquer relação supostamente de confiança e que cause dano ou incômodo à pessoa idosa. Isso quer dizer que a violência não é só o ato de praticar a violência, mas também a omissão de cuidado, o abandono e a negligência. Hoje, com esse novo perfil da mulher no mercado de trabalho, os idosos estão ficando cada vez mais abandonados.



Quais são os tipos de violência, de acordo com a Política Nacional de Redução de Acidentes e Violência do Ministério da Saúde? Abuso físico, psicológico, sexual – é mito achar que a mulher idosa não é vítima de violência sexual, todas as mulheres são vítimas de violência sexual –, financeiro, negligência ou descuido, abandono e autonegligência.

Há aquele idoso do qual, às vezes, a família quer cuidar, mas que não aceita os cuidados. Não é fácil também, de uma hora para a outra, você ter autonomia, você conseguir se cuidar e, de repente, a pessoa perder a autonomia, não conseguir mais se cuidar. Aceitar a ajuda do familiar no cuidado é um processo um pouco doloroso para a pessoa idosa, que às vezes está cognitivamente capaz, sem demência, mas não está conseguindo, pelas perdas funcionais, exercer o autocuidado.

Sabe-se pouco da violência contra a pessoa idosa no Brasil, porque é muito difícil penetrar no silêncio das famílias e das instituições. Muitas vezes o agressor é familiar, e o idoso cala-se, omite-se e justifica, tentando atenuar os agravos da violência com o argumento de que está velho mesmo e que tem de aceitar aquela situação. Os estudos, nas delegacias dos idosos, observam que as demandas não se traduzem nas ocorrências nem em inquérito policial. Ela é muito maior, é subnotificada.

No Brasil, a violência é colocada no SIM como causas externas. Aqui, é a violência que a estatística mostra. Em 2011, 3,4% de causas de morte em idosos seriam por causas externas no Brasil. Em Belo Horizonte, 378 por 100 mil habitantes. A morbidade é de 91,56, número de internações por 100 mil habitantes. Isso seria por causas externas, em que a violência também está incluída. Em 2010, o Disque Direitos Humanos – Disque 100 –, da Presidência da República, informou que houve um aumento de 200% de denúncias, sendo que a grande maioria é relativa à negligência, ou seja, à falta de cuidado em relação ao idoso, que continua em sua residência e não está sendo cuidado.

O perfil da vítima: mulheres acima de 75 anos, dependentes física e mentalmente. Sobretudo são aquelas pessoas idosas que precisam de cuidados intensivos para as atividades da vida diária. São pessoas que vivem com seus familiares, são pessoas passivas e complacentes, ou seja, pessoas que nunca construíram autonomia em sua família, que sempre ficaram num papel às vezes até de vítima.

O perfil do agressor: membro da família da vítima; filhos e filhas; filho mais que filhas; solteiros mais do que casados; filhos com menos de 49 anos; noras – um percentual de 23%; e companheiros, 8%. São pessoas que vivem no mesmo espaço. Há um isolamento social da família e dos idosos. Observamos também um histórico de violência familiar. Então, essa família sempre teve um histórico de violência.

Vou pular um pouco, porque aqui se trata da questão financeira. Às vezes são os filhos que mantêm os idosos financeiramente. Observamos os vínculos afetivos frouxos.

Fiz mestrado em Promoção de Saúde e prevenção da Violência, na UFMG, quando fiz um levantamento de todas as denúncias que chegaram ao Conselho Municipal do Idoso, de 2011 a 2013. Acompanhei essas denúncias até 2015 para ver o retorno, porque o Conselho Municipal do Idoso – a presidente Vilma Dário está até aqui –, como todos os conselhos, é a porta de entrada de denúncia, de acordo com o art. 19 do Estatuto do Idoso.

O que o conselho faz? Como controle social, ele recebe essas denúncias, faz o encaminhamento e o monitoramento delas. Então, solicitamos aos órgãos a que encaminhamos a denúncia o retorno do caso para exercermos, realmente, o controle social. Descrevi essa denúncia e analisei os desfechos. O conselho é a porta de entrada de vários locais. Quem encaminha ao conselho? O Disque 100, a saúde, os hospitais, muitos atendimentos por telefone, denúncias anônimas e também presenciais. Tem aumentado – ainda bem – a quantidade de denúncias feitas pelos próprios idosos, que querem dar fim à situação abusiva que estão sofrendo. A família, ao mesmo tempo que é a maior violadora, é a que mais denuncia. Encaminhamos para dentro da rede municipal e para fora também: defensoria, Ministério Público, delegacia, dependendo de cada caso. Esses dados foram investigados, e o critério de inclusão dessa pesquisa foram todas as denúncias do Município de Belo Horizonte que entraram no Conselho Municipal do Idoso. Houve uma caracterização da vítima: por idade, agrupadas na faixa de 10 anos, a partir de 60 anos; por sexo; pelo local de residência; por administração e grau de dependência do idoso. Todas as denúncias recebidas foram monitoradas até 2015. A identificação de característica do agressor também foi levantada.



Aqui, não vou poder apresentar toda a pesquisa, mas trouxe alguns dados para vocês. Todos os desfechos foram analisados também segundo o tempo: quanto demorou desde que saiu para o serviço e o seu retorno. Os desfechos identificados foram: resolução em âmbito familiar, após intervenção dos serviços... Então, em alguns casos de serviço, eles foram às residências e conseguiram resolver a situação de conflito. Outros casos foram encaminhados para outros órgãos de defesa, porque a prefeitura não tem o papel de polícia, mas o papel de fortalecimento de vínculos. Assim, quando foi observado que, realmente, não teria como fortalecer vínculos, eles eram encaminhados para outros órgãos. Houve também a institucionalização da pessoa idosa, porque a negligência e o abandono do idoso eram tão grandes que a única saída, a medida de segurança, seria institucionalizá-la, ou seja, tirar o idoso da sua residência e institucionalizá-lo. Houve também esgotamento das possibilidades de intervenção, porque o idoso, cognitivamente capaz, também tem o direito de decidir o que quer em relação ao desfecho da denúncia. Às vezes ele denuncia e, outras vezes, ele mesmo retira a denúncia e diz que não quer nenhuma intervenção, por medo ou por outros motivos. Tentamos sensibilizá-lo e encaminhá-lo para o Centro de Referência da Pessoa Idosa, para ver se ele se fortalece e cria coragem novamente de denunciar.

Também foi verificado muito óbito da pessoa idosa. E essa questão dos óbitos é a mais alarmante. Todos esses óbitos que vou apresentar a vocês foram resultado de negligência familiar. Ou seja, a família não institucionaliza o idoso, porque às vezes uma família inteira sobrevive com um salário-mínimo, mas também não cuida do seu idoso. Apenas alguns casos foram inseridos na rede.

Então, nesses casos – o meu tempo está acabando –, a grande maioria também é mulher. A bibliografia aponta que a maior vítima é a mulher, dentro de casa; e o homem, fora de casa. Essa pesquisa também apontou que, em 2011, 70% eram mulheres; em 2012, 74,5% eram mulheres; em 2013, 66,2% eram mulheres. Dessas mulheres, o idoso mais idoso é a principal vítima.

Em todos os três casos apresentados, tratava-se de pessoas idosas com mais de 80 anos. Nessa pesquisa havia também mulheres acima de 100 anos. Em Belo Horizonte, os registros reiteram que a principal vítima é a mulher idosa, e aquela mais idosa. Tivemos 985 denúncias, acompanhamos 364 denúncias em 2013 e, dessas, 26% vítimas chegaram ao óbito.

Trouxe algumas propostas, mas, como meu tempo se esgotou, vou falar apenas de uma, que é fundamental. Não adianta arquivarmos o caso, e sempre provo o Ministério Público, porque o conselho só arquiva o caso. Na saúde, existe um comitê de investigação de óbito em mulher com idade reprodutiva. Então, é importante que seja criado um comitê de óbito da saúde para averiguar a questão desses idosos que estão falecendo por causa de violência. Principalmente porque a idade dos óbitos é a partir de 60 anos, em todas as faixas etárias a partir daí; a vítima não é só o idoso mais idoso.

Tenho algumas sugestões, a pesquisa é grande, não tenho como apresentar todas, mas vou apresentando devagar, um pedaço aqui, outro ali. Ficam esse alerta e essa proposta. Precisamos repensar que, com o novo papel da mulher no mercado de trabalho, o Estado precisa ajudar a família no cuidado. Essa é outra questão fundamental que deve ser posta e discutida. Muito obrigada.

– No decorrer de sua apresentação, procede-se à exibição de *slides*.

A presidente – Obrigada. Preparamos todo esse evento do 8 de março fazendo a discussão com os movimentos sociais que definiram as temáticas, os convidados, o foco do debate. Lembro-me de que, numa dessas reuniões, uma militante contou uma história, dizendo que, após seu avô falecer, passado o período do luto, a avó começou a cantar. Todos estranharam a cantoria da vovó e lhe perguntaram por que estava iniciando a cantoria naquele momento da vida, e ela respondeu: “Porque seu avô me proibia de cantar”. Não sei se a pessoa que contou essa história está aqui, mas ela trouxe um tópico do envelhecimento, do que acontece com as mulheres, como foi traduzida a experiência de violência na trajetória. E como a mulher, após o envelhecimento, enxerga todo esse processo.



A Sra. Sandra de Mendonça Malet – Isso acontece muito, porque aí a pessoa pode existir, porque tinha ficado submissa tantos anos a esse marido, a essa família, prisioneira. É quando vemos esse movimento de libertação: agora posso ser eu, agora posso existir como cidadã, como pessoa.

A presidente – É chocante, isso me bateu bem fundo. Obrigada, Sandra. Passaremos agora às intervenções de contextualização do tema “Violência contra as mulheres com deficiência”. Com a palavra, a Sra. Laura Martins, autora do *blog* Cadeira Voadora.

Palavras da Sra. Laura Aparecida de Souza Martins

Boa tarde, integrantes da Mesa e público presente. Quero lembrar que a mulher com deficiência está duplamente exposta a situações de violência: por ser mulher e por ter uma deficiência. É importante frisar que as deficiências não são só físicas – elas podem ser sensoriais, intelectuais, múltiplas – e, dependendo da deficiência, a situação de vulnerabilidade fica ainda mais agravada. A violência é intensificada em função da desigualdade de condições entre agressor e vítima. Portanto, no caso da mulher com uma deficiência, ela fica ainda mais vulnerável por essa desigualdade de condições.

Algumas pesquisas apontam que 40% das mulheres com deficiência no mundo já sofreram algum tipo de violência, e os agressores, como no caso dos idosos, estão principalmente entre os familiares e cuidadores. Ou seja, os autores dessa violência são exatamente as pessoas que deveriam cuidar da pessoa com deficiência. Conhecemos casos de mulheres tetraplégicas ou com deficiência intelectual que foram estupradas por pessoas encarregadas de cuidar delas. Essa situação é lamentável e muito grave, até porque muitas dessas pessoas nem conseguem falar para denunciar a situação de violência, que muitas vezes só fica visível, por exemplo, com uma gravidez – é só aí que se vai descobrir a violência.

Mas, como todos sabemos, a violência não se resume à agressão física. Então, eu gostaria de contextualizar a questão da mulher com deficiência no sistema de saúde, que é uma das situações em que vemos bem claramente essa violência. É como se nós, mulheres com deficiência, fôssemos invisíveis. Aliás, uma situação grave de violência que a mulher com deficiência enfrenta no Brasil é a invisibilidade. Para dar alguns exemplos, se uma usuária de cadeira de rodas precisa ter acesso ao sistema de saúde, para fazer um acompanhamento preventivo de câncer de colo de útero ou de mama ou para fazer um pré-natal, dificilmente conseguirá. Ainda não temos clínicas ou hospitais com acessibilidade arquitetônica para receber essas mulheres. A situação tem melhorado, mas ainda é muito grave. Ainda temos poucos mamógrafos acessíveis, adaptados para atender uma mulher assentada em uma cadeira de rodas – ela tem de ficar em pé para fazer a mamografia. Ainda são poucas as clínicas que dispõem de equipamentos adaptados. Imaginem a gravidade da situação: trata-se de uma mulher que precisa recorrer ao sistema de saúde. Para dar outro exemplo, vamos pensar na situação da usuária de cadeiras de rodas que precisa ir ao consultório ginecológico fazer um exame preventivo de câncer de colo de útero.

Quantos consultórios vocês conhecem que têm maca com altura regulável? Não conheço consultório médico algum em Belo Horizonte que tenha uma maca com altura regulável. É uma situação, no mínimo, constrangedora. De fato, é um caos, como alguém disse aqui, que eu não tenha acesso a uma maca regulável, que precise abrir mão da minha autonomia e privacidade e ter de ser acompanhada a um consultório e carregada para ser posta numa maca. Vamos pensar numa situação de pré-natal. Como uma mulher surda faz seu pré-natal? Será que alguém na clínica ou no hospital conhece a linguagem de sinais para auxiliá-la a se comunicar?

Vimos que são situações do cotidiano às quais poucas pessoas ainda prestam atenção, que são profundamente impactantes na vida da mulher com deficiência e devem ser levadas em consideração. Como eu disse, é como se fôssemos invisíveis e não tivéssemos corpo, não adoecêssemos nem engravidássemos.

Esses focos de violência são inaceitáveis na nossa cultura, no Brasil. Acredito que já temos condições de fazer diferente. Ficamos agradecidas ao Poder Legislativo mineiro por dar voz à mulher com deficiência. Uma forma de empoderar é exatamente dar voz. Se estamos aqui hoje para expor essa situação indigna pela qual passam as mulheres com deficiência, é



porque essa é uma forma de essa mulher se sentir menos impotente para falar da sua situação e reivindicar respeito aos seus direitos. Muito obrigada.

A presidente – Obrigada. Agradecemos à Sra. Laura pela contribuição. Com a palavra, a Sra. Kátia Ferraz Ferreira, para sua exposição sobre o tema “Violência contra as mulheres com deficiência”.

Palavras da Sra. Kátia Ferraz Ferreira

Boa tarde. Para nós, pessoas com deficiência, esse é um momento muito importante tratar dessa questão de gênero, pois anteriormente não tínhamos tais oportunidades para falar do assunto. Isso porque a pessoa com deficiência nunca foi considerada individualmente, e é muitas vezes confundida até com a política dos idosos, que é colocada na mesma seara. Apesar de terem grandes semelhanças, elas têm muitas e grandes diferenças. Mesmo com essas diferenças, também as pessoas com deficiência, de acordo com tudo o que é oferecido hoje em termos de saúde, chegam a um momento em que se tornarão idosas, já com suas complicações, que se agravam quando há incidência da deficiência.

Tenho uma apresentação a fazer. Por favor, gostaria que alguém nos auxiliasse. Enquanto pego o material, vou falar como essa conversa sobre a mulher com deficiência começou a ser gestada.

Vou aproveitar essa porta de entrada porque, desde 2006, tivemos conferências municipais, estaduais e nacionais da pessoa com deficiência. No ano passado tivemos as conferências nas três instâncias, e teremos a conferência nacional de direitos da pessoa com deficiência no final de abril, em Brasília. O tema da conferência foi um desafio para o próprio segmento. Um desafio, aliás, de trazer às instâncias de governo a temática dos desafios na implementação da radicalidade dos direitos humanos. Este é o tema: implementação da política da pessoa com deficiência. A transversalidade como radicalidade dos direitos humanos.

Até então todas as conferências sempre trataram de questões básicas, e ainda não conseguem cumpri-las. O poder público ainda não consegue atender essas questões que a Laura expôs. Ainda somos relegados. As pessoas com deficiência – e agora as mulheres com deficiência – são relegadas no acesso aos serviços básicos de cidadania, porque nossa cidadania é colocada em segundo plano, é colocada num plano de subjetividade que depende da vontade de alguém que avalia de acordo com os valores que tem.

Então, a conferência teve esse desafio. Desdobramo-nos para trazer várias reflexões em relação à raça, à questão da mulher com deficiência, à diversidade sexual e à criança com deficiência. No meio de todo esse acontecimento da conferência, ocorreu a sanção da Lei Brasileira de Inclusão, que já tramitava há 16 anos, com o pretense nome de estatuto. Sabem por que era estatuto? No estatuto da pessoa com deficiência o segmento não queria ser considerado na questão de fragilidade, própria da pessoa idosa e da criança, porque há um cenário muito maior de defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Assim, o movimento contemplou o nome Lei Brasileira de Inclusão, porque “inclusão” não é uma palavra exclusivamente da pessoa com deficiência, mas diz respeito a todos os segmentos que não se veem contemplados, e sim desrespeitados.

Temos aqui a temática das deficiências que começa na questão de gênero, da diversidade, da idade, das condições econômicas e a problemática racial. Estamos inseridos em todas essas questões. Há sempre duas situações em relação à mulher com deficiência, pelo menos duas situações que a deixam numa grave situação de vulnerabilidade. De 1 bilhão de pessoas no mundo com deficiência – esse dado é de um relatório da OMS –, temos no Brasil, dos 195 milhões de habitantes, 23,9% de pessoas com deficiência, sendo que 53% destas são mulheres.

Aqui temos esse acordo internacional porque passamos por várias legislações. Pessoas com deficiência eram escondidas, eram renegadas em direitos, eram tuteladas. Outras pessoas indagavam por que, em nenhum momento da história, elas tiveram direito a voz. Não tinham direito porque a sociedade as abafava em seus direitos.

Chegamos a esse conceito de pessoa com deficiência, que é a característica, a peculiaridade dela em toda a sua condição. Não há como separarmos nossa condição de pessoa com deficiência com tudo que aprendemos e com tudo que se identificou, tendo a deficiência como uma situação permanente ou transitória da nossa vida.



Portanto, chegamos ao momento em que não somos deficientes, porque não somos pessoas com defeito em relação a uma normalidade.

Não somos portadores de deficiência porque não portamos nenhuma doença. Não podemos esconder a deficiência para agradar a sociedade. Não escondemos a nossa deficiência para atender um capricho da sociedade, que ainda é insistente em exclusão e preconceito. Assim, a designação hoje na convenção da ONU, toda essa legislação que tentamos passar para os gestores de políticas públicas e sempre passamos para o Legislativo quando temos a oportunidade, é de que, quando encontramos barreiras, se não existe aquela situação que nos atenda no exercício da nossa dignidade, a nossa deficiência aparece mais ou menos. Portanto, é agora necessário que a sociedade veja a pessoa com deficiência, não apontando o dedo para ela com relação à sua característica, mas que reconheça que é uma sociedade que está despreparada, que insiste em não mudar o seu pensamento e ainda não contempla estruturas mais acessíveis, disponibilidades melhores de tecnologia assistiva e todos os outros instrumentos para essas pessoas.

Houve a convenção da ONU pelos direitos da pessoa com deficiência, que tem essa designação em que contempla a relação da pessoa com o ambiente: o ambiente tem de ser preparado para que possamos atuar na sociedade. Com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, que foi sancionada em julho do ano passado e entrou em vigor agora, em janeiro de 2016, todos os preceitos legislativos dos seus 127 artigos devem ser contemplados pelos legisladores e pelos gestores de políticas públicas.

O que muda efetivamente em termos de lei? Havia a Lei nº 7.853, de 1989, que falava de uma maneira muito tímida sobre acionar o Ministério Público para criminalizar o preconceito com relação à pessoa com deficiência. Entretanto, agora está tipificado na lei como crime, com penalidade de reclusão ou prisão de um a três anos ou multa, quando se consegue comprovar a discriminação da pessoa com deficiência. Então agora é crime a situação de preconceito, seja por colocá-la em qualquer situação que lhe impeça o exercício; qualquer situação de agressão ou atitude que esteja relacionada com a característica da deficiência e com relação aos direitos civis. Então essa situação de criminalização será contemplada agora no Código Penal, com penas referentes ao preconceito para com essas pessoas.

Para vocês entenderem quem são as pessoas com deficiência, já saímos dessa condição de dizer: "Coitadas das pessoas com deficiência, elas não podem mais falar por si. A pessoa com paralisia cerebral...". Muitas vezes algumas pessoas não sabem como é a situação das pessoas com paralisia cerebral. Não respondem, não têm condição, por exemplo, de estar num espaço, de estar numa escola regular para ensinar a sociedade a conviver com elas. Há jornalistas e advogados que não têm nenhum comprometimento cognitivo. Entretanto, a reação da sociedade ao receber essas pessoas ainda impede, e muito, a sua inclusão. Digo isso porque as pessoas nem sempre têm uma situação que não chame a atenção. Geralmente, quando uma pessoa com deficiência vai a algum espaço, ela chama, sim, a atenção. Então há situações que estão presentes na sociedade.

Há o envelhecimento, aqui colocado pela palestrante que me antecedeu.

Hoje, em vez de termos grandes incidências apenas viróticas, temos a violência urbana, que é uma das maiores ocorrências de deficiência, com lesões e amputações, acidentes de trânsito e de trabalho. Também questões psicossociais, questões intelectuais, que, quando identificamos... Culminando na questão do Asperger, das pessoas com autismo, que as pessoas imaginam que é uma coisa de outro mundo. Mas, é verdade, não há manual para você conviver com o ser humano, um manual de aprendizado, de acolher as possibilidades.

Temos ainda o avanço da medicina, que, quando disponível, traz saúde para todas essas pessoas.

Quando temos a incidência da deficiência em uma família, ela cria uma situação de estremecimento em relação à pobreza. Muitas vezes um membro da família precisa ficar disponível para cuidar do ente que ele ama. Muitas vezes são mães de pessoas com deficiência que, em algum momento, têm de ficar disponíveis para cuidar dessas pessoas. Por exemplo, quando elas têm um comprometimento cognitivo ou um maior comprometimento em relação à dependência, muitas vezes,



naquele momento em que ela ocorre, ela pode ser pontual. Encontra-se uma solução de independência ou não. Mas, às vezes, a família se desestrutura em termos de pobreza: alguém para de trabalhar para ficar na companhia de alguém com deficiência.

O que ocorre aqui no Brasil? Algumas pessoas com deficiência, que possuem comprometimento intelectual, dependem das famílias. Muitas vezes mulheres são abandonadas pelos maridos, que sequer tomam conhecimento de como estão se virando para cuidar de um filho que não fizeram sozinhas. Elas conseguem abarcar toda a situação e, às vezes, são abandonadas.

Ainda digo mais: a sociedade tem esse comportamento em relação à pessoa com deficiência na hora da exclusão. Mas o que temos identificado é que, quando existe uma pessoa com deficiência numa família que tem irmãos, cada um toma um rumo para a sua vida, fazem suas escolhas. E, às vezes, as pessoas idosas, os pais, os provedores da família são colocados sob a responsabilidade da pessoa com deficiência para que cuide deles. Temos conhecido pessoas com deficiência que cuidam de pais idosos porque as outras pessoas foram cuidar das suas vidas. Então, além de elas cuidarem da própria situação, ainda têm de dar esse auxílio.

Tivemos um grupo de trabalho na conferência. Quero abordar essa questão da conferência, deputadas, porque vamos trazer um relatório para a execução do que foi demandado nas políticas de Estado, do que precisa ser cobrado do Estado em termos de execução. É a condução do que optamos por fazer sobre a conferência. Fizemos isso no município e será cobrado o apoio do Legislativo, uma cobrança do Executivo para que ela seja acompanhada e cumprida conforme a sociedade deseja. Tratamos da questão de gênero, deficiência e raça. Ao final, vou fazer menção à questão de gênero.

Tivemos a convenção internacional que tratou da mulher com deficiência, a que alude o art. 6º.

Nessa convenção, os 192 países reconheceram que meninas e mulheres com deficiência são submetidas às piores situações de violência e preconceito e que todos os Estados, inclusive o Brasil, devem assumir a responsabilidade de cumprir o que assinaram como organismo internacional. Como a Lei Brasileira de Inclusão está à luz da convenção, agora o Brasil é obrigado a cumprir toda a legislação que está posta nos 127 artigos.

Aí todo mundo pensa: “Como podemos proteger e garantir o respeito a essas mulheres com deficiência?”. Uma coisa que temos de pensar é que infelizmente ainda há muita tolerância, muita invisibilidade com as mulheres sem deficiência e muito mais ainda com as mulheres com deficiência. Por que algumas formas de violência contra a mulher com deficiência sequer são mencionadas? Porque a deficiência chega na frente de tudo que diz respeito à pessoa com deficiência. Daí a dificuldade de o segmento de pessoas com deficiência falar da mulher com deficiência, da criança com deficiência, da questão sexual, da LGBT, da opção, cuja discussão já existe. É muito importante colocarmos essa diversidade que o segmento tem apontado.

A confluência da deficiência e do gênero traz pelo menos dois agravamentos, que a Laura colocou muito bem. Reforço que são pelo menos duas situações de vulnerabilidade. A violência contra a mulher com deficiência é muito maior do que a violência contra o homem com deficiência, e, com isso, a mulher fica com a autoestima baixíssima. Há situações em que, se a mulher não for forte o suficiente e se não procurar trabalhar a sua autoestima, ela ficará com baixíssima autoestima, fato que será refletido em toda a sua condição de vida.

A privação da capacidade legal também faz com que a palavra das pessoas com deficiência seja relegada à não credibilidade, especialmente em relação aos estupros. Não se acredita muitas vezes na mulher com deficiência. A violência só é identificada quando ocorre uma gravidez. Já identificamos meninas com deficiência que começaram a ter enjoos. Em um desses casos, quando descobriram, um funcionário da escola era o pai da criança da menina com deficiência intelectual. A família teve de retirá-la da escola, porque esta não quis se pronunciar a respeito.

Nessa tela vemos a declaração de violência contra a mulher: violências físicas, sexuais, de retenção dos proventos da mulher e mutilações criadas por cultura. Muitas vezes os maridos das mulheres com deficiência subjagam-nas. Isso são formas



de tortura à mulher com deficiência. Quando a situação é identificada na Lei Maria da Penha, a pena aos agressores é aumentada em 1/3.

Em relação às torturas, há casos em que forçam a pessoa com deficiência a se submeter a tratamentos médicos, sem que haja uma indicação terapêutica. Há também a obrigação de abortos, quando famílias subjagam essas pessoas e as obrigam a situações médicas forçadas para que percam a autonomia.

Quem toma esse tipo de atitude? Os atendentes pessoais. Existem muitas violações de atendentes pessoais, que estupram e bolinam, sejam crianças, sejam adultos com deficiência, sejam pessoas que têm uma situação de dependência. E os provedores e cuidadores de saúde, quando há também o abuso emocional cometido por estranhos. Às vezes estranhos frequentam uma casa, mas a família ignora o que eles fazem. Eles chegam e, pela intimidade, abusam dessa pessoa. Também a família abusa dessas pessoas. Essa situação é completamente ignorada.

Tenho umas charges para vocês. Elas são de um conhecido, o Ricardo Ferraz, que é uma pessoa com deficiência e que tem muito humor. Ele é muito resolvido e trata com muita precisão essa questão. Não sei se está dando para ler, então vou ficar um pouco de lado para lê-la. Há duas pessoas que se amam. Esta charge fala que ele é um tarado. Fala: “Coitada da moça”. Ela está grávida exatamente pela relação de amor, e todos acham um absurdo ela ter optado pela maternidade. Nesta outra, a pessoa fala: “Quem fez isso?”. Nesse caso ela gerou essa criança com amor. Nesta, as pessoas indagam sobre a questão íntima da pessoa com deficiência. No caso das pessoas sem deficiência, ninguém se dá ao direito de questionar a sua relação íntima. Contudo, as pessoas não têm o menor respeito ao questionar a relação íntima de uma pessoa com deficiência. A sociedade ainda qualifica a mulher por uma referência ao homem que ela tem em casa. Se ela não tem um homem, ela é uma solteirona. Se uma mulher com deficiência não tem um homem, isso acontece porque – dizem – não haverá homem que a aceitará. Quando, então, ela encontra alguém que realmente opta por estar com ela, a relação muda totalmente, como se ela se tornasse outra pessoa. Então, a sociedade ainda não tem, infelizmente, esse tipo de percepção e respeito em relação à mulher com deficiência. Nesta, vemos a infantilização. A mulher sai para jantar, e o garçom tem a petulância de tratá-la como se fosse uma bebezinha. As pessoas conversam com ela como se ela não falasse, como se não pensasse. Esta aí é uma outra situação: alguém resolve casar-se com uma pessoa com deficiência. A família, então, vem voraz em cima: você não tem de se casar com essa pessoa, vai encontrar uma pessoa melhor e que não lhe traga tanto questionamento, que não lhe traga vergonha. A deficiência é como se fosse uma vergonha para a sociedade. Não queremos esse tipo de coisa, exatamente por sermos seres humanos e termos alcançado conquistas. Infelizmente devemos matar um leão por dia e a todo tempo. Nesta, o rapaz pergunta se a mulher está com barriga d’água, em vez de gravidez.

As recomendações são que as mulheres com deficiência tenham acesso, por meio de todas as instituições, aos programas; que as instituições não excluam nenhuma delas da sua participação com base na deficiência que apresentam. Este é um exemplo que ocorreu em São Paulo, onde as mulheres querem realmente ter acesso à saúde com as máquinas pneumáticas. Esta foto é de uma amiga surda que eu tenho. Ela é doutoranda em antropologia e tirou essa foto porque participou desse evento em que as mulheres se reuniram para dizer que querem ter direito a saúde.

Quero também resgatar o projeto do deputado Wilson Batista. Por que eu fiz isso? Porque, quando ele colocou essa lei na Casa, eu fui fazer a mamografia. Então, eu usei o ônibus e fiz a mamografia. Quando ele colocou o projeto para votação na Casa, eu falei: “Deputado Wilson Batista, se o senhor não colocar esse ônibus acessível para contemplar as pessoas com deficiência, vou brigar com o senhor”.

Imediatamente ele ligou para algumas pessoas e procurou contemplar esse acesso aos ônibus. Gostaria de saber maiores informações sobre isso. Aliás, tenho uma proposta: o que podemos fazer para que haja a retomada dessa iniciativa?

As leis e as políticas devem adotar iniciativas e atos que não violem a integralidade das mulheres com deficiência. Que elas possam, de fato, participar ativamente. Ser cidadão não significa apenas receber os benefícios do progresso, mas tomar parte das decisões e dos esforços para a sua realização. Em vez de ser tratado como objeto das atenções paternalistas dos donos do poder, o cidadão deve ser reconhecido como sujeito histórico.



Pedi que fosse entregue documento às deputadas da Mesa e às demais deputadas da Casa. Em 2013, foi realizado o Seminário Nacional de Políticas Públicas e Mulheres com Deficiência. Existem 41 recomendações de decisão nacional para os estados. A carta foi formatada pelas mulheres nesse encontro que ocorreu em Brasília. Queremos mostrá-la às deputadas. Que esta Mesa consiga reunir, contemplar e desenvolver essa temática, especialmente na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Assembleia Legislativa. Isso enriqueceria ainda mais as discussões desta comissão, que conta com uma presença razoável de pessoas com deficiência. Se for possível, gostaríamos muito que, nas reuniões que ocorrem toda terça-feira, às 15h30min, haja uma deputada para acompanhar os trabalhos. A deputada Ione Pinheiro sempre está presente na comissão, pois a vejo eventualmente, quando estou aqui. Eu gostaria imensamente de ser contemplada nesse pedido.

A minha proposta foi apresentada. Podemos começar a caminhar nesse sentido. Agradeço a oportunidade. Vamos adiante nessa discussão. É uma honra participar de uma discussão renovada a favor da mulher com deficiência. Muito obrigada.

A presidente – Agradecemos à Sra. Kátia Ferraz a belíssima exposição. Passaremos agora às intervenções de contextualização sobre o tema “Violência contra as mulheres do campo e da floresta e contra as quilombolas”. Com a palavra, Eliane Aparecida Fernandes Souto Silva, coordenadora de mulheres do polo regional da Fetaemg Norte de Minas e integrante do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas.

Palavras da Sra. Eliane Aparecida Fernandes Souto Silva

Quero cumprimentar todas as presentes, especialmente as mulheres do campo do nosso estado. Quero falar da importância de se trazer o debate da violência contra as mulheres do campo e da floresta para a Assembleia Legislativa. Com o trabalho no campo, percebemos que a violência contra as mulheres do campo no Estado vem aumentando cada vez mais, uma vez que as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo são muito pouco acessíveis. As comunidades ficam muito distantes, ficam nas áreas rurais, essas políticas quase não chegam lá.

Quero ressaltar que as delegacias de atendimento às mulheres existem somente nos centros urbanos e, na maioria das vezes, funcionam durante a semana somente em horário comercial. Algumas pesquisas mostram que as mulheres sofrem mais violência nos finais de semana e à noite. Nesses casos, as mulheres do campo são as mais prejudicadas. Na maioria das vezes, quando é feita a denúncia, a viatura não chega para atender, ou, quando chega, o infrator já fugiu. Com isso, as mulheres ficam em situação pior ainda, pois voltam para casa e têm de conviver com aquele infrator.

Outro aspecto importante da violência que gostaria de mostrar diz respeito à falta de autonomia econômica das mulheres que dependem muito de seus companheiros para sobreviverem. Os maiores tipos de violência que vemos no campo são física, moral, sexual, estupro marital, ameaça de morte e cárcere privado. Os maiores atos de violência são cometidos por maridos, ex-maridos e ex-companheiros.

A situação da saúde pública também é outro problema, é a porta de entrada para acolhimento dessas mulheres vítimas de violência, que se deparam com estrutura fragmentada e às vezes inadequada por falta de estrutura nos municípios que não as apoiam. Isso faz com que muitas sejam revitimadas.

Outro ponto que gostaria de ressaltar é a inclusão dos homens nas ações de enfrentamento à violência. Muitas vezes a discussão fica somente com as mulheres. Na zona rural de Minas Gerais, onde essas relações são tratadas como algo natural, o machismo e o patriarcado são enraizados. Nesses casos, quando a violência não é física, muitas vezes nem ficamos sabendo. As mulheres não denunciam. Quando chegam a denunciar é porque já estão correndo risco de vida e passando por muitas dificuldades.

Um dos maiores desafios das mulheres no enfrentamento à violência contra as mulheres no campo e na floresta diz respeito a dados específicos sobre esse fenômeno. Não temos registro de quantas mulheres sofrem violência. Não temos



esses dados específicos em nenhum instrumento, como foi mostrado aqui em relação a outros tipos de violências sofridas por mulheres.

As mulheres do campo vivenciam múltiplas faces da violência, o que corrobora a necessidade da proposição de diretrizes e de ações de enfrentamento à violência contra as mulheres que atendam a especificidade de suas demandas. Para a superação, temos de trabalhar a promoção da igualdade. Isso implica respeito à diversidade cultural, étnica e racial e à inserção de políticas públicas que realmente atendam essas mulheres do campo.

A presidente – Muito obrigada, Sra. Eliane. Então, com a palavra a Sra. Alaíde Lúcia Bagetto Moraes, para sua exposição sobre o tema “Violência contra as mulheres do campo e da floresta e contra as quilombolas”.

Palavras da Sra. Alaíde Lúcia Bagetto Moraes

Boa tarde a todas e a todos. Primeiramente quero agradecer à Assembleia, a esta Casa do povo, esta oportunidade de as mulheres rurais podermos expor um pouco os nossos problemas relacionados à violência.

Quero começar minha fala com uma indignação. Quando perdemos a capacidade de nos indignar, perdemos a vontade de lutar. Temos essa indignação porque, em pleno 2016, no dia 3 de março, estamos na Assembleia ainda discutindo um tema que já teria de ter sido banido de nossa sociedade. Mas estamos aqui ainda discutindo-o, e cada vez mais avança a violência contra as mulheres. É o que acompanhamos na parte da manhã: vemos que ainda estamos numa situação muito difícil na sociedade.

Quero falar de como as mulheres rurais vêm se organizando dentro do movimento sindical de trabalhadores. Elas vêm se organizando desde a década de 1990, quando começaram a se sindicalizar, a se movimentar. O tema da violência sempre esteve presente na discussão das mulheres do campo, e com um desafio porque, no início, elas sempre tiveram muito medo de falar da violência, parecia que não era com elas. Depois de muitos encontros, de muitos seminários que realizamos nas esferas estadual, regional e municipal, as mulheres começaram a se abrir realmente e a mostrar que violência elas sofrem.

Queria, neste momento, convidar cada uma que está aqui para se colocar no lugar de uma mulher que está sofrendo violência numa comunidade rural bem distante da cidade, onde não se tem acesso a nada. Ela sofre violência sexual, física, psicológica, ela sofre todas essas violências e sofre calada. Parece que é normal, que é cultural. No meio rural, o machismo, a hegemonia patriarcal é tão forte que parece que o homem que não bate em mulher não é homem. Ele tem de bater, e a mulher tem de ficar caladinha. Mas, com nossa luta, com nossa conversa, nossa organização fez com que as mulheres deslanchassem um pouco nesse sentido.

Temos ainda a violência ambiental no campo. Quando os grandes projetos vão para o interior, para as comunidades rurais, as primeiras que sofrem violência são as mulheres. Ali lhes é retirado o direito à terra, as barragens chegam, e elas são obrigadas a sair do local em que sempre viveram. Há lugares que não têm água. Como a mulher sobrevive numa sociedade que não tem água para ela poder produzir, para ela ter autonomia? De que forma ela faz isso?

Essa é uma violência que a própria natureza oferece às mulheres do campo. Mas a gente vem fazendo algo. Desde o ano de 2000, as mulheres do campo se organizam em um espaço político e de visibilidade: a Marcha das Margaridas. Desde a primeira marcha, trazemos o tema violência, em 2000, 2003, 2007, 2011, 2015. O tema violência sempre esteve presente, e avançamos muito pouco. Fazendo um recorte, um viés, a maioria das mulheres do campo são negras e muitas vivem em quilombos. Voltem a essa situação e imaginem vocês numa comunidade quilombola, longe da cidade, com todo tipo de violência que a mulher negra sofre. Ela sofre todas elas e com um agravante por ser negra. Quando a gente acha que a escravidão no Brasil acabou, vemos que ela não acabou. Há uma liberdade disfarçada. A mulher negra ainda é muito explorada no campo. Se ela sai do campo e vem para a cidade, ela é explorada como doméstica, que ainda é uma escrava de luxo da nossa burguesia. Ela ainda é uma escrava de luxo, tanto é que foi uma dificuldade aprovar a PEC das Domésticas, e está sendo uma dificuldade implementá-la. Então, precisamos fazer essa reflexão muito forte. Quando uma mulher do campo, uma mulher do quilombo vai para uma instituição, seja de saúde ou de educação, meu Deus... Se colocuem nesse lugar, mais



uma vez. Como uma mulher negra, de um quilombo rural, faz na hora do pré-natal, na hora do parto? O seu parto tem de ser rapidinho para desocupar o lugar. A mulher branca rural sofre a mesma coisa. Olhem que tipo de violência a nossa sociedade faz conosco. Essa é a situação que mulheres quilombolas e mulheres trabalhadoras rurais vivem, e vivem caladas. Elas vão falar para quem? A companheira disse muito bem antes: falar para quem? As violências acontecem nos finais de semana. Não tem transporte para chegar à cidade. As cidades com menos de 50 mil habitantes não têm uma Deam, não têm a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, e sim uma delegacia comum e ainda fechada. Se vai para um posto de saúde falar que foi violentada, lá ela sofre outra violência. “Apanhou porque quis”. Não é assim? Precisamos avançar muito nessa discussão.

Com a nossa Marcha das Margaridas, em 2007, obtivemos a primeira conquista em relação à violência às mulheres do campo, da floresta e da água, que foi a instituição do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. Isso aconteceu em 2007. Estamos em 2016, e agora, no Estado de Minas Gerais, está sendo constituído o nosso fórum estadual. Agora. Olhem só como caminhamos em passos muito lentos, quando se fala da violência contra as mulheres. Em 2011, com a Marcha das Margaridas, novamente, de tanto a gente chegar na SPM e no governo federal e falar das dificuldades que as mulheres tinham para fazer suas denúncias, conquistamos as unidades móveis de atendimento às mulheres vítimas de violência. Minas Gerais, em 2013, recebeu duas. Uma ficou em Belo Horizonte, a outra foi para Araçuaí. Mas houve poucas ações, na que ficou aqui no Estado praticamente não houve ação nenhuma.

No ano passado recebemos mais uma, que está na Zona da Mata, no Município de Ponte Nova, e que também não teve ação. Essa é a outra dificuldade para essas unidades móveis funcionarem, porque o governo federal doa essa unidade, com toda a estrutura necessária para atender as mulheres do campo, da floresta e das águas vítimas de violência, mas não monta a equipe técnica. A despesa com essas unidades móveis é por conta do Estado, que não tem recurso para isso.

Vejam o desafio que enfrentamos. Pensar que três unidades móveis que estão no Estado vão resolver o problema das mulheres do campo, floresta e quilombolas rurais é um engano. Essa unidade móvel pode até fazer uma agenda em uma comunidade rural no município, faz um atendimento, mas vai embora, e as mulheres ficam lá. Daí o nosso desafio de construir uma rede. Se não tivermos, nos municípios uma rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, passaremos anos e anos discutindo violência sem avançar. De que forma essa rede funcionaria? É preciso envolver tudo o que há no município – delegacia, Defensoria Pública, Cras, Creas, assistência social, educação, saúde, enfim, todos esses processos. Todas essas pessoas devem estar envolvidas na discussão do enfrentamento à violência contra as mulheres do município para que possamos avançar.

Outro desafio é a autonomia das mulheres do campo e quilombolas. Como elas terão autonomia se não têm acesso à terra? A maioria das mulheres trabalha na parceria, na fazenda, na terra dos outros. Que autonomia econômica elas terão se não têm acesso à terra? Precisamos ter no Estado de Minas Gerais uma política de reforma agrária para que todas as mulheres tenham esse acesso.

Uma violência que as nossas quilombolas sofrem, de todas que falamos, a mais perversa, contra a qual o Estado deve tomar uma atitude, refere-se à demarcação das terras quilombolas. Temos no Brasil 5 mil comunidades quilombolas, mas apenas 2.774 são reconhecidas, e apenas 220 têm a titulação da terra. Minas Gerais é o 3º estado em quantidade de comunidades quilombolas, mas apenas um quilombo tem titulação. Falta vontade política do Estado, da União, do Incra, de qualquer departamento para fazer essa articulação e reconhecer essas comunidades quilombolas. É uma dívida que a sociedade brasileira tem com o nosso povo negro, e deve ser reconhecida. Senão as nossas mulheres quilombolas continuarão a sofrer violência. E é uma violência que o próprio gestor faz com elas quando não reconhece sua área. Elas estão há anos na comunidade, mas não demarcam a área. Essa é a conjuntura da mulher rural e quilombola no Estado de Minas Gerais. Precisamos de políticas públicas avançadas, de acesso à terra, de acesso à água, à saúde e educação.

Outra violência que todas as mulheres quilombolas e todas as mulheres do campo sofrem é a nucleação das escolas, que aumenta a cada ano. A nucleação faz com que nossas crianças tenham de sair do meio rural e ir para a área urbana.



Quem sofre com isso somos nós, mulheres, que temos de levantar de madrugada para arrumar nossos filhos para irem para a escola, sem saber a que horas eles vão voltar. Então, a gente tem de ter essa política pública que nos garanta todos esses acessos em nossas comunidades.

Aí vêm os desafios. Como vamos fazer com que essa rede de enfrentamento à violência funcione na ponta? Como fazer com que os agravos de notificação aconteçam, nas delegacias, nos postos de saúde, no Cras, onde for? Como essa rede vai funcionar mesmo? Do contrário, não adianta ter unidade móvel nas comunidades rurais; as mulheres podem até vir a sofrer ainda mais violência.

Outro desafio que está posto é a perda de direitos que sofremos atualmente. Em 2015, uma semana depois de realizarmos a Marcha das Margaridas, com quase 100 mil pessoas em Brasília, perdemos o Ministério da Mulher, que foi compor novo ministério com outras pastas, ainda que tenhamos pedido que isso não acontecesse.

Agora, com a reforma da Previdência, de igualar a idade de aposentadoria de homens e mulheres para 65 anos, as mulheres rurais correm o risco de ter de trabalhar por mais 10 anos. É mais uma violência contra a mulher, que, no meio rural, começa a trabalhar muito cedo. Hoje, a Constituição Federal garante a aposentadoria aos 55 anos para as mulheres, mas agora vemos a proposta, embora ainda não aprovada, de que elas se aposentem com 65 anos.

Essa é a conjuntura que nós, mulheres, temos no campo. Quem viajou um pouquinho pelo campo agora, no convite que fiz nessa reflexão, pode imaginar o que vivemos no campo e o que as quilombolas sofrem no campo. Então, faço a esta Casa, aos deputados e deputadas o apelo de que unam forças para que essas políticas públicas sejam realmente constituídas e efetivadas no campo, até porque não adianta marcharmos e conquistarmos, mas, na ponta, não levarmos.

O mundo que a gente quer não é o da violência contra a mulher; a gente quer uma sociedade igual pra todos, homens e mulheres. Era essa a mensagem que eu queria trazer para vocês. Obrigada.

A presidente – Quero agradecer a intervenção da Sra. Alaíde, que trouxe para o nosso encontro a tão complexa realidade da mulher do campo. De fato, é um assunto velho, mas que nunca trouxemos aqui. E é muito importante que a gente traga esse debate para cá, para que ele não fique invisível, até porque uma das formas de termos políticas públicas é tornar visível a nossa realidade: do campo, da cidade, de todos os lugares. Obrigada, Alaíde.

Passaremos agora às intervenções de contextualização sobre o tema “Violência contra as mulheres em situação de privação de liberdade e familiares de presas”. Com a palavra, a Sra. Valéria Evangelista, do Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais e do Comitê de Mobilização Social.

Palavras da Sra. Valéria Evangelista

Boa tarde à Mesa e a todos. Estou representando o Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado. Entendo a fala anterior sobre ecoar realmente a voz de quem legitimamente faz parte do processo na ponta. Até não me sinto muito confortável porque estou do outro lado do muro. Vamos fazer a intervenção aqui em relação especificamente... Estamos com uma comissão que faz parte do conselho e, no momento, elaborando um estudo sobre encarceramento feminino. Estamos com a Maria Elisa, que é da comissão, e a Roberta, socióloga, falando sobre dados estatísticos do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Vou fazer apenas alguns destaques sobre o processo de aprisionamento feminino, que está causando grande impacto na sobrevivência das famílias das mulheres presas. Segundo os dados do Infopen 2014, temos hoje uma evidência: a população prisional masculina aumentou 237% entre 2000 e 2014; e a feminina, 567% nesse mesmo período.

Queremos fazer um outro destaque. Das mulheres encarceradas, 63% foram condenadas ou aguardam julgamento por tráfico de entorpecentes. Também são dados do Infopen de 2014.

Dentro dessas observações, as investigações policiais precárias, em especial nos casos de prisão em flagrante ocorridas em domicílio, mostram a vulnerabilidade das mulheres. Estamos tentando construir também dados em Minas através do conselho. Estamos abertos a essa intervenção da estatística porque fazemos as inspeções no sistema prisional e constatamos, de forma não verbal, um grande número de mães, de mulheres que se sentem constrangidas nas visitas, muitas



vezes pelo processo da revista íntima. Há muitas pessoas que nos relatam isso. A Dra. Tereza não está aqui no momento, mas também é uma autoridade nesse assunto. É dessa forma que o conselho gostaria de contribuir. Estamos atentos a esses dados e formamos, neste momento, uma comissão específica para começarmos a tratar do tema. Obrigada.

A presidente – Obrigada pela intervenção. Passamos agora a palavra a Maria de Lourdes de Oliveira, para sua exposição sobre o tema “Violência contra as mulheres em situação de privação de liberdade e familiares de presas”.

Palavras da Sra. Maria de Lourdes de Oliveira

Boa tarde a todas e a todos! Gostaria de cumprimentar a deputada Marília Campos e, em sua pessoa, todas as mulheres e homens que estão neste debate, com o propósito de não ficarmos só na discussão, mas pensarmos em avançar rumo a caminhos e alternativas no que diz respeito à questão prisional, especificamente à questão da mulher presa.

Sabemos que a prisão é um local onde acontecem violações dos direitos humanos e degradação da dignidade da pessoa humana. Claro que quem cai nessa teia da justiça criminal e da justiça seletiva é uma parcela bem específica da nossa sociedade. Se observarmos a discussão sobre a violência contra a mulher, especificamente sobre a questão da mulher presa, vamos perceber que, ao longo da história, foram muitas lutas, algumas conquistas, alguns retrocessos, e, mais do que nunca, muita foi a vontade do conjunto das mulheres de fazer algo para erradicar a violência contra as mulheres.

Representando a Pastoral Carcerária do Estado de Minas Gerais, auxiliando a Pastoral Carcerária em Belo Horizonte e também como presidente do conselho da comunidade de Ribeirão das Neves, percebemos que há muitos desafios no caminho da questão prisional, especificamente da questão da mulher presa. Hoje o desafio da mulher dentro das unidades prisionais, em relação à sua sobrevivência, é muito grande. Nos últimos 15 anos, como já foi dito, o encarceramento feminino aumentou 570%. Hoje, em Minas Gerais, há muitos presídios mistos, ou seja, presídios que comportam homens e mulheres, o que, para a mulher, é uma situação de vulnerabilidade diariamente. Os presídios mistos não são adaptados nem construídos para a especificidade da mulher. Mais uma vez, a mulher está sendo excluída, massacrada e constrangida na questão prisional.

A maternidade é algo que devemos discutir até que se chegue a uma alternativa que, de fato, garanta a dignidade da pessoa humana à mãe e ao bebê. Hoje em torno de 45% dessas mulheres estão presas provisoriamente. Dessas, 70% são mães e muitas acabam perdendo a guarda dos filhos sem serem consultadas.

Outra situação que trago também à discussão diz respeito ao aprisionamento feminino. Quando o homem vai preso, as mulheres mantêm o vínculo familiar.

Quando pensamos hoje na questão das mulheres estrangeiras que estão presas em várias unidades prisionais, pensamos na questão do acesso à Justiça, na dificuldade dessa mulher presa quando recebe o benefício da liberdade e como ela consegue se reinserir na sociedade e voltar para a sua terra natal, para o seu país de origem. É um grande desafio vivenciado e percebido hoje pela Pastoral Carcerária.

A questão dos maus-tratos à mulher em situação de prisão é muito crítica, porque muitas vezes é difícil apurá-los. Quem conhece muito bem o sistema prisional, no seu íntimo, o chão das cadeias e presídios, o Ceresp do Estado de Minas Gerais sabe que a lei do silêncio impera, que a lei da opressão impera. E sabemos que, muitas vezes, denunciemos situações de maus-tratos e torturas, e esses maus-tratos e torturas não são comprovados. São muitas perguntas e reflexões a fazer em relação a essa não apuração. Uma delas é a dificuldade, muitas vezes, de acessar essas mulheres que estão em situação de prisão. Muitas vezes a dificuldade de dar visibilidade às questões das mulheres que estão em situação de prisão, às precariedades dentro das unidades.

Sempre faço esta pergunta para que todos nós, sociedade, possamos refletir: ao ir à unidade prisional, o juiz conversa com a presa com privacidade? Os promotores conversam com as presas com privacidade? Os órgãos e conselhos ligados aos direitos humanos conversam com a presa com privacidade? Essa é uma reflexão que temos de fazer, porque de fato é muito difícil constatar algo se somos acompanhados por diversos agentes penitenciários em nome de uma segurança. Para isso eu gostaria de trazer algumas linhas de ações que a Pastoral Carcerária sempre está discutindo.



A pastoral tem uma agenda que trabalhamos, que é a agenda do desencarceramento. Dentro dessa agenda está o projeto da justiça restaurativa – trabalhar, desconstruir na sociedade a visão punitivista, porque hoje percebemos, no meio de nós, em companheiros nossos de lutas por direitos humanos, a punição entranhada, o pedido de justiça na verdade em nome de uma punição; efetivar as políticas de atenção às mulheres aqui no Estado de Minas Gerais é uma necessidade, porque as políticas já existem; os cumprimentos dos requisitos legais para que a prisão preventiva seja exceção, e não regra; as alternativas à privação de liberdade, em especial às mães gestantes; desconstruir, nessa sociedade, essa falsa segurança de que prisão é a saída – é preciso investir na educação, em tantas outras políticas públicas.

E gostaria de dizer que, segundo pesquisa, no universo de 610 mil pessoas presas em todos o País, 38% são mulheres, das quais 63% flagradas com pequenas quantidades de drogas. Aí fazemos menção à lei de drogas, que, em vez de levar as pessoas que são dependentes químicas para o tratamento, as levam para a prisão, aumentando ainda mais o encarceramento em massa, principalmente feminino. Nesse sentido, não podemos desanimar, não podemos exigir, não podemos ser abatidos pelo cansaço, pelas discussões que muita vezes não produzem frutos.

Nesse sentido, 80 entidades encaminharam à presidente Dilma Rousseff um pedido para que ela assine agora, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, um decreto de concessão, perdão e redução de pena às mulheres condenadas até cinco anos à prisão por tráfico de drogas. Esse documento foi assinado por 80 entidades que militam, lutam e acreditam que lugar da mulher é onde ela quiser.

Outra recomendação que faço a esta Casa, à Casa do povo, a quem, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade de trazer a questão prisional, é que se efetive, porque o que não falta é lei. Precisamos ter vontade política e colocar no papel para que se efetive todas as políticas que promovam e garantam os direitos das mulheres presas.

Agora vou passar, rapidamente, um resumo da questão das mulheres presas, trazendo um pouco da realidade prisional. É muito pouco tempo os 20 minutos. Talvez extrapole, porque sei que 20 minutos é muito pouco para trazer a realidade prisional. Convido as mulheres, aquelas que não conhecem o sistema prisional, se possível, a fazer uma visita para verem e sentirem o quanto essas mulheres precisam do nosso apoio como mulheres.

As mulheres no sistema prisional. Em algumas prisões, as mulheres recebem exatamente o mesmo tratamento destinado aos homens, inclusive usar uniformes iguais, como se a primeira coisa a fazer com a presa é a sua desconstrução como mulher.

O exemplo aí é a ocupação das celas. Quando a gente ouve sobre a superlotação... Muitas vezes estamos aqui e não fazemos ideia de como é dentro da cela dessa unidade prisional, dentro das cadeias. Como é hoje? Em média, em algumas unidades prisionais, há em torno de 15 ou 20 presas, mas já chegou a ter 34 presas por cela de 25m. A lei diz que teria de ser em torno de 6 presas para cada cela de 25m. Aí está demonstrado os dormitórios, para vocês terem uma ideia de como essas mulheres vivem durante muitos anos nas prisões.

Características da mulher presa: 73% são solteiras, viúvas ou separadas; 86% são mães; 73% não recebem ajuda dos pais ou dos filhos.

Com quem gastam a remuneração? Isso é muito interessante para que nós, mulheres e homens, percebamos como é. Das mulheres, 58% incluem a família entre os que mais recebem seus ganhos. Já 73% dos homens afirmaram que gastam consigo mesmos.

Por que as mulheres estão presas? Mais de 60% das mulheres estão presas por tráfico; os homens, por roubo.

O número de mulheres presas na porta das cadeias masculinas aumenta a cada dia. É sabido por nós que as mulheres, quando são presas, na maioria das vezes, são abandonadas por seus maridos e namorados. Mas a mulher se mantém fiel até a saída do marido, do namorado ou do irmão.



Por que as mulheres estão presas? Em dezembro de 2012 – essa é uma pesquisa feita anteriormente –, dos 545.465 crimes tentados e cometidos, 138.198 foram por tráfico de drogas, ou seja, 25%. Claro que os dados de 2015 são outros. Dos homens, 24% do total; das mulheres, 61% do total.

A droga na porta do presídio. O vício e o negócio começam no presídio e continua nele, embora tenham sido condenadas em razão da droga. Uma lei que pegou demais, a legislação antidrogas, previa encaminhar os dependentes para tratamento. Mas elas e eles estão indo, em grande número, para as cadeias.

As prisioneiras são diferentes dos homens por diversos motivos. O padrão dos crimes das mulheres, na maioria dos casos, impõe menor nível de risco à comunidade. Mulheres são mais responsáveis pelo cuidado dos filhos e pela manutenção da casa que os homens. Por causa disso, o impacto da prisão é desproporcionalmente mais grave para as prisioneiras, frequentemente resultando na perda do lar e em dano grave na vida de seus filhos.

Como ficam as relações familiares? Algumas unidades prisionais dificultam muito a visita assistida dos filhos às mães. Percebemos que isso acontece aqui, no Estado de Minas Gerais. Conversamos com algumas mães em Bicas que gostariam de receber visitas assistidas de seus filhos, mas não puderam.

Em relação às relações familiares, a família sofre com os efeitos da pena, passa por humilhações, misérias, perdas, estigmas. As mulheres encarceradas são abandonadas pelos companheiros. As crianças ficam sob a custódia dos avós. E apenas 20% das crianças ficam sob a guarda dos pais ou familiares.

Discutir prisão e gênero não é dizer que a mulher é mais emocional. Não é questão de concurso Miss Penitenciária. Não é somente porque a mulher menstrua e engravida. Não é pintar o presídio de rosa. Ser mãe e estar presa é ter medo, é ter preocupação, é estar muitas vezes sujeita à incomunicabilidade com seus familiares, é pensar na visita dos filhos. Ser gestante e estar presa é ter medo de abortar, é ter medo de não chegar ao hospital a tempo, de não ter pré-natal adequado; é estar sujeita à extrema vulnerabilidade, sem condições; é amamentar às vezes, sim, às vezes, não.

Há as Regras de Bangkok, as regras mínimas da ONU para tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade. Há o direito da mulher, no momento da prisão, de poder definir como dispor sobre seus filhos ou ter acesso a eles. Ou seja, existem leis que garantem a essas mulheres mínimas condições de garantia de seus direitos, de exercer o papel de mulher e mãe.

Mulher é parte de um sistema familiar, e os efeitos da sentença repercutem diretamente nos filhos. Na condenação de mulheres gestantes ou que tenham filhos sob seus cuidados, deve-se dar preferência às medidas não privativas de liberdade. Há políticas públicas existentes no Brasil, como a resolução do CNPC, a lei federal, o Decreto nº 57.783, a política nacional de atenção a essas mulheres, a lei das medidas cautelares, a lei de amamentação.

O que atrapalha no Poder Judiciário? Há várias situações no sistema previdenciário que atrapalham. Há muitas situações no Poder Executivo que atrapalham. Falo também sobre a revista vexatória, que é um grande marco de afastamento da família às mulheres que estão privadas de liberdade, dificulta a reinserção familiar e o estreitamento dessa família. Aqui trago algumas fotos dessas mulheres.

O que queremos? Já que exigem uniformes – que são feitos para homens –, que sejam feitos especificamente para mulheres; unidades menores e mais espalhadas, para que fiquem mais próximas à sua família; adequação das unidades femininas; aplicação e efetivação de todas as leis existentes e que não fiquem no papel; atendimentos adequados nas unidades prisionais em relação à saúde, ao atendimento psicossocial e jurídico; e a liberdade para quem tem o seu direito de estar livre.

Telefones públicos para comunicação; acabar com a revista vexatória. Queremos uma política específica para atender as egressas quando elas saem da prisão. O Estado de Minas Gerais não tem uma política específica que atenda as egressas do sistema prisional. Elas ficam à mercê do programa, que muitas vezes tem a sua realidade e recebe auxílio de outra entidade.



Essa é uma imagem da qual não podemos nos esquecer, enquanto mulher e homem que lutam pela dignidade do ser humano. Quero encerrar a minha participação nesse breve tempo de 20 minutos dizendo que nós, mulheres, hoje devemos ir para a nossa casa com uma outra sensação, não com aquela sensação de termos participado de mais um ciclo de debates e de mais uma discussão sobre a questão prisional. Espero que possamos ir para nossa casa pensando, onde quer que eu esteja, onde eu estou enquanto cidadã, enquanto trabalhadora, enquanto membro de uma instituição, no que posso fazer para amenizar a situação das mulheres que estão em prisão. Eu agradeço a oportunidade a todos vocês e à Casa e gostaria de dizer que hoje a situação da mulher no Estado de Minas Gerais é de se indignar. A mulher que não se indignar em relação às outras que estão em situação de prisão precisa refletir. Devemos nos indignar com a situação da mulher. Muito obrigada.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à projeção de *slides*.

Apresentação Artística

A presidente – Assistiremos agora a uma apresentação artística da poetisa Nívea Sabino.

– Procede-se à apresentação artística.

A Sra. Nívea Sabino – Boa tarde. Meu nome é Nívea Sabino, estou representando a Coordenadoria de Igualdade da Mulher de Nova Lima. Falar com poesia, falar no grito, falar de qualquer forma, para conquistar o nosso espaço e os nossos direitos.

A presidente – Dá mais uma canjinha, Nívea.

– Procede-se à apresentação artística.

A presidente – Obrigada por sua bela apresentação, Nívea. Através da arte não se cale, denuncie. Vamos à luta juntas. Agradeço à Maria de Lourdes, que fez uma belíssima exposição colocando a mulher em mais um lugar. Precisamos tornar esse lugar visível para receber políticas públicas. A Assembleia Legislativa abre esse debate pela primeira vez – pelo menos que eu me lembre, é o primeiro do qual participo. A realidade é triste.

Com a palavra, o Sr. Felipe Lattanzio, para a sua exposição sobre o tema “O papel da intervenção com homens no enfrentamento à violência contra as mulheres”.

Palavras do Sr. Felipe Lattanzio

Boa tarde. Parabenizo as deputadas pela iniciativa. É muito importante e muito bonito ver esse tema fundamental da violência contra a mulher ser discutido nesta Casa. A Lei Maria da Penha fez 10 anos, mas esse assunto ainda precisa ser discutido em suas especificidades, como está acontecendo neste evento, pensando nas diferentes classes de mulheres e também de homens. Vou falar do papel das intervenções com homens no enfrentamento à violência contra a mulher. Vou tentar esquematizar minha fala em quatro partes principais.

Primeiramente, vou falar um pouco da experiência do instituto do qual sou coordenador mercadológico, depois falarei um pouco da necessidade de se intervir com homens para o combate da violência contra a mulher. Vou trazer um pouco da complexidade do que é pensar as identidades masculinas nesse contexto. Por último, vou fazer algumas considerações sobre os rumos das políticas públicas que contêm essas intervenções com os homens.

No Instituto Albam, que coordeno, executamos grupos com homens que cometerem violência contra mulheres. Esses homens são encaminhados judicialmente por medida protetiva, por sentença ou medida cautelar, para cumprir os grupos que duram quatro meses. São 16 encontros de 2 horas semanais. É interessante retomar que essas intervenções começaram em 2005, antes mesmo da existência da Lei Maria da Penha. Na época, a violência contra a mulher era tratada nos juizados especiais criminais. Fizemos parceria com os juizados de Belo Horizonte para iniciar esses grupos. A partir disso, com a promulgação da Lei Maria da Penha, fizemos parcerias com as varas especializadas e, em 2008, através da parceria com a Secretaria de Defesa Social, começamos a trabalhar *stricto sensu*, ou seja, uma política pública de enfrentamento à violência



contra a mulher que inclui o trabalho com os homens. Atualmente esse trabalho é financiado pelas penas pecuniárias do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Desde 2005 até hoje, atendemos mais de dois mil homens no instituto. Ainda não fechamos a estatística de 2015 com todas as porcentagens. Essa tabela mostra que até 2014 tinham sido encaminhados 1.700 homens para o instituto, com 87,5% de cumprimento dessa medida. Isso mostra que o grupo está conseguindo atingir esses homens. Se eles ficam esses quatro meses até o final, se 87,5% ficam, isso é porque o grupo está conseguindo de alguma forma atingi-los. O índice de reincidência que nos foi passado pelo tribunal também foi bastante baixo.

Gostaria de questionar. Por que a intervenção com homens? Qual é a necessidade de, no debate sobre a violência contra a mulher, pensarmos em intervenção com homens? Claro que, se intervirmos nas duas partes de uma dinâmica de violência, conseguiremos um resultado muito mais efetivo. A intervenção com as mulheres é fundamental, mas as intervenções preventivas com os homens também são. Se ficarmos somente no caráter punitivo, necessariamente isso não gerará mudança. A pessoa não muda necessariamente com punição. As vezes, o sujeito recebe uma determinada pena privativa de liberdade, mas isso não garante que ele sairá da prisão com comportamento diferente, muitas vezes acontece até o contrário. Os homens saem do sistema prisional com muita raiva e eventualmente isso aumenta o risco para as mulheres. É fundamental intervir em ambas as partes da dinâmica da violência, como reconheceu a saudosa Saffioti, socióloga importante do movimento feminista brasileiro. Em um texto escrito na década de 2000, ela reconheceu que é fundamental essa intervenção em ambas as partes da dinâmica.

Quando digo da importância de ambas as partes, isso não significa que estamos colocando homens e mulheres em pé de igualdade. É diferente a intervenção com cada uma das partes, mas é fundamental pensar na intervenção com os homens. A ideia de intervir é consequência de um entendimento da violência como um dado histórico. A violência contra a mulher não é um fenômeno da essência do ser humano, o homem é essencialmente violento e a mulher essencialmente vítima, pelo contrário, é fruto de uma sociedade específica, de uma história específica, de uma sociedade patriarcal, machista. Se é algo histórico e não é essencial, não é biológico, não é algo determinado, é passível de ser mudado. A intervenção com os homens segue essa lógica.

Para podermos falar um pouco das relações de masculinidade, sempre ditas no plural, porque existem tipos diferentes de identidade masculina, de masculinidade, de gênero e de violência, é interessante pensar que a maioria dos crimes violentos, por exemplo, são cometidos por homens. As proporções internacionais são de cinco para um – os homens cometem cinco vezes mais crimes violentos do que as mulheres. Então, há uma relação taxativa entre a masculinidade e a violência, e também no sentido de vítimas. Por exemplo, se pegarmos o Mapa da Violência 2010 – ontem aqui vocês ouviram um pouco sobre esse mapa -, veremos que quase 92% das vítimas de homicídios no Brasil eram homens. Na área da saúde, por exemplo, para entendermos um pouco das identidades masculinas, o próprio fato de ser homem é considerado um fator de risco, porque os homens não se previnem, eles só procuram assistência médica, como se diz, aos 48 minutos do segundo tempo, porque eles se creem invulneráveis, impermeáveis, etc.

A relação das masculinidades com a violência é de mão dupla: eles cometem, mas também colocam o seu corpo como alvo da violência. Isso é para começarmos a entender que é um fenômeno complexo que exige uma intervenção à altura. Não podemos entender as coisas de um ponto de vista simplista, cuja consequência seria unicamente a punição desses homens. Temos de entender as origens de como é construída a identidade, para então intervir nela.

Existe uma filósofa feminista muito importante na atualidade, a Judith Butler, que fala sobre o conceito da matriz binária heterossexual de gênero. O que significa isso? Significa que são oferecidos a todo ser humano possibilidades de ter uma identidade, de criar uma sexualidade, de ser homem e de ser mulher. Ou seja, uma mulher tem de ser de determinada forma. Normalmente a ela é oferecido o espaço doméstico; desde criança é dado a ela um fogão, uma boneca, etc. Ao homem é oferecido o espaço público, o homem é “lincado” à atividade, ao domínio, a não poder demonstrar seus afetos. Os homens têm



de se encaixar em uma série de coisas de forma muito rígida, nessa matriz de gênero, para ter sua identidade de ser humano reconhecida socialmente. Para um homem é exigido socialmente que haja uma adequação a essa matriz de gênero.

O que isso tem como consequência, ao pensarmos na violência masculina? Pensamos que, de um lado, os homens violentam as mulheres como forma de domínio e de controle. É a lógica patriarcal, as vantagens concedidas aos homens. Os homens não abrem mão; como se diz, o homem não larga o osso da vantagem, do domínio e dos privilégios de uma cultura patriarcal. De outro lado, os homens violentam como forma de se defender daquilo que pode ameaçar a sua identidade. Ou seja, o homem não pode ser vulnerável, não pode reagir com diálogo diante de uma situação que o deixa irritado; ele tem de usar da força, do domínio. Ele a usa para controlar a mulher, mas também para manter uma identidade que é exigida socialmente dele. Se pensarmos no machismo, por exemplo, nos ditos comuns do machismo, nos avatares do machismo, como não levar desaforo para casa, não chorar, não demonstrar afeto por outro homem, somente contar vantagens, impor-se sobre o outro...

Uma escritora também feminista, mexicana, radicada nos Estados Unidos, a Gloria Anzaldúa, tem uma frase que considero interessante. “Os homens, até mais do que as mulheres, estão acorrentados a papéis de gêneros”. Ou seja, o homem tem a obrigação de ser o macho. É interessante entendermos que dizer que o homem está acorrentado ao papel de gênero não é dizer que ele é vítima dessa história. Pelo contrário, a vítima da violência normalmente é a mulher, dentro de uma lógica machista, patriarcal. É entender que, para conseguirmos intervir e para conseguirmos uma mudança de cultura, de comportamento, de mentalidade desses homens, é importante entender como a identidade deles está moldada, numa lógica que acorrenta também, de certa forma. Apesar de dar privilégios, também acorrenta.

Sempre associamos a identidade masculina à figura da espada. A teórica Monique Schneider lembra que a espada sempre vem junto com o escudo. Ou seja, o homem violenta, ataca, mas também está precisando salvaguardar certa identidade que lhe é possível. Gosto de dizer que os homens são impenetráveis e impermeáveis. É claro que estamos generalizando a identidade. Depois vamos ver a especificidade dos diferentes grupos de homens. Mas, em geral, a impenetrabilidade e a impermeabilidade... Ou seja, é o sujeito que não pode demonstrar afeto, é rígido, até o corpo do sujeito é rígido; ele não pode procurar um médico, não pode resolver um problema dialógico, não pode perder nunca, tem sempre que sair ganhando, nem que seja com uso da violência. Eu digo que a identidade masculina está marcada por essa questão de ser impermeável. Daí, a importância de entendermos as diferenças entre as masculinidades – falar em masculinidade no plural. É como este ciclo de debates está considerando a questão das mulheres: é diferente a violência contra uma mulher com deficiência da violência contra uma mulher do campo, uma mulher negra, uma mulher de determinada cultura, de determinada religião, de determinada classe social. Não existe uma identidade única do que é ser mulher. São diferentes. Então, é assim também com os homens.

Há um conceito chamado masculinidade hegemônica, que é aquilo que a sociedade era e delimita para um homem. Gosto de tentar explicar rapidamente a masculinidade hegemônica com uma frase do Caetano Veloso: “O macho adulto branco sempre no comando”. Esse seria o homem hegemônico. Esse padrão de masculinidade vai atingir todos os homens. Não conheço nenhum homem que não seja atingido por esse padrão de masculinidade hegemônica, só que com formas de diferenciadas. Alguns homens estão ali, vamos dizer assim, com o ápice do privilégio, outros estão em relações de subalternidade, atravessados por questões de raça ou de classe social, ou da própria orientação sexual. Então, há uma série de alterações e posições de poder que vão fazendo com que eles sejam diferentes. Não posso falar sobre o homem como se fosse uma categoria única; precisamos entender as diferenças, mas entendendo também que todos eles, de uma forma ou de outra, estão marcados nesse lugar de privilégio e de poder. É importante perceber a diferença, mas não perder de vista uma certa unidade que existe pela nossa cultura machista, pela nossa cultura patriarcal. Então, pensar num homem trans – claro que estou falando de uma pessoa que se identifica com a identidade masculina –, num homem homossexual, num homem negro, num homem pobre, num homem que dá maior espaço aos afetos, vai fazendo com que sejam diferentes as masculinidades. Aí, quando vamos pensar na intervenção, com esses homens, o que é fundamental para a gente conseguir



uma verdadeira mudança na cultura, porque é isso que desejamos, a Lei Maria da Penha, como uma ação afirmativa, como todas as ações afirmativas, tem como objetivo ideal não precisar existir. O ideal é que ela já não precise existir, que exista uma igualdade de gêneros na nossa sociedade, assim como as cotas, assim como qualquer ação afirmativa. Isso no horizonte ideal. Se pensarmos nessas intervenções, é fundamental entendermos a intervenção em grupo com os homens. Não atendemos um homem que cometeu violência individualmente, dentro de um consultório, entre quatro paredes. O que isso estaria dizendo? Estaria dizendo que aquele indivíduo tem um problema pessoal, e o grupo traz uma dimensão social, ele conecta a violência que um indivíduo específico cometeu com a questão social do machismo, com as hierarquias de gêneros, com as alterações de lugar de poder. Então, o trabalho em grupo potencializa um pensamento social e uma possibilidade de mudança que se expande para além de um grupo. Assim, quando pensamos em intervenção, pensamos em intervenção em grupo. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é pensarmos na questão metodológica de como intervir com esses homens. Há um encaminhamento obrigatório. No caso do instituto, trabalhamos com o encaminhamento obrigatório. Os homens, por meio da Lei Maria da Penha, são obrigados a ir para os grupos. É uma forma mais interessante, porque, desde o início, há uma alteração no jogo do poder. O homem, que está acostumado a estar numa posição de privilégio, vê-se numa posição diferenciada. Aquilo já mexe com a identidade dele. Também há a participação voluntária. Há relatos de grupos que funcionam com participação voluntária, e funcionam bem, apesar de que defendo o encaminhamento obrigatório dos homens. Os grupos também não podem ter uma duração pequena, porque esse tempo não seria suficiente para os homens percorrerem o caminho de entender a aplicação deles no fenômeno da violência, de pensar sobre a identidade masculina e de pensar alternativas para mudar as suas relações de gênero.

Em geral, o que as recomendações internacionais nos dizem é que um grupo deve ter de 15 a 20 encontros. Os grupos que têm menos de 15, se pensarmos em uma perspectiva metodológica, não têm tempo suficiente para uma verdadeira mudança. Há uma série de questões. Por exemplo, com o grupo de homens, trabalhamos com o grupo aberto, ou seja, no mesmo dia em que um está iniciando sua trajetória, outro está na metade e outro está no final. Fazemos isso propositalmente para que não entrem todos juntos e façam uma espécie de aliança e se vitimizem em relação à Lei Maria da Penha, ou façam piadas homofóbicas, machistas, etc. É uma estratégia.

Com isso, estou querendo dizer que é necessário pensar nas intervenções, mas é necessário entender a especificidade e ter essa metodologia consistente, ou o trabalho não terá resultado. É fundamental ter uma orientação teórica e ideológica feminista que pense nas questões de gênero e que esteja a par de tudo sobre masculinidade. Não tem como fazer um grupo com homens autores de violência se não houver uma orientação feminista. O que chamo de orientação feminista? Há um objetivo de trabalhar a erradicação da violência contra as mulheres, entendendo que as construções de gênero, de identidade dos homens e das mulheres, são sociais. Não posso fazer um grupo se acreditar que o homem é violento por causa da testosterona. Não é isso que está em jogo; o que está em jogo é uma sociedade tentando uma mudança.

Outra coisa fundamental nessa perspectiva metodológica é a participação de mulheres na coordenação desses grupos. O Instituto Albam sempre trabalha com uma dupla de homem e mulher coordenando esses grupos. Esses homens têm contato com o lugar de empoderamento da mulher e com uma profissional que traz a voz das mulheres para o grupo. Isso é fundamental. Defendemos que, na proposição de metodologias estaduais e nacionais, isso seja levado em conta, porque não pode ser apenas um lugar coordenado por homens, como algumas experiências internacionais fazem. O lugar da mulher é fundamental.

Essas intervenções têm o objetivo de responsabilização dos homens, em primeiro lugar. Eles devem conseguir se responsabilizar pela violência cometida. Parece simples, mas é algo extremamente complexo. Os homens, em geral, têm uma tendência a naturalizar a violência, a pensar que a violência é normal, que estavam reagindo, que foram provocados, que a culpa é da mulher, e de se colocarem como vítimas da Lei Maria da Penha. Eles minimizam a violência que não é física, como ameaças, violências verbais e patrimoniais. Por exemplo, o homem que coloca fogo na roupa da mulher, o homem que faz uma



ameça de morte indiretamente, ele tem a tendência a minimizar. Mas é importante que eles se responsabilizem por isso, que reflitam sobre as questões de gênero e violência, e, claro, que isso leve a mudanças de atitude na relação com as mulheres e na própria concepção de mundo e de gênero.

Quando pensamos em responsabilização, devemos entender que muitas vezes o ato violento é a única resposta possível para determinado sujeito. A responsabilização é um movimento retroativo, é o sujeito pensar, depois que cometeu o ato, nas possibilidades diferentes que tinha para lidar com determinado conflito. Isso traz diferentes níveis de responsabilização. A responsabilização verdadeira que desejamos para um homem é aquela em que ele consiga sair de si e se colocar no lugar da mulher, entender o ponto de vista da mulher. Não é aquela responsabilização rasa, em que ele pensa: há uma lei, e eu não posso fazer isso porque senão vou ser punido. Isso já é interessante, é melhor do que nenhum nível de responsabilização, mas não basta. Esse nível não tem uma tendência de durar, pois o sujeito muitas vezes comete outra violência após seis meses. Quando o sujeito realmente consegue se colocar no lugar da mulher, esse já é um nível de responsabilização ideal.

E os grupos reflexivos são para combater a violência contra a mulher, mas também contra os homens. Depois de muitos anos de movimento feminista, podemos afirmar que os grupos também são vantajosos para os homens, porque um sujeito que passa por um grupo perde um certo peso que havia em sua identidade – o ter de reagir com violência; de ter todos ao seu redor, sua mulher e filhos, com medo dele. Então, conseguir ter uma identidade flexível e permeável traz vantagens também para os homens. Digo mais: se não trouxesse vantagens para os homens, a intervenção não funcionaria, porque ninguém muda unicamente por altruísmo. Pensando em termos pragmáticos, utilitaristas, a intervenção tem as mulheres como objetivo principal, mas também é para os homens. É claro que, se o homem tem sua identidade mais leve e permeável, isso afeta positivamente as mulheres e seus filhos e filhas.

Quero mencionar rapidamente alguns desafios para a política pública. É preciso pensar na fonte de financiamento dos grupos, porque é muito comum vermos Brasil afora trabalhos com grupos de homens que conseguem uma fonte de financiamento do Poder Executivo, do Poder Judiciário ou mesmo de uma empresa, mas às vezes as fontes se esgotam e as atividades são interrompidas, o que gera toda uma desarticulação do trabalho, até mesmo em relação aos encaminhamentos judiciais. Então, quero frisar a importância de termos diretrizes orçamentárias. Mas também precisamos de diretrizes metodológicas, porque não basta ter boa vontade para a execução – é preciso ter uma metodologia específica –, e de diretrizes jurídicas – às vezes, os juízes encaminham para os grupos homens em diferentes momentos do processo ou coisas desse tipo. Então, é importante pensarmos nisso. Também temos de pensar na fundamental formação dos profissionais que executam esse trabalho e, claro, na também fundamental integração com a Rede de Enfrentamento à Violência como um todo – há sempre possibilidade de haver essa troca.

Era o que eu gostaria de trazer para vocês. Espero que o tema das intervenções com homens seja cada vez mais discutido, porque isso é fundamental. Atualmente, com o percurso do movimento feminista, podemos dizer isso. Muito obrigado.

– No decorrer de sua apresentação, procede-se a apresentação de *slides*.

A presidente – Obrigada, Sr. Felipe. Não sei se para todos, mas, particularmente, foi a primeira vez que tive a oportunidade de ouvir essa exposição, que nos coloca mais uma tarefa: a de reeducar os homens. Não só as mulheres, mas também o poder público, por suas escolas, sua rede de educação, enfim, todos nós temos de abraçar esse desafio. Obrigada pela exposição.

Antes de passarmos ao debate, quero passar a palavra à Sra. Nelci Barreiros da Silva, militante dos movimentos em defesa dos direitos das pessoas idosas, dos povos indígenas e das mulheres negras, que não pôde fazer sua primeira intervenção, que seria sobre a temática dos povos indígenas e das mulheres negras.

**Palavras da Sra. Nelci Barreiros da Silva**

Boa tarde aos companheiros da Mesa, especialmente à minha professora, Marília. Realmente, Marília, depois de tanta discussão sobre a violência, é muito difícil para mim.

Acho que a violência é tudo o que fere nossos direitos como mulheres idosas, negras e indígenas. Como descendente de índio, acho que a maior violência que sofremos ocorreu quando foi tirada a nossa terra. Neste momento, gostaria de pedir um mapeamento do nosso povo indígena no Estado de Minas Gerais.

Pensando também no pequeno produtor rural, quero falar em saúde. Como podemos falar em saúde se não temos uma segurança alimentar? A Marília foi a nossa professora em Contagem, uma mulher que revolucionou a nossa educação e nos ensinou muita coisa. Hoje estou aqui para dizer que é possível comer comida sem agrotóxicos. Você foi ao nosso grupo de mulheres, na cidade de Contagem, e nos ensinou a plantar.

Então, peço a todas as companheiras deputadas que possamos ensinar o nosso povo do Estado de Minas Gerais a comer uma comida sem agrotóxico.

Gostaria de falar que quero uma resposta do nosso conselho. Pedi uma bolsa agrícola para nós, mulheres, pequenas produtoras rurais, que sofremos tanto. Pagamos impostos, mas não temos resultados para comprar as nossas máquinas e plantar a nossa própria alimentação. Hoje vejo como garantiremos saúde. Por que tantas mortes? Em Águas Formosas, onde tenho uma terra, várias mulheres idosas têm morrido de infarto. Por que tudo isso? Deixo uma pergunta para todas vocês meditem.

Queria falar muitas coisas, mas o tempo é curto. O transporte é a nossa luta. Fiz uma moção pedindo aos nossos defensores públicos, ao nosso Ministério Público, que intercedam por nós que temos 60 anos, uma vez que isso é garantido nesse livro do nosso conselho do idoso. Se é lei, por que 60, 65 anos? O inciso III diz que, no caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 e 65 anos, ficará a critério da legislação dispor sobre as condições para o exercício da gratuidade nos meios de transporte. Por quê? O nosso povo rural, sou descendente de índio, sofre porque há muitas cidades onde ainda não temos o direito ao transporte gratuito.

Marília, a senhora nos deu um exemplo de aproximação da comunidade, uma aproximação nossa com o poder público. Por quê? Porque queremos ter oportunidade nos gabinetes. Não importa, ali a senhora demonstrou isso, Marília, e estou muito emocionada porque a senhora foi a primeira mulher a reconhecer o meu trabalho ali. Além disso, foi a primeira mulher nesta Casa a me convidar para um debate, sendo que tenho mais de 45 anos de trabalho social. A senhora foi a primeira mulher a convidar uma mulher pobre, negra, que fez o primeiro movimento de mulheres em Contagem, que deu uma grande visibilidade para as Diretas. Hoje sou muito grata à senhora, Marília, por reconhecer aquela mulher que nasceu e criou os seus filhos na Vila São Vicente e hoje está aqui debatendo políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres negras e pobres. É preciso que todo o nosso estado, o nosso Ministério Público, assim como os nossos deputados, o nosso governador Pimentel e o vice-governador Antônio Andrade, que todos reconheçam essa aproximação conosco, que abram os gabinetes e o governo para receber toda a nossa comunidade negra, o povo indígena e quilombola e o idoso. Muito obrigada. Que Deus a abençoe, Marília.

Trouxe uma amostra do que a senhora nos ensinou. A senhora me ensinou, assim como à cidade de Contagem, a ser multiplicadora. É por isso, Marília, que trouxe aqui a minha amostra. Há mais de 10 anos, a senhora me ensinou a ser multiplicadora. Gostaria de saber quais são as mulheres que gostam de plantar. Muitas pessoas dizem, Marília, que a semente crioula não produz, mas provo a vocês que ela produz. Está aqui a primeira experiência do nosso grupo de mulheres idosas de Contagem.

Continue assim, minha filha. Que Deus a abençoe, assim como a todo o nosso Brasil e a todo o nosso estado de Minas Gerais, para que tenhamos união e reconheçamos que a senhora nos deu oportunidade. Mais uma vez, quero agradecer-lhe



aquela placa. É a primeira vez que estou aqui, nesta plenária. Sou grata à senhora, Marília, e a esta Casa, que está abrindo a porta para uma mulher negra que nunca teve o reconhecimento. Muito obrigada.

A presidente – Obrigada, Nelci. Agora, com a palavra, a Sra. Denise Coutinho, suplente de deputada.

Palavras da Sra. Denise Coutinho

Gostaria de cumprimentar toda essa mulherada que está aqui. Vamos para 17, não é? Hoje temos 7 deputadas aqui na Casa. Parabéns, Marília. Olha, desde ontem, nunca vi a Assembleia fazer um debate tão emocionante. Nunca. Nem quando minha tia era deputada nesta Casa. Foi uma das maiores emoções que senti. Saí para o almoço hoje chorando de tão emocionada.

Parabéns, Marília. Continue esse trabalho com as meninas que estão aí. Se algum dia eu tomar posse, estaremos juntos e vamos batalhar por todas as mulheres do nosso país. É disso que precisamos. Vemos o sofrimento de cada uma. De manhã, aquela professora falou muito bem aqui, também essa do interior. Todas explanaram muito bem. Tenho certeza de que, por um minuto de silêncio que as mulheres fizerem aqui agora, irão embora com o coração cheio e pensando: poxa, o que vou fazer para ajudar? É o que precisamos.

Uma salva de palmas para todas as deputadas que compõem a Mesa. Uma salva de palmas para todas nós, mulheres, principalmente para a nossa bancada que está participando.

A presidente – Obrigada, Denise.

Esclarecimentos sobre os Debates

A presidente – Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos aos que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas. Temos seis inscrições orais. As outras, que foram enviadas por escrito para cada debatedor, serão respondidas pelas nossas convidadas em suas considerações finais.

Debates

A presidente – Com a palavra a Sra. Adriane Cristina da Cruz, da Associação Mães Que Informam.

A Sra. Adriane Cristina da Cruz – Boa tarde. Estou aqui porque falei que não poderia me calar diante dessa violência, uma violência que não é comentada em lugar algum: a violência velada contra a pessoa com deficiência. Represento uma associação de mães – aliás, a Kátia Ferraz faz parte do nosso grupo no WhatsApp – e temos 120 mulheres, mães de pessoas com deficiência. Porém, essas 120 mulheres não têm o direito a serem cidadãs, às políticas públicas a que todas nós temos direito. Por exemplo, como vou ao posto de saúde? Tenho de ir de manhã, pegar uma ficha para ser atendida, mas não posso fazer isso porque estou cuidando do meu filho nesse horário. Também não posso ir no contraturno porque o horário é aquele, pronto e acabou. Não me encaixo nas políticas e também não há alternativa para mim.

Os nossos maridos vão embora, nos abandonam, ficamos cuidando dos nossos filhos, e o nosso RG, o CPF é vinculado ao BPC do nosso filho. Começamos a trabalhar como qualquer faxineira porque conseguimos uma vaga para nosso filho na Umei ficar lá na escola o dia inteiro. Isso é algo quase impossível de acontecer, porque a pessoa com deficiência não tem direito à escola integral. Pelo menos na cidade de Belo Horizonte é assim. Trata-se também de outra violência velada, pois não se fala nada. Você tem direito, mas nunca consegue uma vaga.

Então não conseguimos entrar nas políticas públicas, e não existe vereador, deputado ou deputada, nem mesmo a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que nos escute. Sim, na hora das questões políticas, de vagas... O nosso grupo já tem lá vereadores, que estão desejando bom dia todos os dias, com a sua fotinho. Já pedi para não fazerem isso mais, porque não cuidam de nós, mas querem o nosso voto. Então essa violência política que sofremos é tremenda.



Esta Casa não respeita a pessoa com deficiência. Está ali Laís Drumond, que é do meu grupo, e pedi que viesse para poder mostrar que nós, mulheres, estamos sofrendo violência na sociedade. E aí está a violência. Como ela sabe o que está acontecendo aqui? Ela é deficiente auditiva, e onde está a intérprete de libras? Esta Casa a desrespeitou. É uma violência velada. Que importância tem só aquela mulher ali? A Fabíola está ali traduzindo para ela com esforço, porque a Fabíola ainda não é uma pessoa extremamente formada. Mas ela está se esforçando e tentando viabilizar a comunicação. Um esforço emocional, um momento de coração, a dedicação de uma cidadã que nem reconhecimento político tem. Essa mulher ali tem uma filha, e correu, lutou, e trouxe a filha para participar. E qual o respeito a ela como cidadã, deputada Marília Campos? Estamos falando de violência, e vejam que tremenda violência dentro da plenária!

E digo para você: não sou uma mulher burra, não sou uma mulher sem conhecimento e não sou uma mulher que não possa produzir para este país. Tenho capacidade. Farei 40 anos este ano, estou nova. Quero trabalhar, não quero me aposentar. Não quero que me deem um benefício para eu ganhar um salário mínimo e ficar andando para lá e para cá com o meu filho. Até porque eu queria que houvesse saúde pública e que realmente houvesse fisioterapeutas e fonoaudiólogos para cuidar do meu filho. O meu filho tem paralisia cerebral e uma deficiência cognitiva severa; ele não será alfabetizado, não se tornará um profissional. Então é uma dependência para a vida toda. A paralisia cerebral e a deficiência cognitiva fazem com que a vida dele seja um pouco menor, apesar de que, graças a Deus e à ciência, se o governo me der esse direito, o meu filho poderá viver muito, porque sou pobre e não terei direito às tecnologias assistivas. Mas acredito que conseguiremos o mínimo, e o meu filho viverá muito tempo. E eu ficarei velha e não darei conta de fazer bico e fazer alguma coisa para ter um dinheirinho. E quem cuidará de mim e do meu filho?

A violência das políticas públicas é a maior de todas, porque a política pública, não existindo, dá direito ao homem de me violentar emocionalmente. Do meu marido chegar à minha casa e falar: "Você não faz nada, você não ajuda aqui, você não coopera, e fica andando para cima e para baixo com esse menino". Isso é questionado. Os maridos falam isso. A Kátia ouviu, esta semana, uma mãe falar que não aguentava mais, que estava com dor na coluna. "Trabalhei o dia inteiro e, à noite, pedi um carinho, e meu marido falou: 'Você não faz nada e ainda quer que eu fique perdendo tempo com você'".

Concluirei. Mas eu gostaria de saber: vocês, mulheres, que fazem as políticas, que estão aí na frente, conseguem entender o que é essa mulher que empurra uma cadeira de rodas e que perdeu a identidade? Vocês conseguem entender que somos não gente e que não podemos ficar assim? Peço: quando haverá política para o cuidador de pessoa com deficiência, que não é ninguém e cujo CPF é vinculado ao do seu filho e não pode produzir nada? E ela não é à toa. Ela quer trabalhar, quer produzir, e não existe nenhuma política que a enquadre. Quem fará isso por nós? E quando essa violência vai acabar?

A presidente – Obrigada, Adriane. Com a palavra, a Sra. Ana Martins de Oliveira.

A Sra. Ana Maria Martins de Oliveira – Meu nome é Ana Maria Martins de Oliveira. Escrevi a pergunta porque sou muito ruim para falar em público e ao microfone. Vou tentar ser breve. O que ela disse é quase perto do que eu queria perguntar. O que quero perguntar às pessoas que fazem as leis, que estão no poder, é o seguinte: as falas que ouvi até agora – cheguei aqui às 10 horas da manhã, talvez tenha perdido alguma – foram todas muito importantes. Quando a gente precisa procurar ajuda em relação à violência, quais órgão procuramos? Não moramos em Belo Horizonte. Eu, por exemplo, sou de Ibité. Não precisa me responder agora, pode ser depois. Onde a gente procura? Moro em um bairro de Ibité e até agora não sei onde procurar ajuda. Faço parte de um trabalho social. A gente tem um grupo de mulheres em Morada da Serra. Então quero passar a essas mulheres o endereço de onde procurar ajuda caso sofram alguma violência nesse sentido que a gente comentou até agora.

Outra pergunta: se este debate é tão importante, não deveria demorar tanto para acontecer. Deveria acontecer mais vezes. Já participei de alguns debates aqui na Casa. Sei que apenas sete deputadas conseguiram a representação, o poder. Mas até agora não vi essas sete deputadas, talvez seja porque cheguei atrasada. Gostaria de ter visto aqui pelos menos seis deputadas, que representam nós, mulheres. Tenho certeza de que, quando quiserem a reeleição, vão nos procurar. Então gostaria de saber por que as sete deputadas ou pelo menos seis ou cinco não estão aqui nos representando neste debate?



Outra pergunta, seguindo o que essa senhora falou – não sei falar direito: ela frisou muito bem que fazem políticas públicas, as leis, e dizem que temos direitos. Mas, na hora desse direito ser fornecido, isso não acontece. Por exemplo, sou leiga na parte de educação, na área pedagógica. Trabalho numa escola, mas sou servente escolar. O que escuto dizer é que foi feita uma lei da inclusão para que as crianças com deficiência tenham acompanhamento. Até o ano passado, vi alguns monitores fazendo o acompanhamento dessas crianças que têm necessidades especiais. Mas, neste ano, vejo essas crianças na escola sem nenhum atendimento. Então considero isso uma violência contra as mulheres. A partir do momento em que essa violência é contra as mulheres, ela afeta toda a família. Se essa criança tinha um acompanhamento e foi tirado, então isso é uma violência muito grande, que afeta a criança, a mãe e todos nós. Muito obrigada. Acho que deu para falar.

A presidente – Falou bem. Obrigada. Convido agora a Sra. Maria de Lourdes, do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A Sra. Maria de Lourdes Souza Nascimento – Sou agricultora do Norte de Minas e presidente da associação de mulheres. Queria complementar a indignação da Alaíde em relação à violência. No campo, além de a gente ser desassistida, temos outros tipos de violência de que não se fala nas plenárias. Uma delas é a que a gente está sofrendo agora, que é a implantação dos grandes projetos.

A mineração no Norte de Minas está destruindo a vida das mulheres, e não estamos tendo a quem recorrer. A todo tempo estamos sofrendo agressão, famílias estão sendo expulsas, crianças estão ficando doentes, e a gente não tem a quem apelar. Então, ficamos cobrando uma postura do Estado em relação a isso. Infelizmente, a fala do nosso governador em relação a Mariana foi muito triste, já que é um governo popular, um governo que nos levou às ruas para defendê-lo. Fizemos campanha a troco de nada para garantir os nossos direitos, mas hoje as grandes empresas têm mais a atenção dele do que nós trabalhadores rurais.

Uma coisa que nós, mulheres, precisamos começar a pensar é a criação de leis que nos garantam no poder com o voto que conquistamos, não dependendo dos partidos para ocupar a nossa porcentagem no Congresso. Se dependermos disso, é claro que os homens vão sempre levar a melhor, porque são eles que comandam o dinheiro e fazem as tramóias para que a gente não tenha o poder como eles. Então, está na hora de criarmos leis. Pode ser uma lei civil, de cunho popular, para que possamos ser eleitas com os nossos votos. A eleição será disputada entre nós, mulheres.

Outra coisa em que temos de começar a pensar é a questão de uma greve nacional em relação à eleição deles. Falou-se que somos a maioria da população, mas elegemos pessoas que não estão nem aí para nós. Depois do almoço, quando cheguei aqui, tive o desprazer de ver um vexame ali do outro lado. Os nossos representantes, deputados, deixaram um companheiro falando sozinho, virando as costas e saindo, porque ele estava defendendo uma coisa que não era do interesse deles. Então, nós mulheres somos a maioria e precisamos ocupar esse espaço. Temos como fazer isso, temos seriedade para isso, e vocês sabem do que estou falando. Se vocês estão aí, isso é porque têm seriedade. Nós também temos essa seriedade e precisamos discutir muito sobre isso.

Por último, queria sempre lembrar que, quando ele está tirando os nossos direitos, falando em cortar e igualar a nossa idade de aposentadoria, está claro, na hora em que mostraram a pirâmide na pesquisa, de manhã, que é porque estamos conseguindo viver mais que os homens. Então, estão querendo cortar o nosso direito e igualar a nossa aposentadoria à dos homens. É lamentável que tirem os nossos direitos depois de tanto tempo.

A presidente – Obrigada, Maria de Lourdes. Agora, com a palavra, a Sra. Valdete Siqueira dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A Sra. Valdete Siqueira dos Santos – Na pessoa da deputada Marília Campos, desejo boa tarde à Mesa, e, na pessoa da Alaíde, cumprimento todo o Plenário. Sou Valdete, sindicalista, militante do movimento sindical e queria ressaltar que um espaço como este é extremamente importante, pois é onde nós mulheres podemos fazer as nossas intervenções com mais visibilidade para nossas reivindicações.



Queria falar também sobre as mulheres do campo e da floresta, principalmente as das comunidades quilombolas, já que tenho origem nessas comunidades. A gente nota que há um racismo institucional, por parte dos nossos governantes, dos nossos órgãos competentes. Muitas mulheres das comunidades quilombolas estão nas filas, na morosidade de efetivar essas comunidades. Muitas sofrem com seus filhos, com políticas específicas das comunidades.

Muitos dos seus filhos estão corrompidos pelo tráfico, por falta de políticas específicas. Então pedimos um apoio às deputadas. Nós, quilombolas e negras, não queremos enricar, mas que sejam demarcadas as nossas terras e onde podemos produzir para alimentar a nação brasileira. Queremos o lugar de cultura, tradição, sabedoria e resistência. Então, pedimos a sensibilidade dos governantes para que acabem com a morosidade e a burocracia a fim de efetivar todas as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, e as mulheres do campo e da floresta. Muito obrigada.

A presidente – Obrigada, D. Valdete. Com a palavra, a Sra. Laís Drumond, do Movimento Social dos Surdos.

A Sra. Laís Drumond (por meio de intérprete de libras) – Meu nome é Laís. Por que não há juiz? Por que não há juiz e audiências que reconheçam e defendam os direitos das pessoas com deficiência? Não há juiz. Eu já fui vítima de estupro, e o juiz considerou normal. Perdi meus direitos. Eu sofri muito. Meu amigo. Meu marido. O surdo. A mãe da minha amiga surda morreu, e o seu pai também a estuprou. Aconteceu na rua. Não se consegue trabalho. É muito triste, porque é difícil encontrar. Encontrei meu marido. Aconteceu na rua. A mulher surda. Meu pai me estuprou. Também três. Na escola Down. A mulher Down. Outro exemplo. Na escola há uma mulher Down. Aconteceu. Eu não aguentei. Doeu muito. Ela contou para a professora: “Meu irmão me estuprou”. A mãe não quis falar porque o filho foi preso e ele tem deficiência. Ele a estuprou.

Todas as pessoas deficientes, Downs, surdas, conversam, conversam, são tristes, sofrem muito. O juiz não está nem aí, acha tudo normal, deixa para lá. Quero saber se há juiz que defende as pessoas com deficiência.

A presidente – Obrigada, Laís. Com a palavra, a Sra. Nanci.

A Sra. Nanci Ramos de Menezes – Quero citar a fala de uma mãe: “Meu filho errou, e eu o entreguei ao Estado. Hoje, para mantê-lo vivo, tenho de levar dinheiro para comprar droga”. Pergunto à Maria de Lourdes: “O que o Estado tem feito para acabar realmente com as drogas dentro dos presídios?”. Ele sabe como elas entram e deixa essa situação permanecer.

A nossa companheira Eliane falou como mãe e portadora de necessidades. Faço a seguinte pergunta à Kátia: “O que vocês têm feito de concreto para essas mães que não podem trabalhar?”. Para o Estado, os filhos só viverão até 15, 16 anos. O benefício é para eles. Algumas mulheres se dedicam a vida inteira, mas quando seu filho vai embora, elas estão sem coluna, sem braço, sem emprego e sem alguém para cuidar delas.

A presidente – Com a palavra, a Sra. Norberta. Depois a Sra. Ilda, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A Sra. Maria Norberta Soares da Fonseca – Boa tarde a todos. Quero cantar uma música para alegrar essa Mesa maravilhosa. Estou muito feliz por participar deste encontro. Há tantas pessoas boas e bonitas aqui! Não sou cantora, mas vou interpretar uma música e quero que vocês me acompanhem.

– Procede-se à apresentação musical.

A presidente – Muito obrigada. Com a palavra, Ilda Rodrigues da Silva.

A Sra. Ilda Rodrigues da Silva – Boa tarde à Mesa. Boa tarde, plenária. Diante de tudo que ouvi, não poderia deixar de pontuar algumas de nossas necessidades, além das que já foram apresentadas. Meu nome é Ilda Rodrigues. Sou do Município de Ladainha, no Vale do Mucuri, e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em primeiro lugar, quero parabenizá-los pela iniciativa deste debate tão rico, tão importante. Estou muito orgulhosa de a nossa coordenadora de estado, a Alaíde, estar nos representando na Mesa. Peço uma salva de palmas para ela, para as deputadas e para todos os componentes da Mesa.

Quero dizer que isto aqui é muito importante e precisa acontecer mais vezes. Sou uma pessoa de muita fé. Acredito que esse debate não será em vão, ele vai ter resultado. A nossa realidade, companheiras, vai mudar. Vamos acreditar e continuar lutando com mais força.



Na história de luta das mulheres – estava refletindo enquanto ouvia um e outro falar –, das trabalhadoras do campo, elas não imaginavam um momento como este, não imaginavam estar dentro desta Casa participando. Elas não seriam recebidas, não tinham voz ativa e nem vez. Estamos de parabéns por chegar até aqui. Isso vai fazer com que nos apoderemos da coragem e da força para continuar lutando e dando cada vez mais um passo à frente das nossas necessidades pelas nossas companheiras. As nossas conquistas pouco a pouco vão se consolidando. Estamos no caminho certo.

Quero deixar mais um pedido. Estou vendo que aqui sai de tudo. Ninguém pode perder a oportunidade de participar, sabendo que estamos sendo ouvidos em todo o Estado. Precisei de um documento em meu nome para apresentar ao Ministério do Trabalho, mas não tive e não tenho. Por isso quero reforçar aqui. Fiz esse pedido em Teófilo Otôni, quando o secretário do governo Pimentel esteve na Câmara de vereadores daquela cidade. Foi falado da regularização fundiária. Em nome do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, das nossas agricultoras, tanto o homem quanto a mulher, que também dependem dessa terra regularizada, não só nós, mas todo o Estado, o Vale do Mucuri e as demais regiões, quero deixar este apelo aqui. Essa reivindicação é muito importante para nós. Ressalto que precisei e continuo precisando desse documento em meu nome. Será muito importante se isso acontecer o mais rápido possível.

Também precisamos de assistência técnica para melhorar a produção na roça dos nossos agricultores e agricultoras. Muito obrigada pela oportunidade. Boa tarde.

A presidente – Obrigada, Ilda. Vamos passar para as considerações finais das nossas convidadas, que terão oportunidade de passar a mensagem final e responder os questionamentos feitos oralmente e por escrito.

Conversando com as deputadas que estiveram presentes e com a consultoria, todas estão apresentando a necessidade de fazermos esses encontros mais vezes.

Ontem e hoje tivemos a oportunidade, vamos dizer assim, de tomar pé desses vários lugares em que as mulheres estão, as idosas. Talvez tenha faltado aqui um pouco do olhar da jovem mulher ou da mulher jovem. Quem é essa mulher jovem, quais são os seus dilemas? Certamente são os mesmos, mas ela tem, com certeza, um olhar diferenciado para essa realidade. Quem é essa mulher jovem? Faltou aqui talvez nesta Mesa.

Mas no debate, aqui na apresentação, acho que faltou um pouco essa temática. Tivemos aqui a idosa, a questão da deficiência, das mulheres presas, da mulher do campo, da mulher da cidade. Vemos o quão complexa é a nossa realidade.

Mas não podemos ter apenas o olhar para o problema porque, se conversarmos com nossa mãe, com nossa avó, veremos que a realidade de antes era muito mais complexa ou muito mais difícil. As dificuldades eram outras, talvez até maiores. Muita coisa já avançou, não é, gente? Acho que primeiro temos de reconhecer isso, fruto da luta de gerações, da persistência e da esperança. Acho que temos de marcar os avanços e os desafios que temos.

O que quero deixar como proposta para que a Assembleia e a bancada de mulheres continuem articulando é que promovamos um encontro de todas as entidades, aquelas que ajudaram a preparar este encontro, aquelas que não estiveram no processo de preparação e que vieram aqui hoje, aquelas entidades que não estão aqui, convidando-as para fazer um balanço e perspectivas, como vamos traçar as novas estratégias. E é só nos encontrando para fazermos isso. A proposta é nos reunirmos no dia 22, após 8 de março, na véspera da Semana Santa. Nesse dia faremos um encontro aqui, às 10 horas. Não será no Plenário, mas vocês serão convidadas a participar em um local adequado, possivelmente no 4º andar do Edifício Tiradentes. Quem não tem o endereço registrado na Consultoria, por favor procure o gabinete das deputadas ou o *site* da Assembleia. Faça a inscrição da sua entidade para podermos convidá-las novamente para esse reencontro, que trará as nossas perspectivas em termos de atuação, porque acho que tomamos pé dessa realidade e é importante continuarmos para não termos a sensação de que não terá continuação a nossa luta. Está certo? Então, dia 22, às 10 horas. Ajudem a chamar mais pessoas.

Passo agora a palavra à Sra. Sandra de Mendonça para que faça suas considerações.



A Sra. Sandra de Mendonça Malet – Respondendo duas questões, que estarão incluídas em minha fala: tanto a Política Nacional do Idoso, que é a Lei nº 8.842, de 1994, quanto o Estatuto do Idoso, que é a Lei nº 10.741, de 2003, reafirmam, para ser até uma lei constitucional, o que está na Constituição Federal, dizendo que, em primeiro lugar, quem é o responsável principal pela pessoa idosa é a família.

Hoje, na nossa sociedade – e até inclui na gerontologia e na geriatria, especialidades médicas e não médicas que lidam com o envelhecimento –, incluir como uma grande síndrome, o grande problema do envelhecimento, a insuficiência familiar, suscita esta dúvida: quem vai cuidar desse idoso? Quando esse idoso não tem renda, entra o Estado, que só entra na insuficiência familiar e na insuficiência de recursos financeiros. Há um grande percentual de idosos que moram sozinhos hoje. Então é uma questão a ser discutida, é uma questão posta.

Hoje existe uma declaração, o testamento vital, que é uma declaração antecipada de vontade, que fazemos em cartório, que a gente descreve: hoje estou lúcida, hoje estou cognitivamente capaz. E se amanhã eu não estiver? Nenhuma família, ninguém discute sobre a possibilidade de se perder a capacidade cognitiva. Ninguém discute sobre isso, e isso às vezes recai sobre os filhos. Às vezes a família coloca o idoso numa instituição de longa permanência, e os próprios familiares criticam essa postura. Agora, se isso estiver registrado nessa declaração antecipada de vontade, em que a pessoa pode ir ao cartório e declarar aonde quer ir, como quer ser cuidado, vai minimizar muito os problemas, porque muito da violência que a gente observa foi originado pela falta de diálogo. Na verdade, velho é sempre o outro. Uso a palavra “velhice” porque é um preconceito não utilizá-la, porque estamos ficando velhos mesmo, ficamos velhos a partir do momento em que a gente nasce. É importante que haja esse diálogo na família, em relação ao que fazer quando a dependência chegar, o que fazer quando a necessidade chegar. Observamos que em muitos casos de violência, se tivesse havido diálogo durante todo o processo de vida, teria sido minimizada essa questão.

Outro tema que está na Constituição Federal é a gratuidade do transporte coletivo para 65 anos. Para haver uma mudança, para que o Estatuto do Idoso chegasse aos 65 anos, teria de haver uma mudança na Constituição Federal passando para 60 anos. Hoje a gente questiona, com o grande *boom* de pessoas nascidas em 1960, que em pouco tempo essas pessoas vão chegar a 60 anos, e vamos ter o *boom* do envelhecimento. Então, vamos ter de rediscutir vários direitos porque sabemos do impacto da previdência, do impacto que o envelhecimento economicamente vai gerar no País, apesar de muitos idosos ainda bancarem uma família inteira. Às vezes, com um salário mínimo, são eles que bancam uma família inteira, inclusive a educação de muitos netos.

Para finalizar, como isso está na Constituição, foi colocada essa responsabilidade para o gestor local. Em alguns municípios temos a gratuidade a partir de 60 anos de idade.

Em relação à última questão colocada, o empréstimo consignado está gerando endividamento e, muitas vezes, a violência financeira. São filhos que pegam o cartão dos idosos, que fazem o empréstimo, que praticam essa violência financeira. Isso também precisa ser avaliado. Foi tratado na Terceira Conferência Nacional do Idoso o cancelamento desse empréstimo consignado, principalmente a diminuição dos juros do que é oferecido à pessoa idosa. Obrigada.

A presidente – Obrigada, Sandra. Passo a palavra à Sra. Alaíde, da Fetaemg.

A Sra. Alaíde Lúcia Bagetto Moraes – A Chica, da economia solidária, me pergunta qual é a expectativa de melhoria diante do cenário dado. A expectativa é sempre de esperança, sempre acreditamos que vai melhorar e mudar. Não podemos perder o espírito de luta. Nós, mulheres e trabalhadoras rurais, obtivemos nossas conquistas com muita luta, com muita caminhada, muito debate e organização. Então, não podemos perder esse espírito de que tudo vai melhorar e mudar. Se perdermos essa esperança, estaremos fadadas a não conquistar mais nada.

Quero agradecer mais uma vez à Assembleia Legislativa por dar às mulheres trabalhadoras, às mulheres rurais, às mulheres do campo, às mulheres quilombolas a oportunidade de ter visibilidade dentro desta Casa.

A presidente – Obrigada, Alaíde. Com a palavra, a Sra. Kátia Ferraz Ferreira.



A Sra. Kátia Ferraz Ferreira – Quero agradecer por tratar pela primeira vez da questão da mulher com deficiência, haja vista que, em todas as situações em que se encontram as pessoas com deficiência, a sociedade enxerga primeiramente a deficiência – algo repulsivo no conceito da sociedade –, para depois, se for o caso, pensar nas outras características.

Vou copiar a ideia daquele que me antecedeu e dizer que devemos falar da questão da deficiência. Devemos falar “pessoa com deficiência”, porque não somos mais pessoas doentes. Devemos utilizar a nomenclatura correta, porque esta é um histórico do desejo das pessoas com deficiência. Isso reflete a vontade dessas pessoas.

Quero colocar a questão da violência contra as mulheres com deficiência. Como o caso da moça surda que foi submetida a estupro, há muitas mulheres com deficiência, surdas, submetidas a isso. Inclusive, há pessoas que, em função da violência sofrida, desenvolveram estudos acadêmicos. Há uma pessoa que é referência para o segmento da pessoa com deficiência, porque é surda, sofreu violência do pai, é lésbica, é doutoranda em antropologia e é casada no civil com uma companheira em Santa Catarina. Foi toda uma trajetória de descoberta individual e solitária.

No entanto, no que diz respeito a toda essa violência, o que encontramos em vias de justiça é que realmente as pessoas colocam a culpa e a responsabilidade na pessoa com deficiência, como se a sua fragilidade fosse a culpada por atrair aquele agressor, tal qual um homem que violenta uma mulher e se justifica pela roupa que ela usa. Ela poderá usar uma roupa que lhe cubra dos pés à cabeça, mas ele afirmará que ela o provocou de alguma forma. O mesmo acontece com uma pessoa com deficiência. O que temos visto é que os órgãos de Justiça – e muitas outras instituições, mas a Justiça foi citada – infelizmente colocam as concepções pessoais, as visões pessoais na sua atividade em julgar, acreditando que estão fazendo justiça.

Respondendo à minha colega de Vespasiano, com relação às mães de pessoas com deficiência, devemos fazer uma diferença entre o direito da pessoa com deficiência e as pessoas que cuidam de quem tem deficiência. As políticas para pessoas com deficiência são para as pessoas com deficiência. Quando são as mães que cuidam dessas pessoas é porque não existe política para acolher a pessoa com deficiência de forma que as mães possam ter sua vida.

Muitas vezes, pela falta de políticas para atendê-las, as pessoas confundem os direitos da pessoa com deficiência, e quem ocupa o lugar de acolhê-las é a família, que não consegue reposta do poder público. O poder público relativiza e avalia a política pública como a política da pobreza, a política de dar o mínimo, a política de dar esmolas. A assistência social não gosta de discutir a política da pessoa com deficiência. Em nosso conselho, temos a previsão de receber o dinheiro da assistência social para ajudar nessa política, mas isso não é contemplado dentro do conselho da assistência. E em nosso conselho, da pessoa com deficiência, temos a cadeira da assistência social; entretanto, a assistência nunca assumiu o seu posto como conselheiro do conselho estadual. Agora, vamos passar por uma eleição no conselho e vamos pensar nesse tipo de coisa. Vamos chamar os conselhos – da mulher, criança e adolescente –, porque as pessoas têm de aprender a contemplar de maneira verdadeira o respeito às características nas várias fases da pessoa com deficiência. É preciso fazer política efetiva.

Por fim, deputada, recentemente foi publicada pelo governo federal a Portaria nº 95, em que o governo estimula os estados e municípios a realizar uma política de cadastramento e monitoramento para saber quem são as pessoas com deficiência. Essa é uma demanda da Secretaria de Direitos Humanos. A partir daí, acho que poderemos monitorar e saber onde estão as pessoas com deficiência, seja por meio do Creas e do Cras ou das políticas municipais – temos algumas coordenadorias municipais que precisam colaborar, mas muitas delas não conseguem ou não sabem atender, em função da gestão municipal que apenas coloca ali uma pessoa nem sempre comprometida com o segmento e com as pessoas que precisam daquele serviço.

Agradeço, colocando-me à disposição. Espero que façamos muito mais discussões como esta. Espero que esta comissão parlamentar, digamos, se apodere da comissão permanente da pessoa com deficiência, para levar esse assunto àquela comissão. É isso o que peço. Muito obrigada.



A presidente – Temos de eleger mais mulheres, Kátia, porque são muitas comissões, e somos só sete mulheres na Casa. Mas podemos tratar da questão da deficiência, com a abordagem nas mulheres, na Comissão Extraordinária das Mulheres e na Comissão de Participação Popular, que também está à disposição. Com a palavra, a Sra. Maria de Lourdes.

A Sra. Maria de Lourdes de Oliveira – Mais uma vez, quero parabenizar a deputada Marília Campos e toda a comissão organizadora por este debate que acontece pela primeira vez nesta Casa, trazendo tanta especificidade e mostrando tantas violências que acontecem com as mulheres, às quais, se ficarmos à margem, não conseguiremos dar visibilidade.

Neste debate, cada uma de nós trouxe pontos e situações específicas das mulheres, e eu gostaria muito que permanecêssemos unidas, lutando pela mulher. Não estou lutando pela mulher em situação de prisão, mas pela mulher que hoje se encontra privada de liberdade e que amanhã estará na sociedade, vivenciando tantas outras violências. É essa a união que peço a cada uma de nós.

Este debate também pela primeira vez abre as portas dos pontos em que temos de melhorar como mulheres, cidadãos e responsáveis por uma sociedade justa, fraterna, de paz e com direitos iguais. Em nossa indignação diária, que possamos estar em todos os lugares onde houver uma mulher sendo violada, tendo seus direitos violados, independentemente do público com que atuamos.

Quero responder à pergunta sobre uma mãe que diz que tem de levar dinheiro para que o filho pague dívidas de drogas dentro das unidades prisionais. Quem está no cotidiano das prisões sabe que não estou falando de nada da Grécia, mas do sistema prisional mineiro, da realidade de chão de cadeia, chão de penitenciária. Infelizmente isso é real, faz parte do cotidiano das prisões.

Hoje, na Secretaria de Defesa Social, há o programa de política sobre drogas, que acredito não consiga abarcar essa problemática da questão das drogas dentro dos presídios.

Outro ponto é o que a pastoral carcerária percebe nas suas visitas. Primeiramente é a questão da droga e da corrupção. Percebemos isso e, é claro, informamos a quem é de competência. Outra situação que percebemos em relação às drogas é o corpo técnico que presta essa assistência aos dependentes químicos. Na maioria das unidades prisionais, isso não existe por ausência de servidores, como psicólogo e assistente social. Há unidades prisionais que não possuem corpo técnico sequer para o atendimento de várias mulheres, inclusive que foram presas na cracolândia, perto da Pedreira Prado Lopes. Às vezes, na unidade prisional, estão sob a situação da abstinência e muitas vezes levando falta grave. Quer dizer, precisam de assistência à saúde, mas o que levam é falta grave.

Para finalizar, quero levar todos a uma reflexão. A maioria dessas mulheres é presa por serem usuárias. Como não conseguem provar que é para uso próprio, elas são denominadas traficantes e muitas delas condenadas a penas altíssimas. Fico pensando na contradição que vivemos e estamos vivendo hoje. Se o tráfico de drogas dentro das unidades é comum, por que esse grande encarceramento em massa das mulheres que eram usuárias, foram presas e internamente não recebem tratamento algum? Essa é a reflexão que gostaria de trazer para nós, como sociedade que as receberemos e que somos corresponsáveis por todas que lá estão.

Quero reforçar, para encerrar, que é preciso pensar numa casa de atendimento aos egressos, especificamente às egressas, às mulheres que cumpriram a sua pena e retornam à sociedade. Existem ações de entidades que procuram amenizar o grande estrago que isso traz à vida da mulher. No entanto, o Estado, em si, não tem essa política para a mulher que cumpriu a pena e precisa ser reinserida na sociedade.

Quero agradecer-lhes, mais uma vez. Deputada Marília e todas as outras deputadas, podem contar com a Pastoral Carcerária. É isso que quero deixar. Nós, como mulheres, precisamos somar forças, dar as mãos e nos despir do preconceito, porque, quando luto pelos direitos humanos, luto pelo direito humano de todas as mulheres onde quer que estejam. Obrigada.

A presidente – Obrigada, Sra. Maria de Lourdes. Com a palavra, o Sr. Felipe Lattanzio, por último.



O Sr. Felipe Lattanzio – Obrigado. Quero primeiramente responder à pergunta da Sra. Thamires, do Fórum da Juventude da Grande BH, sobre os resultados das ações com homens autores de violência. Além da questão da baixa reincidência e do índice de cumprimento dos grupos que já ressaltai, ao final da participação com todos os homens, é feita uma avaliação individual qualitativa na qual tentamos perceber quais mudanças e processos foram percorridos por eles.

Primeiro a gente percebe que eles conseguem desenvolver uma capacidade de resolver conflitos de uma forma completamente diferente, passando pelo diálogo, colocando-se no lugar das mulheres. Isso é muito patente na maioria dos casos. Eles também conseguem se responsabilizar pela violência cometida no sentido de entenderem o dano, o sofrimento e o mal que causaram. Ao se colocarem no lugar dessas mulheres, eles agem de forma diferente.

Há também uma diferença na reação àquilo que os afeta. Normalmente, nesse modelo de masculinidade hegemônica, para os homens, quando são afetados por algo, é como se fosse quase um bate e volta. Eles reagem numa espécie de impulso, sem conseguir, inclusive, parar para pensar no que os afetou e como reagir a isso. Então, eles também conseguem ter uma permeabilidade maior para reagir dessa forma. Acontece uma mudança muito grande na relação com as companheiras no sentido de diálogo, não apenas nos conflitos, mas como um todo, no entendimento das diferenças de gênero e na relação com as filhas e os filhos. Isso é muito claro. Normalmente os homens conseguem adotar estilos mais afetivos de paternidade, que não é apenas aquele pai que diz não, mas o pai que demonstra amor, o pai que não cria diferente meninas e meninos. Isso também é um resultado importante, pensando nas mudanças culturais a serem atingidas pelos grupos.

Há duas pesquisas de mestrado, que provavelmente terão início no ano que vem, de dois psicólogos do Albam, em que eles também vão avaliar esses resultados a longo prazo. Eles irão atrás desses homens que participaram do grupo, um ano, dois anos depois, para ver os resultados qualitativos e também, numa maneira mais estatística, o impacto a longo prazo dos grupos.

Fui tocado pela pergunta feita sobre Ibirité. Há um ano e meio mais ou menos, a PM de Ibirité me convidou a dar uma palestra para os policiais sobre a abordagem do homem autor de violência. É muito interessante ver o crescente interesse dos diversos equipamentos sociais, da polícia como um todo, sobre esse tema, mas também é necessário apontar a importância de terem equipes especializadas dentro da polícia, em todos os municípios, a fim de lidar com o tema. É o que a gente chama aqui de prevenção da violência doméstica, que são algumas policiais e alguns policiais especializados nesse tema. Isso faz toda a diferença. Claro que, para além disso, é importante ter equipamentos públicos especializados no tema da violência contra a mulher como um todo. Mas, falando apenas da Polícia Militar, é importante não só aumentar o que já se tem em várias cidades, mas multiplicar essas equipes especializadas.

Por fim, queria ressaltar novamente a minha felicidade de ver esse tema ser discutido nesta Casa, a importância da discussão do tema dentro das suas diferenças. Hoje em dia não basta mais falar da violência contra a mulher, mas das diferentes formas de violência, diferentes formas de ser mulher e também de ser homem. Então, quero falar da minha felicidade pela diversidade da discussão, mas sem que se perca de vista a coletividade necessária para esse enfrentamento, para essa luta. De um lado, a diversidade, mas, de outro, um movimento comum de coletividade para podermos enfrentar essa grande desigualdade, essa hierarquia de gêneros que ainda persiste na sociedade. Obrigado.

A presidente – Muito obrigada, Sr. Felipe.

A Sra. Nanci Ramos de Menezes – Marília, só queria fazer uma homenagem às sete deputadas. Vou pedir que todos fiquem de pé para jogarmos uma energia em vocês neste espaço. Que a energia desça em vocês, em todas nós e na sociedade. Em cada momento que vocês estiverem aqui, saibam que, de onde a gente estiver, estaremos jogando a energia feminina para vocês todas. (– Canta.)

Com autonomia, reconhecimento e participação, vamos dizer que somos contra a violência a todas as mulheres de Minas e do mundo. Parabéns, Sras. Deputadas.

A presidente – E não se calem, não é, Nanci? Onde ela quiser e em todos os lugares. Não é isso?



Minhas companheiras, saímos daqui, eu enquanto mulher, cidadã e parlamentar, reconhecendo, em primeiro lugar, que a Assembleia Legislativa fez uma homenagem às mulheres. Fez uma homenagem, porque garantiu que este momento de reflexão e de encontro acontecesse. Tenho certeza de que saímos daqui mais fortalecidas para enfrentar os desafios que temos pela frente. Mas não nos conformamos com o que temos, porque queremos mais. Eu queria que vocês também pressionassem, de cada lugar que estão, para que a Assembleia assumisse o compromisso institucional de que este Poder tem que ser democratizado. Tem que haver mais mulheres na política, e queremos que as mulheres estejam nos principais comandos desta Casa. É por essa razão que é muito importante que vocês, mulheres, pressionem, sensibilizem os deputados para que votem na PEC nº 16, que garantirá que pelo menos uma mulher esteja presente nesta Mesa, não apenas hoje, mas sempre.

Então quero agradecer a presença de vocês, informando às participantes e aos participantes deste ciclo de debates que os certificados de participação serão encaminhados para os *e-mails*, no credenciamento, no prazo de até 15 dias. Aqueles e aquelas que necessitarem de atestado de comparecimento deverão solicitar no CAC ainda hoje, ao final do evento. Não se esqueçam de que, no dia 22 deste mês de março, estaremos reunidas com a Consultoria, convidando todas as entidades para fazermos o balanço e as nossas perspectivas daqui para a frente. Informamos que a publicação da ata deste ciclo de debates estará disponível na versão eletrônica do *Diário do Legislativo*, na edição do dia 19 de março, e poderá ser acessada pelo portal da Assembleia Legislativa.

Por último quero agradecer a toda a equipe de trabalhadores e trabalhadoras que se envolveram intensamente neste ciclo de debates. Cito a Consultoria, mas também as nossas trabalhadoras e os trabalhadores dos gabinetes das deputadas e de alguns deputados que ajudaram a organizar este encontro.

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 14/12/2015

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalcleber Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Bráulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.634/2015, altera a Deliberação nº 2.446/2009, que disciplina a aplicação de verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Ulysses Gomes, processo contendo termo de adiantamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Yasuda Marítima Seguros S.A., tendo como objeto a prestação de serviço de seguro de vida para servidores da Contratante prestamistas do Fundhab – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Alencar da Silveira Jr. referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Sociedade Mineira de Cultura, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, tendo como objeto a realização anual do Parlamento Jovem de Minas, em suas etapas municipal e estadual, por meio do envolvimento de estudantes de ensino médio e universitários da PUC Minas – parecer favorável à celebração do convênio, autorizando a despesa, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Arlen Santiago referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa A.R. & C. Comércio e Distribuição Ltda., tendo como objeto o fornecimento e instalação de armários em MDF – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 79/2015, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado;



processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Navisystem Importação Ltda., tendo como objeto a aquisição de *scanner* planetário para formato A3 – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 86/2015, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – Fundep, tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria para aprimoramento de práticas participativas – parecer favorável à contratação, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Planejamento e Controle, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Alencar da Silveira Jr., Requerimento nº 3.330/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações concretizado em cópia dos processos de licenciamento ambiental de todas as barragens de rejeitos licenciadas pelo Estado de Minas Gerais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.331/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - pedido de informações sobre: qual o impacto do rompimento das barragens para a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos de Minas Gerais; qual o impacto do rompimento para a qualidade das águas superficiais, notadamente a Bacia do Rio Doce, e das águas subterrâneas do Estado; qual a perspectiva de recuperação dos recursos hídricos na região afetada; quais os resultados das análises de água e sedimentos dos corpos de água afetados, bem como do rejeito das barragens rompidas, incluindo condutividade elétrica, oxigênio dissolvido, pH, temperatura, sólidos totais, sólidos dissolvidos totais, sólidos totais em suspensão, turbidez e presença de arsênio e outros metais: alumínio, ferro, cobre, manganês, cádmio, chumbo e mercúrio, entre outras análises já realizadas; qual a projeção do Igam em relação ao impacto a ocorrer na política de abastecimento hídrico de Minas Gerais e nos mananciais de captação de recursos hídricos na região afetada, nos próximos anos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.332/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao procurador-geral de Justiça pedido de informações concretizado em cópia de todos os termos de ajustamento de conduta firmados pelo Ministério Público, nos últimos 15 anos, envolvendo as empresas Samarco Mineração, Vale e BHP Billiton – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.333/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao coordenador estadual de Defesa Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre: qual o número oficial, nome e idade dos mortos e desaparecidos; quantos municípios e localidades foram atingidos no Estado; qual o número de mortos e desaparecidos por localidade; qual o número de desabrigados por localidade; quais são as condições de alojamento dos desabrigados por localidade; quais são as condições de alimentação dos desabrigados por localidade; quais os riscos de contaminação ou de doenças a que estão sujeitos os desabrigados e quais são as condições de saneamento das localidades atingidas e se a população das localidades atingidas está sujeita a contaminações ou a algum tipo de doença ou risco à saúde, em razão do rompimento das barragens de Fundão e Santarém no Município de Mariana – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.334/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Geoinformação e Tecnologia – Igtec – pedido de informações consubstanciado em imagens de satélite dos últimos cinco anos das barragens de rejeitos de mineração da empresa Samarco Mineração, no Município de Mariana – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.335/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre o termo de compromisso preliminar firmado com a Samarco Mineração em 16/11/2015, no qual foi garantido o montante mínimo de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) para tutela ambiental emergencial, em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos da empresa – parecer pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.337/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações sobre a existência, entre os condicionantes para o licenciamento das atividades minerárias no Município de Mariana, de previsão de ações de relacionamento das empresas com a população vizinha aos empreendimentos, a fim de subsidiar plano de emergência em caso de desastres – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.338/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao



secretário de Meio Ambiente pedido de informações sobre o prazo, considerado normal, para licenciamento ou renovação de licença de operação de empreendimentos minerários, especialmente quando dotados de barragens de rejeitos; a quantidade de servidores designados para tal atribuição, a existência de carência de servidores e de equipamentos, e, especificamente em relação a Mariana, a razão da demora na renovação das licenças – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.339/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao superintendente Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana – Supram-CM – pedido de informações consubstanciado em cópia da manifestação técnica dessa superintendência sobre a segurança na unidade operacional de Germano, feita a partir dos estudos sobre os impactos da sobreposição de áreas diretamente afetadas da Barragem do Fundão e da pilha de estéril União da Mina de Fábrica Nova da Vale – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.340/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as medidas de segurança adotadas, principalmente para o Município de Barra Longa, com vistas a evitar que ocorram mais mortes, em face do risco de rompimento de outras barragens de rejeitos na região - parecer pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.402/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita ao coordenador da Defesa Civil de Minas Gerais informações sobre as providências preventivas que estão sendo tomadas diante da possibilidade de alagamentos na região atingida pelo rompimento das barragens da Samarco Mineração S.A., com a aproximação do período de chuvas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.403/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita ao presidente da Copasa-MG informações sobre a existência de um plano de evacuação da área abrangida pela barragem de Várzea das Flores, no Município de Betim, e sobre a existência de risco à estabilidade da barragem decorrente das explosões realizadas na pedreira situada nessa localidade – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.404/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável informações sobre as barragens existentes no Estado quanto aos aspectos que menciona – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.406/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável informações sobre a previsão, nos processos de licenciamento ambiental relativos às minas da Samarco, de autorização para transferência e disposição de carga de rejeitos minerários oriundos da mina/complexo Alegria, concedida à Vale – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.408/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita à Secretaria de Governo informações sobre o conteúdo da reunião ocorrida em 19/11/2015 entre o governo e prefeitos dos municípios inseridos na área geográfica atingida pelos efeitos do rompimento da barragem de Fundão, situados na Bacia Hidrográfica do Rio Doce - parecer pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.464/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita ao secretário de Meio Ambiente informações sobre o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração S.A., ocorrido em Mariana, na forma que menciona – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012. Para finalizar, o presidente assina os seguintes atos: nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000 e 5.310, de 21/12/2007, exonerando, a pedido, a partir de 2/12/2015, José Wilson Martins Júnior do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, designando Fabíola Beatriz Resende Farage para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação; dispensando, a partir de 21/12/2015, Fabíola Beatriz Resende Farage da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº



5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, e 21.697, de 25/5/2015, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 9/12/2015, a servidora Cristiane Costa Pereira, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Jornalista, no exercício da Função Gratificada de Gerente-Geral – FGG, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/12/2015, a servidora Maria Beatriz Chagas Lucca, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Redator-Revisor, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, e 21.697, de 25/5/2015, da Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16/11/2015, a servidora Isaura Infantino, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, combinada com as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.090, de 17/12/1990, tendo em vista o disposto na alínea “a” do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, combinada com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, recepcionada pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, e 21.697, de 25/5/2015, e da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 19/11/2015, conforme a sua situação funcional em 16/12/1998, a servidora Regina Celia Cardoso Pinto, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 21 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 21 de dezembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente - Hely Tarquínio - Lafayette de Andrada - Braulio Braz - Ulysses Gomes - Alencar da Silveira Jr. - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 9/12/2015

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.633/2015, dispõe sobre o remanejamento dos créditos do orçamento da Assembleia Legislativa. A seguir, a Mesa decide dispor sobre isenção de registro de ponto no Sistema Informatizado de Apuração de Frequência de servidor ocupante de cargo de direção. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Hely Tarquínio, processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a RPS – Rios, Projetos e Sistemas Ltda., tendo como objeto a cessão de uso, supervisão e manutenção do SAFCI – Sistema Informatizado de Administração Financeira e



Controle Interno da Assembleia e de seus Fundos – parecer favorável à contratação, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Telbrax Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de telecomunicação – parecer favorável à ampliação do objeto em 25% (vinte e cinco por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Iran Barbosa referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Alerta Informações Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de acompanhamento e remessa, à Procuradoria-Geral da Casa, de publicações em Diários Oficiais – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Gibbor Brasil Publicidade e Propaganda Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de publicação de avisos de licitação e afins de interesse da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de adiantamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa De Almeida e Donzelli Consultores Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços técnicos de consultoria e elaboração de projeto visando à obtenção de autorização para a execução do serviço de retransmissão de televisão (RTV) em caráter primário ou secundário e licenças para funcionamento das estações – parecer favorável à prorrogação contratual, para continuar os serviços ainda não executados devido à alteração do objeto para que sejam observados a Força Tarefa a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 282/2013 e demais procedimentos administrativos exigidos pelo referido Ministério e pela Anatel, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig, tendo como objeto a aquisição de café – parecer favorável à contratação, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, VIII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, processo nº 1011014169/2015, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de adiantamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Profissionalizante do Menor – Assprom, tendo como objeto a prestação de serviços de adolescentes trabalhadores – parecer favorável à alteração do preço fixado na prorrogação operada pelo ADT/113/2015, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Ace Seguradora S.A., tendo como objeto a prestação de serviço de seguro para o Edifício Carlos Drummond de Andrade – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Requerimento nº 2.343/2015, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Ciência e Tecnologia pedido de informações sobre a aplicação dos princípios e das normas da autonomia universitária aos câmpus da Uemg - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 2.441/2015, da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre os motivos do cancelamento do Cartão Aliança pela Vida das comunidades terapêuticas que especifica – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.491/2015, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre os critérios utilizados pela perícia médica para verificação da deficiência dos candidatos inscritos nos concursos públicos em andamento na instituição – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.552/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre a existência de programas e de distribuição de materiais feitos por essa pasta,



relativos à educação inclusiva na rede estadual de ensino - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 2.671/2015, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre os convênios celebrados por essa secretaria, a saber: quantos e quais são os convênios, o percentual de pagamento de cada um deles e o cronograma para conclusão dos pagamentos – parecer pela aprovação, aprovado; ao deputado Lafayette de Andrada, Requerimento nº 2.115/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações consubstanciadas em cópia da prestação de contas do Hospital Regional de Uberaba (Hospital José de Alencar) – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.276/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações consubstanciadas em análises referentes à quantidade de acidentes de trânsito, prisões por tráfico de drogas e de entorpecentes, furtos, roubos, violência contra a mulher, assassinatos e apreensões de armas, munições e drogas ocorridos no Estado nos últimos 18 meses, segmentadas por município – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.379/2015, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento e ao secretário de Transporte pedido de informações sobre a existência de estudos de viabilidade econômica para a implantação de sistema de transporte rápido sobre trilho nas categorias VLT ou monotrilho que realize a ligação entre o centro de Belo Horizonte e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.457/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à diretora do Detran-MG pedido de informações sobre a regulamentação e fiscalização dos valores cobrados pela alienação de placas automotivas no Estado, tendo em vista as notáveis diferenças de valores praticados no mercado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.516/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre a apuração dos fatos que ocasionaram a morte do jovem Hugo Vinícius, de 14 anos, durante uma abordagem de policiais militares no dia 14/9/2015, em Belo Horizonte - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 2.517/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a investigação referente à morte do jovem Hugo Vinícius, de 14 anos, durante uma abordagem de policiais militares no dia 14/9/2015, em Belo Horizonte – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.670/2015, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja inserido nos anais da Casa o artigo "A vez do presidente Lula e a de Ângelo Miguel", do senador Cristovam Buarque, publicado no jornal "O Tempo" em 9/10/2015 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.697/2015, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a tramitação da lavratura da escritura pública de doação da área destinada ao conjunto habitacional do Bairro Confisco, situado em Belo Horizonte e Contagem, conforme previsto na Lei nº 17.617, de 2008 - parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 2.698/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações sobre os motivos que levaram à rebelião ocorrida no presídio de Teófilo Otoni em 12/10/2015 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.758/2015, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os programas dessa empresa destinados à recuperação e à preservação das nascentes em todos os municípios que exploram os serviços de abastecimento de água e de saneamento no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; ao deputado Alencar da Silveira Jr., Requerimento nº 1.628/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que solicita seja encaminhado ao delegado de Polícia Civil de Novo Cruzeiro pedido de informações consubstanciadas em cópia do inquérito policial referente ao crime ambiental cometido no Município de Caraí, em que cães foram mortos por envenenamento – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.864/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre a abordagem violenta de policiais militares ao reprimirem a manifestação, ocorrida em 30/7/2015, de famílias atingidas por empresas mineradoras, acompanhado do trecho das notas taquigráficas da 13ª Reunião Ordinária dessa comissão em que consta o relato de Juliana Depra Stelzer acerca do fato - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal



desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 14 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 14 de dezembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente - Hely Tarquínio - Lafayette de Andrada - Bráulio Braz - Alencar da Silveira Jr. - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 21/12/2015

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Bráulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.635/2015, dispõe sobre o Circuito Fechado de Televisão – CFTV – instalado nas dependências da Assembleia Legislativa para fins de segurança. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Cemig Distribuição S.A., tendo como objeto o fornecimento de energia elétrica na modalidade tarifária horária verde – parecer favorável à contratação por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, XXII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Manutenção e Obras, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Iran Barbosa referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Algar Aviation Taxi Aéreo S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves, modalidade táxi aéreo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Gustavo Correia referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Claro S.A., tendo como objeto a captação, instalação e distribuição de 300 (trezentos) pontos de sinais de TV, bem como o empréstimo, em regime de comodato, de decodificadores digitais e controles remotos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e as empresas Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Unidata Automação Ltda., tendo como objeto o gerenciamento de abastecimento da frota de veículos da Contratante e fornecimento de combustível (gasolina comum, álcool comum hidratado e óleo diesel) – parecer favorável à alteração de preço dos combustíveis, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa manifesta-se favoravelmente à concessão do Adicional de Desempenho – ADE, nos termos da Lei nº 17.590/2008, alterada pela Lei nº 20.693/2013, regulamentada pelas Deliberações da Mesa nº 2.421/2008, alterada pelas Deliberações da Mesa nº 2.517/2011, 2.540/2012 e 2.568/2013, e 2.432/2008, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, em 14/12/2015, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Gestão de Pessoas em 18/5/2015, e homologou a indicação das servidoras Carolina de Resende Pires Miranda Rodrigues, Fabíola Caixeta Sanches Mattos, Leni Rodrigues de Oliveira, Milena Marinho Paes e Priscila Maria Diniz Freitas, aptas à obtenção do ADE. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso



VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 28 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 28 de dezembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente - Hely Tarquínio - Lafayette de Andrada - Braulio Braz - Ulysses Gomes - Alencar da Silveira Jr. - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 28/12/2015

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa delibera: I) Deliberação da Mesa nº 2.636/2015 – dá nova redação ao § 7º do art. 1º da Deliberação da Mesa nº 2.569/2013, que regulamenta o disposto no art. 221 da Resolução nº 800/1967, no que se refere ao auxílio-educação e ao auxílio-educação especial dos servidores da Assembleia Legislativa; II) Deliberação da Mesa nº 2.367/2015 – dispõe sobre procedimentos no âmbito da Ouvidoria Parlamentar da Assembleia Legislativa; III) Deliberação da Mesa nº 2.638/2015 – altera dispositivos da Deliberação da Mesa nº 2.555/2013, que dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei Federal nº 12.527/2011, no âmbito da Assembleia Legislativa; IV) Deliberação da Mesa nº 2.639/2015 – altera a Deliberação da Mesa nº 2.554/2012, que dispõe sobre o Sistema de Apuração do Resultado Setorial na Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a prestação de serviços gráficos de impressão de livros – parecer favorável à contratação, com licitação dispensável, nos termos do art. 24, VIII, da Lei Federal nº 8.666, 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Planejamento e Controle, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, tendo como objeto o estabelecimento de termos e condições e o intercâmbio tecnológico para viabilizar a integração entre as bases de dados de sistemas de informação da Secretaria e da Assembleia, especialmente no que se refere ao processo legislativo, visando a aprimorar as relações entre estes Poderes – parecer favorável à celebração do convênio, considerando manifestações da Secretaria-Geral da Mesa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Comercial Girassol EIRELI – EPP, tendo como objeto a aquisição de açúcar – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 49/2015, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência Suprimentos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Proteção Contra Incêndio Rival do Fogo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva no sistema de combate a incêndio da ALMG, constituído basicamente por extintores de incêndio, hidrantes e mangueiras de incêndio – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 74/2015, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012. Finalmente, o presidente assina o seguinte ato: nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de



4/7/2000 e 5.310, de 21/12/2007, exonerando, a pedido, a partir de 1º/1/2016, Marco Antonio Meireles Barbosa do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico em Eletrônica, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 4 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de janeiro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente - Hely Tarquínio - Lafayette de Andrada - Bráulio Braz - Ulysses Gomes - Alencar da Silveira Jr. - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/12/2015

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Ione Pinheiro e os deputados Doutor Wilson Batista e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios (11) da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária de Estado Adjunta da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, publicados no *Diário do Legislativo* em 3/12/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.584/2015, no 2º turno; 528/2015, no 1º turno; e 3.057/2015, em turno único (Arlen Santiago); Projeto de Lei nº 938/2015, no 1º turno (Carlos Pimenta), Projetos de Lei nºs 1.874/2015, no 1º turno; 2.604/2015, em turno único; e 3.004/2015, em turno único (Doutor Jean Freire); e Projeto de Lei nº 2.781/2015, no 1º turno (Ricardo Faria). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 27/2015 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Arlen Santiago); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 367/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Arlen Santiago). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.283/2015, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Ricardo Faria), e 1.596/2015 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Ricardo Faria). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.348/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.345 a 4.353, 4.376 e 4.658 a 4.677/2015. Em seguida, são recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.728/2015, dos deputados Antônio Jorge e Ricardo Faria, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o fornecimento aos municípios de insumos para controle de diabetes, tais como tiras reagentes, seringas com agulha acoplada, lancetas e insulina;

nº 4.729/2015, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja realizada audiência pública para entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os membros do Projeto Social Liga da Justiça, nos termos do Requerimento nº 3.069/2015;

nº 4.730/2015, dos deputados Antônio Jorge e Ricardo Faria, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a regularizar o fornecimento de insulina e insumos para controle do diabetes, como tiras reagentes, lancetas e seringas com agulha acoplada.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:



nº 4.732/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas a liberar o mobiliário para inauguração da Farmácia de Minas – Unidade Centro, em Ibitité, de responsabilidade do Estado, conforme Resolução nº 3.727, de 30/4/2013;

nº 4.735/2015, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação fundiária das casas de saúde – colônias de hanseníase – administradas pela Fhemig, em Bambuí, Três Corações, Ubá e Betim;

nº 4.736/2015, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de utilização dos adaptadores auditivos disponibilizados pelo Centro Mineiro de Reabilitação Auditiva – Cemear;

nº 4.737/2015, do deputado Wander Borges, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Segurança Pública, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, para debater a realização de festas e eventos com bebidas liberadas, denominados *open bar* ou similares, e o Projeto de Lei nº 704/2015, que dispõe sobre a proibição de realização de eventos desse tipo no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Glaycon Franco – Doutor Jean Freire – Ricardo Faria.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Extraordinária das Águas

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e os deputados Iran Barbosa, Leandro Genaro, Arnaldo Silva, Doutor Jean Freire e João Vítor Xavier, membros da Comissão Extraordinária das Águas, para a reunião a ser realizada em 21/3/2016, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de comemorar o Dia Mundial da Água e dar continuidade aos debates iniciados no Seminário Legislativo Águas de Minas III, fortalecendo-se os Comitês de Bacia e as parcerias com o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Projeto Manuelzão.

Sala das Comissões, 18 de março de 2016.

Cássio Soares, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.317/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Vanderlei Miranda, a proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.310/2014, visa declarar de utilidade pública a Associação Arca da Vida, com sede no Município de Campo Belo.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 3/7/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.



Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.317/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Arca da Vida, com sede no Município de Campo Belo.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 9º veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados; e o art. 32, parágrafo único, determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere legalmente constituída e registrada no Conselho Municipal de Assistência Social.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.317/2015 na forma apresentada

Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – Luiz Humberto Carneiro, relator – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – João Alberto.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.047/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Inácio Franco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Passa Tempo o imóvel que especifica.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 18/6/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição, em seus aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Em 5/8/2015, este relator solicitou fosse o projeto, nos termos do art. 301 do Regimento Interno, encaminhado ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, para que informasse sobre a situação efetiva do imóvel e se haveria algum óbice à transferência de domínio pretendida.

De posse da resposta, passamos à análise da matéria.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.047/2015 tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Passa Tempo imóvel com área de 10.000m², situado no lugar denominado Arcados, nesse município, e registrado sob o nº 2.986, a fl. 1 do Livro 3-E, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Passa Tempo.

É importante observar que, para a transferência de domínio de patrimônio público, o art. 18 da Constituição Mineira exige avaliação prévia, autorização legislativa e licitação para a alienação de imóveis, excepcionando a última exigência quando se tratar de doação e permuta, na forma da lei.



Ademais, a Lei Federal nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências, também exige, no inciso I de seu art. 17, autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência. Do mesmo modo, o processo licitatório é dispensado no caso de doação. Essa norma determina, ainda, a subordinação da transferência ao interesse público, o que pode ser observado no parágrafo único do art. 1º da proposição, que prevê a utilização do imóvel para a construção de um centro de convivência ou posto de saúde, o que beneficiará a população local, notadamente os mais necessitados.

Ainda com o propósito de defender o interesse coletivo, o art. 2º determina a reversão do imóvel ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

Cabe ressaltar que a Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais enviou a Nota Técnica nº 79/2015, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, declarando-se favorável à transferência de domínio pretendida, uma vez que a Escola Estadual Professor Antônio Pinheiro Campos, que funcionava no local, foi desativada devido à baixa demanda de discentes.

Entretanto, solicita que sejam incluídas na proposição duas alterações: a primeira, a destinação expressa a ser dada ao imóvel; a segunda, a obrigação para que o município promova a averbação da escritura pública de doação no registro do imóvel em determinado prazo, para evitar que a autorização fique sem efeito.

Portanto, embora não haja óbice à tramitação do projeto de lei em análise, apresentamos, no final deste parecer, o Substitutivo nº 1, com a finalidade de incluir as solicitações do Poder Executivo.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.047/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Autoriza o poder Executivo a doar ao Município de Passa Tempo o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o poder Executivo autorizado a doar ao Município de Passa Tempo imóvel com área de 10.000m² (dez mil metros quadrados), situado no lugar denominado Arcados, naquele município, e registrado sob o nº 2.968, a fl. 1, do Livro 3-E, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Passa Tempo

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se à construção de um centro de convivência municipal.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos, contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – A autorização de que trata esta lei tornar-se-á sem efeito se, findo o prazo estabelecido no art. 2º, o Município de Passa Tempo não houver procedido ao registro do imóvel.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – Luiz Humberto Carneiro, relator – Isauro Calais – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.049/2015****Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Inácio Franco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Passa Tempo o imóvel que especifica.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 18/6/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição, em seus aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Em 5/8/2015, este relator solicitou fosse o projeto, nos termos do art. 301 do Regimento Interno, encaminhado ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, para que informasse sobre a situação efetiva do imóvel e se haveria algum óbice à transferência de domínio pretendida.

De posse da resposta, passamos à análise da matéria.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.049/2015 tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Passa Tempo imóvel com área de 250 m², situado na Rua Treze de Maio, esquina com Rua Severino de Moraes, nesse município, e registrado sob o número 321, do Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Passa Tempo.

Inicialmente, é importante observar que o referido bem foi incorporado ao patrimônio do Estado por doação do Município de Passa Tempo, em 1976. De acordo com a documentação apresentada, a transferência se deu sem condições a serem observadas, como a finalidade de utilização ou reversão, em caso de descumprimento. Em decorrência disso, seu retorno ao patrimônio municipal deve ser por meio de doação, e não reversão, como propõe o projeto de lei em tela.

É importante observar que, para a transferência de domínio de bens públicos, ainda que para outro ente da Federação, o art. 18 da Constituição Mineira exige avaliação prévia, autorização legislativa e licitação para a alienação de imóveis, excepcionado o último requisito quando se tratar de doação e permuta, na forma da lei.

Há que se observar, também, o art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, que também exige, para bens imóveis, autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta no caso de doação. Essa norma determina, ainda, a subordinação da transferência ao interesse público, o que pode ser observado no parágrafo único do art. 1º da proposição, que prevê a utilização do imóvel para abrigar órgãos da prefeitura, o que, certamente, possibilitará o aprimoramento dos serviços prestados.

Ainda com o propósito de defender o interesse coletivo, o art. 2º determina a reversão do imóvel ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

Cabe ressaltar que a Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais enviou a Nota Técnica nº 82/2015, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, declarando-se favorável à transferência de domínio pretendida, considerando que o Estado não possui projetos para sua utilização e considerando ainda a finalidade pública que lhe será atribuída.

Embora não haja óbice à tramitação da matéria em análise, apresentamos, no final deste parecer, o Substitutivo nº 1, com a finalidade de autorizar a doação do referido imóvel e indicar o número da folha em que, de acordo com o documento anexado, o bem está registrado.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.049/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Autoriza o poder Executivo a doar ao Município de Passa Tempo o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Passa Tempo imóvel com área de 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), situado na Rua Treze de Maio, esquina com Rua Severino de Moraes, nesse município, e registrado sob o nº 321, a fls. 322 do Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Passa Tempo.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se ao funcionamento de órgãos da administração municipal.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – Antônio Jorge, relator – Luiz Humberto Carneiro – Bonifácio Mourão – Isauro Calais.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.396/2016

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do governador do Estado e encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 117/2016, o projeto de lei em análise “altera a Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, altera a estrutura da carreira de Professor da Educação Básica e dá outras providências”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 16/3/2016, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a esta comissão, nos termos do art. 102, III, “a”, combinado com o art. 188 do Regimento Interno, analisar a proposição quanto aos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Informa-se, ainda, que o governador do Estado, por meio da Mensagem nº 117/2016, solicitou a tramitação do projeto em regime de urgência.

Fundamentação

A proposição em análise pretende alterar a Lei nº 21.710, de 2015, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras dos profissionais da educação básica do Poder Executivo e altera a estrutura da carreira de professor da educação básica e dá outras providências.

Conforme justifica o governador do Estado, na mensagem que acompanha a proposição:

“o objetivo do projeto de lei ora encaminhado é honrar o compromisso assumido pelo Governo junto aos trabalhadores da área de educação básica, por meio da concessão de reajuste, conforme índice de correção do valor do piso salarial nacional do magistério, divulgado anualmente pelo Ministério da educação.



Para assegurar o pagamento do valor integral e atualizado do piso do magistério até 2018, o projeto de lei propõe que as tabelas de vencimento das carreiras do grupo de Atividades de Educação Básica e os valores dos abonos previstos no art. 8º da Lei nº 21.710/2015 sejam reajustados em 11,36% com vigência a partir 1º de janeiro de 2016.

Com as medidas propostas, o Governo cumpre determinação contida no art. 3º da Lei nº 21.710, de 2015, agregando atualização do piso salarial do magistério aos reajustes autorizados nessa mesma lei para servidores de todas as carreiras do grupo de Atividades de Educação Básica, bem como para os cargos de provimento em comissão de Diretor de escola, Secretário de Escola e gratificações de Vice-Diretor, Coordenador de Escola e Coordenador de Posto de Educação Continuada”.

No que toca aos aspectos jurídicos da proposição em análise, temos a destacar que se trata de matéria afeta à organização administrativa do Poder Executivo (art. 66, inciso III, alínea “f”, da Constituição do Estado). O projeto observa, dessa forma, o preceito insculpido nas alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 66 da Constituição Estadual, que inclui entre as matérias de iniciativa privativa do governador do Estado a disposição sobre a remuneração e o regime jurídico dos servidores públicos.

Como se verifica da proposição em análise, o reajuste concedido estaria autorizado pelo art. 3º da Lei nº 21.710, de 2015, que assim dispõe:

“Art. 3º – Os valores do vencimento das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, e do Abono Incorporável de que trata o art. 8º serão reajustados por lei específica, em decorrência de atualizações do valor do piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica de que trata a Lei Federal nº 11.738, de 2008.

Parágrafo único – Os reajustes de que trata o *caput* se darão na mesma periodicidade prevista na lei federal a que se refere o *caput*”.

Estende-se, também, o reajuste para os cargos de provimento em comissão de diretor de escola, secretário de escola e para as gratificações de vice-diretor, coordenador de escola e coordenador de posto de educação continuada.

Sobre esse ponto, a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que “regulamenta a alínea 'e' do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica”, no art. 2º, § 2º, dispõe que por “profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração”, razão pela qual o reajuste foi estendido para os cargos de provimento em comissão de diretor de escola, secretário de escola e para as gratificações de vice-diretor, coordenador de escola e coordenador de posto de educação continuada.

Registramos que foi encaminhado a esta Casa ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão informando que o projeto terá um impacto financeiro de R\$1,35 bilhão em 2016, mais R\$131 milhões em 2017, R\$94 milhões em 2018 e R\$16 milhões em 2019. Além disso, esclarece que “as medidas propostas decorrem da determinação constante no art. 3º da Lei nº 21.710, de 2015. Portanto, a aprovação do projeto não encontra óbices nas vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o referido dispositivo excepciona a adoção de medidas decorrentes de determinação legal”.

Com efeito, o parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

“Art. 22 – A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:



I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V – contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias dos dados apresentados aos comandos da Lei de Responsabilidade Fiscal será, no momento oportuno, analisada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária”. (grifos nossos)

Com a finalidade de adequar a proposição às normas constitucionais e legais vigentes, bem como à técnica legislativa, apresentamos, ao final do parecer, a Emenda nº 1 a seguir redigida.

Conclusão

Ante o exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.396/2016 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Substituam-se os arts. 1º a 10 do projeto pelos seguintes arts. 1º a 4º:

“Art. 1º – Ficam reajustados em 11,36% (onze vírgula trinta e seis por cento):

I – os valores de vencimento dos cargos das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 15 de agosto de 2004, e o Abono Incorporável de que trata o art. 8º da Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015;

II – as gratificações de função de Coordenador de Escola e de Coordenador de Posto de Educação Continuada – Pecon;

III – o vencimento dos cargos de provimento em comissão de Diretor de Escola e de Secretário de Escola e o subsídio do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar.

Art. 2º – O inciso I do *caput* do art. 8º da Lei nº 21.710, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º – (...)

I – os constantes no Anexo II, a partir de 1º de junho de 2015, e os constantes no Anexo II-A, a partir de 1º de janeiro de 2016;”.

Art. 3º – Em decorrência do disposto no art. 1º:

I – fica acrescentado à Lei nº 21.710, de 2015, o Anexo II-A, na forma do Anexo I desta lei;

II – o Anexo III da Lei nº 21.710, de 2015, passa a vigorar na forma do Anexo II desta lei;

III – o Anexo IV da Lei nº 21.710, de 2015, passa a vigorar na forma do Anexo III desta lei;

IV – fica acrescentado ao Anexo V da Lei nº 21.710, de 2015, o item V.1-A, na forma do Anexo IV desta lei;

V – as tabelas de vencimento das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, constantes nos itens V.2 e V.3 do Anexo V da Lei nº 21.710, de 2015, passam a vigorar na forma do Anexo V desta lei;

VI – os valores das gratificações de função de Coordenador de Escola e de Coordenador de Posto de Educação Continuada – Pecon –, constantes no Anexo V da Lei nº 15.293, de 2004, passam a vigorar na forma do Anexo VII desta lei;

VII – as tabelas de vencimento básico dos cargos de provimento em comissão de Diretor de Escola e de Secretário de Escola, constantes no Anexo VI da Lei nº 15.293, de 2004, passam a vigorar na forma do Anexo VI desta lei;

VIII – a tabela de subsídio do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, constante no Anexo VII da Lei nº 18.975, de 29 de junho de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo VIII desta lei.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2016 para o disposto nos arts. 1º e 2º e nos incisos I, IV, VI, VII e VIII do art. 3º.”.

Sala das Comissões, 18 de março de 2016.

João Alberto, presidente – Isauro Calais, relator – Gustavo Corrêa – Professor Neivaldo – Rogério Correia – Agostinho Patrus Filho.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.396/2016

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do governador do Estado e encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 117/2016, o projeto de lei em análise “altera a Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, altera a estrutura da carreira de Professor da Educação Básica e dá outras providências”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 16/3/2016, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com a Emenda nº 1, que apresentou.

Informa-se, ainda, que o governador do Estado, por meio da Mensagem nº 117/2016, solicitou a tramitação do projeto em regime de urgência.

Fundamentação

O projeto de lei em análise tem por objetivo alterar a Lei nº 21.710, de 2015, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras dos profissionais da educação básica do Poder Executivo e altera a estrutura da carreira de professor da educação básica e dá outras providências. Na justificativa que acompanha a proposição, o governador do Estado informa que “o objetivo do projeto de lei ora encaminhado é honrar o compromisso assumido pelo Governo junto aos trabalhadores da área de educação básica, por meio da concessão de reajuste, conforme índice de correção do valor do piso salarial nacional do magistério, divulgado anualmente pelo Ministério da Educação”.

Para tanto, pretende assegurar o pagamento do valor integral e atualizado do piso do magistério até 2018, reajustando em 11,36% os valores das tabelas de vencimento das carreiras do grupo de Atividades de Educação Básica e os valores dos abonos previstos no art. 8º da Lei nº 21.710, de 2015, a partir de 1º de janeiro de 2016.

Além disso, a proposição estende o reajuste para os cargos de provimento em comissão de diretor de escola, secretário de escola e para as gratificações de vice-diretor, coordenador de escola e coordenador de posto de educação continuada.

O governador afirma que o reajuste estaria autorizado pelo disposto no art. 3º da Lei nº 21.710, de 2015, agregando atualização do piso salarial do magistério aos reajustes autorizados nessa mesma lei para servidores de todas as carreiras do grupo de Atividades de Educação Básica, bem como para os cargos de provimento em comissão de diretor de escola, secretário de escola e gratificações de vice-diretor, coordenador de escola e coordenador de posto de educação continuada.

No que compete a esta comissão analisar, verificamos que o objetivo principal é valorizar os profissionais da educação básica, atribuindo-lhes salário adequado e em compatibilidade com o piso salarial nacional, conferindo-lhes um tratamento remuneratório mais consentâneo à natureza, ao grau de responsabilidade e à complexidade dos cargos componentes das carreiras por ela abrangidas.



A Emenda nº 1 apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça se mostra adequada e visa apenas promover ajustes de técnica legislativa ao projeto, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Entendemos que as medidas propostas pelo projeto são oportunas e convenientes para o alcance do interesse público, especialmente para a melhoria do serviço público de ensino prestado pelo Estado ao cidadão.

Por fim, é relevante destacar que, conforme ofício da Secretaria de Estado de Planejamento de Gestão enviado a esta Casa, a repercussão financeira das medidas previstas no projeto tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que será, no momento oportuno, analisado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.396/2016 com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 18 de março de 2016.

João Magalhães, presidente – Cristina Corrêa, relatora – Gustavo Corrêa – Professor Neivaldo – Agostinho Patrus Filho – Rogério Correia.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.396/2016

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe “altera a Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, altera a estrutura da carreira de Professor de Educação Básica e dá outras providências”.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Em seguida, foi o projeto encaminhado para análise em reunião conjunta da Comissão de Administração Pública e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A Comissão de Administração Pública, em análise de mérito, opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela comissão que a precedeu.

Vem, agora, o projeto a esta comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, em conformidade com o art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, “d”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em análise tem por objetivo modificar a Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, altera a estrutura da carreira de Professor de Educação Básica e dá outras providências.

Nesse sentido, propõe-se a concessão de reajuste de 11,36% sobre: o abono incorporável concedido a servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo e seus vencimentos; o vencimento básico dos cargos de provimento em comissão de Diretor de Escola e Secretário de Escola; as gratificações de função de Coordenador de Escola e de Coordenador de Posto de Educação Continuada – Pecon – e o subsídio do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar. Tal reajuste se dará mediante a alteração de tabelas constantes na referida lei.

O governador do Estado afirma, por meio da Mensagem nº 117/2016, que “para assegurar o pagamento do valor integral e atualizado do piso do magistério até 2018, o projeto de lei propõe que as tabelas de vencimento das carreiras do Grupo de



Atividades de Educação Básica e os valores dos abonos previstos no art. 8º da Lei 21.710/2015 sejam reajustados em 11,36%, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016”.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, não vislumbrou óbices à tramitação da proposição, uma vez que “se trata de matéria afeta à organização administrativa do Poder Executivo (art. 66, inciso III, alínea “f”, da Constituição do Estado)”. Informou, também, que o projeto observa “o preceito insculpido nas alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 66 da Constituição Estadual, que inclui entre as matérias de iniciativa privativa do governador do Estado a disposição sobre remuneração e o regime jurídico dos servidores públicos”. No entanto, com o objetivo de adequar a redação dos dispositivos do projeto à técnica legislativa, apresentou a Emenda nº 1.

Em sua análise de mérito, a Comissão de Administração Pública, em reunião conjunta com esta comissão, ressaltou que o intuito da proposição é “valorizar os profissionais da educação básica, atribuindo-lhes salário adequado e em compatibilidade com o piso salarial nacional, conferindo-lhes um tratamento remuneratório mais consentâneo à natureza, ao grau de responsabilidade e à complexidade dos cargos componentes das carreiras por ela abrangidas”, razão pela qual opinou pela sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

No que concerne à competência desta comissão para proceder à análise da repercussão orçamentária e financeira do projeto, destaca-se que o governador do Estado enviou a esta Casa, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – ofício no qual informa que o impacto da implementação da proposta será de R\$ 1,35 bilhão para o exercício de 2016. Já para os exercícios seguintes, o impacto será de R\$ 131 milhões em 2017; R\$ 94 milhões em 2018 e; R\$ 16 milhões em 2019.

Ainda segundo o referido ofício, “o envio do referido projeto de lei pelo governador do Estado decorre de determinação constante no art. 3º da Lei nº 21.710, de 2015, que prevê a concessão de reajustes para os servidores das carreiras da Educação Básica, conforme o índice de atualização do piso salarial nacional do magistério. Portanto, a aprovação do projeto não encontra óbices nas vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o referido dispositivo excepciona a adoção de medidas decorrentes de determinação legal”.

Além disso, é informado que a proposição “tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias”, sendo seu impacto “suportado através dos Recursos Ordinários do Tesouro, em atendimento ao art. 212 da Constituição Federal e art. 201 da Constituição Estadual”, e que “o aumento de despesas a ser gerado não afetará as metas de resultados fiscais”.

Destaque-se que a proposição em tela atende ao disposto no art. 169, II, da Constituição da República, que vincula a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração a autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. A LDO em vigor concede essa autorização em seu art. 14.

Ressaltamos, porém, que, por força do art. 169, § 1º, I, da Constituição da República, a aplicação da proposta em análise está condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente para atender às despesas dela decorrentes, bem como à observância dos limites constitucionais e legais.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.396/2016, em 1º turno, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 18 de março de 2016.

João Magalhães, presidente – Rogério Correia, relator – Professor Neivaldo – Gustavo Corrêa – Agostinho Patrus Filho.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 22º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/11/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um menor, além de drogas e quantia em dinheiro, e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 3.033/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/11/2015, em Ipatinga, que resultou na apreensão de objetos de valor, material para refino de drogas, drogas, quantia em dinheiro, veículo e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 3.047/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 39º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/11/2015, em Contagem, que resultou na apreensão de armas de fogo e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 3.048/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 15º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/11/2015, em Carmo do Paranaíba, que resultou na apreensão de arma de fogo, munição e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 3.049/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 23º Batalhão de Polícia Militar e na 7ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/11/2015, em Divinópolis, que resultou na apreensão de um menor, drogas, armas de fogo, munição, balanças de precisão e celulares (Requerimento nº 3.059/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 7ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/11/2015, em Divinópolis, que resultou na apreensão de droga, balança de precisão, quantia em dinheiro e celulares e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 3.060/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 54º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/11/2015, em Ituiutaba, que resultou na apreensão de 80kg de pasta-base de cocaína e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 3.063/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/11/2015, em Ipatinga, que resultou na apreensão de 1kg de cocaína e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 3.067/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 13º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/11/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, objetos de valor, arma branca e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 3.101/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 7º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/11/2015, em Dores do Indaiá, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo, munição e quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 3.102/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a comunidade de Sete Lagoas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.289/2015, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a comunidade de Jacinto pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.341/2015, do deputado Carlos Pimenta);



de congratulações com a comunidade de Inhaúma pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.349/2015, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a comunidade de Buenópolis pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.386/2015, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Rubim pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.388/2015, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Santa Maria do Salto pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.389/2015, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Nanuque pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.390/2015, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Nazareno pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.392/2015, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Japonvar pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.394/2015, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de São João da Lagoa pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.396/2015, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Cônego Marinho pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.397/2015, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Porteirinha pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.398/2015, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Abadia dos Dourados pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.414/2015, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Santa Juliana pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.415/2015, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Perdizes pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.416/2015, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Araxá pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.417/2015, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Pratinha pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.418/2015, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Estrela do Indaiá pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.419/2015, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Vazante pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.420/2015, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Claraval pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.421/2015, do deputado Bosco);

de congratulações com o Sr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, advogado e professor, por sua eleição para a presidência da OAB – Seção Minas Gerais (Requerimento nº 3.428/2015, do deputado Bosco);



Solicita seja formulada manifestação de aplauso à Sra. Roseli Siqueira Coelho Vilela por ter sido reeleita presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Lavras, representante da chapa Unidos para a Ordem e pela Ordem (Requerimento nº 3.516/2015, do deputado Fábio Cherem);

de congratulações com o Sr. Luiz Carlos Bergamin, prefeito de Extrema, por ser a melhor cidade do Brasil, segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM –, edição 2015, que avalia as condições de educação, saúde, emprego e renda de todos os municípios brasileiros (Requerimento nº 3.522/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

Solicita seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Adelino Pereira Dias, ex-prefeito de Janaúba e ex-deputado estadual, ocorrido em 7/12/2015, nesse município (Requerimento nº 3.527/2015, do deputado Gil Pereira);

de congratulações com o Sr. Júlio Bernardo do Carmo, por sua posse no cargo de presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Requerimento nº 3.658/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a comunidade de Alvinópolis pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.697/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Nova Lima pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.698/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Raposos pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.699/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Santa Luzia pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.700/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Sericita pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.701/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Taquaraçu de Minas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.702/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Ijaci pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.703/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Caeté pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.704/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Ibiaí pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.705/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Igarapé pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.706/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Alto Rio Doce pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.707/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Ritópolis pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.708/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Presidente Kubitschek pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.709/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Nova União pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.710/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Chapada do Norte pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.711/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Santo Hipólito pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.712/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Ipatinga pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.713/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Virgíópolis pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.714/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Tocantins pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.715/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a Rádio Itatiaia por seus 64 anos de existência (Requerimento nº 3.738/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – OAB-MG –, a diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais e o Conselho Pleno da OAB-MG, nas pessoas dos Srs. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves e Sérgio Murilo Diniz Braga, por sua posse para a gestão 2016-2018 (Requerimento nº 3.740/2016, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a diretoria do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRCMG – por sua posse para o biênio 2016-2017 (Requerimento nº 3.741/2016, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Santana do Riacho pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.754/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Sardoá pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.755/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Silverânia pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.756/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Piedade dos Gerais pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.757/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de São José da Varginha pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.758/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Ibirité pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.759/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Nova União pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.760/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Divinolândia de Minas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.762/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Queluzito pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.763/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Igarapé pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.764/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Caranaíba pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.765/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Gonzaga pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.766/2016, da deputada Ione Pinheiro);



de congratulações com a Diretoria da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais – Affemg – por sua posse (Requerimento nº 3.767/2016, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Timóteo pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.775/2016, do deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Ricardo Fehr Camargo pelo trabalho que desenvolve em prol da causa animal, inclusive fazendo atendimentos veterinários gratuitos aos animais de pessoas que não têm condições financeiras para arcar com o preço da consulta (Requerimento nº 3.780/2016, do deputado Noraldino Júnior);

de congratulações com a Diretoria Executiva da Fundação Dom Cabral por sua posse (Requerimento nº 3.786/2016, do deputado Duarte Bechir);

de aplauso aos policiais civis que menciona, lotados no Departamento Estadual de Combate ao Narcotráfico – Denarc –, pela atuação na ocorrência, em 5/2/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo, um automóvel e quantia em dinheiro e na prisão três pessoas (Requerimento nº 3.811/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso ao Cb. PM Roney Pereira Paz, policial militar lotado na 11ª Cia. de Missões Especiais, em Montes Claros, pelo ato de coragem durante o salvamento de duas vítimas de afogamento na Praia de Ponta Negra, no Estado do Rio Grande do Norte, em 18/12/2015 (Requerimento nº 3.812/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a comunidade de Pedralva pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.813/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Itajubá pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.814/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Ibitiúra de Minas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.815/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Ouro Fino pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.816/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de São Sebastião da Bela Vista pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.817/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sindicato das Indústrias do Mobiliário e de Artefatos de Madeira no Estado de Minas Gerais – Sindimov-MG –, por ocasião da posse de sua diretoria eleita para o triênio 2015-2018 (Requerimento nº 3.818/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Itatiaiuçu pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.825/2016, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Camacho pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.826/2016, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Itambé do Mato Dentro pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.827/2016, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a Sociedade Musical São Caetano, sediada no Município de Mariana, pelos 180 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.828/2016, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com o Midiaparque, primeiro parque tecnológico de produção audiovisual e multimídia em rede do Brasil. (Requerimento nº 3.839/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Sr. Emanuel Sady por sua reeleição para a Presidência do Sindicato dos Empregados nas Empresas de Transporte de Valores de Minas Gerais – Sintrav-MG (Requerimento nº 3.840/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel);



de congratulações com o 37º Batalhão de Polícia Militar, com sede no Município de Araxá, pelo seu 11º aniversário (Requerimento nº 3.841/2016, do deputado Bosco);

de congratulações com a Diretoria e o Conselho Regional de Economia do Estado de Minas Gerais – Corecon-MG – por sua posse (Requerimento nº 3.846/2016, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Rio Casca pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 3.851/2016, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a comunidade de Berilo pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 3.852/2016, do deputado Thiago Cota);

de aplauso aos policiais militares e servidores lotados no 38º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro pelo auxílio na operação policial que resultou na investigação e na prisão dos suspeitos do assassinato do prefeito do Município de Chiador, Moisés da Silva Gumieri (Requerimento nº 3.853/2016, do deputado Isauro Calais);

de aplauso aos policiais civis e servidores lotados na 108ª Delegacia de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro pelo auxílio na operação policial que resultou na investigação e na prisão dos suspeitos do assassinato do prefeito de Chiador, Moisés da Silva Gumieri (Requerimento nº 3.854/2016, do deputado Isauro Calais);

de aplauso aos policiais militares e servidores lotados no 27º Batalhão de Polícia Militar, na 4ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais, pelo auxílio na operação policial que resultou na investigação e na prisão dos suspeitos do assassinato do prefeito do Município de Chiador, Moisés da Silva Gumieri (Requerimento nº 3.855/2016, do deputado Isauro Calais);

de aplauso aos policiais civis e servidores lotados no 4º Departamento de Polícia Civil de Juiz de Fora – 4º DEPPC – pela operação policial que resultou na investigação e na prisão dos suspeitos do assassinato do prefeito do Município de Chiador, Moisés da Silva Gumieri (Requerimento nº 3.856/2016, do deputado Isauro Calais);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 180ª Cia. PM, pela atuação na ocorrência, em 18/2/2016, no Município de Ribeirão das Neves, que resultou na apreensão de drogas, armas, balanças digitais, quantia em dinheiro e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 3.864/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 133ª e na 283ª Cia. PM, pela atuação na ocorrência, em 22/2/2016, no Município de Contagem, que resultou na apreensão de um menor e de armas, munição, quantia em dinheiro e na detenção de quatro pessoas (Requerimento nº 3.865/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Diretoria da Associação Mineira do Ministério Público – AMMP – por sua posse para o biênio 2016-2018 (Requerimento nº 3.892/2016, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Divinésia pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.897/2016, do deputado Dirceu Ribeiro);

de congratulações com a comunidade de Rodeiro pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.898/2016, do deputado Dirceu Ribeiro);

de aplauso ao Maj. PM Alex Augusto Chinelato, ao Cap. PM Marcelo Ribeiro Vilas Boas, ao 1º-Ten. da Brigada Militar Leonard de Castro Farah, ao 2º-Sgt. da Brigada Militar Wesley Bernardes Faria, ao 3º-Sgt. da Brigada Militar Willian Lopes Tristão, ao Cb. da Brigada Militar Henrique Santos Perpétuo, aos integrantes da Companhia de Busca e Salvamento e aos integrantes da esquadrilha Pegasus pela atuação no salvamento dos moradores do Distrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana, em 5/11/2015, em virtude do rompimento da Barragem de Fundão (Requerimento nº 3.905/2016, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a comunidade de Ibituruna pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.907/2016, do deputado Duarte Bechir);



de congratulações com a comunidade de Olímpio Noronha pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.908/2016, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de São Sebastião do Rio Verde pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.909/2016, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Piranguçu pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.910/2016, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Arantina pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.911/2016, do deputado Duarte Bechir);

de aplauso ao jornal *Tribuna do Carmo* pelos 15 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.916/2016, do deputado Fabiano Tolentino);

de congratulações com a comunidade de Augusto de Lima pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.927/2016, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com o Sada-Cruzeiro pela conquista, pela terceira vez, do Campeonato Sul-Americano de Clubes de Voleibol Masculino (Requerimento nº 3.930/2016, da Comissão de Esporte);

de congratulações com o Cel. PM Elton Romualdo Araújo, pela sua assunção ao comando da 14ª Região da Polícia Militar, sediada no Município de Curvelo (Requerimento nº 3.933/2016, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com o Sr. Carlos Alberto Homem pelo trabalho desenvolvido à frente do Sindicato das Indústrias do Mobiliário e de Artefatos de Madeira no Estado de Minas Gerais – Sindimov-MG – no período de 2012 a 2016, prestando serviços relevantes ao setor moveleiro do Estado (Requerimento nº 3.935/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Instituto dos Advogados de Minas Gerais – Iamg – pelos 101 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.936/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá pelos 91 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.937/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Acaiaca pelo aniversário desse município (Requerimento nº 3.969/2016, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a Comissão Mineira de Folclore pelos 68 anos de atuação na pesquisa e na promoção do patrimônio cultural do Estado (Requerimento nº 3.984/2016, da Comissão de Cultura);

de congratulações com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – Abih – pelos 65 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.998/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados no 22º Batalhão de Polícia Militar, pelos relevantes serviços prestados em prol da segurança pública do Estado (Requerimento nº 4.000/2016, da Comissão de Segurança Pública);

de repúdio à decisão do governador do Estado de antecipar a cobrança do ICMS das empresas do dia 9 para o dia 2 de cada mês, a partir de abril de 2016 (Requerimento nº 4.035/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de congratulações com a Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop – e a Fundação de Arte de Ouro Preto – Faop – pela colaboração, com sucesso, na realização do primeiro encontro regional do Fórum Técnico do Plano Estadual de Cultura, realizado em 22/2/2016, no Município de Ouro Preto (Requerimento nº 4.036/2016, da Comissão de Cultura);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Araxá, o Sesc de Araxá, a Fundação Cultural Calmon Barreto e a Associação Comercial, Industrial de Turismo, Serviços e Agronegócios de Araxá pela colaboração, com sucesso, na realização do segundo encontro regional do Fórum Técnico Plano Estadual de Cultura, em 29/2/2016, no Município de Araxá (Requerimento nº 4.037/2016, da Comissão de Cultura).

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 10/3/2016**

O deputado Rogério Correia* – Deputado Lafayette de Andrada, que preside a nossa reunião no dia de hoje; deputado Dirceu Ribeiro, da nossa querida Ubá, é um prazer tê-lo na Mesa dos nossos trabalhos; deputadas e deputados. Sr. Presidente, o que me traz à tribuna hoje é novamente o assunto da educação, tema a que mais me dedico na Assembleia Legislativa. Hoje escolhi fazer este pronunciamento para demonstrar o que se pretende fazer pelo sistema educacional mineiro nestes quatro anos do governo Pimentel e como estamos pensando em fazer os compromissos de campanha serem, de fato, implementados. Começaria destacando o quadro atual das escolas, o quadro que encontramos. É preciso muita correção e muita política para melhoria do sistema educacional; vamos chamá-lo de quadro da própria escola.

Para se ter ideia, deputada Geisa, que também tem debatido esse tema, deputado Professor Neivaldo, deputado Ivair Nogueira e tantos outros que estão conosco, temos, no Estado de Minas Gerais, hoje, cerca de 130 mil trabalhadores da educação a título precário, ou seja, 2/3 do quadro educacional no Estado são designados. Apenas 1/3 – em torno de 65 mil servidores – são professores nomeados e concursados. Isso significa também que apenas 1/3 tem carreira na educação, 2/3 não. A precariedade no Estado é inacreditável: o segundo estado em maior número de trabalhadores da educação e estudantes, com 2/3 da educação mineira ainda com professores designados. Isso, deputado Lafayette de Andrada, é fruto de muitos anos, décadas em que, em vez de se elaborar um cronograma e ter como prioridade a nomeação de professores concursados, proliferaram no Estado designações ou tentativas de nomeações por legislações equivocadas, o que não é o tema do meu debate hoje. O certo é que temos 130 mil trabalhadores da educação com essa designação e trabalhando a título precário.

O governo Fernando Pimentel fez um acordo com o Sind-UTE, reconhecido por todos como um acordo histórico, no qual se inclui a nomeação de trabalhadores em educação até o ano de 2018. Inicialmente, esse acordo estabelecia a nomeação de 15 mil trabalhadores da educação por ano. De fato, no ano passado isso foi cumprido, e 15 mil trabalhadores da educação foram nomeados. Com a decisão do STF, 15.000 passou a ser um número pequeno em relação à necessidade e à demanda.

Então, deputado Wander Borges, este ano o governo renovou esse acordo e estabeleceu o mínimo de 40 mil trabalhadores da educação a serem nomeados por ano. Isso significa que teremos até o final do governo Pimentel, em 2018, 120 mil trabalhadores da educação nomeados, concursados, além dos 15 mil do ano passado. Ou seja, 135 mil trabalhadores da educação nomeados durante o governo Fernando Pimentel. Esse é o compromisso que, evidentemente, vamos cobrar com o sindicato para ser implementado.

Além dessas 135 mil nomeações, temos em torno de 65 mil servidores que já foram nomeados. Isso significaria 200 mil trabalhadores em educação nomeados, concursados, fato inédito no Estado de Minas Gerais. Se se descontarem os aposentados – cerca de 10 mil por ano –, chegaríamos ao final do governo com cerca de 150, 160 mil trabalhadores nomeados. Praticamente, resolve-se a questão da nomeação. Quando dizemos que teremos um quadro de trabalhadores nomeados, significa que terão um plano de carreira e um piso salarial nacional para a jornada de 24 horas-aula semanais. Não é pouco, é um compromisso essencial para a melhora do sistema educacional, e queremos reiterar esse procedimento.

Com base nisso, solicitei na Comissão de Educação, e quero contar com a participação de todos os deputados e deputadas e convidar os trabalhadores da educação e sindicatos, que estabelecamos esse cronograma e esse calendário para termos a segurança de que terminaremos o governo Pimentel com esse quadro alterado nas escolas. Ou seja, em torno de 160 mil trabalhadores em educação nomeados, com carreira estabelecida e com piso salarial nacional para jornada de 24 horas-aula semanais. Esse, presidente, é o compromisso que queremos reiterar.

Além desse compromisso, existem dois projetos de lei tramitando na Assembleia que são de interesse de todos os deputados, e aposto que serão aprovados por unanimidade: um projeto de lei que permite que todo trabalhador em educação tenha direito ao Ipsemg, mesmo aquele que tenha sido desligado pela decisão do STF, mas que pode ter também benefícios do Ipsemg no interior do nosso instituto, como previdência e saúde. Esse projeto está pronto para votação e já está na pauta dos nossos trabalhos.

E ele foi desmembrado do Projeto de Lei Complementar nº 50, que vai permitir que os adoecidos se submetam a perícia, ainda como trabalhadores da educação, ou seja, não desvinculados, e se aposentem, no caso de permanecerem por 24 meses em licença médica. Além disso, receberão o salário retroativo. Esses dois projetos têm por objetivo minimizar o problema, suscitado com a decisão do STF, de desligamento dos ex-efetivados pela Lei nº 100.

Por fim, há outra boa notícia na área da educação, presidente e deputados, que diz respeito ao reajuste do piso salarial. O deputado Bosco, que foi presidente da Comissão de Educação, sabe do compromisso de reajuste do piso que assumimos com o Sind-UTE, além dos abonos que, depois de incorporados, vão fazer com que o salário do professor chegue ao piso salarial nacional. Estabelecemos que em janeiro haverá a correção do índice nacional. Se o índice não for corrigido, não adianta darmos o abono, porque não chegaríamos ao piso. Por isso, haverá a correção anual do piso, feita no mês de janeiro.

Bem, o governo enviou a esta Casa um projeto de lei que continha dois grandes equívocos. Por isso, nós, da Bancada do PT, escutando o Sind-UTE, por meio da Profa. Beatriz Cerqueira, solicitamos ao governo a retirada desse projeto e o envio de outro em que fossem corrigidos estes dois itens: o pagamento, não como abono, mas como reajuste na carreira, de forma imediata, que seria de 11,36%, e não a partir de março, como está no projeto, mas retroativo a janeiro. O governo retirou o projeto anterior, está fazendo a análise dessas propostas e vai remeter novo projeto a esta Casa até a semana que vem. Nas palavras do governo, será um projeto negociado com o sindicato, com a Bancada do PT e, logicamente, com o Bloco Minas Melhor, que nos acompanha nessa reivindicação. Com isso, esperamos para a próxima semana o projeto do piso salarial, deputado Bosco, conforme combinado: com reajuste na carreira e retroativo a janeiro. Isso nos daria condição de votação rápida.

O fato é que temos três projetos – dois em tramitação e um que virá a tramitar – relacionados à educação. Foi principalmente por isso que ocupei a tribuna neste dia, dando esse alento aos trabalhadores e trabalhadoras da educação, com a notícia da nossa intenção de cumprimento não apenas do acordo salarial, mas também do rearranjo estrutural da carreira da educação, por meio da nomeação dos professores concursados. Como o deputado Durval Ângelo, nosso líder do Governo, está ciente desses projetos, aproveitei a presença de outros deputados para comunicar a intenção do governo de cumprimento dos acordos com a educação pública mineira.

Mas quero aproveitar os minutos que me restam para reproduzir neste Plenário um texto escrito pela jornalista e professora da UFMG, Ângela Carrato, em que ela faz uma análise inicial sobre as mudanças na Argentina ocorridas com o governo Macri. Abordo esse assunto porque, na Argentina, o projeto político vitorioso nas urnas derrotou o projeto da sua antecessora, Cristina Kirchner, cujo governo tinha uma semelhança com os governos de Lula e Dilma, no Brasil. O povo argentino votou pela troca de governo, com uma grande expectativa de mudança. É bom ressaltar que o presidente eleito foi reconhecido como tal pela ex-presidenta Cristina Kirchner, que admitiu a derrota e hoje trabalha na oposição, não para derrubar o governo Macri. Democraticamente, portanto, ela reconhece a decisão das urnas, o que seria importante acontecer no Brasil, para se evitar o agravamento da crise política e econômica.

Mas estamos acompanhando o andamento do governo Macri, na Argentina, e, nesse texto, a Ângela Carrato faz um apanhado já impressionante da agenda pós-neoliberal desse governo.

Eles cancelaram a Lei de Meios Audiovisuais, voltando a dar poder à Rede Globo de lá, a chamada..., depois citarei o instituto. Mas há mais do que isso. Já demitiram 20 mil trabalhadores da área pública e há 25 mil outros trabalhadores já com demissão anunciada. Na iniciativa privada, as demissões dos setores de construção civil, metalurgia, comércio, frigoríficos e de serviços também têm sido enormes na Argentina. As grandes empresas têm recebido uma série de isenção de impostos; e a www.almg.gov.br Página 110 de 123



energia elétrica e outras tarifas que não têm mais subsídios passaram a ter aumento entre 200% e 300% nesses quatro meses de governo Macri. Isso ocorreu com as contas de luz residenciais.

Além disso, o aumento dos aluguéis já superou 40%, e o de gêneros de primeira necessidade foi em torno de 50%. E o dólar disparou em 30% nesses quatro meses. Além disso, o governo voltou a pagar a dívida que foi contraída no regime militar, na ditadura civil militar, anulando a moratória que havia ocorrido no governo da Cristina Kirchner, dialogando, portanto, com os credores internacionais de forma desvantajosa para a Argentina. O governo Macri, na Argentina, em quatro meses, já está com índice de rejeição alto: em torno de 50% são os que o consideram ruim e péssimo, enquanto apenas 29% consideram o governo como bom.

Isso demonstra que o caminho escolhido na Argentina também está inserido numa crise econômica mundial que afeta o povo argentino, independentemente do governo que está lá agora. É claro que esse assunto nos interessa, porque é uma experiência que estamos tendo na Argentina. Vamos ver, vamos acompanhar, mas esses dados claramente demonstram que a saída pós-neoliberal, apresentada como uma solução, como mudanças para o povo argentino, tem trazido até agora... Isso na análise de amplos setores argentinos, como é o caso da professora da UFMG, Ângela Carrato, que fez um estudo a respeito desse início de retomada de um governo de característica mais neoliberal na Argentina. É de fato o que esperávamos que acontecesse lá e que, com certeza, aconteceria aqui se tivéssemos um ajuste fiscal, com privatizações e retomada de um modelo que, no passado, também não deu certo no Brasil. Então é esse um tema em que precisamos nos aprofundar, o qual trago hoje aqui para debate.

Sr. Presidente, tenho isso para dizer e, por fim, quero solicitar a todos os deputados e deputadas que tenham carinho com esses três projetos da área da educação, que já se encontram aqui, para que possamos aprová-los o mais rapidamente possível, pois beneficiarão todos os educadores: aqueles que foram da Lei nº 100, os designados, os nomeados e os que serão nomeados. Os três projetos de lei abrangem todo esse espectro da educação pública mineira e nós esperamos chegar, deputado Lafayette de Andrada, em 2018, com pelo menos 150 mil professores nomeados, com plano de carreira e com piso salarial nacional. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa* – Boa tarde a todos os senhores e senhoras parlamentares presentes, público que nos acompanha aqui, nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, TV essa cuja transmissão hoje abrange todo o nosso estado, dando aos nossos eleitores a oportunidade, sobretudo, de acompanhar o trabalho que cada um aqui realiza.

Vou iniciar meu pronunciamento pegando uma deixa do parlamentar que me antecedeu. Ouvi atentamente as ponderações dele, sobretudo fazendo a leitura de um artigo de uma determinada jornalista que fez críticas à política econômica e ao governo ora eleito na Argentina. Mas acho e, *data venia*, peço todo respeito a ele, que esse parlamentar deveria, de alguma forma, preocupar-se em explicar os equívocos e os erros do governo que defende.

Todos os brasileiros – tenho certeza, aqueles que gostam deste país –, no próximo domingo, deputado Durval Ângelo, estarão nas ruas para manifestar a sua indignação, sua decepção, mas, mais do que isso, manifestar o sentimento nacionalista de amor a este país. Aqueles que amam este país não aceitam a forma com que o partido da presidenta Dilma vem dirigindo os destinos.

Todos nós temos acompanhado pelos órgãos de imprensa, e não é este parlamentar que ora fala, as ações e as fases que a operação Lava Jato vem realizando no último ano. Quase todas as semanas, logo pela manhã, acompanhamos pelos órgãos de imprensa determinados cidadãos, políticos e empresários, alguns presos e outros obrigados a fazer o chamado depoimento coercitivo, resultado do assalto que o partido da presidenta da República realizou dentro da maior empresa brasileira. Então, aqueles que amam e gostam do Brasil vestirão as suas camisas com as cores da nossa bandeira e irão às ruas manifestar de forma responsável, de forma tranquila, de forma democrática toda essa indignação, ao contrário de



determinados homens públicos que têm incitado a população a ir às ruas, a lutar, a dizer que não aceitarão golpes e por aí fora.

A prepotência do ex-presidente Lula tem causado perplexidade a este parlamentar fora do normal, deputado Sargento Rodrigues. O ápice dessa prepotência foi quando ele ontem afirmou, alto e bom som, que, se não for preso, será, sem dúvida nenhuma, o próximo presidente da República. É querer manipular a cabeça dos brasileiros; é achar que somos bobos. Um presidente que não consegue explicar a origem do seu dinheiro; um presidente que, de todas as formas, buscou obstruir o trabalho da Polícia Federal. Hoje os órgãos de imprensa têm noticiado que o Instituto Lula, na véspera, limpou todos os seus computadores através de uma empresa, mas, felizmente, essa empresa também já está sofrendo buscas pela Polícia Federal.

Tenho afirmado sempre, deputado Bosco, que não é demérito de nenhum homem público, sobretudo um ex-presidente da República que merece sempre o nosso respeito, dar palestras e cobrar um preço que ache justo e os empresários pagarem ou não esse valor. Não podemos concordar é com a demagogia que o ex-presidente tem feito. A população quer saber para quem foram essas palestras e quem as acompanhou.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, homem íntegro e honesto, dá palestras mundo afora, e todos nós sabemos o dia, a hora e para quem foi. Mas o ex-presidente Lula acha que está acima de tudo e de todos. Quero agora ver as colocações do presidente sobre os outros que foram intimados a fazer depoimento coercitivo. Antes podia, mas com presidente da República não pode.

Mas não vou, deputado Sargento Rodrigues, me estender mais nesse assunto da operação Lava Jato porque tenho certeza de que os brasileiros já estão perplexos e chocados com a forma com que o partido da presidenta da República assaltou e roubou aquela empresa. É uma afronta à população brasileira. E mais, deputado Sargento Rodrigues, ontem ouvi aqui atentamente parlamentares dizerem que, na delação do senador Delcídio do Amaral, o senador Aécio foi citado. Por enquanto nada foi confirmado sobre essa delação, mas, na semana passada, quando vazou a delação do senador Delcídio Amaral, que fazia críticas exclusivas e delatava exclusivamente os deputados e os senadores do PT, diziam que ele não tinha legitimidade, era um louco, um irresponsável. Quando convém, eles invocam uma delação premiada do senador Delcídio do Amaral. Quando não convém, o senador Delcídio não tem legitimidade para falar absolutamente nada. E o que causa mais estranheza é que o ex-ministro Zé Eduardo Cardoso diz que o senador Delcídio é um homem irresponsável, um traidor, sendo que ele foi o líder da presidenta Dilma durante bom tempo. Tenho certeza que, da mesma forma como os brasileiros foram iludidos durante a campanha eleitoral – a presidenta Dilma mentiu aos brasileiros –, também o governador Fernando Pimentel mentiu e iludiu os mineiros.

Não vou entrar nas ações e nos acontecimentos da noite de ontem. Sou um homem prudente, mas tenho certeza que, para o ministro do STJ ter a atitude que teve, é porque provas contundentes deve ter contra o governador e que irão influenciar, sem dúvida alguma, nas eleições, onde houve abuso de poder econômico, fruto, sobretudo, deputado Sargento Rodrigues, dos recursos desviados da Petrobras, da operação Lava Jato.

Quero aqui citar um exemplo, aproveitando a deixa do deputado que me antecedeu e subiu a esta tribuna, para falar da educação em nosso estado. Aí, meus senhores e minhas senhoras, a verdade precisa ser dita. O governador Fernando Pimentel prometeu durante a campanha eleitoral inteira, por toda Minas Gerais, que pagaria o piso salarial nacional. No ano passado fizeram uma bela festa aqui, o acordo histórico, gastando com pompas, foguetes, deputado no palácio, aquela farra, aquela festa toda, e gastando, além disso, milhares e milhares de reais fazendo anúncio nos órgãos de comunicação para demonstrar e mostrar esse acordo histórico, acordo que até a tarde de hoje não foi cumprido.

Alguns deputados têm alertado aqui que a oposição tem obstruído os projetos que visam sobretudo beneficiar os servidores da educação. Eu, como líder da oposição, deputado Antônio Jorge, tenho a obrigação de dizer a todos os mineiros: quem tem atrapalhado a tramitação dos projetos aqui nesta Casa é o bloco de governo. A oposição está presente para votar todos os projetos dos servidores da educação. Se o governador tivesse tanto interesse em pagar o piso salarial nacional, não teria retirado o projeto de tramitação desta Casa nesta semana. Todos que aqui vivem e trabalham sabem muito bem que

poderíamos apresentar um substitutivo ou uma emenda aos projetos aqui em tramitação e pagar o piso salarial nacional. Mas esse governo, não. Ele quer barrigar os servidores de educação. Ele não tem à classe esse amor que afirmou durante a campanha.

Encaminhou a esta Casa um projeto que é a cópia do que a oposição aqui apresentou no ano passado, que buscava, de alguma forma, corrigir a injustiça que o Supremo Tribunal Federal cometeu com alguns servidores da educação. Outra incoerência: quando convém, o Supremo julga certo; quando não convém, estão dizendo que os ministros ali são influenciados politicamente. E quem afirma isso são os deputados do partido da presidente da República. A incoerência é tamanha que não assumem as realidades. O governador prometeu que pagaria o piso salarial nacional, e não assina o piso e não o fará, porque o País atravessa uma grave crise econômica, que não é crise mundial, porque os outros países têm crescido, inclusive na América do Sul e na América Latina. O governador não fez os cortes que a população desejava. Pelo contrário, nomeou cinco ou seis ou sete deputados para secretários, para poder ter uma ampla base nesta Casa. O governador não fez o que esperávamos, o que os mineiros desejavam. Se você ganha R\$10,00 e gasta R\$11,00, tem que gastar menos. E como se gasta menos? Cortando gasolina, cortando secretariado, e por aí afora. Mas este governo não tem responsabilidade, ele mentiu.

O deputado Felipe Attiê sabe muito bem que a única coisa que este governo fez foi meter a mão no dinheiro dos depósitos judiciais do cidadão comum; aumentar os impostos que cada um dos senhores e das senhoras hoje tem pago a mais. E os cortes que esperávamos e desejávamos, este governo não fez e não fará.

Peço licença ao líder do governo, que aqui se encontra. Tão logo o governador assumiu o governo de Minas, em 1º/1/2015, afirmou que encaminharia a esta Casa um projeto de reforma administrativa em que faria cortes. E essa reforma, esse projeto não chegou da forma como os mineiros desejavam. Pelo contrário, ele enviou um projeto criando cargos, inchando a máquina pública, o que é típico de seu partido.

O governador tem ido aos órgãos de imprensa afirmar que encaminharia, isso há 15 dias, a reforma administrativa, e assim não o fez e não o fará. Lancei esse desafio, deputado Durval Ângelo: que o governador mande para cá imediatamente um projeto de reforma administrativa cortando cargos e realmente enxugando a máquina pública que terá o apoio da oposição.

Afirmar, tão logo se passaram as eleições, deputado Rogério Correia, e sem reconhecer e aceitar a derrota, que faria oposição ao governador durante quatro anos, porque foi vontade dos mineiros nos colocarem na oposição. Aqueles projetos que fossem bons para Minas teriam o meu apoio, como tiveram alguns projetos que aqui já chegaram. Mas cobraria do governador todas as suas promessas de campanha, como tenho feito aqui, neste um ano e meio.

Infelizmente os mineiros, como os brasileiros, foram iludidos. O governador não tem tido preocupação e zelo com a coisa pública; o governador não fez os cortes que os mineiros desejavam; o governador não vai pagar o piso salarial nacional; o governador está enrolando os mineiros, sobretudo os servidores da educação. E me desculpe, deputado Durval Ângelo, afirmo sempre que V. Exa., que é um excepcional parlamentar, tem tido um ótimo diálogo com a oposição, e tem uma posição das mais ingratas, a de defender o indefensável. É uma falta de respeito até com os 77 parlamentares, pois nenhum projeto do governador chegou a esta Casa sem que tenha sofrido emendas ou substitutivos. E emenda é sempre proposta pelo governo. O governo manda projeto a esta Casa de qualquer jeito, e, na tramitação, vai-se corrigindo. Por que não fez isso então, deputado Rogério Correia, com o projeto dos professores? Se o governo tivesse – e já concluiu, presidente – tamanho amor e preocupação com a educação, assim tinha feito.

Durante o ano de 2015, todos os deputados diziam que este governo olhava com tanto carinho e amor para os servidores da educação que tinha incluído até merenda escolar, mas a notícia que chegou a este parlamentar, hoje, dos servidores da educação é que, neste ano, deputado Sargento Rodrigues, nenhum centavo ainda foi destinado à merenda escolar.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Durval Ângelo* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente nas galerias, especialmente os estudantes da PUC Minas, telespectadores da TV Assembleia. Hoje o tema da minha coluna no jornal *O Tempo* foi “Lula e a razão cínica das elites”. Gostaria de esclarecer que o jornal *O Tempo* é um espaço democrático. Se não me engano, nas segundas-feiras, o ex-presidente do PSDB de Minas, deputado Marcus Pestana, também tem uma coluna nesse jornal, diga-se de passagem, uma brilhante coluna, porque Marcus Pestana é alguém que também lida no mundo da academia. Nossa coluna sai às quintas-feiras.

“Lula e a razão cínica das elites”. Essa expressão “razão cínica” pego emprestada do filósofo alemão Peter Sloterdijk, de um livro que escreveu em 1983, ao fazer uma série de comentários da *Crítica da razão pura*, de Kant. O interessante é que ele diz que os tempos atuais são tempos nem da razão prática nem da razão pura, mas da razão cínica. Ele baseia essa afirmativa numa expressão muito forte no decorrer da obra, que diz o seguinte: “Eles sabem o que fazem e ainda assim o fazem”. Ele mostra que, se tínhamos em Marx o conceito da alienação ou a resignificação desse conceito da alienação – o conceito é anterior –, os tempos atuais de razão cínica são um tempo em que a perversidade ou a falsa moralidade está presente dentro de uma intencionalidade clara. Assim, pegando emprestado o termo da razão cínica das elites, eu me expressei no jornal.

Todos nós acompanhamos, na última sexta-feira, dia 4, o dantesco episódio da condução coercitiva do ex-presidente Lula. O que ocorreu naquele dia, senão um abuso de poder, um atentado ao Estado de Direito, uma encenação midiática e um simulacro de investigação, com tons de regime de exceção? O interessante é que a operação já estava anunciada antes – às 3h30min da manhã, na rua em que morava o ex-presidente Lula, já havia um repórter da *Folha de S.Paulo* –, mostrando claramente que aquilo que se denuncia – e isso não está no texto –, que os vazamentos são seletivos, num claro objetivo de se destinarem ao que se pretende – que eu vou dizer no final do artigo. Tanto que um senador já foi citado em cinco delações, é penta, e o nome dele não aparece nas delações.

Voltando ao artigo. O objetivo era claro: colocar sob a bota não somente Lula e o PT, mas as forças de esquerda, os movimentos sociais e sindicais, a classe trabalhadora, aqueles que ousaram ameaçar o *status quo* e possibilitar a promoção social de classes, por séculos exploradas e mantidas à margem da sociedade. Aniquilando Lula, o símbolo da mudança, afastariam o maior empecilho ao projeto das elites de retomar o poder em 2018. E os fins justificariam os meios. Pouco importava se rasgavam a Constituição e atentavam contra a democracia. Sabemos que nesse projeto está o desmonte do que ainda restou do Estado nacional, inclusive a entrega da Petrobras ao capital estrangeiro.

A ilegalidade foi flagrante. Por que Lula não foi ouvido na Polícia Federal de São Paulo, mas em Congonhas? A meu ver, não foi mera coincidência a presença do ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello no aeroporto. Alguma força maior fez com que a Polícia Federal e o juiz justiceiro recuassem. É evidente que além dessa hipótese da presença do ministro do Supremo se fala que um coronel da Aeronáutica, que comandava a polícia da Aeronáutica, junto com policiais da Aeronáutica, impediu que houvesse realmente essa medida de força.

O plano era prender Lula e levá-lo para Curitiba, mesmo sem embasamento legal sequer para a tal condução coercitiva, que deve ser precedida de intimação para comparecimento espontâneo. Sem contar que o ex-presidente já havia prestado três depoimentos, anteriormente, de boa vontade. O que ocorreu, portanto, não passou de sequestro. Bem diferente de investigações anteriores, de crimes graves, em que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi ouvido mais de uma vez, todas, no conforto do seu lar. Este deputado, numa pesquisa, identificou mais de 12 depoimentos do Fernando Henrique Cardoso, inclusive sobre a fazenda de Buritis, com um sócio chamado Jovelino Mineiro, como também de apartamento em Paris. Ele sempre foi ouvido em sua residência, nunca na Polícia Federal, e foram denúncias graves.

Não é preciso ser *expert* para enxergar o ilícito, mas as críticas dos grandes juristas e pensadores deste país corroboram tal constatação. “Pior ditadura é a ditadura do Judiciário, não se avança culturalmente debaixo de vara”, alertou, indignado, o ministro do Supremo, Marco Aurélio Mello, ao apontar a total ausência de justificativas legais. Já o renomado jurista Fábio Konder Comparato classificou a ação como um abuso manifesto e lamentou: “O Estado de Direito está em frangalhos”.



A dura realidade é que está em curso uma tentativa de golpe neste país, sob um discurso hipócrita de moralização que, absolutamente, não corresponde à prática. O cenário *nonsense* me lembra a razão cínica de que trata o filósofo alemão Peter Sloterdijk. Dominada por uma falsa consciência ilustrada, a nossa sociedade passou a viver sob a égide de um cinismo universal difuso. Cinismo que tem como gestores justamente os representantes dos ideais modernos de liberdade: o Estado – neste caso, os setores do Judiciário e da Polícia Federal – intelectuais, partidos políticos e formadores de opinião, aqui, sobretudo, a “Vênus Platinada”. Razão cínica, muitas vezes, não detectável, ao borrarem-se as marcas entre liberdade e domesticação. Forjando uma realidade, ela nos oferece o caminho da salvação, sob o *marketing* da honestidade, da virtude e da transparência.

Essa razão cínica é clara se você usa um discurso de moralidade que não corresponde à prática que desempenhou quando estava no poder ou que desempenha hoje. Nesse sentido, a democracia nos leva a uma reflexão e nos leva a entender que essa razão cínica não fortalecerá em hipótese nenhuma a democracia.

Darei aparte ao deputado Rogério Correia. Antes gostaria de me dirigir, com total respeito, consideração e admiração, ao líder da oposição, Gustavo Corrêa. Acho, Gustavo Corrêa, com toda consideração que tenho por V. Exa., que esse tipo de postura que estamos tendo, de radicalização, em hipótese nenhuma fortalecerá a democracia. Logo, logo virão outros deputados aqui falando de determinações do Supremo para abrir processos contra deputados, contra a chapa opositora. Não haverá por parte deste deputado nenhuma intervenção eventual ou oportunista para saudar um prejulgamento como algo correto, a exemplo de como faz agora o ex-senador Delcídio Amaral ao citar um senador de Minas Gerais. Também não serei incoerente. Não serei incoerente, não vou *a priori* querer condenar ou fazer prejulgamento. Não, este deputado nem para defesa própria de interesse partidário fugirá à coerência que tem demonstrando aqui.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deputado Durval Ângelo, eu o parabeno por trazer o debate sempre num bom nível, um debate em termos das ideias. Acabei de mostrar hoje para V. Exa. uma intervenção que o senador Aécio Neves fez no Senado Federal. Não sei se é o peso da idade que está chegando, ele hoje está ficando mais velho, mas finalmente parece que algum juízo está querendo se estabelecer no senador Aécio Neves.

Ele hoje disse que não se pode prejulgar ninguém, o que inclui ele próprio e o presidente Lula. Disse que não podem ser prejulgados, que tudo tem de ser analisado.

O deputado Durval Ângelo* – Ele cita declaração do presidente Lula.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Cita a si mesmo e ao presidente Lula.

O deputado Durval Ângelo* – Ele e o presidente Lula não podem ser prejulgados. Correto.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Não sei se isso ocorre porque ele já é penta, afinal de contas ele foi denunciado por Youssef, pelo Costa, pelo Ceará, pelo Moura e pelo Delcídio, fora a denúncia que fiz. Levei provas e mais provas sobre a lista de Furnas. Existem várias provas, o que não significa que o senador seja culpado. Mas o prejulgamento em relação aos deputados do Partido dos Trabalhadores virou praxe, infelizmente, para a oposição.

Esse clima de acirramento e de ódio na sociedade não é bom para ninguém. Já disse isso aqui diversas vezes. Nesse sentido, é preciso que discutamos o conteúdo das coisas. Eu, por exemplo, vim para discutir o conteúdo do que está acontecendo na Argentina. São programas nitidamente antipopulares. Acho que o aceno que se faz para um novo modelo político no Brasil é também um aceno antipopular. Certamente um governo de conteúdo neoliberal seria um governo para privatização da Petrobras, para privatização das empresas. Seria também um governo para retirada de direitos dos trabalhadores, como o bolsa-família, o Pronatec, o ProUni e tantos outros.

Por isso, deputado Durval Ângelo, acho que essa é a essência da discussão. Qual o conteúdo que queremos para o Brasil? Como sair da crise enfrentada internacionalmente para fazer com que nosso povo sofra o menos possível? Qual o programa que temos para o Brasil? Esse é o debate. Ficar acobertando isso com ódio ou com ofensa às pessoas ou com um debate, diga-se de passagem, em que se afirma que todo o sistema eleitoral age da mesma forma, por meio do financiamento



de empresas, como se isso fosse problema de uns e não de outros, não resolve. Se é para haver mudanças, é preciso apontar as mudanças. O fim do financiamento de empresas acho que é uma excelente ideia no campo do combate à corrupção.

Então parabênizo V. Exa. por trazer o debate em alto nível e não na gritaria, permitindo que os opositores possam falar enquanto utiliza a palavra. Obrigado.

O deputado Durval Ângelo* – E termino lembrando o filósofo Peter Sloterdijk: eles sabem o que fazem, e mesmo assim o fazem. Acho que é isso que vivemos hoje, tempos sombrios na realidade política institucional brasileira, em que uma única visão dos fatos quer se tornar dominante, tentando com isso mascarar a realidade e escondendo, com toda a certeza, muitas e muitas mazelas. Quem sabe se esse projeto for vitorioso, vamos ter um retrocesso, um grande trabalho de inclusão e transformação social no Brasil? Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Felipe Attiê* – Sr. Presidente, deputado Lafayette de Andrada, nosso caro colega, e senhores deputados presentes, ouvi atentamente o nosso líder do governo aqui na Assembleia, que está até mais simpático neste semestre, sem barba.

Quero alertar o Durval sobre o problema dos R\$30.000.000,00 do Instituto Lula e da empresa dele de palestras. Mais que isso, dizer que o Aécio foi citado em delação A, B ou C. E está lá o Janot, que vocês nomearam e reconduziram, então achem uma prova contra o Aécio. O Ministério Público disse às empreiteiras que, através de corrupção, depositaram no instituto de fachada, o Instituto Lula, de lavar dinheiro... Não conheço uma obra desse Instituto Lula, um instituto que embolsou R\$30.000.000,00 dessas empreiteiras. Qual é o trabalho social que ele fez? As palestras. Mas o nosso ouvido não é pinico, e o Lula vira e diz: “Minhas palestras são mais caras que as do Bill Clinton”.

Ora, gente, estudei em Georgetown, uma universidade americana, jesuíta, em Washington, onde fiz um curso de novas tecnologias de administração pública. Quando cheguei lá, a primeira coisa que a escola de graduação teve orgulho de dizer é que Bill Clinton, na graduação, foi aluno de Georgetown. Aí, tenho de escutar aquela conversa de boteco, aquela conversa fiada para dobrar gente que não tem conhecimento de nada, que a palestra do Lula é mais cara que a do Bill Clinton. Depois o Bill Clinton fez pós-graduação em Yale, que é outra faculdade. O Barack Obama é migrante, negro, pobre, e é presidente dos Estados Unidos, mas estudou em Harvard.

Não posso escutar um presidente da República vangloriando-se para o País de não ter estudado, mas ter sido presidente do Brasil. Isso não está certo. Viemos de uma sociedade complexa. O Lula é um mau exemplo, do início ao fim, como pessoa, porque, em vez de mandarmos nosso povo estudar, estamos dizendo a ele que não é preciso estudar num mundo complexo e moderno. Ele está deseducando meus filhos, porque ele foi presidente da República. Aí tenho de explicar lá em casa. O problema é outro, o problema é o messianismo. Eu não sigo messiânicos. Se vier o Aécio com conversa para cima de mim, eu o largo na mão. Não sou um sujeito que nasceu para seguir líder messiânico, que acha que veio à terra para salvar os pobres, para fazer tudo na política. E aparecem todas essas acusações – não o estou julgando –, saem com 11 contêineres para ele. Em todos esses bens, não pagaram impostos. “Ah, ganhei um trono de Guiné-Bissau.” Colocou o trono lá, 11 contêineres de muamba do palácio. É muamba! E digo muamba porque não pagou imposto, foi presente dado para o governo brasileiro, mas que ficou para ele. Tudo importado, tudo de fora. A maioria desses presentes é do mundo todo, porque ele pegou o “aerolula”, encheu-o com essas muambas que ganhava mundo afora e as trouxe para cá. Não pagou imposto, pegou esse produto e pôs no armazém, por conta da OAS empreiteira, que está envolvida na corrupção.

Não estou dizendo que tem nada, não. Mas achem, na denúncia do Aécio, no Ceará, não sei quê, que horas ele recebeu o dinheiro, onde está.

Aí vem o Delcídio e diz que ele teve atuação na CPI. Não diz nem o que ele fez. E o nome do homem sai para ficar na mesma lama do PT no Brasil inteiro. Por quê? O que ele fez na CPI? São 17 senadores. O que um senador pode fazer numa CPI? Um requerimento? Não diz o que foi.



Agora vamos falar da incompetência do PT. Chega de corrupção! Vamos falar do que está acontecendo aqui. Olhem Minas Gerais, Srs. Deputados! O tombo da indústria no ano passado, a queda da produção industrial foi de 8,8%. A queda da agropecuária foi de 6,5%. E a queda da produção de serviços foi de 2,5%. A queda do PIB mineiro chegou a 6%. Em setembro já chegou a cerca de 4%, e em dezembro de 2015, a 6%, enquanto o PIB brasileiro caiu 3,8%.

Vamos falar da política externa do PT. Vamos para Gabão, Cuba, Guiné-Bissau, não sei mais para onde. Isso pode ser bom, porque a Odebrecht, a Andrade Gutierrez e a OAS constroem para os tiranos, fazem porto para o ditador Fidel Castro – ou ele não é ditador? – e fazem na Guiné, fazem não sei onde. E ganham dinheiro lá e têm um representante comercial comissionado, um ex-presidente que se presta a esse tipo de serviço, ou seja, um *office boy* lobista de empreiteira, um homem que presidiu o País? Não podemos concordar com isso. É uma atividade baixa. O instituto dele não deveria ser no País.

O Brasil está afundando. Precisamos, sim, privatizar a Petrobras. É lógico! Chega desse dinossauro cantado por Getúlio Vargas, por Monteiro Lobato. Vai acabar a era dos combustíveis fósseis, o pré-sal já está liquidado pela gasolina e pelo óleo de xisto, nos Estados Unidos. E nós ficamos alardeando a extração caríssima no fundo do mar. Vai passar a era dos combustíveis fósseis, como passou a era a vapor, e não teremos produção autossuficiente, sempre com a gasolina mais cara do mundo. Roubam, são ineficientes, orçam uma refinaria em R\$3.000.000.000,00, que fica em R\$30.000.000.000,00. E querem dizer que a Petrobras é uma empresa estatal. É boquinha do PT para acobertar os “companheiros”. A empresa tem de ser privatizada. Chega de vocês, petistas, mandarem a conta dessa roubalheira da Petrobras, da incompetência da BR Distribuidora, para o Sr. Renan Calheiros, que vai lá e entrega a Constituição para o compadre Lula: “Aqui, compadre Lula, você deu a BR Distribuidora para mim e para o Collor roubarmos, fazemos posto de gasolina, rolo em distribuição de petróleo e tudo o mais. Está aqui a Constituição de presente para você. Porque você foi ultrajado, porque nós somos realmente inocentes de tudo o que estamos sendo acusados”. Ele deu ao Collor e ao Renan a BR Distribuidora, a Petrobras, para ter poder político, continuar por cima, ganhar mais uma eleição no Nordeste. Não quero a Petrobras na mão do Geisel, na mão do Lula nem da Dilma, nem na mão de Aécio ou de outra pessoa. Chega de tanta ineficiência, incompetência e falta de gerenciamento. Chega de nomear presidente da Petrobras, como vocês fizeram, que não servia nem para ser porteiro daquela empresa, pois não tinha competência para administrar a maior empresa brasileira.

O pior de tudo não é isso. Chega dessa incompetência! O que o Estado brasileiro faz certo? Digam para mim. As escolas estaduais são boas? Há reclamação geral no País quanto ao ensino estadual. O que o governo faz certo? Ele mata o mosquito da dengue? Não dá conta. Ele tapa buraco nas estradas? Não. Opera aeroportos? Não. O que ele consegue fazer certo? Garante a segurança do cidadão?

O que o Estado consegue fazer certo no Brasil? Eu lhes respondo: nada! Sabe o que o PT quer? Um Estado maior, cheio de emprego, cheio de funcionário público, cheio de impostos, mais impostos para bancar mais coisas. Não dá conta de olhar uma cadeia, não conta dá de desembarcar um passageiro no aeroporto, não consegue tomar conta da rodoviária, não dá conta de garantir a segurança do povo brasileiro, não dá conta de nada o Estado brasileiro. Há gente que acha que o Estado, que o governo, é Deus e o quer cada vez maior, com mais imposto no lombo da senhora, com o chicote tributário e a estrela de cinco pontas açoitando o bolso da senhora ou, então, mandando nas estatais. Já imaginaram um anúncio da Telemig de venda de celular? “A Telemig, uma empresa do sistema Telebras, está colocando para a senhora um telefone celular. O telefone a senhora compra por R\$2.000,00; a sua conta por mês não virá por menos de R\$500,00.” Esse é o padrão petista da Telemig, da Telebras.

Agora, os tucanos foram frouxos, porque vieram da esquerda. O Fernando Henrique Cardoso fez o maior programa de privatização da história da humanidade, mais bem-sucedido do que o da Margaret Thatcher. Ficaram com vergonha, porque vieram da esquerda, o Fernando Henrique, o Serra, o Brizola, o Lula lá atrás nos anos 1960. Andavam todos de mãos dadas. Quando veio o regime militar, estavam todos na Constituição a favor dessa situação, a favor de criar mais e mais despesas, do Estado máximo. Não tiveram coragem de defender o que vocês fizeram melhor do que a Margaret Thatcher e o Ronald Reagan fizeram no mundo. O maior programa de privatização do mundo foi o de Fernando Henrique Cardoso. Ele fez, mesmo



sendo da esquerda, porque sabia que tinha de fazer, porque não dava para tocar o Brasil com Banespa, com Bemge, com Credireal, com Banco da Bahia, com o Banco do Estado de Goiás. Não tinha como ter Telemig, Telebras, Embratel, com uma chamada telefônica custando R\$10,00 o minuto. Não havia como. Não havia produtividade nem eficiência, era cabide de empregos. A Vale era um cabide de empregos. Havia um monte de empresas que davam prejuízo. O Fernando Henrique fez. Mas o PSDB, na hora em que o PT partiu para cima, quis esconder isso. Devia ter dito: "Fizemos, sim, e o País melhorou; o povo tem telefone à vontade, a Vale multiplicou por cinco o número de empregos. As privatizações foram bem-sucedidas, e temos de reduzir o tamanho do Estado brasileiro".

Temos de cortar a boca dos sindicalistas do PT. Chega de ficarem em porta de empresa pública arregimentando funcionários e fazendo esquema de sindicato para eleger vocês. O pior de tudo é que mandam para a conta do povo, que usa o serviço da Petrobras de gasolina, de óleo, de tudo neste país. A Petrobras participa da formação de tudo! O que não leva diesel, óleo e gasolina? Tudo neste país. Ela entra no custo de tudo, enviando para o custo dos produtos do povo brasileiro. O governo brasileiro é dono de 60% de qualquer empresa. Tire todos os impostos, em nível federal, estadual e municipal, e teremos 55%.

Então, temos de falar. O Brasil deveria ter tido há muito tempo outros tratados de comércio. Vocês querem andar com Gabão, com Cuba, com Guiné-Bissau. Temos de ir atrás do México, tratar com eles e fazer um programa de livre comércio. Se não damos conta de competir com os mexicanos, com *chiquitos*, com quem vamos competir? Temos de ter um livre comércio com o México para jogar os nossos produtos nos Estados Unidos. Temos de ir atrás da Austrália, baixar em cima da Ásia. Não podemos ficar aqui com um discurso ideológico como o PT ficou a vida inteira. Precisamos cultivar o trabalho, o empreendedorismo, a determinação, coisa de que os petistas não gostam. Eles não gostam da competição, da determinação, do empreendedorismo, dos negócios, do crescimento, da renda, do emprego, da melhoria do padrão de vida das pessoas. Eles gostam do povo dependendo do Estado, de o Estado ser o pai dos pobres. Eles não querem que a pessoa compre a sua casa com o seu trabalho, com o seu suor, com a sua dignidade, com o seu direito. Isso não. Eles não gostam de quem se opõe ao projeto deles de um Estado gigante, de um Estado que dá tetos para todo o mundo mamar, com o povo tendo de pagar mais e mais impostos.

Este Estado, Sr. Presidente, é o Estado deles, é o Estado em que eles se locupletam também, como está sendo mostrado nestes anos de corrupção. Qual é a solução? Estado menor. Não é voltar ao Estado mínimo, porque isso é impossível hoje. É impossível, mas temos de deter o crescimento do Estado porque isso vai significar mais impostos. Vocês têm de pensar nisso. Precisamos de novos tratados comerciais. A incompetência do PT gera muito mais prejuízo à Nação que a roubalheira. Vocês são incompetentes. É aí que pego o ponto de vocês. A incompetência é pior que a roubalheira. Vocês não têm capacidade de fazer as coisas e, pior, quando fazem, organizam-se para isso. Essa é uma diferença.

Hoje a corrupção na Petrobras dá muito mais prejuízo que a administração de vocês, que pegaram uma pessoa que servia para ser porteira e a nomearam presidente. Se vocês a colocarem na British Petroleum, uma estatal inglesa de petróleo que foi privatizada pela Thatcher, ela irá para a portaria, e não para a presidência, porque não tem currículo. Ficar em porta de fábrica fazendo discurso e conclamando as pessoas para greve é o que vocês sabem fazer, é no que vocês têm doutorado e mestrado. Vocês sabem fazer greve, incitar as pessoas à desordem, quebrar produção e prejudicar o País. Vocês, o Lula, todo o mundo sabe fazer isso.

Sr. Presidente, esse é meu discurso. Sou a favor da produção, sou a favor do trabalho. Precisamos ensinar esse povo a poupar, a comprar as coisas à vista, a ter poupança neste país, que só tem investimento. Precisamos passar este país a limpo. Precisamos mudar a cultura deste país para que o Estado não seja o deus todo-poderoso superveniente que vai tirar a Nação das agruras, e sim os trabalhadores. Que o trabalho seja valorizado, que o esforço, a competição e a dedicação valham neste país. Que o esforço humano seja valorizado, porque o pão nosso de cada dia se ganha com o trabalho, e não esmolando e mendigando para um tal de Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



A deputada Geisa Teixeira – Boa tarde, Sr. Presidente, deputados, deputadas. Hoje vim falar sobre uma matéria que li no jornal *O Tempo* que me chateou bastante, uma vez que fala de Varginha, minha cidade. A reportagem fala dos índices de criminalidade que caíram, mas em Varginha cresceram 60%: (– Lê:) “Varginha lidera assassinato. Homicídios subiram 60% na cidade, maior alta entre os municípios acima de 100 mil habitantes. Morador de Varginha, no Sul de Minas, desde que nasceu, o comerciante Roberto Peixoto, de 43 anos, ainda se lembra de um tempo, não muito distante, em que se podia andar tranquilamente na cidade e passar meses sem ouvir falar de um assassinato. Nesta quarta, ontem, o assunto em Varginha era mais um assassinato de um homem esfaqueado dentro de casa por dois adolescentes. 'Antes, qualquer morte aqui era assunto para dias. Agora, quando mal acontece um, já estão matando outro. Está uma coisa de louco. Hoje vivemos com um medo que há poucos anos não tínhamos', conta Peixoto”.

A origem do meu trabalho social foi quando meu marido foi eleito prefeito na cidade pelo Partido dos Trabalhadores em 2001. Ele foi reeleito em 2004 e terminou sua administração em 2008 com 92% de aprovação pelo Ibope. E conseguimos eleger o nosso sucessor, Eduardo Corujinha.

Nessa época, quando o PT estava à frente da prefeitura municipal, muito se olhava pelos bairros mais pobres, trabalhamos pelos que menos tinham, pelos que não tinham voz nem vez. Por meio de projetos sociais importantes com adolescentes, conseguimos tirar dezenas, centenas, milhares de meninas e meninos do risco social. Isso é um trabalho de prevenção, esse é o trabalho que o PT faz nos municípios, busca olhar para os que menos têm condições, para os que poderiam, muitas vezes, estar se drogando, estar no mundo da criminalidade, não porque eles querem, mas porque são levados a isso em razão da falta de oportunidades. E, na oportunidade, durante o período em que estivemos no comando da prefeitura municipal, pudemos fazer para os menos favorecidos as escolas em tempo integral, a creche que atendia crianças de até 5 anos de idade por período integral. Ou seja, as mães tinham como trabalhar e levar o seu pão de cada dia para casa, evitando que essas crianças ficassem na rua. Por meio do Propac, trabalhamos a profissionalização de adolescentes, trabalhamos com adolescentes infratores. Tudo isso é um viés do PT, deputados Cristiano e Jean. Essa é nossa forma de administrar, e isso infelizmente incomoda muito.

Quando vejo uma reportagem falando que a minha Varginha é a cidade que infelizmente cresceu 60% nesses dados, ficamos chateados, porque, no Estado todo, houve uma redução.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte) – Deputada Geisa, primeiro gostaria de parabenizá-la pelo belo trabalho que tem cumprido nesta Casa e pelo trabalho que tem cumprido em sua região, sou seu seguidor e vejo as viagens, as visitas às suas bases, pela origem que tem. Parabéns pelo trabalho aqui.

Peço desculpas, você está trazendo propostas e debatendo, mas quero rebater algumas questões que vi sendo expostas, deputada. Vejo, às vezes, deputado chegar aí e esbravejar e teatralizar como se assim fosse passar algo a quem está ouvindo. Parece que ser porteiro é pouco, quando se compara com o presidente, que deveria ser um porteiro... Também já fui porteiro, deputada, do hospital da minha cidade e hoje estou aqui. No passado, eu até ficava pensando se era verdade ou não essa questão do ódio, mas a cada dia tenho mais certeza disso. Primeiro, não sou contra a investigação. Tem de investigar todos, sim. Seria bonito, talvez, se todos nós, políticos, deputados de todos os partidos, fizessemos um requerimento e mandássemos investigar todos, mas todos, por igual. O errado é não investigar, é ter predileção por uma época, por um partido. Isso é errado.

Vejo aqui falar, por exemplo, que o presidente Lula incentiva as pessoas a não estudar. Deputada Geisa, quem mais criou universidades neste país? O Vale do Jequitinhonha é prova disso: três institutos federais, a universidade com *campus* em Diamantina, Teófilo Otôni e Vale do Mucuri. Criou mais universidades do que se criou em 100 anos, mais institutos federais do que todos eles criaram.

Agora sou obrigado a ouvir que esse presidente incentiva as pessoas a não estudarem. Somos obrigados a estar aqui ouvindo isso. Ver V. Exa. subir aí, deputada, para propor, para discutir, é o que o povo quer. Na semana das mulheres, ouvi a deputada Marília Campos ser cerceada em sua fala. Ao pedir aparte, um deputado disse, de maneira bem rude: “Agora não.



Agora não". Isso dói. Isso mostra realmente o ódio por um partido, por uma época em que mais houve inserção dos pobres. Não vou dizer aqui, deputada, que estudei em Harvard, que fiz isso ou aquilo, até porque não fiz, mas estudei pelo Fies. A primeira medida que o presidente Lula fez foi conceder o perdão àqueles que tinham estudado pelo Fies. Na época em que estudei, não era ele o presidente, eu fui um desses beneficiados.

Ontem recebi a visita de uma jovem, negra, advogada, em meu gabinete. Conheci o seu irmão na cidade de Minas Novas, um jovem, negro, médico, que retornou ao Vale do Jequitinhonha. Os dois são filhos de uma professora e de um relojoeiro, na cidade de Minas Novas. Os dois estudaram pelo ProUni, e eu sou obrigado a escutar que esse presidente incentiva que as pessoas não estudem. O presidente Lula não teve oportunidade de frequentar os bancos das universidades, mas, qualquer um, seja da oposição ou de qualquer partido, sabe da sua capacidade e sabe que ele mudou o Brasil. A raiva deles por essa época é porque foi quando os pobres tiveram mais direito e acesso à cultura, à saúde, à educação. Então, não posso escutar falarem isso desse presidente.

A senhora me desculpe por ter entrado nesse assunto, eu vi que a deputada veio aqui discutir e colocar propostas, mas não podemos nos calar. Um grande abraço. Parabéns pelo trabalho que tem efetuado nesta Casa.

A deputada Geisa Teixeira – Obrigado, Doutor Jean Freire, pelo seu aparte. É importante, mesmo, que estejamos relembando e enfatizando sempre o que foi feito, desde o governo Lula, a mudança social que houve no nosso país. Isso representa muito.

Esta semana, quando estava em um voo, uma senhora, negra, humilde, sentou-se ao meu lado e começou a conversar. No início, ela não me reconheceu, apesar de ser da minha cidade. Daí a pouco ela me identificou e disse: "Olha, Geisa, é incrível, as pessoas estão falando muito do PT, eu me calo. Mas de uma coisa eu tenho certeza. Hoje, por exemplo, estou fazendo essa viagem para visitar a minha filha na Califórnia. Ela está estudando graças ao programa de governo do PT, que dá oportunidade para que as pessoas mais pobres e negras, como eu, estudem, ocupem os bancos das universidades. Hoje, a minha filha tem essa oportunidade. Na minha época, poderíamos trabalhar muito, querer muito, que não conseguíamos chegar nunca a um nível de vida melhor. Hoje tenho essa oportunidade de viajar. Assim também aconteceu com muitas colegas e amigas da minha filha que quiseram continuar seus estudos e ser alguém na vida". Então, ficamos felizes em ouvir esses depoimentos e ver essas mudanças de vida das pessoas. Afinal de contas, quando uma pessoa tem uma mudança de vida e acesso à inclusão social, ali, são gerações e gerações que vão se desdobrando com uma melhor qualidade de vida.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Deputada Geisa, a sua fala e o seu posicionamento é alívio para os meus ouvidos e para o meu coração. V. Exa. relata uma experiência exitosa. Quando o seu marido foi prefeito de Varginha, sei que V. Exa. teve um papel fundamental, ao dirigir uma secretaria tão importante, a do Desenvolvimento Social. E traz aqui um relato importante, não só de uma boa gestão, com transparência, que promoveu o desenvolvimento econômico e social do município, mas também uma gestão pautada pela eficiência, pela transparência e pela participação popular.

O PT tem ótimos exemplos para dar, como também é o caso de Contagem, onde fui prefeita eleita e reeleita. V. Exa. sabe que para nós, mulheres, chegar onde estamos, não é fácil, porque a competição não é igual para todos e todas. E se não é igual, para as mulheres a competição ocorre sempre com uma desvantagem muito maior. Fui reeleita e hoje tenho uma grande aprovação no município. Também fizemos uma boa gestão, com transparência, com democracia. Isso é muito importante dizer, porque o que estou vivendo aqui nesta Assembleia ultimamente é uma experiência ruim. No ano passado e neste ano, o debate tem sido pautado pelas ofensas pessoais. Quando falam que não somos trabalhadores, que somos arruaceiros, que cometemos crimes, que somos ladrões porque somos do PT ou porque somos sindicalistas, isso é uma ofensa à nossa história, à história que promoveu a inclusão social de milhões e milhões de brasileiros.

V. Exa. trouxe um alívio muito grande ao meu coração, e gostaria de concluir dizendo que estou junto com o deputado Geraldo Pimenta. Estamos acompanhando o processo de Betim, deputada Geisa, que é uma prefeitura do PSDB, mas não vou partidarizar o problema. Vou discutir que não aceitamos o que está acontecendo em Betim, que é a 2ª maior arrecadação do



Estado e hoje fecha a maternidade municipal, fecha unidades de urgência e tenta municipalizar um hospital que é referência regional, provocando um profundo sofrimento para a população de Betim e para a população da região metropolitana.

Estive agora com o deputado Geraldo Pimenta e cinco vereadores no Ministério Público Estadual, e saímos aliviados, porque aquele órgão se comprometeu a fazer uma recomendação para a Prefeitura Municipal de Betim, para que suspenda o processo de fechamento de unidades e estude com o Estado, com o Legislativo Estadual, com a sociedade civil, outras alternativas que não sejam as propostas lá, de provocar um profundo sofrimento à população. Mais uma vez, quero parabenizá-la pela sua atuação, pela sua sensibilidade e pelo seu compromisso com a cidade de Varginha e com Minas Gerais. Obrigada.

A deputada Geisa Teixeira – Obrigada, Deputada Marília, por ser essa mulher aguerrida, defendendo a sua região, a região metropolitana e o povo de Minas Gerais. O meu tempo já terminou e agradeço ao presidente o tempo cedido. Muito obrigada.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Gostaria que fosse repostado ao menos 1 minuto, Sr. Presidente, porque foi ultrapassado pela oradora anterior.

Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, venho manifestar a minha opinião. Primeiramente, estou feliz porque o nosso Salão de Chá, que nunca serviu uma xícara de chá, agora se chama Salão de Café, graças à compreensão do nosso presidente Adalclever Lopes, por iniciativa nossa. Ele aceitou o nosso requerimento, pelo qual vínhamos brigando há 5 anos. Agora, sim, o Salão de Café servirá café de qualidade, porque a Epamig será a nossa fornecedora. A Epamig é um órgão público, é exemplo no trabalho com pesquisa, produz e beneficia café de qualidade. Entre eles o café da minha cidade, São Sebastião do Paraíso, que faz parte desse *blend*.

Agora, as lideranças, os prefeitos, os vereadores, os deputados – não em seus gabinetes, cada um terá de buscar o seu –, enfim, todos os cidadãos que vierem ao Salão de Café poderão experimentar o café de qualidade que será servido nesta Casa. Agradeço aos companheiros que nos prestigiaram ontem e ao nosso presidente Adalclever Lopes.

Vivemos uma grande epidemia de dengue, mas ela é causada por uma coisa muito pior: a grande epidemia da corrupção. O problema é que hoje a epidemia da roubalheira está instalada e institucionalizada neste país. Mas faço minha análise propondo que se esqueçam da corrupção e desses problemas: vamos tocar o Brasil sem essa corrupção. Não tocamos. O modelo está falido. Não dá para viver em um país onde o Estado, o poder público inchou tanto, tem uma produtividade baixíssima e consome o dinheiro do cidadão por meio de impostos e mais impostos, fazendo com que o produtor, o trabalhador e o empresário se tornem uma máquina, que cada dia tem de trabalhar mais e produzir mais, nem sempre ganhando. Aliás, muitos estão tomando prejuízo e até fechando suas portas. É um modelo falido, que vai explodir. Essa falência, deputados Gustavo Corrêa e João Leite, do poder público, com esse inchaço da máquina, já está trazendo suas consequências. A consequência é que falta dinheiro para a saúde, falta dinheiro para a educação. A propósito, hoje temos no Brasil mais de cinquenta milhões de analfabetos, porque há gente que sabe escrever o nome, mas não sabe interpretar um texto escrito. O deputado Glaycon Franco sabe do que estou falando: é o analfabeto funcional, aquela pessoa que muitas vezes não dá conta de entender nem o que escreveu. O Brasil ficou campeão nisso. Na saúde, a situação é uma bomba-relógio, que vai explodir a qualquer momento. Não há mais jeito. É um modelo falido. Também não vemos mais grandes obras neste país. A previdência, deputado Sargento Rodrigues, está com um prejuízo de R\$3.600.000.000,00. É a falência da previdência, que vai levar o salário daquele cidadão que com ela contribuiu a vida toda, muitas vezes ganhando um mísero salário-mínimo. Da forma como está a previdência, vai chegar o momento em que não vai haver dinheiro para esse cidadão.

Então, se a presidente Dilma não desocupar logo o cargo, até porque não tem mais moral ou autoridade para permanecer nele, e se quem vier não o fizer na conciliação política em âmbito nacional, buscando a convergência política e econômica e mudando esse modelo, a coisa não vai dar certo. Enquanto isso, todos estão pagando a conta e vão pagar ainda



mais caro. A dengue, por exemplo, de que já falamos, virou uma epidemia preocupante. E o governo Pimentel não está conseguindo falar a língua do cidadão mineiro. Outro dia, chamou os 850 prefeitos para se reunirem em Belo Horizonte. Disse que vieram 190 prefeitos. Que nada! Não vieram nem 100 prefeitos, porque eles não confiam mais no poder público, que quer que eles façam tudo, mas não lhes dá recursos. Agora, está querendo mandar dinheiro até para pintar as farmácias de vermelho, mas não manda o medicamento. É uma grande preocupação, deputado Sargento Rodrigues, e o País está caminhando, ou melhor, já está em uma falência total. Aqui, o cidadão não tem metrô, não tem rodovias, mas na Venezuela existe. Aí, falam de golpe, falam que a democracia corre risco. Ora, mas por que apoiam Fidel Castro? Lá é ditadura. Por que apoiam a Venezuela? Lá não há democracia, não. Lá não é democracia; aqui, falam em golpe.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Líder Antônio Carlos Arantes, queria cumprimentar V. Exa., mas tenho apenas 40 segundos para apartear-lo. Assim, aproveitando que V. Exa. tocou no assunto da previdência, quero falar do que vem fazendo todos os dias com a previdência dos servidores militares o governo do PT em Minas Gerais, com o Sr. Fernando Pinotel – porque é mentiroso; mente todos os dias para a imprensa.

Nesse momento há um cabo desesperado, precisando de atendimento no Socor, e o diretor-geral do IPSM não tem dinheiro para fazer o convênio para tratar da saúde desse cabo da Polícia Militar. E sabem por quê? Porque o secretário de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães, disse que o IPSM tem excesso de arrecadação – olha que competência desse secretário.

E digo mais, no dia 16 de março, às 14 horas, na Comissão de Saúde, nós vamos aguardar a presença do secretário de Planejamento, Helvécio Magalhães, e das entidades de classe. Faremos uma grande audiência pública para tratar da saúde dos policiais, dos bombeiros militares e de seus dependentes. O PT meteu a mão no dinheiro da previdência dos servidores militares. E os policiais e bombeiros estão passando agruras para receber remédios, fazer exame e tratamento. Sabem por quê? Porque o PT não só está desviando a obrigação patronal, mas está desviando aquela contribuição que sai do bolso do policial e do bombeiro militar. Esse é o PT. Esse é o jeito de governar de Fernando Pimentel. Parabéns para V. Exa.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/3/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando José Luiz do Carmo, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Douglas Melo;

nomeando Patricia Gonçalves de Oliveira, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 12/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 30/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 6/4/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de baterias para *nobreaks*.



O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 18 de março de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 17/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 039/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar, às 10 horas do dia 5/4/2016, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de escaninhos de aço.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras da ALMG, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 18 de março de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/3/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/3/2016, na pág. 13, sob o título "ACORDO DE LÍDERES", nas assinaturas, suprima-se o seguinte:

"Gustavo Corrêa, Líder do BVC" e "Gustavo Valadares, Líder da Minoria".